



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

CARISMA E PODER: A FALA E A VOZ FEMININAS EM CONTEXTO POLÍTICO  
ELEITORAL BRASILEIRO

SÃO CARLOS  
2022



Universidade Federal de São Carlos

Nicolle de Brito Conceição Casanova

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

CARISMA E PODER: A FALA E A VOZ FEMININAS EM CONTEXTO POLÍTICO  
ELEITORAL BRASILEIRO

NICOLLE DE BRITO CONCEIÇÃO CASANOVA  
Bolsista: CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Linguística da  
Universidade Federal de São Carlos,  
como parte dos requisitos para a obtenção  
do Título de Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Miotello

São Carlos - São Paulo - Brasil  
2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Nicolle de Brito Conceição Casanova, realizada em 14/03/2022.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Valdemir Miotello (UFSCar)

Prof. Dr. Pedro Henrique Varoni de Carvalho (UFSCar)

Prof. Dr. Israel de Sá (UFU)

Profa. Dra. Carolina de Paula Machado (UFSCar)

Profa. Dra. Amanda Batista Braga (UFPB)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

À minha avó Celair, minha primeira e mais amorosa professora, por cuja voz aprendi sobre as armadilhas da língua e sobre o prazer da leitura,

e cujo silêncio, em mim tão violentamente ressonante, me ensinou que a última página nunca representa um fim, mas a elevação da história para a eternidade do sentimento e do conhecimento,

e a transformação sensível que nos prepara para a busca por novíssimas continuidades,

porque os livros não se encerram em si mesmos, tampouco o fazem as vidas.

Nestas páginas, eu continuo a sua.

## **Agradecimentos**

Ao professor Valdemir Miotello, pela generosidade, paciência, compreensão e acolhimento; pela graça que emana de sua voz e presença; pela confiança depositada em mim, expressa pela autonomia com que me permitiu desenvolver este trabalho; pela honra de ter meu nome subscrito ao seu.

Aos professores Israel de Sá e Pedro Varoni, e às professoras Carolina de Paula Machado e Amanda Braga, pelas dedicadas leituras e generosas contribuições a meu trabalho.

Aos professores Roberto Baronas, Nelson Viana e Oto Vale, pela sensibilidade de suas escutas e pela solidariedade nos momentos mais sombrios desta jornada.

A meus pais, Nelson e Anne, forças que me mantêm em movimento, por terem iluminado meus caminhos em meio à beleza e ao horror da liberdade que me ensinaram, sábios e humildes, e que me conduziu até aqui. Que sorte a minha nascer e viver perto de quem inspira e nutre tanto amor. Suas vozes ecoam em tudo o que digo, faço e vivo.

Às minhas irmãs, Giovanna e Victoria, que tanto me inspiram e me orgulham por toda a força e a graça que emanam de seus espíritos femininos e combativos; que me ensinaram, na prática dura e bonita, a ampliar os primeiros sentidos da palavra sororidade até suas dimensões ética e política. Que nossas vozes se assemelhem enquanto houver vida.

Ao meu avô, Valdir Conceição, por toda uma vida dedicada ao amor, à alegria e à proteção dos seus, e traduzida em uma fortaleza na qual posso repousar meu coração partido por seu silêncio.

À Marcela Moreti, por me possibilitar amar sem medo; por ser comigo uma família, razão que me sustenta em dias difíceis e me edifica; por consolidar em mim a certeza de que uma vida é insuficiente para viver dignamente a beleza desse amor e, enfim, por me nutrir com a esperança de poder todos os dias eternizar para você um pouco da graça que você naturalmente desperta em mim.

Às amigas, companheiras e também irmãs Amanda Azzali, Julia Paolucci, Cali Segnini e Camila Paulino, e ao amigo, companheiro e também irmão Lorenz Gobbi, pelo apoio, compreensão e paciência, pelo amor e carinho, pela diversão e consolo. Não há solidão na mera lembrança de seus nomes.

Aos queridos Juliano Amaral, André Bufoni e Jorge Correia, por fortalecerem minha voz como parte de um potente coro que me revela, na prática dura e bonita, que os embates contra o silenciamento dos marginais não são jamais travados em solidão.

À CAPES, pelo apoio à pesquisa e pelo privilégio da seguridade que me foi concedido. Que o fôlego aqui representado faça jus à confiança que ainda resta depositar no trabalho acadêmico e que iluminou meu percurso, em respeito àqueles que permanecem na escuridão do desamparo apesar de seu talento e empenho.

*- nossos poemas conjuram e gritam -*

*O silêncio mordido,  
antes o pão triturado  
de nossos desejos,  
avoluma, avoluma  
e a massa ganha por inteiro  
o espaço antes comedido  
pela ordem.  
E não há mais  
quem morda a nossa língua  
o nosso verbo solto  
conjugou antes  
o tempo de todas as dores.  
E o silêncio escapou  
ferindo a ordenança  
e hoje o anverso  
da mudez é a nudez  
do nosso gritante verso  
que se quer livre.*

*Conceição Evaristo, Da conjuração dos versos*

## Resumo

O presente trabalho analisa discursos sobre a fala de mulheres em condição de candidatura à Presidência da República do Brasil, com especial destaque à abordagem de sua voz, produzidos e/ou veiculados pela mídia brasileira contemporânea e materializados em textos de jornais e revistas de circulação nacional, bem como os pronunciamentos efetivos das candidatas, a fim de demonstrar que tais discursos não somente condicionam as performances de fala pública dos sujeitos de uma sociedade, em geral, e destas candidatas, em particular, mas também produzem as descrições, os comentários e as avaliações dessas performances. Sobretudo, aventamos a possibilidade de compreender o papel desempenhado por tais discursos na construção e/ou na atribuição mais ou menos legítima daquilo que é compreendido como carisma, com vistas a cercar uma nossa hipótese segundo a qual a noção de carisma é mobilizada como um instrumento privilegiado de interdição da fala feminina do espaço público brasileiro. Com base na Análise do Discurso derivada de Michel Pêcheux e em contribuições de Michel Foucault, buscaremos identificar o que se diz sobre a fala, a voz e o carisma feminino e como são formulados os enunciados a esse respeito, durante as campanhas eleitorais para a Presidência da República em que a representação feminina se mostrou mais frequente e intensa nos jornais e revistas em questão. Mais precisamente, nosso propósito é o de responder a perguntas como as seguintes: o que e como a mídia brasileira falou dos pronunciamentos e das regularidades e variações da voz das candidatas, nas campanhas eleitorais em que a mulher foi representada de maneira mais significativa? Quais são e de quais campos provêm os enunciados quando a mídia trata da fala e da voz feminina? Quais são as estratégias retóricas e as qualidades linguísticas das candidatas mencionadas em textos midiáticos? Há variações no tratamento dispensado à fala e à voz da mulher, na medida em que elas são descritas por colunistas e articulistas considerados progressistas ou conservadores, especialistas ou não especialistas? De que maneira a conjunção entre elementos linguísticos, como modalizações e marcas da oralidade, e recursos vocais, isto é, modulações prosódicas de melodia, dinâmica e qualidade de voz, contribui para a construção de imagens e identidades do falante e de ouvintes nos discursos? De que maneira essas imagens e identidades favorecem ou prejudicam a constituição e percepção do carisma? E, por fim, de que maneira se pode considerar que sobre a fala feminina, em geral, e sobre essas modulações, especificamente, incide o

funcionamento da memória discursiva, tanto no âmbito de sua produção quanto de sua recepção? Com a intenção de formular respostas a essas questões, analisaremos uma série de textos dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e das revistas *Veja* e *CartaCapital*, publicados entre os anos de 2006 e 2018, bem como pronunciamentos de candidatas à Presidência da República veiculados pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e por debates transmitidos por canais de tevê aberta durante o mesmo período.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Discurso Político; Mídia; Gênero; Voz.

## Resumé

Le présent travail vise à analyser les discours sur le discours des femmes en condition de candidature à la présidence de la République du Brésil, avec un accent particulier sur l'approche de leur voix, produites et/ou diffusées par les médias brésiliens contemporains et matérialisées dans des textes de journaux et magazines de diffusion nationale, ainsi que les discours effectifs des candidats, afin de démontrer que de tels discours conditionnent non seulement les performances oratoires des sujets d'une société, en général, et de ces candidats, en particulier, mais aussi produire les descriptions, commentaires et évaluations de ces performances. Nous proposons surtout la possibilité de comprendre le rôle joué par de tels discours dans la construction et/ou dans l'attribution plus ou moins légitime de ce qu'on entend par charisme, en vue d'entourer notre hypothèse selon laquelle la notion de charisme est mobilisé comme instrument privilégié d'interdiction de la parole féminine dans l'espace public brésilien. A partir de l'Analyse du Discours issue de Michel Pêcheux et des apports de Michel Foucault, nous chercherons à identifier ce qui se dit sur la parole, la voix et le charisme féminin et comment les propos en la matière sont formulés lors des campagnes électorales pour la Présidence de la République dans lesquelles les femmes la représentation était plus fréquente et intense dans les journaux et magazines en question. Plus précisément, notre objectif est de répondre à des questions telles que les suivantes: de quoi et comment les médias brésiliens ont-ils parlé des déclarations et des régularités et variations de la voix des candidats, dans les campagnes électorales où les femmes étaient représentées de manière plus significative? Quels sont et de quels champs proviennent les déclarations lorsque les médias traitent de la parole et de la voix féminines? Quelles sont les stratégies rhétoriques et les qualités linguistiques des candidats mentionnés dans les textes médiatiques? Y a-t-il des variations dans le traitement accordé à la parole et à la voix des femmes, dans la mesure où elles sont décrites par des chroniqueurs considérés comme progressistes ou conservateurs, spécialistes ou non spécialistes? Comment la conjonction entre des éléments linguistiques, tels que les modalisations et les marques d'oralité, et les ressources vocales, c'est-à-dire les modulations prosodiques de la mélodie, de la dynamique et de la qualité de la voix, contribue-t-elle à la construction des images et des identités du locuteur et des auditeurs dans les discours? Comment ces images et identités favorisent-elles ou nuisent-elles à la constitution et à la perception du charisme? Et, enfin, comment considérer que

la parole féminine, en général, et ces modulations, en particulier, affectent le fonctionnement de la mémoire discursive, tant au niveau de sa production que de sa réception? Dans le but de formuler des réponses à ces questions, nous analyserons une série de textes des journaux *Folha de São Paulo* et *O Estado de São Paulo* et des magazines *Veja* et *CartaCapital*, publiés entre 2006 et 2018, ainsi que des déclarations de présidents da República diffusé par les Heures Gratuites de Propagande Électorale (HGPE) et par des débats diffusés sur les chaînes de télévision ouvertes durant la même période.

**Mots-clé:** Analyse du Discours; Discours Politique; Media; Genre; Voix.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo I: Carisma, palavra, poder.....</b>	<b>17</b>
1.1. A palavra mágica na Grécia Arcaica.....	19
1.2. Exercício metalinguístico na Antiguidade .....	28
1.3. Entre a arte e a política: o falar como técnica.....	36
1.4. Entre subjetividade e objetividade: a performance carismática .....	43
1.5. Eloquência como performance carismática.....	50
<b>Capítulo II: Voz e discurso .....</b>	<b>56</b>
2.1. Um lugar para a voz na teoria discursiva .....	56
2.2. A mágica da enunciação.....	64
2.3. Instrumentos para uma análise discursiva da voz.....	69
<b>CAPÍTULO III: Discursos sobre a fala pública e a voz feminina.....</b>	<b>78</b>
3.1. Cangaço, guerrilha, seringale e sala de estar: o berço de cada ira.....	82
3.1.1. Memória do cangaço: a língua afiada de Heloísa Helena.....	82
3.1.2. Histórico de guerrilheira: a voz imposta de Dilma.....	103
3.1.3. Resistência selvagem: a fúria bondosa de Marina Silva .....	116
3.1.4. Discurso de Chiquitita: o dedo em riste de Luciana Genro .....	130
3.2. Ressentimento de mulher: um duelo entre público e privado.....	136
<b>Capítulo IV: A fala pública e a voz feminina no discurso político brasileiro .....</b>	<b>194</b>
4.1. A voz de Heloísa Helena.....	197
4.2. A voz de Luciana Genro .....	209
4.3. A voz de Dilma Rousseff .....	216
4.4. A voz de Marina Silva.....	233
<b>Considerações finais.....</b>	<b>240</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>249</b>

## Introdução

“A história da oposição masculina à emancipação das mulheres é talvez mais interessante do que a própria história dessa emancipação”.  
(Virginia Woolf, *A room of one's own* [1929] [tradução nossa])<sup>1</sup>

Não é sem uma instintiva hesitação inicial que se pode endossar a expressão de Woolf. É, pois, sob a pena de ver entregue aos homens o protagonismo da narrativa sobre as incansáveis lutas das mulheres no decurso da história que se arrisca a sugerir não a clássica e fundamental interrelação entre poder e resistência que assegura a dominador e dominado condições de existência como tais, mas um consciente e polêmico exercício de deslocamento da perspectiva que honra o oprimido para aquela que cerca o opressor. Isto porque, para Woolf e também para nós, o interesse pelo conhecimento dos instrumentos e técnicas de manutenção do poder, bem como suas vilezas e violências, deve integrar a agenda dos que dedicam esforços em favor daqueles que se veem subjugados por este mesmo poder. O registro da urgência observada pela inglesa, porém, não necessariamente condiz com suas inclinações pessoais mais íntimas, assim como, seguramente, não condiz com as nossas. Os sentidos que pareciam ocultos aos olhos defensivos, afinal, emergem de sua própria formulação linguística na forma do que se pode interpretar como um argumento: sabemos que há muito a se perder nas traduções, mas apenas uma leitura mais atenta notará que, certamente não ao acaso, Woolf atribui à oposição masculina a palavra *history*, que empresta os seus sentidos de fatos objetivos, evidências empíricas e verdades institucionais, enquanto a emancipação feminina é relegada à condição de uma *story*, termo cujos sentidos dialogam com relatos subjetivos, invenções imateriais e ficções inverídicas – uma diferença ignorada pela língua portuguesa, mas não alheia à sociedade inglesa das primeiras décadas do século XX e, também, à realidade brasileira contemporânea. Com efeito, aqui, com base em sua forte consistência e longa duração,

---

<sup>1</sup> “*The history of men's opposition to women's emancipation is more interesting perhaps than the story of that emancipation itself.*”

pode-se dizer que a história da oposição masculina à emancipação feminina é, se não mais interessante, essencialmente menos folclórica do que a desta própria emancipação.

É claro que não se pode desconsiderar ou atribuir menor importância às conquistas feministas em direção à igualdade entre gêneros que Woolf não viu se consolidarem local e mundialmente devido à sua morte prematura, como, por exemplo, a ocupação dos espaços acadêmicos e o aprofundamento das construções propriamente teóricas que a chamada “segunda onda” feminista obteve como resultado de suas lutas a partir do final da década de 1960. Mas é fato que, no Brasil atual, a representatividade feminina em posições de liderança, seja no meio intelectual, empresarial ou político, está longe de ser ideal. Segundo o Mapa Global de Mulheres na Política do ano de 2020, relatório da Organização das Nações Unidas e da União Interparlamentar, o país apresentava participação de 14,6% de mulheres no Parlamento, ocupando apenas a posição 140 entre 193 países. Dentre os 513 deputados brasileiros, apenas 75 são mulheres e, entre os 81 senadores eleitos, somente 11 cadeiras são delas. No ranking de representatividade feminina no governo, o desempenho brasileiro é ainda pior: o governo de Jair Bolsonaro apresenta índice bem abaixo da média mundial de 20,7%, com apenas duas mulheres entre 22 ministros, totalizando 9%. Não cremos, é claro, que se deva advogar por uma representatividade meramente estatística da população feminina, considerando que esta seria uma tarefa impossível; primeiro, por não haver meios de determinar quais setores sociais devem ser representadas ou não, e depois, talvez sobretudo, porque, ainda que esta tarefa fosse exequível, não asseguraria por si só a representação de interesses organizados (PINTO, 2001). No entanto, o país vivencia o extremo inverso dessa hipótese, em que se vê a dominação de setores muito exclusivos da população no parlamento brasileiro: além das mulheres, a presença de trabalhadores e do povo negro é também restrita ali, contrastando, por exemplo, com o grande número de proprietários de terras ou lideranças evangélicas. Observamos, assim, que a situação da mulher no espaço público deve ser, indubitavelmente, encarada em um contexto amplo de exclusão.

Entendemos que a baixa representatividade das mulheres em cargos eletivos no Brasil seja resultado, é claro, de um processo histórico de longa duração que se relaciona intimamente com a oposição masculina à emancipação feminina, conforme nos alertava Woolf. Dentre os instrumentos e técnicas mobilizados pelo homem a fim de constranger e silenciar as mulheres, a língua está, inequivocamente, na posição de maior poder. Desde o castigo infligido a Eva por Deus por decorrência do pecado capital, passando pelos

ensinamentos dos grandes mestres retores e dos pressupostos de consagrados cientistas, até se difundir pelo alcance global das mídias modernas, à voz da mulher foi insistente e constantemente atribuído um solitário e perigoso poder: o de corromper a ordem dos homens, da família e da sociedade. No Livro do Gênesis, a fala masculina é conduzida pelo intelecto e pela razão, características que faltam à fala feminina, que se deixa consumir por emoção e paixão e resulta em merecido castigo. Aristóteles, por sua vez, diria que as mulheres são “mais vazias de vergonha e autorrespeito, mais falsas em discurso e mais enganosas que os homens” (História dos Animais IX, 1989, 608b, 16-17). Em respeito à tradição de legitimar o silêncio reservado às mulheres no espaço público, o naturalista Darwin postula que, enquanto o macho dispenderia sua energia vital “em disputas ferozes com rivais, no deslocamento em busca por fêmeas e no exercício de sua voz” (1871, parte 2, cap. VIII, p. 254), a fêmea reserva suas energias para a formação de seus óvulos, uma indispensável garantia da preservação da espécie. Já na mídia brasileira contemporânea, em apenas um dos incontáveis trechos jornalísticos que representam disforicamente a fala pública da ex-Presidenta, diz-se que o cérebro de Dilma “é um dos órgãos com menor eficiência e apetrechamento da máquina estatal brasileira em todos os tempos”<sup>2</sup>, um indício da loucura que justificaria até mesmo sua alienação da sociedade por condição de uma internação em um sanatório; em outra passagem, aconselha-se taxativamente que evite falar em público<sup>3</sup>. Acerca dessas regularidades, que ecoam de tempos imemoriais, Jamieson nos explica que

[...] nomes tais quais “bruxas”, “hereges”, “histéricas” e “putas” rotularam mulheres que se engajaram, ao longo da história, em atos de fala ilegais ou imorais que, em última instância, figuravam como uma ameaça à autoridade masculina ao apropriar-se de suas habilidades, constituindo um risco à ordem social. Ao condenar a mulher expressiva, e de maneira ainda mais impetuosa aquelas já estigmatizadas não apenas por seu gênero, mas também e talvez sobretudo por sua classe social, sua raça, seu credo e, enfim, seu capital simbólico, os nomes que lhes são atribuídos convidam suas irmãs ao silêncio. (JAMIESON, 1988 *apud* CASANOVA, 2018, p. 14.)

Em geral, a gênese dessas dissonâncias que se quer estabelecer entre um estilo de fala considerado feminino e sua contraparte masculina, seja como um produto da natureza, da cultura ou da ordem divina, são consistentemente e efetivamente

---

<sup>2</sup> ARNALDO, C. Arnaldo Celso: ‘Cada frase de Dilma valeria uma internação no sanatório’. Revista Veja, 6 ago. 2010. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/celso-arnaldo-8216-cada-frase-de-dilma-no-debate-valeria-uma-internacao-no-sanatorio-8217/>>. Acesso em 03 mar. 2020.

<sup>3</sup> O ESTADO de São Paulo. Os embaraços de Dilma. O Estado de São Paulo, 09 mar. 2016. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.os-embaracos-de-dilma.10000020242>>. Acesso em 03 mar. 2020.

desconhecidas ou ignoradas pelos mesmos que as reiteram e as procuram certificar. É possível e provavelmente pouco inusitado arriscar pensar que a investigação de sua origem e até mesmo a comprovação da existência dessa aparentemente tão clara distinção importe menos do que a validade de sua função enquanto um instrumento legitimador dos estigmas que recaem sobre a expressão feminina e que servem à manutenção das relações de poder entre gêneros na sociedade ocidental que, como vimos, resiste aos tempos modernos.

Em trabalhos anteriores, pudemos constatar a posição privilegiada que ocupam as mídias na perpetuação dos estigmas que recaem sobre a mulher em condição de fala pública, seja ela no desejo ou no próprio exercício do poder, ainda mais forte e intensamente neste último. Em certo sentido, autorizamos-nos a considerar a empreitada anterior bem-sucedida, na medida em que nos possibilitou a apreensão do papel que desempenha a imprensa em nome da violenta missão outrora operada pelos discursos religiosos, jurídicos e científicos em nome da manutenção das relações de poder que sufocam a voz feminina no espaço público. A excelência de sua dinâmica de funcionamento está hoje evidentemente atrelada aos efeitos da globalização, que demolem fronteiras e encurtam distâncias, ampliando suas audiências de modo a potencialmente ignorar suas discrepâncias ideológicas, mas não somente: certamente, há condições de produção favoráveis a esse tipo de discurso que são gestadas no ventre perverso do capital. Para nos fazer refletir sobre este tópico, Hardt & Negri (2001) apontam que

A mídia há muito se posicionou como a voz ou até mesmo a consciência do Povo, em oposição ao poder de estados e de interesses privados do capital. É apresentada como mais um sistema de controle mútuo da ação governamental, oferecendo uma visão objetiva e independente de tudo que o Povo quer ou precisa saber. Há muito está claro, entretanto, que a mídia é, na realidade, não muito independente do capital por um lado e dos Estados, por outro. (HARDT & NEGRI, 2001, p. 333)

Certamente, a despeito da natureza do castigo infligido às mulheres ter sofrido metamorfoses ao longo de séculos de discriminações, não podemos confiar ter extinguido o calor das fogueiras e a solidão dos manicômios que, em tempos passados, serviram ao silenciamento daquelas que, mesmo em face da vontade alheia por sua submissão, não se calaram. Para além dos perigos das ruas escuras e dos covardes punhos de seus cônjuges, no espaço público ou no âmbito privado, há poderes que se levantam, não pela repressão e pela violência, mas pela astúcia e sutileza, em nome dos homens. Sobre esta dinâmica já nos alertaram pensadores tão caros às teorias às quais nos filiamos, como Althusser e

Foucault: nessa ordem midiática globalizada, o poder não se exerce pela repressão, da mesma forma que não se autoriza tanto a punir quanto se presta a controlar, mas encontra um meio para agir justamente quando incita e quando produz – produz e incita práticas e discursos que, mediante o disfarce vil de seus próprios métodos, exerce controle sobre aquilo que se diz e aquilo que se cala, assim como sobre aquilo que se escuta e aquilo que ensurdece. Sob esta ótica, pretendemos propor uma discussão em que os discursos midiáticos acerca da voz e da fala feminina sirvam não apenas para estabelecer normas e prescrições sobre aquilo que é falar bem e falar mal, ocultando sua própria função, mas também para estabelecer regimes de escuta sobre essas falas. Assim pretendemos que se justifique a pertinência da tomada dos discursos midiáticos em relação a essas falas como *corpus* central de nosso trabalho de pesquisa, na esperança de poder demonstrar que tais discursos são providos da capacidade de produzir descrições, comentários e avaliações dessas performances, determinando o gosto e o desgosto que brotam da escuta pública, e também de condicionar as performances de fala pública dos sujeitos de uma sociedade, em geral, e das candidatas mulheres, em particular. A mídia assume, pelo seu poder e seu alcance, papel similar à educação do orador e, simultaneamente e por extensão, de sua própria audiência.

Funcionando muitas vezes como uma intermediadora entre ambos – orador e audiência –, a mídia parece dividir espaço com um conceito que historicamente se sabe encontrar neste mesmo terreno solo fértil para emergir e se estabelecer: o carisma. Em “*A voz de Dilma: performances oratórias e discursos sobre a fala da Presidenta*” (cf. CASANOVA, 2018), demos um passo inicial em direção de compreender a instituição de um consenso que se distribuiu entre povo, mídia e setores mais ou menos especializados, como psicólogos e analistas políticos, cujas fundações se estabeleceram ao longo de um processo de circulação sistemática de representações disfóricas acerca de seu desempenho oratório e segundo o qual Dilma era desprovida de qualidades carismáticas. Com efeito, a etimologia do termo *carisma* nos revela que suas primeiras acepções e usos se relacionam às características da liderança que foram atribuídas diretamente pelos deuses, como um favor, dom e graça divina, e que se manifestam através dos poderes de sedução e persuasão manifestados nas performances de fala pública desses líderes, mas a literatura sociológica já há muito nos conduziu a uma compreensão mais terrena do fenômeno. Vimos, neste trabalho anterior, que o carisma que se nega à ex-Presidenta é tomado como uma espécie de nostalgia conceitual, de modo

que se o compreende antes como um atributo inato do que como uma habilidade ou técnica que se pode almejar dominar. Certamente, o político ideal, em particular em sua condição de orador, é eloquente e carismático, contudo, entendemos que se constitui como tal não apenas com base em sua própria performance, mas principalmente na relação que seu desempenho estabelece com os dizeres sobre a fala pública que atuam no direcionamento de sua escuta. Desse modo, os julgamentos positivos e negativos a seu respeito, bem como a credibilidade e ainda mais particularmente a eloquência e o carisma, tão frequentemente mobilizados tanto pelo despojamento do cidadão comum quanto pela consistência de especialistas de diferentes áreas de conhecimento como componentes do espírito humano, portanto essenciais, consistem, antes, em substratos históricos, sociais e discursivos, e passam quase sempre ao largo dessa sua condição (CASANOVA, 2018). No entanto, ainda que tenhamos sido capazes de tirar proveito das conclusões às quais chegamos, colhemos também muitos frutos em forma de novos questionamentos. Como efetivamente se constroem as relações entre falar e ser carismático nos discursos midiáticos acerca da fala pública feminina? Quais são as estratégias retóricas e as qualidades linguísticas das candidatas mencionadas por especialistas e não especialistas em textos midiáticos? Quais são e de quais campos provêm os enunciados retomados, reformulados e apagados, quando a mídia trata da qualidade, das características e das transformações das falas e da voz feminina em associação com a atribuição ou interdição de suas características carismáticas? Há variações no tratamento dispensado à fala e à voz da mulher, na medida em que elas são descritas por jornalistas considerados progressistas ou conservadores? De que maneira a conjunção entre elementos linguísticos, como modalizações, interpelações e marcas da oralidade, e recursos vocais, isto é, modulações prosódicas de melodia, dinâmica e qualidade de voz, contribui para a construção de imagens e identidades do falante e de ouvintes nos discursos? Existe efetivamente lugar para a constatação e, sobretudo, para a constituição de um carisma feminino no espaço público brasileiro? Com a intenção de formular respostas a essas questões, analisaremos uma série de textos dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e das revistas *Veja* e *Carta Capital*, publicados entre os anos de 2006 e 2018, bem como pronunciamentos de candidatas à Presidência da República veiculados pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e por debates transmitidos por canais de tevê aberta durante o mesmo período.

Nossa hipótese de trabalho é a de que a noção de carisma seja mobilizada como um instrumento privilegiado de interdição da fala feminina do espaço público brasileiro. Ao possibilitar esta crítica, não pretendemos, de forma alguma, proceder a uma imposição pretensamente elitista, como se quiséssemos que o termo fosse empregado em seus contornos acadêmicos provindos dos campos sociológico, antropológico e psicológico. Estamos falando, aqui, sobre como o deslizamento nostálgico de sentido do carisma serve à discriminação de gênero no campo político por meio da fala pública e de suas representações, de modo que sua própria naturalização e essencialização atuam como sutil e eficaz disfarce ao potencial controle e poder que exercem. O exercício intelectual institucionalizado que se faz sobre o conceito de carisma não se constitui, pois, como aquilo que se quer ou aquilo que deve ser, mas unicamente sobre aquilo que de fato é, ou seja, trata-se de uma descrição do fenômeno carismático que se dá entre o líder e seus seguidores. Desta feita, destrinchar o conceito serve efetivamente à apreensão dos efeitos de sua manipulação hodierna, isto é, ainda que hoje algum espaço de fala seja cedido às mulheres, sob o pretexto do princípio de isonomia, a consistência e a longa duração de dizeres que atribuem valores pejorativos à fala feminina servem àqueles cujas posições ideológicas antagonizam a eficácia da ação de suas vozes sobre a realidade e, por extensão, a revolução da tradição do pertencimento masculino inato à atividade política.

Com efeito, na esteira da perspectiva discursiva que expusemos nos parágrafos anteriores, pode-se afirmar que os discursos produzem os oradores e suas reputações, as formas e os conteúdos de seus pronunciamentos e, ainda, as disposições e julgamentos de seus públicos e de suas demais recepções. Essas representações, assim como podem incidir sobre o imaginário social acerca do orador público e do sujeito político, não são isentas do peso da história, da realidade social e, portanto, de dizeres passados a esse respeito. Dessa forma, por um lado, esses discursos reproduzem relações de poder e dominação que, em regra, maculam e mazecam aqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade por não compartilharem do credo, da raça, do gênero e/ou da classe social de prestígio, mas também, por outro, integram uma dinâmica que detém um potencial transformador significativo sobre elas. Em franco diálogo também com o conceito de carisma e de maneira muito produtiva para os objetivos que impregnam este trabalho de potencial produtividade acadêmica, a performance vocal, na fala pública, materializa essa possibilidade ao se constituir perante a nós como um instrumento de

possíveis investidas contra a estabilização da memória discursiva e, portanto, da emergência de um acontecimento.

Em nosso interesse pela fala pública de mulheres em condição eleitoral, não poderíamos deixar de voltar particular – ainda que não exclusiva – atenção para uma de suas componentes mais representativas da incorporação do feminino: a voz. Além de ser concebida como marca indelével do feminino, a dimensão vocal é particularmente importante para a construção das apreciações e depreciações que recaem sobre os desempenhos oratórios, em geral, e dessas mulheres, em particular. Componente fundamental dessas performances, ela está entre a língua e o corpo, não mais como os ruídos do último, mas não ainda como as formas da primeira<sup>4</sup>, e, a despeito de poder fazê-lo com muito proveito, a Análise do Discurso ainda pouco a estudou, mantendo-se refém de naturalizações a seu respeito. A despeito de seus desenvolvimentos e sua consolidação, a reflexão em AD, desde seu início, insinuava a pertinência, mas não se dedicava efetivamente ao estudo da instância material de circulação do discurso. A princípio, a AD derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo viu-se frente à necessidade de relegar as maneiras de dizer para um lugar de menor importância em relação à urgência de se identificar a ideologia que determina o que é dito; caminhou em direção de abarcá-las quando passou, posteriormente, a considerar as relações intrínsecas entre o inter e o intradiscurso. Mas “é apenas relativamente recente sua consideração dos dispositivos discursivos que condicionam o que se diz, as modalidades desse dizer e seu regime de circulação: todo enunciado diz algo e necessariamente o faz de certo modo, valendo-se de certo meio” (PIOVEZANI, 2011, p. 97). Em seus últimos textos, o próprio Pêcheux discorria sobre as metamorfoses do discurso político, alertando-nos acerca das ligações desse campo discursivo às mídias e, posteriormente, no Brasil, Eni Orlandi concebeu a tricotomia constituição/formulação/circulação para tratar dos processos de produção dos sentidos<sup>5</sup>; ainda assim, por décadas a AD continuou a contornar a problemática da incidência dos suportes do discurso sobre sua significação. No entanto, as intensas e velozes transformações do discurso político televisionado impedem efetivamente o refreamento de tais atualizações teóricas e metodológicas em anos mais recentes. Em outras palavras,

as mudanças do objeto de análise impõem forçosamente que se empreendam transformações teóricas e metodológicas: quando se trata

---

<sup>4</sup> Cf. Agamben (2006).

<sup>5</sup> Cf. Orlandi ([2001] 2005).

do discurso político na televisão, em relações homólogas ou díspares com a linguagem verbal, o corpo e a voz, as imagens e a tela desempenham funções fundamentais... numa palavra: a circulação faz sentido. (PIOVEZANI, 2008, p. 18)

Nessa direção, desde o início de nossas investidas acadêmicas, consideramos que os usos da voz no discurso político parecem ser um lugar privilegiado para a observação desses fenômenos. Importa, numa perspectiva discursiva, atribuir a possibilidade de produção de sentidos pelos sons da voz ao funcionamento de um quadro dinâmico, pois determinado historicamente, em que circulam discursos sobre os usos da voz e que constrói uma rede de valores e sentidos outros com os quais esses sons interagem, de modo a permiti-la que lhes determine os processos de produção pela fala e de recepção pela escuta. Desta feita, se a voz produz sentidos é porque antes nela se projetaram outros através do simbolizar historicamente que é particular aos homens. E ela própria assume contornos discursivos na medida em que tomamos o discurso como uma prática simbólica inscrita na história, que se modifica à medida que se produz no interior de diferentes campos discursivos e que se confronta e/ou se coaduna com outros dizeres que ali circulam.

É necessário, portanto, procurarmos compreender de que maneira e em que medida a dimensão vocal, situada entre a língua e o corpo, se revela importante também para construir as próprias apreciações e depreciações dos desempenhos de fala pública no campo político, animando uma dinâmica de discursos e práticas que darão forma aos sons que, por sua vez e de maneira metonímica, reproduzem e/ou transformam os sentidos. Para tanto, é preciso que, na esteira dos dizeres de Woolf, invertamos a lógica do senso-comum em relação à escuta dos pronunciamentos políticos em geral e, mais especificamente, femininos: assim como a fala pública em si, a própria escuta se constitui com base no que se diz a respeito do que dizem as mulheres públicas. Desta forma concebido este elo, as representações dos pronunciamentos das candidatas, em geral disfóricas e pejorativas, como veremos, constituindo um dos recursos de que se valem os homens para antagonizar possíveis progressos da emancipação feminina, condicionariam suas performances oratórias, que encerrariam, portanto, um construto social, histórico e discursivo.

Assim, nosso trabalho pretende analisar discursos sobre a fala de mulheres em condição de candidatura à Presidência da República do Brasil, com especial destaque à abordagem de sua voz, concebida, aqui, como uma metonímia do funcionamento

discursivo descrito, que foram produzidos e/ou veiculados pela mídia brasileira contemporânea e materializados em textos de jornais e revistas de circulação nacional, bem como os pronunciamentos efetivos das candidatas, a fim de demonstrar que tais discursos não somente condicionam as performances de fala pública dos sujeitos de uma sociedade, em geral, e destas candidatas, em particular, mas também produzem as descrições, os comentários e as avaliações dessas performances. Com base na Análise do Discurso derivada de Michel Pêcheux e em contribuições de Michel Foucault, buscaremos identificar o que se diz sobre a fala e a voz feminina e como são formulados os enunciados a esse respeito, durante as campanhas eleitorais para a Presidência da República em que a representação feminina se mostrou mais significativa (com participação em debates televisivos, tempo significativo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e obtendo porcentagem expressiva dos votos). Mais precisamente, nosso propósito é o de responder a questões como as seguintes: o que e como a mídia brasileira falou dos pronunciamentos e da voz das candidatas, nas campanhas eleitorais em que a mulher foi representada de maneira mais significativa? Quais são as estratégias retóricas e as qualidades linguísticas das candidatas mencionadas por especialistas e não especialistas em textos midiáticos? Há variações no tratamento dispensado à fala e à voz da mulher, na medida em que elas são descritas por colunistas e articulistas considerados progressistas ou conservadores? De que maneira a conjunção entre elementos linguísticos, como modalizações, interpelações e marcas da oralidade, e recursos vocais, isto é, modulações prosódicas de melodia, dinâmica e qualidade de voz, contribui para a construção de imagens e identidades do falante e de ouvintes nos discursos, mais particularmente em relação ao reconhecimento de seu carisma? E, por fim, de que maneira se pode considerar que sobre a fala feminina, em geral, e sobre essas modulações, especificamente, incide o funcionamento da memória discursiva, tanto no âmbito de sua produção quanto de sua recepção?

Isto posto, esclarecemos que as atividades de pesquisa e escrita impuseram a este trabalho uma divisão em quatro capítulos. Na primeira parte, faremos uma discussão acerca do conceito de carisma tal qual se nos apresenta pela via dos estudos sociológicos, ainda que este não seja o principal caminho sobre o qual se estrutura nossa reflexão, com o intuito, porém, de apontar um terreno comum sobre o qual se assenta a liderança carismática de maneira indissociável com a performance oratória. Na sequência, cumpre explorar a ideia de eficácia do simbólico e da palavra, a fim de desvelar suas dinâmicas

de funcionamento e suas condições de emergência, contextualizando o poder agentivo da enunciação em si e, por extensão, dos usos da voz.

Já no segundo capítulo, propomos refletir sobre o papel que a voz desempenha nos processos de construção dos sentidos nos discursos, em uma perspectiva abrangente, e em circunstâncias de fala pública feminina, sob um enfoque mais particular, defendendo que, se os discursos produzem a escuta, eles também produzem a fala e a voz: não há som, portanto, sem o sentido que o produz. Propomos ainda contemplar um lugar possível para a voz no interior de uma perspectiva discursiva alinhada às ideias e proposições de Michel Pêcheux e de seu grupo, buscando sublinhar as potencialidades e limitações teóricas e metodológicas de tal abordagem para o trabalho efetivo com seus usos e efeitos e, eventualmente, incorporando outros aportes das ciências da linguagem que já lidaram, às suas maneiras, com as facetas mais diversas da relação entre som e sentido.

No terceiro capítulo, fazemos a apresentação e análise efetiva das sequências discursivas extraídas das revistas e dos jornais em questão sobre a fala e a voz das mulheres candidatas, com o intuito de i) identificar a quais formações discursivas filiam-se os enunciados midiáticos sobre o desempenho oratório, linguístico e vocal das candidatas e o papel desempenhado pelas condições de produção na constituição, formulação e circulação desses dizeres; ii) descrever e interpretar as reincidências e variações nas estratégias discursivas, nas modalidades enunciativas, nas formas remissivas, nas escolhas lexicais e nas articulações sintáticas empregadas nos textos que tratam da fala e do carisma feminino na mídia, além da atenção que se dispense na relação entre ambos; iii) reconhecer as identidades, as regularidades e as diferenças no tratamento (especializado/leigo) dispensado à melodia e à qualidade da voz e à dinâmica de fala feminina, se e quando elas são tematizadas em contextos eleitorais, em jornais e revistas mais ou menos progressistas ou conservadores, de maior ou menor circulação, e iv) identificar as possibilidades de constituição de uma liderança carismática feminina a partir das representações midiáticas a respeito das performances oratórias das candidatas.

A quarta e última parte deste trabalho presta-se a apresentar e analisar efetivamente sequências discursivas extraídas dos pronunciamentos das candidatas à Presidência no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e dos debates televisionados, com vistas a depreender as formas de mobilização das três componentes da fala pública feminina, quais sejam, a língua, o corpo e a voz, e mais bem compreender as implicações que exercem esses modos de funcionamento da mídia na intermediação desses

pronunciamentos. A ideia central do capítulo é desmistificar o caráter que se quer essencial do carisma feminino, constituído por meio da performance, indicando a produção de efeitos de sentido que podem exercer forças distintas na audiência a depender dos regimes de escuta aos quais se associam seus potenciais ouvintes.

Desta feita, entendemos que analisar os discursos sobre a fala e a voz feminina na mídia brasileira contemporânea nos permitirá i) mais bem interpretar nossa sociedade, uma vez que os sujeitos que falam sobre a fala e a voz inscrevem-se em distintas posições sociais, ao enaltecerem ou reprovarem certos modos de usá-la; ii) refletir sobre certos traços de nossa própria condição humana, tendo em vista nosso objetivo de depreender alguns aspectos da fala sobre nossa própria fala, ou seja, de uma sua consciência de si, de que, em princípio, só o homem parece ser capaz; e iii) mais bem compreender seus usos e suas transformações em nossos tempos, na medida em que as propriedades e metamorfoses oratórias e vocais respondem mais ou menos diretamente aos enunciados que tratam da fala pública e da voz e dos sujeitos que a utilizam.

## **Capítulo I**

### **Carisma, palavra, poder**

“Abre-te, Sésamo!”: um enunciado que, para legislar sobre a ordem das coisas, bastava que fosse pronunciado, e se abria a montanha para o homem. Provavelmente, poucos são os que podem dizer que nunca desejaram laçar com a língua o pescoço das

palavras que dariam acesso ao tesouro de Ali-Babá. No princípio era o Verbo, e bastava a enunciação divina chamar pela luz que, do germe verbal, podia-se efetivamente conhecer a luz, e também pelo verbo reconhecer sua distinção com as trevas e dela separá-la. Definitivamente não por acaso, Goethe, na ocasião da escrita de Fausto, reflete sobre o sentido de “*verbum*” e, mesmo hesitando entre traduzi-la por “*sinn*” (sentido) ou “*kraft*” (força), opta com segurança pela palavra “*tat*” (ação). Embora não inteiramente original, à tradução de Goethe atribuímos o mérito de ter elaborado de maneira concisa e precisa a ideia de que, no tempo mítico, a palavra equivale a ação. Um tempo longínquo, mágico, transcendental ou milagroso, de cujo conhecimento ou curiosidade extraímos a desesperançosa crença de sermos, nós todos, herdeiros miseráveis de um conhecimento superior. Afinal, costumeiramente pensa-se que já há muito se foi o tempo em que um saber cercado de mistérios refletia no domínio da palavra um poder criador, no qual dizer equivale a ordenar – manter ou alterar a disposição das coisas de acordo com o enunciado no momento exato da enunciação.

Ao perseguir o caminho que percorremos na história das civilizações, guiados pelo poder de uma palavra tão eficaz quanto a de um deus ou de um herói, não há terreno mais fértil onde possamos desembarcar senão a Grécia Arcaica, onde grandes poetas como Homero e Hesíodo nos ensinam sobre como a palavra governa o heróico destino dos homens e ordena todas as coisas do mundo. Os gregos acreditavam, talvez mais do que qualquer outro povo, no poder criador das palavras, uma constatação amplamente difundida e aceita entre historiadores e academicistas de toda sorte, o que resulta no grande número de referências a esse fenômeno sem que se pense ser necessário justificá-lo. Ao remontar a história remota das ideias linguísticas, Desbordes, sobre esse fenômeno, afirma que “o que dizem os primeiros autores acerca da palavra é que ela é sobretudo uma maneira de agir sobre o mundo e os outros, o que confirma a atestação, no período arcaico, de todo um conjunto de práticas religiosas, mágicas e até 'médicas'” (DESBORDES, 1989, p. 154).<sup>6</sup>

De fato, segundo Desbordes, antes do período Clássico, em poetas como Homero e Hesíodo, encontra-se fartamente afirmações que atribuem à fala um poder único à medida que a constituem como um meio de agir sobre as coisas e sobre os seres do mundo.

---

<sup>6</sup> “*Ce que les premiers auteurs [...] disent surtout de la parole, c'est qu'elle est un moyen d'agir sur le monde et les êtres, ce que confirme l'attestation à l'époque archaïque de tout un ensemble de pratiques religieuses, magiques, voire 'médicales'.*”

É o tempo dos “mestres da verdade”, cuja fala se realiza mediante um certo tipo de performatividade da qual derivam profecias, encantos, curas e maldições. É no seio da reflexão e do questionamento acerca da eficácia desta palavra que surgem as primeiras preocupações e análises linguísticas no mundo ocidental, por volta do século VI a.C., quando o valor da prática poética sofre um deslocamento de sua manifestação para sua produção. Os poetas perdem o estatuto de “mestres da verdade” e migram para o conjunto dos “artesãos da palavra”, ao passo que sua linguagem, ao invés de mágica e transcendental, passa a ser vista como divisível e portanto passível de análise.

Neste capítulo, pretendemos dar forma às nossas reflexões acerca da eficácia da palavra, compreendida a partir da relação de indissociabilidade que com ela estabelece o exercício carismático, em uma exposição que traça um caminho entre o período arcaico e a modernidade ocidental e na qual possamos depreender os sentidos que impregnam nesta eficácia um exercício metalinguístico. Em última instância, nosso objetivo é apontar para a importância das revoluções tecnológicas da linguagem e as imposições de rupturas e continuidades que delas derivam sobre a eficácia da palavra – mais particularmente representadas pela normatização, ou, como preferimos, pela representação metalinguística, e pela performance, respectivamente, emblemáticas para a atividade retórica que então emerge. cremos que as interações entre essas rupturas e continuidades possam nos ser úteis na medida em que contribuem com a apreensão do conceito de carisma num formato passível de ser observado no cenário político contemporâneo a partir de uma análise de perspectiva discursiva. Por fim, nutrimos esperança de sermos capazes de desembocar, em um segundo capítulo, em apontamentos sobre uma possível contribuição da Análise do Discurso para a compreensão do fenômeno carismático, apreendido no seio da eloquência, no cenário político contemporâneo.

### **1.1. A palavra mágica na Grécia Arcaica**

“Tal é o sagrado dom das musas aos homens<sup>7</sup>”. Pelas palavras do poeta, que ressoam dos escombros de uma Grécia Arcaica e se fazem, hoje, disponíveis a nós apenas através de uma sua inscrição enfim material e palpável, ganhamos acesso àquilo que se constrói no interior dessa sociedade tradicional como fundamentalmente inalcançável para os homens: o poder da voz divina. Essas palavras a que hoje temos acesso são

---

<sup>7</sup> Teogonia de Hesíodo, v. 93.

indubitavelmente de Hesíodo, mas seu poder é por ele mesmo atribuído às musas, admitindo uma extensão desse poder à sua condição de árbitro prodigioso entre homens e deuses como um honroso benefício. Louvar ao poder das musas é, neste contexto, reafirmar e sobretudo legitimar a sua própria condição de mediador divino, como antes dele já fizera Homero. E, exatamente por essa razão, na Grécia dos séculos XII a VI a.C., a palavra falada do poeta e, além dele, a dos profetas e dos reis justiceiros, se constituía eminentemente como mais do que uma necessidade inerente a uma cultura ágrafa. Pela inspiração concedida pelas musas divinas, o uso de sua voz tem valor de *alétheia*, e sua função os caracteriza como mestres da verdade.

Se se pode dizer que *alétheia* traduz, ao mesmo tempo, verdade e realidade, para os gregos arcaicos, então, a palavra, acima da lei, exerce ordem. A palavra falada, justamente por sua intrínseca associação com a noção grega de verdade, cria e mantém o mundo dos homens por intermédio da força singular das deusas. Filhas de Zeus e da deusa Mnemosine, as nove musas conseguem sintetizar o potente e virtuoso enlace entre um poder soberano e a força das tradições. Assim se explica que, na Grécia Arcaica, a manutenção e celebração das tradições culturais se deem não pela sucessão, mas pela repetição de fatos: a narração das lendas e mitos assume uma posição de imprescindibilidade para o modelo social vigente, pois é através da oralidade que, no tempo presente, os homens têm acesso aos feitos e conquistas dos deuses e heróis, no tempo mítico-originário. Ao celebrar os deuses imortais, valorizar a primazia de seus guerreiros e exaltar a história triunfal do rei divino, o poeta serve como um instrumento sagrado dentre cujas atribuições figura a instituição e manutenção da ordem cosmológica grega, tornando autêntica a estrutura social que se desdobra a partir da relação com um poder aristocrático soberano e colaborando com a compreensão deste mundo. Aqui, emprestando a força da persuasão divina e sustentando sua argumentação na força da história pregressa, a posição do poeta é elevada à condição de função social. Disseminada aos quatro cantos do território grego, a mitologia serve à tentativa de tornar o mundo repleto de sentido, e, na relação com ela, o homem inaugura e sustenta um modo de se inserir no mundo. Para muito além de narrar, explicar e ensinar sobre a realidade, os mitos fundam a realidade grega.

A ausência da escrita reforça, evidentemente, a grande importância da memória, que oportuniza a transmissão, entre gerações, dos saberes, costumes e valores do povo grego. E a memória subjetiva dos homens comuns não se assemelha em nenhum de seus contornos à memória do poeta grego, que não se traduz em meras tentativas de recordação

de tempos passados, nem na expressão de um desejo ou uma ideia individual. No mundo grego pré-racional, a memória é um privilégio restrito e um dom sagrado, que confere à verdade poética seus sentidos mais reais e profundos. A memória do poeta em condição de inspiração pelas musas traduz-se, de fato, em uma onisciência e uma onipresença, que garante ao poeta acesso irrestrito ao tempo narrado e aos fatos louvados à medida que os enuncia. É a própria enunciação a chave de acesso do poeta ao mundo dos deuses e ao presente eterno: seu gesto de nomear as coisas as presentificam e as concede a existência, a condição por excelência do ser. Assim, a função do poeta é representar uma potência religiosa, ao passo que a poesia corresponde à supremacia da eficácia da palavra mágica. A memória, desta feita, desempenha um papel mais grandioso do que meramente possibilitar ao poeta, por ser seu suporte, o canto; ela encarna o próprio poder que serve como base a seu discurso mágico-religioso – é também seu encanto.

A poesia grega, evidentemente, não é para nós, na discussão deste trabalho, um problema central, a despeito da diversidade de nossos interesses acadêmicos, senão uma admirável e bem-adornada porta de entrada para a discussão acerca da compreensão humana sobre as práticas languageiras no decorrer da história do homem ocidental, mais particularmente sobre o estatuto da palavra na lógica do pensamento arcaico e sua influência na transição para o pensamento racional filosófico, bem como as maneiras pelas quais se torna capaz de inscrever um sentido comunitário, sua relação com a verdade e, finalmente, os aspectos que garantem sua eficácia. Interessa-nos, neste ponto de partida, compreender de que maneira se configuram as primordiais atividades epilinguísticas, de modo que possamos compreender suas metamorfoses até os dias contemporâneos e sua associação à elaboração de um ferramentário metalinguístico mais ou menos bem estabelecido.

Na primeira parte da Teogonia de Hesíodo, os cantos concentram-se no cerne da questão que mais nos interessa, dedicando-se à relação entre linguagem e ser. Ora, se o poeta atribui a força de suas palavras ao poder que são e exercem as musas, a linguagem é ela mesma filha da Memória. Por ser entendida como uma entidade viva, a palavra do poeta consiste ela mesma na verdade. É, afinal, pelo poder da palavra das musas emprestado ao poeta que se evoca a verdade e se presentificam passados e futuros gloriosos. Sua aparição, ou seja, sua condição real de ser, impera apenas em face da Memória, do não-esquecimento. Na Teogonia, então, o ser configura-se através da linguagem por meio do poder presentificante das divindades. Nessa cosmologia, portanto, não há exatamente uma relação entre linguagem e ser, mas uma imanência recíproca

(TORRANO, 1995). Afinal, se ser é fazer-se presença, e se a aparição se concretiza sobretudo diante da intervenção divina das musas, na forma do poeta, só se pode efetivamente ser através da linguagem. O ser é o desempenho das musas consagrado pela voz do poeta. Concebida e vivenciada como a própria manifestação de forças transcendentais, a linguagem conforma não apenas todos os seres e suas potenciais relações, mas também a consciência que o homem tem do mundo e de si próprio. As relações entre os seres e sua presença são determinadas pela linguagem, pelo nome e pelo ato de nomear; a força presentificante reside na própria nomeação, que mantém a coisa nomeada no reino da verdade, da aparição e do ser. Assim, a palavra mágico-religiosa exerce função fundamental na inscrição de um sentido comum, que se partilha em comunidade.

As relações entre os entes e a própria presença (ou ausência) de cada ente são, em cada momento e em cada situação, determinadas pela linguagem e — de um modo mais sensível — pelo nome e pela nomeação. (TORRANO, 1995, p. 29)

Há, aí, evidentemente, uma implícita e complementar relação de dualidade, pois, além de concentrar-se na relação entre o canto mágico e a aparição, Hesíodo fala, conseqüentemente, sobre a relação entre aquilo que se revela pela nomeação e aquilo que cai no esquecimento. É na linguagem e pela linguagem que se opera a memória e o esquecimento, o que equivale a dizer que a presença e a ausência dos seres são determinadas pela linguagem, a partir da distinção entre o nomeado e o não-nomeado. Vimos que é ao árbitro que se consagra na pele do poeta, inspirado pelas musas, que cabe o poder de decisão sobre quais são os guerreiros que fazem jus ao exercício da memória e à nomeação no canto sagrado. Daí provém uma outra dualidade contígua, que se estabelece entre o louvor e a censura, bem ilustrado aos leitores curiosos na *Ilíada* de Homero, obra na qual se equilibra no campo da palavra as duas forças extremas do canto e do silêncio. O valor de um guerreiro, então, está submetido ao juízo do poeta, que pode decidir atribuir-lhe ou negar-lhe o benefício da memória. A vida eterna é concebida na memória do poeta e se consagra em seu canto, da mesma forma que o esquecimento e o silêncio os relegam ao ocultamento. Nada faz crer, contudo, que entre essas dualidades de fato imperem forças opositivas e antagônicas, senão relações de complementaridade. A memória, pois, não pode se constituir como tal sem o esquecimento, que, por sua vez, se conforma à memória como uma sua sombra indissociável. A natureza indissociável

dessas dualidades se presentifica na própria experiência do poeta, que, ao presenciar e fazer presentificar-se um tempo distante, precisa relegar o tempo presente ao esquecimento.

Esta imbricação recíproca de linguagem e ser não é senão a recíproca imbricação de linguagem e poder. Este poder sobre o ser e o não-ser, este poder decidir entre a revelação e o esquecimento, é em verdade a raiz originante de todo poder, porque este é o poder que configura o mundo e que em cada momento e em cada situação configura portanto todas as possibilidades de existência do homem no mundo assim configurado. Se na Teogonia há uma imanência recíproca entre linguagem e ser, esta imanência se dá pela recíproca imanência entre linguagem e poder — o poder de configurar o mundo e de decidir quais possibilidades nele se oferecerão em cada caso ao homem.

As Musas têm e mantêm o domínio da revelação (ser) e do esquecimento (não-ser) e este domínio é o da raiz originante de todo poder e exercício de poder. (TORRANO, 1995, p. 30)

E a existência dessas dualidades mutuamente constituintes nos conduz a uma indagação acerca do caráter mágico e transcendental da linguagem do poeta: em que consiste a particularidade humana? Afinal, se, para o grego arcaico, tudo é divino, se o poder da linguagem que é a condição de existência dos seres se resume à vontade dos deuses, como pode existir o sobrenatural? Como é possível dar conta de um mundo sobrenatural sem seu par distintivo correspondente, o mundo natural? As respostas para estes questionamentos importam à medida que correspondem a uma reflexão pertinente acerca da possível conclusão que se pode chegar sobre o status de verdade da fala do poeta: seriam todos os discursos mágico-religiosos verdadeiros e, por extensão, eficazes? Um desenvolvimento acerca dessa questão pode nos conduzir à explicação sobre a insurgência da ambivalência da linguagem com que nos deparamos ao encarar os sofistas.

Para responder a esse questionamento, importa dizer que, nessa sociedade arcaica, o modo de existir dos deuses transcende a necessidade de fabulação mítica. Nesse contexto, os deuses não representam apenas uma força sobrenatural, mas, além disso, são recobertos de certa pessoalidade, mantendo com os homens uma relação dialogal. A intenção significativa dos deuses é que os personifica diante de sua condição de interação com cada vida humana. Qualquer força que se manifeste com intencionalidade, desta forma, se configura como uma personificação. Essas forças não se configuram como meramente naturais, tampouco como excepcionalmente sobrenaturais, uma vez que são vistas como uma unidade de significação que caracterizam um ser que fala ao homem e que exerce influência em sua vida. De maneira análoga, a associação entre a memória e

o saber divinatório, de acordo com as descrições de Detienne (2013), nos ensina que um dos aspectos fundamentais da eficácia da palavra do poeta é a maneira distinta como ela molda ou orienta a percepção do tempo. Aqui, a palavra é eficaz porque vive eternamente e está inscrita no tempo absoluto dos deuses. É exatamente essa potência que atravessa passado, presente e futuro que permite ao poeta fundar uma verdade incontestável, o que se deve ao fato de que “a palavra era verdadeiramente concebida como uma realidade natural, uma parte da *phýsis*”, o que lhe atribui, por consequência, um caráter de manifestação, ou seja, performativo. Assim podemos afirmar, então, que a eficácia da palavra se circunscreve diante de três requisitos: além do dom divinatório e das técnicas mnemônicas, ergue-se também a necessidade da empatia de sua expressão sensível.

Ao invés de simplesmente reiterar essas afirmações incansavelmente, talvez seja mais eficiente ilustrar este pensamento sob a luz de uma anedota do brilhante Umberto Eco<sup>8</sup>, apostando que sua pertinência nesse contexto poderá se sobrepôr às evidentes diferenças temporais e espaciais a que nos referimos e a que ele mesmo se refere. Em um de seus famosos ensaios, conhecemos a história de Romoletto, que, em meio à grande inundação do Tiber, em Roma, vê-se ilhado em sua casa pelas fortes águas que sobem rapidamente às suas janelas. Tomado de desespero, o homem se ajoelha frente a uma imagem sagrada e interpela Deus pela salvação de sua vida, ao que se assoma uma voz imposta que lhe diz: “Não tema, meu filho. Confie em mim e será salvo!”.

Em seguida, chega até ele o tão esperado socorro. Ao avistar a patrulha de bombeiros, Romoletto, crente na promessa divina, dispensa a ajuda, respondendo-lhes: “Ajudem aos outros, pois eu me arrumarei sozinho”. Impiedosa, a água continua a subir, restando a Romoletto o refúgio no telhado de sua casa. Outra vez, o socorro se oferece a ele na forma da patrulha da Cruz Vermelha, que o convida a pular para a segurança, oferta que ele prontamente recusa: “Sei uma forma de sair a salvo por mim mesmo!”. O nível de água continua a subir e Romoletto é obrigado a resistir trepado em sua chaminé. Uma patrulha de *carabinieri* vai a seu resgate e um policial o convida uma última vez a pular, mas o homem insiste em confiar no milagre do socorro divino.

Por fim, a água recobre toda a casa de Romoletto, levando-o à sua iminente morte. Ao se ver às portas do céu, o homem se revolta com seu guardião, São Pedro, indagando-o por qual razão Deus não honrou sua promessa. O santo se surpreende com a história do

---

<sup>8</sup> ECO, U. Opinión: Maestras de la vida. EL PAÍS: 03 nov. 1988. Disponível em: <[https://elpais.com/diario/1988/11/04/opinion/594601210\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1988/11/04/opinion/594601210_850215.html)>. Acesso em 14 mar. 2021.

italiano e não se furta de providenciar explicações ao recém-chegado falecido: “Vamos ao registro. Como você se chama? Romoletto... Romoletto... aqui está!”. Neste ponto, é o próprio São Pedro que se enfurece: “Como você vai dizendo que nos esquecemos de você? Mandamos três patrulhas! Três patrulhas!”.

É claro que a anedota de Eco serve para o fim de satirizar a interpretação cristã acerca da divindade, mas talvez possamos nos arriscar a dizer que, em verdade, a piada não resume tão bem a relação entre homens e a divindade cristã quanto o faz com a religiosidade dos gregos antigos. Isso porque a voz divina que se dirige a Romoletto traduz o *dito* da palavra mágica dos gregos, um dito no qual a princípio não se pode confiar, pelo menos não de maneira indissociável da interferência do próprio indivíduo, isto é, sem o curso de uma ação que lhe complemente. Poderíamos dizer, desta forma, que a palavra mágica não exercia poder, no sentido de realizar imposição sobre os homens, mas um tipo de dominação tradicional. A palavra mágica vale mais pelo dizer do que pelo dito. O dizer é a pura manifestação do ser, a presentificação do divino, e é, portanto, neste caso específico, a performance do som, ou melhor, a voz que firma um compromisso solene com o mundo. Se deus se põe na presença do homem no falar, a escuta, por outro lado, é plenamente e meramente mortal. Isso equivale a dizer que é na escuta que se encontra a particularidade humana por excelência. É a confiança ou a desconfiança que se desenha na recepção da palavra e no encontro com o abstrato que se impele à ação. A palavra ordena – em todas as acepções que tal verbo pode assumir –, simultaneamente impondo uma ordem cosmológica e determinando que se cumpram os destinos dos homens, mas também liberta, já que o convite à ação relega a eles a escolha do caminho, impregnando-lhes da possibilidade de concretude inerente à efêmera vida humana. Para a vida do homem grego, haveria então uma paradoxal e complementar relação entre dois destinos: um que lhe é externo e abstrato, produto da obra divina, e outro particular e tangível. Desta feita, se a existência dos deuses tem como condição o fenômeno da fala materializado em voz, a verdade enunciada, por outro lado, não é passível de existir fora do âmbito da ação que eles exigem. Assim se explica que Romoletto, simbolizando a escuta passiva e inerte, tenha sucumbido ao deixar de cingir os dois mundos. A voz é império; a escuta é território. Para a cosmologia arcaica, portanto, a verdade não é apenas um atributo sagrado, mas se encontra justamente no laço que se constrói entre dizer, dito e ação.

Na Odisseia de Homero, podemos mais bem compreender essas relações com o episódio em que Ulisses vai ao encontro de seu avô materno, Autólico. Aos pés do monte

Parnasso, um robusto javali, em face da iminência da morte pelas lanças do herói, fere-o em sua perna. A preocupação com o destino de Ulisses faz urgir o socorro, que surge na narrativa na forma da aplicação de uma atadura e da entoação de um canto mágico, que inauguram uma bem-sucedida recuperação. A breve narração dessa ocorrência, por mais casual que possa parecer, tem uma significativa implicatura: sozinha, a palavra não determina o cumprimento de uma fatalidade; o que ela determine, em verdade, é a necessidade de realização do destino dos homens independente de tal fatalidade.

Assim como nos cantos dos poetas, a relação de complementaridade entre a voz divina e a ação humana se encontra, evidentemente, à performance de outros mestres da verdade gregos, como os oráculos, grande forma de manifestação das artes divinatórias. No interior da própria Teogonia, em um emblemático trecho, Hesíodo, pela primeira vez na poesia grega – pelo menos aquela que sobreviveu até nossos tempos, não apenas canta sua invocação às musas, mas também nos garante acesso às próprias palavras dessas divindades. Possivelmente em condições de ineditismo, a audiência ouve as palavras das próprias musas, intermediadas pelo sagrado privilégio do poeta, mas ostentadas por um discurso direto. Aos homens simples, que não têm direito a acessar a voz divina, o poeta, que o entende por excepcional privilégio e piedosamente narra seu dito e as circunstâncias de seu dizer, mostra então o canto como ação. O que mais nos interessa, no entanto, é que por intercessão do poeta, lembramos dos singulares poderes das musas, há muito já louvados por Homero, mas não só: ali também aprendemos sobre sua capacidade para conduzir ao engano e à decepção<sup>9</sup>. A despeito do ineditismo da narração de Hesíodo, a possibilidade de enganação pelos deuses e conseqüentemente pelos mestres da verdade já aparecera na obra de Homero, quando, em conversa com um Ulisses em disfarce, Penelope afirma que

os sonhos são deveras embaraçosos, de sentido ambíguo, e nem todos se cumprem no mundo. Os leves sonhos têm duas portas, uma feita de chifre e outra de marfim; dos sonhos, uns passam pela de marfim serrado: esses enganam, trazendo promessas que não se cumprem;

---

<sup>9</sup> “*Eis que elas, certa vez, a Hesíodo ensinaram belo canto pastoreando ovelhas sob o Hélicon sobredivino. E primeiríssimamente as deusas esta fala dirigiram-me, Musas Olímpíades, moças de Zeus que tem a égide: ‘Pastores agrestes, malignas ofensas, ventres apenas! Sabemos muitas mentiras dizer equivalentes a coisas verídicas e também sabemos, quando queremos, verdades alardear!’.*” (Teogonia, v. 22-28)

outros saem pela porta de chifre polido e, quando alguém os tem, convertem-se em realidade.<sup>10</sup>

O trecho traduz o fato de que, no mundo grego, a despeito dos sonhos estarem fortemente associados às artes mânticas, era comum e igualmente difundida a ideia de que era recorrente a possibilidade de que alguns deles não tivessem nenhum valor do ponto de vista da eficácia oracular. Ora, se as artes divinatórias podem ou não ser condizentes com a verdade, ou seja, se suas palavras não verdadeiramente conduzem à aparição, a condição do ser, pode-se então colocar em xeque toda a pretensa eficácia da palavra. Isso seria verdade se a noção grega de verdade, que se confunde com aparição (*aletheia*), não se traduzisse, como dissemos, na relação indissociável entre o dizer, o dito e a ação. E isto equivale também a dizer que a eficácia da palavra permite-se medir exatamente por sua capacidade precisa de afetar o outro, estabelecendo um canal de comunicação no qual o outro permite-se afetar. A distinção que se faz entre sonhos eficazes e ineficazes, palavras proféticas e não proféticas, apenas sinaliza para a imanente necessidade de sua interpretação. As palavras, nesse processo de interpretar, são conduzidas a uma modalidade lógico-discursiva, vinculando o *mythos* a um *logos* que exige seu próprio levante. Do latim *interpretor*, o ato de interpretar condensa os sentidos de compreender, explicar, traduzir, mas também de avaliar e decidir. A promessa divina a Romoletto, pois, não pôde realizar-se em face da ausência da decisão de agir; faltou a ele o gesto de interpretação, ou, se preferirmos, de interpret-ação. A própria *alétheia* grega abarca em si um aspecto inteiramente ligado aos poderes da expressão sensível que dialogam com a persuasão: *peithó* diz respeito ao charme da voz, a sedução do corpo e a magia das palavras, que por si só implicam um aspecto dúbio e enganoso. Não por acaso, Detienne (2013) vai comparar a definição de *peithó* com os já então difundidos poderes sedutores das mulheres, trecho que gostaríamos de ressaltar devido ao interesse particular de nosso objeto de pesquisa:

[...] a sedução de uma palavra poética que se exprime pelos ‘prazeres do canto, as medidas e os ritmos’, é análoga à sedução que exerce uma mulher pelo ‘charme de seu olhar’, pela ‘doçura persuasiva de sua voz’, pela ‘atração de sua beleza corporal’ (DETIENNE, 2013, p. 39).

---

<sup>10</sup> Odisséia, XIX, v. 560-569.

No entanto, ignorando as diferenças entre as representações disfóricas reservadas às personalidades femininas com as quais habitualmente nos deparamos nas sociedades de homens ocidentais modernos, para os gregos arcaicos, ao engano não se atribui de maneira essencial um valor positivo ou negativo; sua existência é precisamente necessária para que se manifeste seu oposto, ou seja, ele existe numa relação de necessária complementaridade com a verdade. A palavra do poeta, do oráculo e dos profetas precisa, simultaneamente, persuadir e enganar para ser capaz de afetar o outro e fazer criar benefícios em cada um, ainda que seja capaz de também fazer brotar malefícios.

Há, ainda, um outro fator na breve transcrição acima que nos compele à força da eficácia da palavra na fundação, estruturação e manutenção da cosmologia grega: ao mesmo tempo em que, de certa forma, a partir do pensamento e da constatação de Penelope, pode-se desafiar a eficácia da palavra, se o faz através de uma forma de dizer que ela própria sinaliza para a soberania do significante. A metáfora de Penelope não é, como pode parecer para nós, meramente aleatória; seus sentidos mais íntimos residem, evidentemente, no original grego. Na língua materna de Homero, há um interessante jogo sonoro entre os pares associativos chifre (*keras*):realizar-se (*krainein*) e marfim (*elephantinon*): enganar (*elephairomai*). Em face da necessidade de representar o abstrato, é o recurso ao significante, pautado em relações de assonância, que erige a lenda. Muitos séculos adiante no tempo cronológico, Mallarmé nos lembraria, afinal, que não se faz poesia com ideias, senão com palavras. É, portanto, na boca que se gesta o mito. Nesse contexto, a palavra impele à ação. Seja na poesia, nas artes mânticas ou na justiça, flagra-se a palavra em sua materialidade, ali encarnando a soberania do significante.

## **1.2. Exercício metalinguístico na Antiguidade**

Configura-se, assim, a extrema importância do discurso mágico-religioso, não apenas concentrado na figura do poeta, mas também identificada em outras funções sociais exercidas em posse do privilégio de proferir a verdade – o adivinho e o rei justiceiro –, para o desenvolvimento e compreensão da verdade grega, na medida em que dele dependeu o surgimento do discurso filosófico-religioso no qual se concretiza o interesse dos primeiros filósofos. Tem-se, então, a poesia, a mântica e a justiça como fundamentais para a constituição da *alétheia* grega, nos primórdios do entendimento dos discursos como realidades autônomas, antes ainda que a filosofia ou a sofística se

debruçassem sobre problemas de linguagem; são elas que se encontram como substância dos discursos mágico-religiosos.

Ao invés de estigmatizar uma suposta falta de reflexividade linguística desta época e alçar a uma condição de superioridade a razão filosófica que moldou o pensamento ocidental tal como o conhecemos, é necessário apreender uma sensibilidade advinda diretamente das práticas de linguagem, o que também atesta uma reflexão sobre língua. Talvez seja mais legítimo, no que se refere às imagens que esta reflexão veicula, falar de "linguística popular", definida nos termos de Brekle (1989) como

"todas as declarações que podem ser qualificadas como expressões naturais (ou seja, que não vêm de representantes da linguística como uma disciplina estabelecida) designando ou referindo-se a fenômenos de linguagem ou fenômenos operando no nível de metacomunicação" (BREKLE, 1989, p. 39).

Com efeito, podemos hoje afirmar que, a despeito das particularidades intrínsecas a cada tradição linguística, há entre todas elas condições comuns que oportunizam sua emergência. A princípio, sabemos que todos os sujeitos falantes de todas as línguas possuem aptidão para os saberes epilinguísticos, cuja aquisição ocorre simultaneamente àquela da língua materna. Nas sociedades de tradição oral, estes saberes encontram-se estruturados nas práticas associadas aos quadros sociais da memória (HALBWACHS [1925] *apud* COLOMBAT *et al.* [2017]): narrativas, cantos, mitos recitados, provérbios, fórmulas mágicas e rituais de oráculos, aedos e mestres da verdade de todos os tipos, além de jogos e combates verbais, tabus linguísticos etc. Entretanto, coisa muito distinta deste saber prático e implícito em relação às práticas imediatas é a sua objetivação e codificação em materiais elaborados, organizados e transmitidos, desde as listas de palavras às gramáticas e seus tratados. Ainda que possamos atribuir o desenvolvimento dos saberes metalinguísticos a esta capacidade espontânea para o exercício epilinguístico, a inscrição da técnica na cultura demanda, por sua vez,

[...]o alcance de um "passo" suplementar que conduz progressivamente à externalização: característica objetivável, formalizável, pública, exotérica, controlável, retificável, dedicada às formas de cumulatividade de um saber epilinguístico que permanece, ao contrário, ligado à singularidade de certos assuntos, certos estatutos, certos "dons particulares" e de circunstâncias precisas... (COLOMBAT *et al.*, 2017, p. 51).

Desta “linguística popular” do século VI a.C. a que nos referimos nos parágrafos anteriores, pouco restou um século mais tarde, quando a verdade migra do plano da enunciação para o do enunciado. Sobre essa transição, Foucault nota que

[...] a verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência. (FOUCAULT, 2000, p. 15)

Como sabemos, o discurso de Homero e de outros poetas como Hesíodo serviu como fundamento para toda a educação da Grécia Arcaica, mas o passar dos tempos comprometeu seus sentidos até que não mais se conformasse à *aletheia* grega. A eficácia que conferia aos mestres da verdade sua condição de existência como tais se baseava, afinal, em uma relação complementar entre saber e poder – ou seja, as técnicas e os saberes se viam imediatamente conjugados à dimensão política do exercício de sua função social, posto que o saber do mestre era um correspondente terreno do poder divino. Para Foucault (2002), a quebra da unidade composta por saber e poder é uma notória característica da passagem do período arcaico para o clássico. Neste sentido, ele postula que

O que aconteceu na origem da sociedade grega, na origem da idade grega do século V, na origem de nossa civilização, foi o dismantelamento desta grande unidade de um poder político que seria ao mesmo tempo um saber [...] Assistimos a essa longa decomposição durante cinco ou seis séculos da Grécia arcaica. E quando a Grécia clássica aparece – Sófocles representa a data inicial, o ponto de eclosão – o que deve desaparecer para que esta sociedade exista é a união do poder e do saber (FOUCAULT, 2002, p. 50).

Sobre Sófocles, o que está em jogo no Édipo-Rei, de acordo com o francês, é a transfiguração de um regime de verdade assentado sobre um saber-poder religioso para um regime de verdade fundado sobre a razão humana. Com efeito, no mundo grego, a filosofia emerge assentada, sobremaneira, no questionamento a respeito da competência da linguagem para dizer “a verdade”. Antes mesmo da constituição das disciplinas bem delimitadas tais como as conhecemos hoje, os gregos refletiam sobre questões de grande importância histórica, desde as mais abstratas, como a arbitrariedade do signo que surge no Crátilo de Platão, até aquelas consideradas mais técnicas, como a observação das chamadas partes do discurso que figuram nas reflexões platônicas, aristotélicas e estoicas (COLOMBAT *et al.*, 2017, p. 47). Neste contexto, o questionamento do papel social dos

mestres da verdade está, evidentemente, também intimamente atrelado às condições teórico-culturais que estimulam e possibilitam o exercício metalinguístico e, por extensão, o aparecimento da preocupação gramatical, o que equivale a dizer que as tradições gramaticais surgem associadas à origem mesma da filosofia.

A divisão que então se estabelece entre Hesíodo e Platão representa uma novíssima cisão entre o discurso verdadeiro e o discurso falso, que resulta na perda da posição privilegiada dos poetas e outros mestres da verdade como porta-vozes divinos. Analogamente, o discurso verdadeiro perde sua ligação com o exercício do poder – ou com a dominação tradicional, nos termos da sociologia weberiana –, e a sedenta instituição da oratória como uma técnica instaura uma nova forma que começa a se assemelhar à nossa vontade de saber linguístico. Nesses tempos, a atmosfera no mundo grego era de puro questionamento. Os filósofos pré-socráticos, na gana de compreender o mundo físico e o mundo cosmológico, discutiam sobre as duas forças vitais que tudo cingiam: *phýsis* e *nómos*, ou seja, a natureza, de cuja potência deriva a ordem do mundo visível, e a crença, costume ou lei que se institui pela ação dos homens ou dos deuses. Nessa dualidade se gesta a complexidade de um vasto número de questões relativas à vida humana, como a insurgência dos Estados, das leis morais e, finalmente, da linguagem. A tradição grega não dava conta de um mito sobre a origem ou a invenção da linguagem e, em resposta à recém-adquirida desconfiança acerca da atuação dos mestres da verdade, suscitavam-se indagações a respeito da natureza da língua: há de fato algum vínculo imediato entre as palavras e a realidade, seja ela física ou espiritual? Ou seu significado provém única e exclusivamente da convenção, traduzindo-se em relações puramente arbitrárias? Responder a questões dessa sorte implicava compreender e ser capaz de avaliar se o estudo da língua poderia encerrar uma possibilidade de compreensão da própria realidade ou apenas levar a um melhor entendimento da própria língua.

O Crátilo de Platão representa esse exercício reflexivo com primazia, revelando não apenas esse questionamento mais ou menos embrionário, mas indo ainda um pouco além, culminando na exploração sobre a origem da associação entre palavra e coisa. Na obra, a figura conciliadora de Sócrates sinaliza para a possibilidade de haver verdade contida nas duas preposições: ainda que muitas palavras correspondam à *phýsis*, não se pode negar a existência de outras, mais desprovidas de uma estrutura natural. Sobre estas, entende-se, então, que devem ter sido prejudicadas no ato formador ou deturpadas pela passagem dos tempos, restando à convenção sua possibilidade de uso e entendimento. A

conclusão é que, em sua origem, a língua se encontrava imediatamente atada à realidade, mas corrompeu-se de modo que seria impossível reconstitui-la como meio de compreensão da realidade.

À Aristóteles coube a missão de, em tempos futuros, avaliar a natureza dessa relação que se constatou como indireta. Para tanto, delineou um esquema contendo três proposições básicas: a escrita representa o signo falado, o signo falado representa impressões na alma, e as impressões na alma são a aparência das coisas reais. Um problema neste esquema foi deixado para ser resolvido pelos estoicos, já que, para Aristóteles, tanto as coisas como as impressões são as mesmas para todos os homens, restando a diferença para serem identificadas nas palavras que representam as interpretações. Nos séculos seguintes (III-II a.C.), assim, uma quarta etapa visava sanar as dificuldades geradas pelo modelo aristotélico: o conceito, situado entre a recepção passiva e a fala. Desta forma, se todos os homens recebem as mesmas impressões das coisas que percebem, não são os mesmos conceitos que formam acerca dessas impressões, e nesta diferença reside a particularidade da fala. O conceito, segundo os estoicos, era representado num enunciado significativo, *logos*. A substância física do *logos* era a *phoné*, a voz, aqui considerada como um enunciado vazio de significado, o enunciado considerado puramente como som. Já um enunciado articulado que pudesse ser representado pela escrita era chamado de *lexis* e não demandava a necessidade de significado. As delimitações dos conceitos de *logos* e *lexis* são fundamentais para o pensamento linguístico tal como hoje podemos conhecê-lo, uma vez que se tem uma clara distinção entre uma entidade significativa e uma forma. Essa compreensão repercutiu nos estudos futuros do enunciado, que passava a ser analisado cada vez mais minuciosamente a partir de partes do discurso. Ao examinar um enunciado significativo, os filósofos pretendiam entender em qual de suas partes residia seu caráter verdadeiro ou falso, intento que exigia a instituição e um domínio de um vocabulário conceitual, ou seja, de um conjunto de ferramentas metalinguísticas, gesto do qual vemos emergir os escritos gregos sobre a gramática. A gramática, ao lado da lógica, são dois saberes práticos que, no mundo ocidental, foram responsáveis por um deslocamento intenso dos saberes, que migraram do campo prático para o campo especulativo.

Com efeito, do século XII ao século V, do apogeu dos aedos à celebração dos dramaturgos, a função do poeta já acompanhava as inúmeras e constantes mudanças na formação das polis. A partir deste salto temporal, identificamos um poeta que se destina a exaltar os nobres, cantar as glórias dos grandes proprietários e aclamar os feitos dos

atletas olímpicos, e cujo trabalho é encomendado e remunerado. O uso da palavra mágica a favor da ratificação da classe social, assim, acusa a degeneração de sua eficácia. Finalmente, o surgimento da cidade-estado aniquila de vez a pertinência do discurso do poeta e o relega ao lugar de um indesejado anacronismo (DETIENNE, 2013). É a palavra-diálogo, contraparte da palavra mágico-religiosa, que passa a predominar na organização da sociedade grega na passagem do pensamento mítico, pré-racional, para o pensamento racional filosófico. Utilizada já na Grécia Arcaica, principalmente por grupos guerreiros, para deliberar sobre demandas práticas da vida social, agora a palavra abandona o tempo mítico para integrar o tempo dos homens e já não mais é fundada no princípio da eficácia, ganhando autonomia como expressão de uma lógica racional. A palavra ganha um outro estatuto, ligado às novas formas de organização social através das práticas institucionais relacionadas ao plano político e militar. E os mestres da verdade perdem seu prestígio social e político, uma vez que o tempo mítico e a verdade do plano religioso arcaico são gradualmente substituídos pela cronologia e pela razão filosófica.

Evidentemente, as metamorfoses sócio-políticas que deram respaldo para o surgimento da democracia grega podem ser apontadas como as responsáveis pelas transformações que oportunizaram a emergência de um outro tipo de espaço público, ainda pacífico, mas agora conflituoso. Nas democracias, como sabemos, o embate de discursos impera em favor da conquista de um consenso. Neste espaço público, é necessário, sobretudo, argumentar, convencer, persuadir, seduzir e, finalmente, buscar um entendimento comum. Justamente dessa preocupação prática nascem as técnicas de linguagem: retórica (estudos do discurso eficaz), dialética (estudo do discurso verdadeiro) e, somente depois, gramática (estudo da língua conforme suas regras características). Pode-se vislumbrar dizer que seu advento se deve ao novo estatuto da palavra, que se configura ao redor da função da linguagem como instrumento político por excelência. Enquanto a palavra mágico-religiosa inaugura e sustenta uma verdade ambivalente, a palavra-diálogo disputa o valor de verdade, disputa a difusão de um consenso acerca de uma ideia racional e unívoca que determina um sentido comunitário e complementar às ações, organizando-as conforme as necessidades da comunidade. É como se falássemos sobre uma distinção entre sentir e sentido: a palavra mágico-religiosa depende de uma sensação partilhada, de uma ação de sentir em curso, ato que se realiza no tempo presente, ou, para seus efeitos, atemporal, que não determina especificamente um efeito para sua causa; a palavra-diálogo, por outro lado, tem como base um sentido, ação de sentir

finalizada, determinada por convenção e circunscrita no tempo dos homens e que, por fim, demanda um efeito, ou uma resposta, para sua causa.

O que efetivamente nos importa dessa evolução do saber linguístico é que ela desempenha um papel fundamental que nos oportuniza, hoje, compreender os antigos conjuntos de práticas languageiras que, na Grécia Arcaica, permitia aos homens dotados de certas virtudes conectar-se com os deuses e com os outros. É claro que seu poder não é intrínseco à língua, mas constituído essencialmente em contextos ritualizados. Porém, não sendo nem propriamente mágicas, nem exclusivamente religiosas, podemos hoje compreender a eficácia da palavra como resultado de um conjunto de técnicas e padrões efetivamente reconhecidos pela coletividade. Sabemos, hoje, que a emergência das tradições gramaticais não repousa apenas na estrutura dos sistemas linguísticos e da faculdade de linguagem, mas também nas condições políticas, sociais e culturais, ou seja, estamos diante de um processo que mescla necessidade e contingência, do qual pouco podemos apreender através de uma abordagem unilateral, especialmente se excluirmos, da face da cultura, os artefatos materiais aos quais podemos chamar tecnologias intelectuais (entre elas, a escrita, talvez o maior monumento da evolução humana). A vontade do saber metalinguístico, então, pôde começar a produzir questionamentos e oferecer explicações não apenas acerca da natureza da linguagem, mas também produzir um discurso específico, capaz de formular uma representação simbólica para o saber que se constitui ao redor da eficácia da palavra.

Aqui, antes de destituir a palavra de seu caráter mágico, talvez possamos aventar a possibilidade de apreender a dinâmica da objetivação de sua eficácia que a tornou técnica, ao invés de puramente transcendental. Para compreender essa transição, recorreremos às palavras de Aurox (1988) para explicar a distinção entre o saber epilinguístico e o saber metalinguístico. O francês recorre à metáfora da fisiologia da percepção e da representação. Diz-se da percepção sensível que esta é desencadeada pelo contato de certas terminações do sistema nervoso com determinado objeto externo, enquanto a representação é um processo que decorre de atividades do sistema nervoso central, que pode ser desencadeada sem a necessidade de contato com objetos externos. O saber epilinguístico corresponderia à transformação perceptiva sofrida pelo sujeito em relação a algum objeto após uma experiência sensível, ao passo que o saber metalinguístico equivale à experiência de construção de uma representação que é feita independentemente do objeto manipulado na experiência sensível. A metalinguística, assim, se configura como uma ferramenta conceitual que nos oportuniza uma maneira de

representar um objeto, e não de percebê-lo. Em termos distintos, o que está em jogo é a conquista de uma nova forma de alteridade. Queremos depreender, portanto, as maneiras de passagem da eficácia da palavra de um campo epilinguístico para o metalinguístico, e os efeitos dessa transição para a palavra dessacralizada – mais particularmente, para a fala pública.

O advento da instrumentalização linguística, bem ilustrada pelas três revoluções tecnológicas/antropológicas relativas à linguagem sobre as quais nos ensina Auroux Deschamps e Kouloughli (1996), a saber, a invenção da escrita, a gramatização das línguas e a mecanização da linguagem, nos importa à medida que apontam, a despeito de suas especificidades, para um mesmo sistema de instrumentos linguísticos que “prolonga e transforma a expertise humana, mas não a substitui” (*idem*, p. 285). Isso equivale a dizer que os produtos técnicos oriundos da gramatização não apenas refletem as regras de comunicação, mas as transformam profundamente. Todos esses instrumentos, ainda que variem no tempo e no espaço, constituem um “conjunto de saberes e de *savoir-faire* que se abre em uma temporalidade longa e se adapta aos “espaços” naturais, culturais, históricos variados” (COLOMBAT *et al.*, 2017, p. 60). Afinal, como ‘descrever’ sem ‘normalizar’? Como formular as regras explícitas sem reduzir (o que não significa somente estandardizar) a diversidade das práticas languageiras? (Berrendonner [1982]; Auroux e Mazière [2006] *apud* COLOMBAT *et al.*, 2017.)

De certa forma, o que buscamos apresentar neste breve percurso, entrelaçado ao início das operações metalinguísticas no mundo ocidental, é o deslocamento, ao invés da eliminação, da eficácia da palavra, que passa a reconhecer como seu nascedouro o intelecto em detrimento da sensibilidade expressiva, da materialidade (já que, como esperamos ter apontado, a palavra não se deixava distinguir de uma ação ou de um gesto). Assim é que se pode evidenciar um novo estatuto atribuído à palavra: remeter a uma ação e representa-la em seu significado, um fruto da laicização da palavra que tem como reflexo privilegiado a teoria fundamental da mimesis, na qual se estabelece, grosso modo, pela noção de imitação, uma hierarquia de valores entre o plano discursivo, das ideias e da essência, e o plano sensível, das ações e da aparência. Desse estatuto decorrem duas implicações e possibilidades para as práticas languageiras, quais sejam, a tentativa de controle da experiência e do sentido.

É com esta reflexão que pretendemos ser capazes de começar a indicar caminhos para que as concepções de “falar bem” ou “falar mal”, a partir da remoção da palavra do

campo mágico para o campo da técnica, sejam vistas como produtos de uma construção discursiva, portanto indissociável da história e da sociedade. Este fato se deixa comprovar pela ressignificação do interesse pela eficácia da palavra, que não se vê eliminado do campo do exercício metalinguístico, mas iluminado de novas maneiras.

### **1.3. Entre a arte e a política: o falar como técnica**

Como apontado anteriormente, a poesia e a tragédia gregas não compõem uma parte fundamental do escopo de nosso trabalho, embora tenhamos dedicado longas páginas à elucubração ao redor dessas célebres peças gregas. No entanto, ainda que não sejam exatamente centrais, tampouco podemos lhes atribuir um caráter meramente ilustrativo, ainda mais particularmente quando as tomamos sob o crivo da noção de estética tal como pensada por Rancière. Em sua filosofia, a estética figura como um princípio que subjaz a certas *maneiras de fazer*, especialmente no que diz respeito tanto à arte quanto à política, em cujo cenário ambas podem ser aglutinadas sobretudo devido às características elementares de suas dinâmicas de funcionamento: a arte e a política produzem um espaço de visibilidade, que é também, para nós evidentemente, um espaço discursivo, e têm sua existência possibilitada e determinada, ao mesmo tempo, por esse espaço. Isso equivale a dizer que tanto a performance artística quanto a performance política realizam recortes na experiência sensível, a partir de um espaço que já pertence a esse recorte, orientando, assim, a localização, a adequação e a possibilidade dos modos de ser, dizer, ver, ouvir e fazer. Diante da noção desta forma concebida, a estética se permite definir como o sistema de formas *a priori* que determina o que se dá a sentir (RANCIÈRE, 2005, p. 17).

Neste sentido, o que vale para as práticas artísticas vale também para as práticas políticas, na medida em que a estética se torna central para a noção de partilha do sensível – ambas trabalham em favor da constituição de um comum, partilhado pela comunidade, a partir de um lugar bem definido nessa comunidade. E há algo de mais interessante nas acepções do termo partilha, que denota, ao mesmo tempo, união e divisão; ao mesmo tempo em que a partilha estabelece um comum, define suas partes exclusivas (RANCIÈRE, 2005, p. 15). Tanto a cena teatral quanto a cena política constroem e mostram aos homens suas possibilidades de ser, estar e agir diante ou sobre seus semelhantes e, de maneira análoga, permite a identificação dessas possibilidades, definindo capacidades e incapacidades, competências e incompetências, possibilitando que se nomeie o que se vê, ouve e sente, e que se execute o que não se pode dizer. Em

outras palavras, a partilha do sensível atribui aos indivíduos atividades, lugares e tempos, criando identidades entre o que se vê e o que se pode dizer, entre os corpos e as palavras. Em suas próprias palavras,

É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (RANCIÈRE, 2005, p. 16-17)

Entretanto, a arte e a política não compartilham entre si os mesmos pressupostos, como já poderíamos imaginar: enquanto à arte cabe a criação e constituição de mundos sensíveis, a política se ocupa da enunciação de discursos possíveis, organizando as possibilidades do sensível em função de uma ordem. O autor relaciona a base da política ao conceito de “comum”, concebido como um espaço no qual os homens constituem sua subjetividade socialmente. E na dinâmica de organização do comum, há inexoravelmente uma dimensão estética. Mas o comum não pode ser encarado como um universal *a priori*, à medida que ele é primeiramente produzido para poder vir a tornar-se um espaço de produção, tornando-se assim um *a posteriori* onde nos tornamos o que somos. Uma vez organizado sobre uma determinada partilha do sensível, esta partilha passa a ser um *a priori*, encarada como uma estética primeira segundo a qual o comum será experimentado. Aí se estabelecem hierarquias do comum, com base em limitações e determinações das funções produtivas ao redor dos quais ele se organiza, podendo igualmente ser compreendida como uma hierarquia de visibilidades, posto que o comum, autorizando algumas maneiras de fazer e interditando outras, as organiza no espaço e no tempo. Há, assim, a incidência de critérios de legitimação e deslegitimação sobre a partilha do sensível, entendida como uma operação de apropriação do comum, eminentemente política e estética. Em outras palavras, são as diferentes formas de partilha do sensível que determinam a dimensão estética da política como uma condição das possibilidades de se perceber, experimentar e organizar o comum. Desta forma é que esta partilha cria um *a priori* na experiência sensível do comum: “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte do comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que esta atividade se exerce” (RANCIÈRE, 2005, p. 16). Sob esta ótica, a luta política comporta uma dimensão sempre estética, uma vez que se estabelece como resistência a

determinada forma de partilha do sensível, mesmo considerando que qualquer reorganização da partilha pode se dar tanto num esforço liberador quanto restaurador.

Num primeiro regime de identificação das artes<sup>11</sup>, representado pelas ideias platônicas, as artes (ou melhor, as maneiras de fazer) são questionadas quanto ao fato de produzirem imagens que são entendidas como cópias do mundo sensível, das ideias, havendo uma clara e bem estabelecida superioridade do que é oriundo do mundo das ideias sobre aquilo que provem do mundo sensível, das aparências. Às maneiras de fazer são atribuídos valores conforme o critério da razão: na hierarquia metafísica, será alçada aos postos superiores a atividade que mais racional for. Assim, segundo Rancière (2005, p 28), as imagens sofrem uma dupla inquirição, sendo que acabamos de falar sobre a primeira: primeiro, quanto à sua origem, ou seja, por seu teor de verdade, e, segundo, por seu destino, quer dizer, pelos usos que se faz delas e pelos efeitos que induzem. Sobre a segunda questão, as artes são polemizadas em relação ao modo como oportunizam certa educação aos cidadãos atenienses e como, por conseguinte, ocupam os espaços e tempos da cidade. Daí provem a crítica platônica ao fato de os artesãos tomarem lugar nas assembleias e interferirem em debates políticos, religiosos e filosóficos, o que ilustra a suposta problemática do embaralhamento da divisão dos espaços no comum.

Aqui, chegamos em um ponto de suma importância para nossa exposição: a condenação que a filosofia profere contra a prática da mimesis – que será de certa forma pacificada em um segundo regime de identificação das artes<sup>12</sup>, correspondente à certa maneira de fazer arte que toma forma a partir do Renascimento, conforme a classificação de Rancière - e, por extensão, os sofistas. Acerca desta polêmica, podemos identificar uma divergência elementar entre as questões que circundam a função e o uso da palavra, respectivamente. A palavra empregada em função de um regime metafísico pela filosofia se ocupa de “dizer o que é” ou “falar sobre algo”, enquanto a arte da retórica representada pelos sofistas emprega a palavra com a finalidade de “falar para”, ou seja, para acontecer.

---

<sup>11</sup> Aqui, o conceito de “artes” será concebido de uma maneira distinta da arte tal qual a conhecemos hoje: não há distinção entre “artes” e “não artes”; há apenas “artes”, consideradas puramente como distintas maneiras de fazer. E, neste sentido, as artes passam a ser incorporadas por uma questão mais abrangente, que é aquela concernente às imagens.

<sup>12</sup> O regime poético de identificação das artes parece compor um potencial apaziguador de tal crítica, à medida que procede a uma incorporação das artes pela filosofia. A partir dessa incorporação, será instituído um domínio de representações dotadas de um estatuto ficcional. Tais representações, concebidas como um distinto modo de fazer, não devem ser questionadas a partir de sua constituição ontológica ou sobre seus efeitos, visto que não são tomadas a partir do crivo da distinção entre o verdadeiro e o falso. As representações, embora verossímeis, efetuam, pois, a coordenação interna de estruturas de sentido dotadas de racionalidade e inteligibilidade próprias, dispostas em um tempo-espaco determinado.

A sofística, portanto, se vale da potência demiúrgica da palavra, de suas propriedades farmacêuticas, porquanto a palavra por eles empregada faz ser aquilo que diz. A demiurgia características dos sofistas pode ser associada, em uma perspectiva pedagógica, à atividade plástica de modelagem, não apenas das palavras, mas principalmente das coisas, isto é, trata-se de um modo particular de atribuir significado ao mundo. Nesta perspectiva, a significação é algo mais maleável e portanto vivo, opondo-se firmemente ao conhecimento filosófico, de contornos mais rígidos e perene (FERRAZ, 1997). Vejamos uma exposição mais clara desta oposição:

A positividade específica da linguagem dos sofistas não se esgota, no entanto, na função farmacêutica do discurso [...] Além de seu efeito retórico, o discurso sofista operaria, portanto, o que se poderia chamar de efeito-mundo, na medida em que fabricaria mundos, fazendo com que passassem a ser. (FERRAZ, 1997, p.25).

Esse efeito-mundo, de que fala Ferraz, pode ser compreendido justamente como uma possibilidade criada por novas partilhas do sensível, na medida em que permite a atribuição de nomes e funções contextuais e efêmeros. Daí provem a oposição entre *logos* (aqui entendido como razão) e *doxa* (opinião). Com a possibilidade de inscrever os sentidos do mundo em uma nova linguagem, o processo de laicização da palavra se viu acentuado por meio das doutrinas sofísticas, que projetaram na palavra a relativização da verdade. Deslocada então do seio de sua eficácia, a palavra dos sofistas escancarou o processo de subjetivação da objetividade: as manifestações sofísticas promoveram uma projeção da conceptibilidade para a realidade objetiva, o que significava uma completa desvinculação com as estruturas de verdade do mundo arcaico. Em outras palavras, se, em tempos arcaicos, os homens procediam à redução da verdade à sua conformidade com o conhecimento, isto é, a coisa observada é que deveria se adequar à inteligência, os sofistas representam a cisão entre o sensível e o racional na experiência do conhecimento. Aqui, as exigências subjetivas tornaram-se juízes da existência objetiva: pensar e dizer eram o ser. O mito, representação maior da antiga ordem do pensar, era agora ineficiente para as novas necessidades sociais.

A linguagem plástica dos sofistas, fundada sobre uma potência da vida em devir, é considerada uma partilha em constante transformação, e daí se origina sua desqualificação pela filosofia socrático-platônica. Na investida em direção ao desvendamento da verdade, de fato se formará uma incisiva polarização entre essas duas correntes de pensadores, cuja divergência se constitui sobre o terreno de uma tensão

ontológica elementar. Se, para os socráticos, impera a essência fixa e perene das coisas do mundo, para os sofistas, “o homem é a medida de todas as coisas”, como diria Protágoras. Deste embate emergem, evidentemente, diferentes concepções de verdade e da função da linguagem. Para os primeiros, a linguagem será encarada sob uma perspectiva essencialista e representacionista, ao passo que os sofistas, por sua vez, se alinham a uma perspectiva relativista e pragmática, em que a linguagem e o significado devem ser tomados a partir dos efeitos do discurso na práxis. Como sabemos, a partir do embate teórico entre socráticos e sofistas distinguem-se três grandes vertentes para a compreensão do fenômeno linguístico, quais sejam: a perspectiva realista, a perspectiva mentalista e a perspectiva pragmática. Enquanto para a primeira a linguagem apenas significa quando descreve e reconhece o real, para a segunda, o significado se constitui mediante a representação de conceitos ou imagens mentais. Para a perspectiva pragmática, o uso é a dimensão constitutiva do significado, e a linguagem significa na prática. Em outras palavras, as expressões significam não porque representam algo a priori, visto que não possuem qualquer sentido imanente, e sim porque se inscrevem circunstanciadamente no fluxo das práticas das quais tomam parte, com efeitos possíveis variados e nunca garantidos de antemão. Estamos, assim, diante de uma abordagem anti-objetivista, anti-representacionista, anti-universalista e anti-imanentista de se conceber a linguagem.

A potência transformadora e ambígua, proporcionada pela partilha do sensível que não se apoiava exclusivamente no fundamento da razão e que, ainda assim, participavam efetivamente na inscrição de um sentido comunitário, transformava estes mestres da retórica em inimigos da filosofia, visto que disputavam o poder de organizar a vida social. Afinal, como se poderia fundar uma comunidade sobre um terreno em constante construção, destruição e reconstrução, ao invés de sobre um solo racional estável, como queria a metafísica? O que quer a teoria das ideias, filha do pensamento racional, é combater a polissemia, onde reside a potência de manifestação do sensível. O projeto da cidade racional e filosófica entra em conflito com as implicações de um pensamento mítico na percepção humana.

Mas os sofistas, apostando na unidade como condição de existência do pensamento racional, não investem em direção do conhecimento e da crença em uma verdade transcendental, pois creem no múltiplo. Em Górgias apreendemos a concepção de que o real não pode ser conhecido e, ainda que o possa, não poderia ser comunicado. Desta feita, os sofistas não se preocupam em compreender o Cosmos senão com o campo

das variações, criado pela rede de relações humanas, definindo-se como homens de habilidade política e inteligência prática. A linguagem é aqui concebida como instrumento das relações sociais e não como método de conhecimento da verdade. E, se não existe uma verdade para ser tomada como referência, atesta-se a relatividade de todo o conhecimento. Sobre Górgias, em Elogio de Helena nos deparamos com um dos textos mais emblemáticos do pensamento sofista. Nele, o orador sofista dedica-se à missão de inocentar Helena de uma injusta acusação e, por meio do discurso, pretende “mostrar a verdade e dar fim à ignorância”. Contudo, é interessante notar como a relação que o filósofo estabelece com um valor de verdade é bastante distinto daquele que defendem Platão e Aristóteles, por exemplo. Na obra a que nos referimos, impera a ideia de que a linguagem não representa um real único e objetivo e, justamente por essa razão, ao discurso pode-se impor deslocamentos por mecanismos de persuasão. Em Górgias, portanto, a linguagem figura e é referida como uma entidade verdadeiramente poderosa, à semelhança de deuses, capaz de instaurar efeitos vigorosos no mundo:

“o discurso é um grande soberano que, por meio do menor e do mais inaparente dos corpos, realiza os atos mais divinos, pois ele tem o poder de dar fim ao medo, afastar a dor, produzir a alegria, aumentar a piedade”. (Elogio de Helena, p. 296-297)

Para os sofistas, então, o real é compreendido como aquilo que se manifesta como tal no uso da linguagem, na prática discursiva. Daí falarmos em uma vertente pragmática acerca do significado na linguagem.

Neste sentido, a eficácia da palavra não se vê eliminada da cosmologia grega, mas transformada sob o signo da técnica. E neste imbróglio a irrupção de instrumentos linguísticos técnicos provenientes do exercício metalinguístico desempenha um papel fundamentalmente ambivalente: ao mesmo tempo em que servem à estabilização, promovem uma revolução, à medida que as reflexões filosóficas que as promovem e que ao mesmo tempo se consolidam por meio do questionamento do estatuto desta eficácia passam a desqualificar as novas possibilidades que os instrumentos técnicos a possibilitam. Em outras palavras, as operações de dessacralização da palavra em diversos níveis se constituem como um fenômeno de cujas proporções podemos extrair duas principais consequências: o esvaecimento da palavra mágico-religiosa e o advento da palavra autônoma, objeto de reflexão. Conforme discutimos, desta emblemática cisão surgem duas principais visões acerca da linguagem, a primeira representada pela sofística e pela retórica e a segunda resumida na reflexão filosófica.

A polêmica entre a teoria e a prática, em última instância, levava à rejeição da abordagem de questões práticas relacionadas aos problemas que atingiam os cidadãos em seu cotidiano. Menosprezando a abordagem mítica, e visando à compreensão do cosmos e de suas dimensões, as explicações acerca dos fenômenos da natureza deste período da sociedade helênica têm como representante máximo o discurso matemático, no qual a demonstração visível se sobrepõe à discussão de seus preceitos: a demonstração impera sobre o debate.

Contudo, as questões não reivindicadas pela abordagem teórica parecem ter imperado em face do levante dos sofistas e dos *magoi*, que, pelo uso da palavra, tornam disponível um saber prático para um público específico e renegado pelos filósofos, formado por parte dos emergentes das atividades mercantis e do comércio. Os sofistas, assim como os *magoi*, serviam às necessidades mais corriqueiras e imeditadas, de modo a contribuir com a apreensão das leis que regem atividades dispersas no caos da vida cotidiana. Ambos apresentam-se como artesãos da palavra. O sofista se propõe a ensinar o uso eficaz da palavra, que, para convencer, persuadir e enfim fazer valer a voz nas assembleias e nas tribunas, precisa ser particularmente carregada de emoção. É aqui que começa a se desenhar para nós uma ousada e interessante interrelação entre a palavra eficaz e a atividade política: ainda que a palavra-diálogo seja a base do pensamento racional grego e, portanto, dos primórdios do pensamento político, uma nova configuração da partilha do sensível permite e impõe que a palavra seja imbuída de eficácia, não a eficácia mágico-religiosa, mas uma eficácia de outra maneira simbólica, fundados sobre um princípio de alteridade. Aqui, saber e poder se veem novamente reintegrados, a partir de práticas cuja eficácia pressupõe um uso retórico da linguagem, associado sobremaneira a seus efeitos sobre o outro, isto é, à sua dimensão de *pathos*.

Sem dúvidas, o império do pensamento de orientação platônico-aristotélica no mundo ocidental pode nos conduzir à sensação desconcertante diante da eficácia e operacionalidade da perspectiva pragmática herdeira dos sofistas, principalmente se considerarmos as alcunhas pejorativas que lhes foram imputadas, tais quais charlatões, impostores, imitadores ilusionistas<sup>13</sup> e oradores inescrupulosos. De fato, uma postura pragmática e radicalmente relativista acerca da linguagem nos parece estranha, especialmente diante da naturalização da metateoria de ordem representacionista que

---

<sup>13</sup> Cf. PLATÃO. O Sofista. Tradução de Henrique Murachco, Juvino Maia Jr. e José Trindade Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 18.

sedimenta a língua. Ainda assim, podemos apontar algumas investidas em direção do questionamento da tradição de inspiração platônico-aristotélica, como é o caso de Foucault. Com a notória preocupação de historicizar a trajetória do discurso tido como verdadeiro desde a Antiguidade grega e apontar como nossa “vontade de saber e de verdade” foram edificadas com base em sistemas de poder e exclusão, o autor nos mostra como, quando o sofista é enxotado da sociedade grega, instaura-se definitivamente a soberania do significante. Para ele, a própria maneira de fazer científica ocidental, por séculos, amparou-se em padrões conceituais ligados ao verossímil. Desta forma, sua proposta é questionar e conduzir a uma ressignificação da nossa vontade de verdade, o que não pode passar ao largo da destituição da soberania do significante e a concepção universalista de sentido, o que implica uma contundente crítica ao imanentismo.

Esta nova configuração da eficácia da palavra pela retórica e pelos sofistas nos revela interessantes jogos de rupturas e continuidades entre seus preceitos. Uma sua ruptura fundamental é o aspecto da normatização, ou, como preferirmos, da representação metalinguística, oportunizada pela alteridade e por extensão herdeira das tecnologias provenientes da reflexão metalinguística, que vem tomar o lugar daquela eloquência espontânea a que antes nos referimos como tradição. Entre as continuidades que se perpetuam e que mais interessam a este trabalho está a questão da performatividade, particularidade fundamental à palavra que se quer eficaz. Em primeiro lugar, discutiremos a importância da performance, com especial foco às dimensões do corpo e mais particularmente da voz, para que, mais adiante, a partir de uma abordagem propriamente discursiva, possamos mais bem compreender de que maneira incidem sobre as componentes da fala pública as normatizações. Mas, antes que possamos de fato fazê-lo, é importante que possamos conceber uma noção específica de carisma, que se permite apreender no próprio jogo entre subjetivismo e objetivismo que perfaz sua história conceitual no bojo dos estudos sociológicos, de maneira alguma desvinculado da noção de eficácia simbólica.

#### **1.4. Entre subjetividade e objetividade: a performance carismática**

Por certo, nutrir esperanças por tomar como exequível a tarefa de revisitar e bem delimitar o conceito de carisma, embora tenha integrado o conjunto de expectativas que motivaram, a princípio, a vontade de saber inerente a este trabalho, agora se nos figura

como uma tarefa deveras dificultosa, senão impossível. Das tradições primitivas aos ritos pós-modernos, das fundações religiosas à ascensão das celebridades, e de ciências diversas, como a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia, à boca do povo nas ruas e nas redes, o conceito vem sendo difundido e reformulado à luz das movências da humanidade ao longo da história. No entanto, é justamente a sua transcendência na sociedade, sua capacidade revolucionária e de mudança social, com ou sem violência, que torna essencial e indispensável uma sua análise teórica. Por razões técnicas e pedagógicas, restringiremos nossa discussão à exposição de seu marco originário nas ciências sociais e nos embates teóricos a partir daí gerados: os diálogos entre Weber e Bourdieu. Consideramos que as continuidades e rupturas entre o pensamento desses dois grandes expoentes da Sociologia moderna podem em muito contribuir para esclarecer aspectos fundamentais à teoria do carisma que servem aos propósitos desse trabalho. Basearemos nossa exposição sobre suas preposições com base na antinomia subjetivismo-objetivismo que se estabelece entre o pensamento de ambos: enquanto Weber considera o carisma uma característica fundamentalmente pessoal, apesar de extracotidiana, que confere a seu portador poderes ou qualidades sobrenaturais, Bourdieu o confronta com base em suas formulações conceituais de *habitus*, capital social e campo, elaborando uma teoria do campo religioso com base objetivistas e taxando a pretensa natureza pessoal do atributo carismático de enganosa. Evidentemente, para compreender a totalidade do fenômeno carismático, é preciso que retornemos aos primórdios da fundação de sua reflexão, com bases assentadas na religião, ainda que não possamos efetivamente operar uma incisão definitiva entre os campos religioso e político, conforme veremos mais adiante.

#### Max Weber define por carisma

uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos, ou então se a toma como pessoa enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder” (WEBER, 2000, p. 158-159.)

Assim, estabelecendo um contraponto com as estruturas patriarcais e burocráticas, que encontram lugar na economia e, por essa razão, servem à satisfação das necessidades cotidianas, o poder carismático transcende as exigências da vida e da lógica econômica. Segundo Weber, seu caráter antieconômico é uma de suas principais características constitutivas: o carisma genuíno é, sobretudo, o extremo oposto da economia ordenada e não compõe uma fonte de benefícios privados a seus portadores. E é justamente nessa oposição que se constrói entre o poder carismático e a racionalização burocrática que

repousa o caráter revolucionário do fenômeno em relação às formas tradicionais de dominação por meios técnicos. Ao contrário da dominação tradicional, que se exerce do exterior ao interior, isto é, que age sobre a ordem das coisas do mundo e, por extensão, sobre os homens, o poder carismático desloca o ponto originário da revolução para o interior dos homens e situa em sua vontade revolucionária a possibilidade de transformação da ordem. Se a racionalização impõe aos liderados a apreensão dos resultados exteriores e técnicos sem levar em consideração o germe da mudança que se localiza justamente na ideia, as mudanças impostas através do carisma têm como principal característica se constituir como uma genuína metanoia, ou seja, uma transformação essencial nos modos de pensar. Pode-se dizer, portanto, que para Weber no carisma reside o verdadeiro grão revolucionário que exerce um poder criador sobre a história à medida que impõe um rompimento com as normas tradicionais e uma sujeição ao inédito.

Apesar dessa condição, a figura de autoridade carismática não corresponde a uma ausência de estrutura, senão a uma formação social estruturalmente bem definida, que se constitui com base na convivência entre líder e liderados. Neste contexto, qualquer mudança que se impõe à estrutura como um desvio dos costumes corresponde à uma corrupção da estrutura carismática e uma conseqüente reestruturação dessa formação. Considerando que o desejo de atribuir ao carisma um estatuto permanente na vida cotidiana, tanto pelo dominador quanto pelo dominado, é tão presente quanto impossível, Weber considera que a rotinização do carisma é inevitável. Ademais, a satisfação das necessidades econômicas dos liderados é sempre almejada por eles próprios no exterior da vida comunitária, o que subverte a forma de existência do carisma pelo domínio do cotidiano aos interesses econômicos.

Em suma, o carisma de Weber trata-se um elemento individual, singular, determinado por fatores internos e alheio à economia. A dominação carismática é imediatamente condicionada ao reconhecimento da missão do líder por aqueles a quem ele se sente responsável, mas este reconhecimento não se confunde com a própria legitimidade: em verdade, é a própria vocação do líder e as provas consistentemente oferecidas de seu carisma que convocam o grupo a reconhecer sua qualidade.

Já Bourdieu compreende que seu antecessor cai em uma armadilha ilusória ao interpretar a mensagem religiosa carismática como uma aparição inspirada, postulando que a atribuição de uma autonomia absoluta para o líder carismático por parte de Weber é reflexo de uma sua tentativa de escapar ao extremo reducionista que encara as manifestações religiosas como reflexo das condições econômicas e sociais, mas que,

lamentavelmente, o impulsiona ao extremo oposto do reducionismo subjetivista. Bourdieu reconhece, porém, no interior da própria pesquisa weberiana os elementos indispensáveis para desfazer o engano. Segundo ele, na metodologia de Weber reside uma intenção que se constitui como uma ruptura com esta própria metodologia (Bourdieu, 2007, p. 80): a representação interacionista das relações entre os agentes religiosos. Ao tomar as relações entre profetas, sacerdotes e leigos a partir de uma perspectiva simbólica é que se poderia depreender a estruturação de todo o campo religioso. A partir daí, Bourdieu propõe uma segunda ruptura, que significaria abdicar do próprio interacionismo com vistas a subordinar a dinâmica das relações entre os agentes à estrutura das relações objetivas que cada agente ocupa no interior do campo religioso. Isso equivale a substituir a interpretação de relações entre indivíduos por uma da interação entre as posições de uma estrutura. A situação de cada indivíduo na interação, afinal, já estaria estabelecida previamente pela estrutura. Assim, a determinação do agente, reconhecida pelo interacionismo simbólico, é apreendida por Bourdieu como algo objetivamente estruturado dentro do próprio campo, concebido então como o *locus* privilegiado em que se estrutura uma distribuição desigual de elementos que determinam a posição de seus agentes. Estes elementos, por sua vez, resumem, grosso modo, a noção de capital social.

É deste modo que se pode compreender que, para Bourdieu, a característica mais notável do campo religioso é constituir-se como uma reprodução das estruturas sociais vigentes. Se, afinal, este campo resulta da monopolização da gestão da salvação por um conjunto de especialistas religiosos, a qual não é possibilitada senão mediante a desapropriação desse poder por parte dos excluídos desse conjunto – os leigos. Na esteira de Durkheim, somos ensinados que os sistemas simbólicos são categorias de entendimento, ou seja, estruturas estruturantes, e que estas são construídas socialmente, a religião, compreendida como sistema simbólico, exerce a função política de representar, legitimar e reproduzir a estrutura social que lhe garantiu a existência. Para tanto, a religião procede a uma manipulação simbólica das aspirações, ajustando-as às oportunidades objetivas, e instituindo um *habitus* religioso de cuja estrutura emana o reflexo das relações econômicas e sociais. Desta forma, a religião desempenha o papel de legitimar a posição das classes dominantes através da ratificação de sua distinção quanto às categorias dominadas, justificando a existência em certa posição social e introjetando nos dominados o *ethos* da resignação (Bourdieu, 2007, p. 46-53).

É justamente no monopólio que reside a possibilidade de concorrência no campo religioso, que pode ser ilustrada significativamente pela oposição entre as posições de

sacerdote e de profeta, estrutura na qual o primeiro detém o monopólio dos bens religiosos e evidentemente visa a perpetuação da tradição, e o último questiona essas relações de poder e anseia pela sua subversão, enxergando no acúmulo de capital religioso uma forma de fazer jus ao embate. O capital religioso do profeta é o carisma por excelência, de acordo com Bourdieu: não se trata, portanto, de uma propriedade inata de um indivíduo único, ou produto de atributos psíquicos transcendentais, mas um recurso do profeta do qual ele deve lançar mão para ser bem sucedido em seus interesses religiosos, transplantando para o nível do discurso e da conduta irrepreensível representações de sentimentos e aspirações até então inéditos. Para ser considerado carismático, esses sentimentos e aspirações devem ser compartilhados com grupos de leigos insatisfeitos, ou emergirem em cenários de crise, para que a profecia se concretize mediante o enfraquecimento das tradições. A profecia, desta forma concebida, não é inaugurada por aquele na posição de profeta, mas interpretada por ele. A concepção weberiana e subjetivista de carisma, então, segundo Bourdieu, pode ser rechaçada de uma vez por todas através da compreensão das “características sociologicamente pertinentes de uma biografia particular” que tornariam possível a um indivíduo imprimir em seu discurso disposições já presentes, ainda que de modo implícito, “em todos os membros da classe ou do grupo de seus destinatários” (Bourdieu, 2007, p. 94). A crítica de Bourdieu se nos apresenta como fundamental para que não nos iludamos ou iludamos aos outros quanto à natureza do fenômeno carismático, crendo ou fazendo crer na natureza mágica do discurso. Todavia, se, por um lado, Weber relega as qualidades carismáticas a um subjetivismo extremo, o pensamento de Bourdieu em relação a este tema também pode ser acusado de conduzir nossa reflexão a um âmbito igualmente extremo de objetivismo no que diz respeito à desigualdade na distribuição das possibilidades de acúmulo de capital social.

Mesmo levando em consideração a inestimável pertinência desse debate, cremos que é preciso dar um salto em direção à superação da oposição entre subjetivismo e objetivismo, de modo que se compreenda o exercício do carisma como um processo dinâmico em que a subjetividade e o capital social figuram como pares complementares e interdependentes. Em favor de tal empreendimento, é preciso que voltemos nossos olhares àquilo que ambos os pensadores compartilham, qual seja, fundamentalmente, a ideia de que o carisma se traduz em dominação: enquanto Weber afirma que, mediante o reconhecimento dos poderes do líder carismático pelos leigos, estes serão dominados, Bourdieu, por sua vez, nos ensina que a figura do profeta ambiciona subverter a ordem que outorga aos sacerdotes os bens religiosos. Para ambos, porque desapropriados de

capital social de qualquer ordem, os leigos figuram como desprovidos de carisma – uma premissa que cremos querer simplificar demasiadamente a complexa relação entre líder carismático e fiéis. A fim de elucidar este reducionismo, é preciso compreender o carisma enquanto uma performance coletiva, na qual a audiência desempenha um papel determinante. Essa interação constitutiva do carisma não equivale, como se poderia argumentar em réplica, a negar o caráter de dominação que efetivamente é inerente à liderança carismática, mas corresponde, ao invés disso, a uma via distinta para mais bem compreender as maneiras pelas quais um líder carismático consegue estabelecer e sustentar sua autoridade.

De acordo com os trabalhos de Robbins (2009), somos instruídos acerca da natureza coletiva do exercício do carisma. Para ele, as instituições religiosas bem-sucedidas só podem sê-lo através do desempenho de uma habilidade que só se pode efetivar como real à medida que relegar ao ritual um papel fundamental nas interações entre seus membros. Recorrendo a Durkheim, Robbins toma de empréstimo o conceito de efervescência coletiva para definir o resultado esperado de uma interação efetivada com sucesso, uma espécie de energia emocional a qual todo indivíduo busca, migrando entre distintas formas de interação e assim desenhando os contornos de uma cadeia de interações que constituem a sociedade tal como se a conhece. A partir daí somos informados sobre os dois aspectos que o autor considera como fundamentais para que uma interação seja uma potencial fonte de energia emocional: uma consciência mútua e comum da situação e um intrincamento emocional.

uma vez que os pentecostais estão juntos em um quadro interacional, eles estão bem preparados para gerar imbricamento emocional por meio da sincronização corporal, o segundo constituinte de um ritual de interação bem-sucedido<sup>14</sup> (ROBBINS, 2009, p. 61, [tradução nossa]).

O carisma, desta forma concebido, extrapola os limites individuais do líder e se manifesta, com efeito, entre ele e seus fiéis, em uma verdadeira sincronização de seus corpos, em um contexto possibilitado pela interação ritual de que a comunidade religiosa toma parte.

Além disso, ainda na tentativa de mais bem compreender o carisma como subjetividade e objetividade e, ao mesmo, aprofundar a descrição dos requisitos para que

---

<sup>14</sup> “[...] *once pentecostals are in a interational frame together, they are well prepared to generate emotional entrainment through bodily sincronization, the second constituent of a successful interaction ritual.*”

um líder carismático se estabeleça e seja reconhecido como tal, com base nos estudos de Coleman (2009), temos acesso a alguns dos princípios aos quais esses líderes devem seguir. Em primeiro lugar, figura a mobilidade, traduzida na necessidade de circulação entre territórios, alçando a itinerância ao patamar de característica distintiva entre o pregador e outros crentes. Na sequência, o princípio que mais interessa ao escopo deste trabalho de pesquisa: a narrativa. Coleman respeita a tradição dos estudos relativos ao carisma ao reiterar a necessidade inegociável de que os líderes carismáticos sejam mestres da fala. Inclusive, de acordo com ele, a personalidade carismática se confunde com suas histórias. Por último figura o princípio do alcance, que se baseia na imprescindibilidade do líder fazer de suas palavras uma maneira de efetivamente tocar seus ouvintes, provendo-lhes cura, êxtase e motivação física e espiritual. Estes dois últimos princípios são fundamentais para a definição de conceito de carisma que mais profundamente dialoga com nossas filiações teóricas, pois são elas que transfiguram o poder carismático na capacidade de agir sobre os corpos e personalidades espirituais e, simultaneamente, fazê-los agir, já que, uma vez assimilada a palavra do pregador pelos corpos dos ouvintes, desencadeia-se uma sequência mimética que se constitui à medida que a audiência se constitui como multiplicadora da palavra originária. Este ritual, que é gestado pela pessoa do pregador, gera uma torrente espiritual e se dissemina numa cadeia de interações rituais.

Ao elencar estes três princípios fundantes do exercício do carisma, Coleman nos ensina sobre a relação entre subjetividade e capital social mencionada por nós anteriormente: a possibilidade de execução do princípio da mobilidade implicaria certa autoridade econômica, e de maneira análoga uma educação privilegiada poderia contribuir com a exequibilidade do segundo princípio. Além disso, como vimos, o carisma não pode ser concebido fora dos termos de sua eloquência, pretendida objetiva enquanto técnica. Porém, a subjetividade não pode ser relegada ao exterior deste quadro, já que ainda impera uma necessidade de convicção acerca de sua própria vocação, bem como da habilidade de integrar a presença divina por meio da performance da palavra religiosa no exercício do princípio de alcance. Além disso, e sobretudo, a eloquência carismática produz um discurso que apresenta uma vontade de verdade, ou não se poderia desempenhar a persuasão, mas cuja verdade efetivamente não se submete a um critério de certificação ou autenticação para além dos próprios efeitos que produz em sua audiência, que conferem legitimidade à performance carismática. Neste sentido, o carisma migra do campo da verdade para o campo do poder.

Conforme anunciado anteriormente, passaremos agora a tratar da eloquência como a materialização performance carismática, com vistas a focalizar a temática da eficácia da palavra a partir das injunções sócio-históricas às quais estão submetidas as três componentes da fala pública em suas condições de produção ritualizadas pela retórica: o verbo, o corpo e, mais particularmente, a voz.

### **1.5. Eloquência como performance carismática**

Como sabemos, os registros históricos de palavras eficazes são quase sempre relacionados à oralidade, que forja sempre a presença de um corpo. Talvez isso esteja ainda relacionado aos primórdios da palavra eficaz nas sociedades primitivas: no caso do mundo ocidental, pelo menos, mesmo em face da invenção da escrita, opunha-se tanto na democracia grega quanto na república romana uma aristocracia culta e uma plebe apedeuta, o que nos situa diante de uma comunidade composta por uma imensa maioria de analfabetos. Além disso, a especificidade do suporte gráfico, na condição de técnica de transposição da fala, reside na independência do corpo próprio do enunciador e na permanência da mensagem, o que significa que ela extrapola o tempo presente. Ao mesmo tempo, a escrita implica uma entrada em certa forma de racionalidade, tanto é que se nos referimos a ela como uma objetivação da língua. No caso dos textos escritos, existe a possibilidade de descontextualização das mensagens às quais o sentido não é mais vinculado a um aqui e agora da enunciação ou à singularidade das injunções de uma situação de comunicação determinada por um emissor e um receptor específicos, bem como um lugar e um tempo (COLOMBAT et al., pg. 63-4). Na escrita, trata-se do enunciado, e não da enunciação.

Na eficácia da palavra mágico-religiosa dos gregos arcaicos, já se sabe que o mito não se constituía em uma dimensão distinta da realidade vivenciada e experienciada, mas tratava-se de uma especificidade de comportamento que encontrava na expressão corporal a concessão de energia ao enunciado. A eficácia se forjava no imbricamento entre o verbal e o corporal, como já nos ilustrara Detienne: “quando Althaía amaldiçoa seu filho, sua maldição é palavra e postura: toda encolhida, ela bate com força no chão, para suscitar a Erínea vingadora”. Desta feita, assumimos, concordando com ele, que “o corpo doava potência à palavra” (2013, p. 33), gerando um prolongamento da ação na *phýsis*. A voz de Althaía, no momento mesmo de enunciação, carregada emocionalmente e acrescida da energia cedida por seu corpo no encontro com o solo, estabelecem uma relação de contiguidade com a força e a eficácia da maldição que quer lançar. Talvez possa-se dizer

que o gesto, do corpo e conseqüentemente da voz, seja o germe de instauração do real, posto que se impõe como uma das dimensões da *phýsis* e, portanto, uma formulação da verdade. Expressa através do verbo, do corpo e da voz, este tipo de palavra integra o domínio do imediato irrevogável. Estamos diante, aqui, da eficácia desenhada pela soberania do significante.

Não à toa, o sistema retórico também vai se atentar ao caráter performativo da palavra que se pretende eficaz na medida em que faz figurar, dentre suas cinco componentes elementares, a saber, *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio* e *memoria*, um elemento inteiramente dedicado ao desempenho oratório per se. Sobre a importância da *actio* e a distinção entre a voz viva e a letra morta, Aristóteles refletia que

[...] o estilo escrito é o mais exato; o estilo das discussões é o mais dramático. [...] Comparando uns aos outros, os discursos escritos parecem acanhados nos debates, ao passo que os discursos dos oradores, mesmo se causam boa impressão quando proferidos, parecem com obras de profanos quando os tomamos nas mãos e os lemos. (Retórica, livro III, 12, 2)

Com efeito, a importância da voz para a persuasão vem sendo exaltada por mestres da retórica há mais de dois mil anos, como bem ilustram os estudos de Salgado e Piovezani (2020) ao expor uma observação diacrônica que perpassa a oratória clássica, os compêndios oitocentistas e os manuais modernos. A partir de uma abordagem discursiva e comparativa, os autores buscam identificar o que se diz sobre a voz humana no campo da oratória, atestando que, a despeito das indiscutíveis distinções que emergem dos enunciados que tomam a voz como objeto, decorrentes de suas diversas condições de produção, “ocorrem, não raras vezes, consideráveis identidades, especialmente naquilo que se diz sobre a importância da voz para a persuasão” (SALGADO & PIOVEZANI, 2020, p. 127).

Ainda no decurso do século VI a.C., nos primórdios do interesse sobre a prática poética dos aedos, o advento de uma “disciplina” revelava um interesse especial em relação ao som e, mais particularmente, à voz: a *mousiké*, domínio do saber de viés principalmente prático em seus primórdios, que distinguia os sons da voz não apenas para mais bem conhecê-los, mas sobretudo para mais bem mobilizá-los em performances de fala pública (em particularmente e inicialmente nas declamações de poesia), de modo a produzir paixões em seus ouvintes e para se incrustar em sua memória. Segundo Desbordes (1989), estes estudos podem ser considerados como o ancestral distante de

todas as ciências da linguagem. É, então, justamente por meio da atenção dedicada à música que se começa a dividir os sons em vogais, semivogais, mudas, a agrupá-los em famílias, conforme sua semelhança de articulação, e a estudar as propriedades das sílabas, no que respeita à sua extensão, acento e ritmo, por exemplo: tem-se, efetivamente, o germe da fonética, e suas análises estão então diretamente atreladas ao desempenho da performance da poesia.

*A mousiké* de fato inaugura um tipo de análise que pode ser chamada de “longitudinal” e que consiste em evidenciar a coexistência de vários fenômenos ao longo de toda a extensão de uma mesma sequência fônica. Segundo Lasos d’Hermionè, três coisas já devem ser distinguidas na mesma sequência poética: a melodia, o ritmo e “a palavra falada”<sup>15</sup> (DESBORDES, 1989, p. 157, [tradução nossa]).

Além do papel desempenhado pela *mousiké* no desenvolvimento do conhecimento sobre as famílias de sons e as propriedades das sílabas, a autora está particularmente interessada na relação dessa nova acepção de fala com o alfabeto. Ao abordar a questão dos retores e dos sofistas, além do problema da excelência gerado pela concepção das *tékhnai*, ambas noções metalinguísticas da linguagem como persuasão, mas também formas de aprendizagem, Desbordes revela o papel da representação da linguagem na concepção da realidade e da verdade. Por fim, ela vincula essas questões com o papel da discussão sobre a ambiguidade, que está no cerne dos ensinamentos dialético e retórico e que sintetiza a relação da linguagem com a ação sobre o comportamento. Assim pode-se reconhecer que há mais razões para se articular os estudos sobre a voz àqueles sobre a fala pública e o carisma, bem como os discursos a respeito dos desempenhos oratórios e vocais à eficácia destas próprias performances públicas, do que poderiam supor nossas teorias linguísticas, que, a despeito da observação milenar das potencialidades dessas potencialidades, talvez ainda não o tenham feito com o fôlego que poderiam e que estes elos merecem.

Assim entende-se que a performatividade inerente à fala pública, como a entendemos mestres retores, não pode prescindir da totalidade composta por verbo, corpo e voz. Na linguagem verbal, desponta a importância particular da voz como um ponto de equilíbrio entre natureza e cultura, na medida em que a emissão vocal se vê determinada

---

<sup>15</sup> “*La mousiké inaugure en effet un type d’analyse qu’on peut dire «longitudinale» et qui consiste à mettre en évidence la coexistence de plusieurs phénomènes sur toute l’étendue d’une même séquence phonique. Selon Lasos d’Hermionè, déjà, il faut distinguer trois choses dans une même séquence poétique : la melodie, le rythme et «le parlé».*”

duplamente pelas configurações de um aparelho fonador e pelas injunções sociais e históricas, constituindo-se como uma prática simultaneamente natural e simbólica. Ademais, a voz nasce do entremeio entre corpo e língua, não mais como os ruídos do primeiro, mas ainda não com as formas da última (AGAMBEN, 2006). Essa característica particular da voz humana já fora apreendida pelas reflexões de Salazar (2008) acerca do papel fundamental atribuído a ela pela reflexão humanística da retórica e, num momento posterior, pela observação científica dos naturalistas, mais particularmente de Darwin. Salazar observa o tratamento oferecido à voz por ambos e, a despeito das distâncias temporais e espaciais que os separam, aponta-nos relevantes intersecções. Para Darwin, segundo ele, a voz pode ser representada como um signo particular do sexo e, sobretudo, um fenômeno específico da intensificação sexual. “[Voz] é o agente particularmente eficaz da sedução pelo sexo e pelos seus signos”. Retomando as postulações do naturalista, Salazar nota que a voz comporta uma marca sexual, visto que os corpos dos machos possuem órgãos vocais capazes de tornar a relação sexual eficaz; nota-se que o período do cio é expressado pela ação da voz, o que permite relacioná-la à expressão das três “paixões intensas” que incidem sobre o processo de seleção de parceiros sexuais: o amor, o ciúme e a raiva. Essas paixões intensas, como sabemos, incidem igualmente sobre o poder do discurso. De acordo com Salazar, relacionar essas paixões com a eloquência natural coloca frente a frente o naturalista do mestre retor sob o signo do páthos, “ou seja, do uso calculado da *vox*, no intuito de excitar as paixões no ouvinte”. Em ambas as posturas, como bem observa Salazar, a voz é masculina: na obra de Darwin aprendemos que a voz é mais bem desenvolvida no macho do que nas fêmeas e que essa preposição se confirma com mais forte evidência no topo da escala evolutiva (as cordas vocais dos homens são em média um terço mais longas do que as das mulheres e das crianças), ao passo que, pela retórica, somos informados de que a eloquência contribui para extrair da voz sua força enérgica mais propicia a persuadir através das paixões – a noção de *virilitas* –, uma força que reside na voz e que forja o sexo/gênero. Essa relação íntima com a retórica se permite reforçar ainda mais nas postulações darwinianas à medida que se concebe a exteriorização vocal como correlata de uma exteriorização de ordem plástica, qual seja, a ornamentação do corpo. A voz e a beleza funcionariam, assim, de maneira harmônica, a fim de intensificar os caracteres sexuais secundários e incidiriam sobre a relação sexual, contribuindo, por extensão, para a evolução da espécie. A relação entre emissão vocal e apresentação corporal que Darwin aponta, conforme nos ensina Salazar, é bem conhecida pela tradição retórica humanista: “falar e se paramentar servem para

mais bem agir, para mais bem agir sobre o outro, quer seja para o bem da espécie (tal como em Darwin) quer seja para o bem da cidade (tal como na retórica clássica)” (p. 45).

Assim,

O exame dos sentidos de *vox* e de *voice* permite-nos mais bem apreender como uma teoria da intensificação dos caracteres naturais da voz (volume, altura, emissão, ritmo), que atende aos objetivos da sedução, pode ser concebida como uma réplica da teoria humanista da *vox*, como elemento fundamental da arte da persuasão. (SALAZAR, 2008, p. 50, [tradução nossa])

Assim, a relação de contraste entre natureza e cultura, especialmente se reinterpretados no quadro de uma teoria discursiva, se nos revela pertinente e profícua ainda mais particularmente no campo da fala pública. Articulando corpo e língua através da voz em favor da sedução e da persuasão, incide sobre esta de maneira ainda mais particular o funcionamento que observamos na palavra eficaz, especialmente se considerarmos a voz humana, como propõe a acepção latina de *vox*, tal como a indica Salazar, como inerentemente política<sup>16</sup>. Em outros termos, se consideramos a persuasão como a exploração complementar das vias do raciocínio ético e patético, isto é, cujo objetivo final é não meramente o convencimento e a alteração de uma opinião, mas também a impregnação de uma vontade e um impulso de agir em conformidade, erige-se diante de nós o poder agentivo da voz relativo à eficácia da palavra. Neste sentido, na voz reside um potencial particularmente poderoso de demiurgia, de reinscrição de sentidos do mundo em uma materialidade sempre inédita e, por consequência, da realização de novas partilhas do sensível. Com efeito, ao abordar as dimensões estéticas relativas à política, Rancière aponta que

---

<sup>16</sup> “A *phônê* não é a *vox*: se é na vocalidade da *vox* que reside e se estabelece o *Dasein* político, duvido absolutamente que a *phônê* possua essa mesma função e esse mesmo alcance. Basta, para tanto, que consideremos a proximidade ôntica entre os termos voz e voto, oriundos do latim, para que nos percebamos da razão pela qual a voz humana é fundamentalmente diferente daquela que seria apenas a fonia. Na projeção da voz, existe um apelo, uma interpelação, um voto e um desejo de efetuar um gesto de presença. Eu dou e doo a voz, promovo um voto de presença. Eu me apresento. Ora, o voto é um ato de compromisso, um gesto de engajamento [...] Com efeito, uma promessa é uma projeção do ser, é uma pro-voc-ação dirigida a outros no intuito de interpelá-los a também engajarem-se. Ao dar e doar a voz, assumo o compromisso de me votar a algo ou a outrem, de me devotar a isso e/ou a aquilo. [...] Um animal ou uma árvore que emitem sons no rumor do mundo jamais prometem algo ou se comprometem com algo, tal como podemos fazê-lo com a nossa voz. Árvores e animais podem somente estar no mundo com seus sons e ruídos bestiais. No momento em que a política em sentido amplo desce ao nível da bestialidade, nós recaímos então na natureza, bela, mas terrível e estúpida.” (PIOVEZANI & SALAZAR, 2016, p. 172-173)

O que me interessa são as possibilidades de reconfigurar um campo de possibilidades, o que me afasta das teorias de Foucault que tentam circunscrever, sistematizar o que é possível pensar, dizer ou conceber. O que eu construí foi, acima de tudo, em referência e em reação a Foucault. Queria dizer que, em qualquer mundo singular de experiência há vários caminhos de sistematização dessa experiência precisamente porque aquele mundo é composto de vários mundos, de várias linhas de temporalidade e de possibilidades (RANCIÈRE, 2016, p.87).

Sob esta ótica, diante do vislumbre da providência de novas possibilidades do dizer e do fazer, Rancière nos aponta para condições de mobilidade entre a esperança de uma revolução utópica (o não-lugar, inalcançável) e uma heterotopia, concebida, desta vez nos moldes de Foucault, como um lugar outro, alcançável por meio de pequenas fendas que se abrem na ordenação comum das coisas do mundo. No próximo capítulo, pretendemos ser capazes de demonstrar caminhos para que a voz humana, deslocada à luz da teoria discursiva para a fronteira iminente de um acontecimento, seja concebida como a potência de uma experiência suspensiva da ordem do comum.

## Capítulo II

### Voz e discurso

#### 2.1. Um lugar para a voz na teoria discursiva

Em trabalhos anteriores<sup>17</sup>, buscando compreender as relações entre som e sentido e sua proficuidade no interior de uma abordagem discursiva, partimos dos ensinamentos de Wisnik (1989) sobre a música para compreender a constituição intrinsecamente impura dos sons. “Toda música está cheia de inferno e céu”, ele diria, para nos ensinar que os sons se constituem a partir de pulsos estáveis e instáveis, ressonâncias e defasagens e, sobretudo, de presenças e ausências. Concebido como uma sequência de impulsos e repousos, para o som, o silêncio é condição de sua existência. Ora, se fazer música é agir sobre uma sequência de vibração e inércia, ordenando os sons em meio a um turbilhão de ruídos, pensamos que não se pode fazê-lo sem que se imponha sobre eles uma afinação de ordem social e histórica. Isso porque, na música, assim como nas palavras, os sons não podem escapar às injunções da “ordem do discurso”, que vai lhes impor irremediavelmente uma série de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição. Nesta perspectiva, qualquer produção discursiva, seja nas artes, na ciência, na política ou em conversas cotidianas, não é absolutamente aleatória, bem como é marcada pela raridade, na medida em que emerge de um conjunto finito e limitado de formulações que esses procedimentos permitem executar. Afinal, sabemos que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, [1971] 2000, p. 8-9). Da mesma forma, os sons da música, executados pelos instrumentos e pela voz, sofrem pela ação de práticas de interdição, de segregação, de organização e de circulação, além de outros mecanismos que lhes regulam a emergência, a existência, a consolidação e/ou o desaparecimento. A produção e a recepção dos sentidos do som estão, assim, fatidicamente submetidas à história e à sociedade em que os homens se veem imersos. As coisas só fazem sentido, afinal, por já o terem feito, quando ditas ou feitas em outros

---

<sup>17</sup> Casanova (2018).

lugares, em outras épocas e por outros homens. Por essa lógica, sabemos que fazer som não equivale a fazer música ou, em última instância, a fazer sentido, assim como a escuta indiscriminada de qualquer som também é uma não-escuta (WISNIK, 1989, p. 54).

Wisnik aponta para o contraste que a capacidade de ordenação musical estabelece com o caos imanente do universo, remetendo aos ensinamentos de Lévi-Strauss no que diz respeito à correspondência dos pares de oposição ruído::música:natureza::cultura. Sob este viés, “a natureza produz ruídos, e não sons musicais, que são monopólio da cultura enquanto criadoras dos instrumentos e do canto” (LÉVI-STRAUSS, [1964] 1991, p. 30). Ao nosso ver, é exatamente a partir desse potencial ordenador que se pode compreender seu “grande poder de atuação sobre o corpo e a mente, sobre a consciência e o inconsciente, numa espécie de eficácia simbólica” (WISNIK, 1989, p. 30). Ora, se pensarmos que cabe à ação do homem a responsabilidade pela criação dos instrumentos e do canto, parece evidente conceber que disso decorre uma separação estável entre fenômenos da natureza e da cultura nos sentidos do som na música. Contudo, na música, os próprios fenômenos físicos se restringem à ação criadora do homem sobre a natureza, não apenas porque os produtos materiais de sua criação impõem parâmetros e limites para a performance do fenômeno, mas sobretudo porque sobre a matéria e sobre a performance pesam determinações históricas e sociais que lhes constituem e dão forma. São, afinal, as concepções de mundo e as diferentes cosmologias que impõem ordem ao caos do universo e que instauram harmonia entre o material e o imaterial, entre o visível e o oculto, que se veem refletidas nos sons dos instrumentos e no som das vozes organizados pela linguagem musical. Assim, diante de nós se constituem com maior produtividade as aproximações entre a linguagem musical e a linguagem verbal do que as distâncias impostas por suas classificações como sistemas semióticos distintos: a música, tal qual a linguagem verbal, não pode ser não-referencial, posto que ela tomará como referência, de maneira indelével, as próprias condições de sua produção.

Certamente, se a cultura, como definida por Lévi-Strauss, estabelece suas bases em um sistema de comunicação simbólica, é a história que deve servir como ponto de partida para qualquer impulso de busca pela inteligibilidade<sup>18</sup>. Todavia, nesta direção, só podemos assumir sua tese de que o homem teria um poder ilimitado de fazer significar as coisas se reconhecermos que esse poder, quando inserido em uma dinâmica histórica ocidental, não-primitiva, na qual o embate e o exercício de dominação são tão comuns e

---

<sup>18</sup> Cf. Lévi-Strauss ([1962] 1989).

constantes quanto potencialmente sutis, impõe também restrições a essa produção de sentidos. Somos impelidos, assim, a inverter a ordem da eficácia simbólica e da primeira tese do estruturalismo, segundo a qual o significante precede o significado: “é o significado, aqui, que constrói o significante, na medida em que são os sentidos do mundo que se impõem às formas de comunicação e às práticas de um determinado grupo social” (CASANOVA, 2018, p. 33). Isso não deve significar, entretanto, meramente substituir a soberania do significante por uma soberania do significado, se formos capazes de conceber a história como determinante dos sentidos e não imobilizá-la. Significa, em última instância, “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 2011, p. 51). E neste ponto é preciso recorrer a uma distinta dimensão analítica que se identifica nas reflexões foucaultianas sobre poder e discurso: a abordagem conferida à história, que permite também tratá-la como um meio pelo qual os discursos buscam sua legitimidade para assim fundar-se como a verdade socialmente aceita. Estamos então diante da história tratada em um status de saber específico, que garante a quem dele se apropria certa condição legítima e aceitável, capaz de construir e garantir uma ordem dos fatos. A eficácia simbólica, ou seja, a capacidade de agir sobre o outro, fazê-lo fazer, sentir e dizer, só se pode estabelecer por aqueles e sobre aqueles que, conjuntamente, se apresentam social e historicamente predispostos à determinada crença – ou seja, às próprias imposições discursivas. Isso porque é exatamente pelo discurso que o homem executa a junção entre mundo, significante e significado. Através dessa reunião que o preexistiu, mas apenas em estado potencial e implícito, ele pode mobilizar pessoas, grupos e classes que a reconhecem<sup>19</sup>.

No que diz respeito ao dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso de origem francesa, o próprio Pêcheux já indicava, de maneira sutil, as modificações necessárias para a adaptação do dispositivo teórico-metodológico da AD a estes novos objetos de observação, sugerindo uma perspectiva compósita que alcançasse novas materialidades discursivas, mas, conforme apontamos anteriormente, as diretrizes traçadas por ele nem sempre redundaram em necessárias e suficientes transformações epistemológicas e metodológicas para tal empreendimento, ainda que tenha passado a figurar dentre as mais prolíficas preocupações de pesquisadores estrangeiros e brasileiros, motivadas sobretudo pelo estabelecimento da cultura digital e das decorrentes metamorfoses impostas aos regimes de escuta e recepção dos discursos, isto é, pela

---

<sup>19</sup> Cf. Bourdieu (2009).

premência de perseguir os rastros do sentido em materialidades tão sincréticas quanto as veiculadas pelos dispositivos midiáticos na contemporaneidade.

Quando de seu advento, a Análise do discurso, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo, conheceu um momento em que as maneiras de dizer praticamente não importavam diante da premência de se identificar e de se desvelar a ideologia que determina o que é dito (PIOVEZANI, 2011). Em sua primeira fase de desenvolvimentos, como sabemos, apostava-se na ideia de construção de uma ferramenta metodológica computacional que daria conta de apreender os sentidos no interior de um conjunto de dados fechado ao redor de si mesmo. A proposta dessa maquinaria discursiva tem seu respaldo na premissa de que a constituição estrutural das produções discursivas garante que a própria materialidade linguística produza sentidos. Assim, as análises que decorrem desse dispositivo têm suas bases no nível sintático dos enunciados: este nível estaria subordinado, assim como toda a ordem linguística em si, às estruturas dessa maquinaria. A AD passou posteriormente a considerar as relações intrínsecas que existem entre o intra e o interdiscurso ao afastar-se da forte vinculação estruturalista da primeira fase. O universo estabilizado de condições de produção inerente à maquinaria discursiva a que se direcionava o olhar do analista de discurso daria lugar, na segunda fase da AD, a uma perspectiva de maior densidade histórica da produção discursiva. Ainda sob o viés de uma filosofia da linguagem de cunho marxista, assume-se um sujeito que se insere no interior da luta de classes e, interpelado por uma formação ideológica, disputa com outras a produção dos sentidos que emergem como posições de classe e representam suas vinculações ideológicas. A contradição é, assim, ao mesmo tempo constitutiva e constituída da ideologia, e os sentidos emergem de uma conjuntura de significações que representam as vinculações ideológicas dos sujeitos. Se antes eram produzidos no interior de uma maquinaria discursiva que se encerrava em si mesma, aqui, é no conflito entre diferentes máquinas que se antagonizam que os sentidos se originam.

Os desenvolvimentos teóricos da terceira fase de desenvolvimento da Análise do Discurso apontam em direção da discussão acerca do tema da heterogeneidade e dão origem, em sua forma mais bem explorada, a uma necessidade de releitura do conceito de formação discursiva, além de, paralelamente, ditar a premência de apropriação e manipulação de distintos tipos de materialidades e de registros. Isso porque a investigação da questão das resistências, ou seja, das ideologias dominadas, promoveria deslocamentos teóricos sensíveis no empreendimento do grupo que se organizava em torno de Pêcheux. Inspirado pelos trabalhos de Spinoza, já em 1977 o francês havia sido conduzido à

constatação de que a ideologia e o discurso não devem ser compreendidos na forma de um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo e fechado sobre si mesmo. Se, como vimos, às formações ideológicas e às formações discursivas são remetidas à posição do sujeito nas relações de produção, possibilitando um estado de conformidade entre sentidos e lugares sociais, aqui, a reflexão da contradição representa uma necessidade de deslocamento na formulação desses conceitos, pois

Ao contrário de uma concepção tradicional que coloca face a face ideologia dominante e ideologia dominada, colocando-as em uma relação de exterioridade, Michel Pêcheux acentua a “dominação interna” da ideologia dominante face à ideologia dominada. Uma maneira abstrata de dizer que é preciso ler no próprio interior do discurso da ideologia dominada, na própria maneira como ele organiza a dominação da ideologia dominante (MALDIDIER, 2003, p. 65)

O funcionamento da contradição inerente às formações ideológicas e discursivas será dinamizado através da definição daquilo a que a Análise do Discurso se refere como memória discursiva. Determinada social e historicamente, a memória discursiva serve como estrutura da discursividade, possibilitando a retomada de já-ditos, atualizando-os à luz da historicidade do acontecimento discursivo e, assim, estabelecendo a condição “legível” dos textos através dos procedimentos de paráfrase – ou seja, incidindo sobre a produção e a recepção dos discursos. Para além disso, são as redes de memória, na relação constitutiva que estabelecem com o acontecimento, que dinamizam os embates entre forças ideológicas que visam à regularização pré-existente com os implícitos que veicula e as forças que lutam para os desestabilizar e perturbar (PÊCHEUX, ([1983] 1999). O embate entre as redes de memória e o acontecimento discursivo demonstra que “a regularização discursiva é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória e, provocando interrupção, pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira”. Assim, em determinadas conjunturas discursivas, observa-se um afastamento entre a palavra e a memória que, ao desconstruir-se, pode desdobrar-se em novas paráfrases: “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (Idem, p. 52-53). Tendo observado essa dinâmica, Pêcheux propõe que os analistas de discurso se distanciem das evidências da materialidade discursiva para buscar a compreensão dos efeitos que emergem dessa materialidade:

Esse efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os “implícitos” não são mais reconstrutíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação. (PÊCHEUX, 1999, p. 54)

No jogo de paráfrase e metáfora, a memória não é aniquilada pelo acontecimento novo, mas sobrevive e luta como um espaço móvel que comporta divisões, conflitos, que os retoma e os desloca; “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (Idem, p. 56).

Parece-nos, aqui, que a Análise do discurso se vê em um contexto de remanejamento de sua perspectiva: em um primeiro momento, para a construção do corpus, fazia-se necessário supor um estado de estabilização e homogeneidade de condições de produção para viabilizar tanto a inscrição do texto que é seu resultado a uma máquina discursiva quanto o estabelecimento de relações entre mais de uma máquina, gestos que circundavam a tentativa de desvelar os mecanismos da produção do efeito de evidência dos sentidos. Agora, no entanto, esse trabalho se baseia justamente na não-homogeneidade, na busca do outro no fio do discurso e nos mecanismos de constituição da heterogeneidade ao invés da evidência – uma reflexão sobre os efeitos que emergem imediatamente da materialidade discursiva, ou, nas palavras de Pêcheux, a atividade de “interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação” (Idem, p. 53-54).

Aqui, se torna mais fácil entender porque o conceito de memória discursiva, já introduzida por Courtine em 1981, imporia transformações teóricas e metodológicas tão expressivas à AD. Desde as primeiras formulações de uma definição da noção de formação discursiva, Pêcheux propõe que seja compreendida como um conjunto que determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harena, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (PÊCHEUX & FUCHS, [1975] 1997, p. 166); isso equivale a dizer que, se no trabalho com as formações discursivas, na condição de uma identidade fechada, não se faz distinção entre as particularidades dessas materialidades, a noção de memória discursiva, em sua relação constitutiva com a de acontecimento, situam-na em um lugar de relevância, buscando considerar “a incessante desestabilização

discursiva [...] das formas ‘evidentes’ de sequencialidade (por exemplo narrativo/descritivo, argumentativo)” (PÊCHEUX, [1983] 1997, p. 316). Em outras palavras, a identificação do que se diz, mediante a inscrição desse dizer numa formação discursiva, dispensando o tratamento dos diferentes gêneros, tendia a passar ao largo das relações entre os enunciados e o que eles enunciam, de diferenças de tom – gravidade, leveza, humor, de esferas de circulação, entre outros. Já a memória discursiva empresta uma densidade histórica que noções como já-dito, interdiscurso e a própria formação discursiva não apresentam do mesmo modo, na medida em que estas últimas não contemplavam as distintas temporalidades das coisas ditas. As materialidades significantes incidem sobre os dois aspectos e, portanto, mobilizar estes conceitos deveria significar reflexamente buscar depreender o papel que estas desempenham nos processos de produção de sentidos.

Era já o que o próprio Pêcheux fazia ao debruçar-se sobre a construção “*on a gagné*”<sup>20</sup> (em português, “ganhamos”), mobilizada por militantes da esquerda francesa após a vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais de 1981. Pêcheux argumenta que, tal qual os escritos doutrinários, esse simples enunciado se vê carregado de discursividade, à medida que revela uma estrutura – retoma uma memória – e compõe um acontecimento – irrompe na forma de uma sua atualização.

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. “*On a gagné*” [“Ganhamos”], cantado com um ritmo e uma melodia determinados (*on-a-gagné/dó-dó-sol-dó*) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável. (PÊCHEUX, [1983] 2015, p. 21)

Fica evidente, então, que o conceito de memória não frequentaria as discussões acerca da problemática da significação de maneira servil, já que sua condição de fato social dá margem para a possibilidade de comportar intrinsecamente uma dimensão semiótica e simbólica. Pêcheux, de maneira muito perspicaz, coordena no artigo que lhe pertence em *Papel da Memória* a construção de uma relação entre as discussões que, no

---

<sup>20</sup> Cf. Pêcheux ([1983] 2015).

interior da compilação, orbitaram em torno de questões da sociolinguística, da sociosemiótica e da própria Análise do Discurso. Sobre esse encontro, arranjado pelo lugar central que ocupa a noção de memória, ele reflete:

O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade – com a qual é preciso um dia se confrontar – de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação; logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem, a da significância (Barthes), do simbólico e da simbolização...” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 50)

Desse movimento reflexivo, resta ao francês, como de costume, algumas indagações. Ele se pergunta, em relação ao provérbio chinês, “‘Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo’. Com efeito, por que não?” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 54). Atento à própria questão da interpretação no escopo da Análise do Discurso, observa que

Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações? A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 55)

Em outros termos, a materialidade imagética e a vocal estariam tão submetidas ao funcionamento discursivo quanto a própria materialidade verbal, na medida em que se movimenta em uma rede parafrástica e, portanto, é responsável por produzir sentidos a partir dos mecanismos da memória e inscrevê-los/remetê-los ao jogo de formações discursivas. Preocupar-se com a primeira representa o marco de um momento em que a dedicação ao estudo do processo sobressai ao do “produto”, digamos, visto que não há um sentido oferecido de antemão, e em que se atribui maiores especificidades à pergunta “por que isso significa assim?”. Com efeito, nenhum tipo de processo de produção de sentidos escapa ao funcionamento discursivo. Instaura-se, assim, a necessidade de buscar a compreensão dos mecanismos aos quais se submete a formação do sentido a partir da observação de outras materialidades que não as verbais, direcionando o olhar do analista para um universo mais amplo de signos, em que o linguístico não representa senão uma entre muitas possibilidades.

A ampliação do conjunto de objetos de análise da AD representa, finalmente, a instalação, nas ordens teórica e metodológica, da terceira parte da tricotomia proposta por

Orlandi (2005) em relação aos processos de produção dos sentidos nos discursos: a indissociabilidade das instâncias da constituição, da formulação e da circulação dos discursos deve ser incorporada à perspectiva do analista. É, portanto, relativamente recente sua consideração dos dispositivos discursivos que condicionam o que se diz, as modalidades desse dizer e seu regime de circulação: todo enunciado diz algo e necessariamente o faz de certo modo, valendo-se de certo meio (PIOVEZANI, 2011). Dessa associação vital decorre o pensamento de que uma modificação na materialidade corresponde inevitavelmente a um gesto de interpretação distinto (ORLANDI, 2007, p. 14). Isso significa dizer que o mesmo enunciado, uma vez veiculado em diferentes suportes, significará de maneira particular, conforme este meio, posto que o dito é fundamentalmente atravessado pelo dizer e pela maneira de dizer. O texto, assim, deve ser entendido como materialidade, verbal ou não-verbal, enquanto enunciado, por sua vez, distingue-se da noção de frase por manter com o sujeito uma relação constitutiva<sup>21</sup>.

## **2.2. A mágica da enunciação**

Essa alusão à importância da dimensão histórica do corpo e da voz no interior de uma perspectiva discursiva vem sendo elaborada de maneira mais aprofundada no Brasil através do trabalho de pesquisadores como Souza (2011, 2014a, 2014b e outros). O artigo *Sobre o discurso e o sujeito na voz*, de Souza (2014a), nos sugere uma importante hipótese que sugere a indissociabilidade da relação entre voz e discurso como elementar para a constituição do sujeito, que toma forma exatamente no tempo da fala. Para tanto, o autor apresenta uma análise da materialidade vocal em direção da hipótese de que marcações prosódicas constituem modalidades enunciativas no interior dos processos discursivos, projetando, assim, diversas possibilidades de subjetivação.

Souza toma como ponto de partida os estudos da linguagem no que diz respeito à apreensão do sujeito através da fala; de acordo com o pesquisador, essa questão desempenha um papel pouco expressivo tanto na linguística saussureana e chomskiana quanto nos estudos enunciativos e discursivos. Para estes últimos, particularmente, sugere-se que uma possibilidade conveniente de contorno desta problemática teria sido oportunizada pela ideia de sujeito como posição vazia, apenas assimilável através do funcionamento dos mecanismos ideológicos, propondo, ainda, que essa esQUIVA

---

<sup>21</sup> “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo o indivíduo para ser seu sujeito”. (FOUCAULT, 2008, p. 107)

provavelmente se resume à materialidade do artefato ou do dispositivo de amparo ao estudo.

Com o intuito de apontar as primordiais formas de reconhecimento da indissociabilidade entre voz e sentido, Souza retoma, do seio da história das ideias linguísticas, a insurgência da gramática grega, apontando que esta se faz possível mediante a concepção de “cerca definição de voz, tomando-a em duas dimensões constitutivas: o som confuso e desarticulado dos animais (*phoné synkechiméne*) e o som distinto e articulado próprio do humano (*phoné énarthros*)”. Essa lógica se estende, segundo o diálogo que o autor estabelece com Guimarães (2008)<sup>22</sup>, no século XVI, à definição da palavra articulada na Gramática da Língua Portuguesa:

De Fernão de Oliveira (1536): “...uma gramática estuda as letras, as sílabas e as vozes. E as palavras são vozes que significam algo. As palavras (as dicções) são vozes que significam (GUIMARÃES, 2008, p. 9-10). Observa-se aí que a palavra, enquanto unidade dotada de significação, define-se de modo indissociável em relação à voz. Os termos palavra, dicção e voz são sinônimos, nessa gramática de Fernão de Oliveira. (SOUZA, 2014a, p. 201)

No entanto, a relação observada pelos gramáticos não considera aquilo a que Souza se refere como “a voz no ato de fala”: o som em processo é elidido, ao invés disso, oferecendo lugar à dicção, “cuja materialidade constitutiva reside na estrutura gramaticalmente ordenada das palavras possibilitando a associação de um segmento significante com um significado” (SOUZA, 2014a, p. 201). Assim, a despeito do reconhecimento da importante relação constitutiva entre som e sentido, os avanços das ciências da linguagem tomaram como base o registro de uma escrita alfabética em detrimento da apreensão da voz no contexto da emergência de sua condição material.

Não é que os antigos gramáticos negligenciassem a apreensão do som linguístico. O problema é que, na medida em que não atentavam para os detalhes acerca do modo de produzir os sons, o gramático, servindo-se de rigorosos sistemas de notação alfabética, concentrava-se apenas em transcrever e descrever a fala, desvinculando-a assim de seu ponto de origem na voz e desconsiderando a experiência de ouvir a fala tal como nas condições em que era emitida na garganta de um falante. (SOUZA, 2014a, p. 202)

O autor constrói, nas formas de uma referência ao *Nascimento da clínica* de Foucault, um paralelo entre “o que se enuncia e o que é silenciado” e o “audível e o

---

<sup>22</sup> Cf. GUIMARÃES, E. Palavras próprias e alheias. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 21. Campinas: Ed. Pontes, 2008. p. 9-19.

inaudível”, por um lado, e entre “especialização e verbalização” e “escrituração e verbalização”, de outro. A primeira relação corresponderia à maneira pela qual a Fonética e a Fonologia processam a articulação entre a linguagem e os sons próprios à língua, ao passo que a segunda se refere ao procedimento, adotado por gramáticos ou linguistas, que abre margem para “a escuta concreta do indivíduo e constituição do som da fala como objeto de conhecimento<sup>23</sup>”. Segundo Souza, os instrumentos tecnológicos empregados por pesquisadores – desde o advento das técnicas de gravação da fala até os softwares de tratamento de unidades sonoras – conduziu à forma mais bem acabada de estabelecimento de correspondências entre o som e a partitura escrita. Portanto, de acordo com Souza, a manipulação tecnológica do som corresponde a uma sua compreensão à distância da própria voz que o emite, tendo por consequência o fato de que “não é à voz enquanto tal a que se chega – nem como ilusão, nem como pretensão –, e sim ao que nela se articula como som linguístico<sup>24</sup>”.

Sugere-se, então, ante à constatação de que essas perspectivas não abrangem o corpo como movimento vocal, uma investida em direção à dimensão corpórea da enunciação que se sobreponha aos critérios de notação e aos métodos comparativos das unidades sonoras e que permita apreender de maneira mais incisiva o encontro entre a voz e a própria linguagem. “Trata-se de destacar a banda sonora da enunciação onde dicção (modo de dizer) e voz (modo de ouvir) situam-se no mesmo nível e mutualmente se imbricam”. A voz, aponta Souza, para além de um mero elemento distintivo das unidades linguísticas básicas, constitui um potencial de “dissecar o indivíduo que o emite”<sup>25</sup>, o que se pode ilustrar com uma referência crítica ao campo da Fonética Forense, por exemplo:

[...] características de timbre e entonação podem ser levantadas na fala para descrever quaisquer elementos passíveis de individualizar uma pessoa e distingui-la das demais. Nesse quadro, o objeto do discurso aí resultante remete à identificação de um determinado indivíduo. Contudo, o interessante é que ainda é preciso passar pelas formas sonoras estruturantes de uma língua. Sons reconhecidos como vogais velares e anteriores, por exemplo, são, segundo uma visão fonética articulatória, traços respectivos do sexo feminino e masculino. De outra parte, quando tidas como indicadoras de uma gama de qualidades morais ou emotivas, as vogais tocam procedimentos reativos que projetam sobre a voz ordens de subjetivação. É quando, além de

---

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 202.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 204.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 203-205.

ostentar sua identidade irreduzível, o indivíduo fica, pela voz, condenado a ser sujeito de certo discurso. (SOUZA, 2014a, p. 205)

O autor, aqui, se refere mais especificamente às modulações prosódicas que se crê desencadear uma série de efeitos de sentido relativos à subjetividade, como, por exemplo, o volume da voz: estipula-se, de maneira mais ou menos cristalizada, que um volume empregado muito baixo imprime o sentido de uma imagem de insegurança e timidez, enquanto seu contrário revela agressividade ou rispidez. Desta feita, a materialização simbólica da voz se dá para além da ordem da língua, como “contraparte significativa do ato de enunciar”, “no espaço em que torna corpo em discurso, abrindo possibilidade de haver ou não sujeito, de haver ou não sentido<sup>26</sup>”. Desta crítica decorre que a voz, em verdade, imprime à subjetivação uma característica singular de acontecimento, o que significa dizer, segundo o autor, que sua competência singular de estruturar e articular as formas materiais sígnicas a inscreve no lugar mesmo de emergência do discurso. Em outras palavras,

[...] independente das palavras ditas, a voz importa como marca singular da subjetivação, como acontecimento do discurso. Trata-se da voz como aquilo em que necessariamente o discurso se assenta para protocolar nela e por ela a possibilidade da subjetivação e do efeito de sentido. [...] Trata-se, portanto, da matéria acústica tanto no que articula quanto no que não articula em termos de estruturação da materialidade significativa. É previsibilidade da articulação que faz da voz o espaço pré-nupcial do advento do discurso. Previsibilidade é expectativa de já-dito, voz é o território como condição material *sine qua non* do acontecimento discursivo [...] (SOUZA, 2014a, p. 206).

Essa afirmação transporta para as análises discursivas duas importantes incumbências: primeiramente, a investigação acerca da correspondência entre uma mudança de modulação vocal e o deslocamento das posições de discurso, mas, além disso, impõe-se também a reflexão sobre a ausência da voz no discurso, isto é, a necessidade de se forjar uma abordagem analítica que incida também sobre os “rastros do silêncio que deixa na escrita e no que se diz sobre ela<sup>27</sup>”. O autor conduz sua análise, assim, sugerindo a necessidade eventual de operar uma separação entre o ato de enunciar e os seus atravessamentos discursivos e argumentando a esse respeito exatamente que “o que emerge na enunciação como efeito de subjetividade vem indiciado na maneira de impostar a voz no instante da enunciação”, ou seja, “no vozeado se encontra o percurso

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 206.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 207.

que leva da fala ao sujeito da verdade<sup>28</sup>”. Não se despreza, no entanto, o caráter imprescindível da relação entre som e discurso:

De todo modo, não se trata de encetar estratégias analíticas operando apenas diretamente sobre a materialidade da voz. *Muito pelo contrário, esta materialidade só tem interesse à medida que é focada a partir dos discursos que a atravessam e lhe dotam de sentido*. Daí que metodologicamente vale trabalhar sobre um corpus constituído em torno de ditos e escritos que remetem aos arquivos que fixam o registro de uma voz como ponto de origem da subjetivação. (SOUZA, 2014a, p. 210, grifos nossos)

Esta proposta inverte o funcionamento dos estudos que recaem sobre a análise dos processos de subjetivação que tomam a voz midiaticizada – no sentido de transfigurada em imagens e fonogramas – como seu objeto de observação, na medida em que sua preocupação se inscreve no âmbito do discurso e de sua incidência sobre a materialização da voz. Segundo Souza, essa perspectiva dá origem à percepção da manifestação de uma forma histórica de sujeito na voz. Sobre essa problemática, ele afirma categoricamente que não se trata de “precisar a forma ideal do sujeito falante no domínio discursivo focalizado”<sup>29</sup>. Isso significa que podemos compreender a voz, portanto, não como produto de uma subjetividade específica, mas como seu próprio nascedouro.

É a operação que o autor sugere em *Elementos para a escuta e análise do jogo da voz no simbólico* (2015), artigo no qual toma a voz como um ponto de observação no qual é possível apreender a subjetivação do sujeito em sua singularidade, ou seja, a voz, aqui, é tomada como um instrumento de possíveis investidas contra a estabilização da memória discursiva e, portanto, da emergência de um acontecimento. O autor focaliza os usos da voz de Elis Regina, em entrevista ao Programa Ensaio, em 1973, distribuídos entre falar, cantar e calar, e atribui a esses movimentos vocais a constituição da subjetividade da cantora em relação à narração de si, por um lado, e à historicidade exterior que reconstitui a posição de discurso da música popular brasileira, por outro. O jogo de posições que emerge dessa articulação entre atos enunciativos, ora obedecendo às leis de funcionamento do interdiscurso inscrito na discursividade da MPB, ora promovendo deslocamentos e apagamentos de outros sentidos, instaura a construção de uma subjetividade que, uma vez concebida pela voz, lhe designa a condição de um material simbólico.

---

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, p. 209.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p. 210.

Assim, o acontecimento do sujeito que canta em Elis Regina, enquanto está sendo entrevistada em Ensaio, vem por uma distância irreduzível entre o já dito, sem o que o sentido não se dá, e o a dizer, pelo qual o sentido e o sujeito emergem como outro. Dessa maneira, é que o gesto de falar e cantar deve funcionar no tempo em que dura a entrevista, tempo este estabelecido pela memória que significa o presente da subjetivação da cantora. Assim, ressalto as condições enunciativas em que Elis Regina se deixa inquirir, exposta ao dispositivo de uma entrevista televisiva. Esse modo de exposição de si é baliza da memória discursiva com que a cantora se constitui singularmente como acontecimento subjetivo na história da música popular brasileira. (SOUZA, 2015, p. 227-228, grifos do autor)

O autor, dessa forma, considera os efeitos de subjetividade através da materialidade simbólica da voz e de sua relação com um corpo, mediado pela perspectiva discursiva:

A necessária orquestração discursiva é de forte relevância metodológica no sentido de que é pelas remissões de um dizer ao outro que se pode trazer à tona, a voz tornada objeto simbólico, já que, na enunciação, é atravessada por efeitos de sentido que sustentam nela a aparição do sujeito que canta e fala. (SOUZA, 2015, p. 235)

Em outros escritos (2013 e 2014b), o autor trabalha de maneira mais íntima com as sinuosidades da matéria vocal e suas implicações na construção de efeitos de sentido que emergem dos processos discursivos. Em 2013, por exemplo, ao se debruçar sobre a dublagem cinematográfica, o autor constata que os padrões prosódicos resultantes da articulação de construções linguísticas com o uso de um vocativo, na língua portuguesa, engendram efeitos de sentido que remetem a uma ordem do discurso que não coincide com aquela a que remete a versão francesa, que, por elidir o vocativo, suprime um componente sintático e, por extensão, conduz a voz emissora em uma modulação rítmica distinta. Essa não coincidência, de acordo com Souza, “incide sobre o processo discursivo da interpelação, ou seja, sobre a posição em que o locutor interpela seu alocutário em cada caso” (SOUZA, 2013, p. 96). Um fenômeno que revela grande pertinência para essa pesquisa, na medida em que se realiza e faz observável nos limites entre prosódia e processo discursivo.

### **2.3. Instrumentos para uma análise discursiva da voz**

Para fazer jus ao empreendimento de Pêcheux, vislumbrando a possibilidade de forjar um procedimento analítico que inscreva as modulações vocais e prosódicas num quadro dinâmico de determinações históricas e discursivas, propomos reconsiderar, sob a égide da Análise do Discurso, alguns princípios e procedimentos da Fonética e da Fonologia como uma forma de operacionalizar o tratamento que devemos a um de nossos

objetos de observação – os usos da voz no discurso político, tal qual figura em Casanova (2018).

Em trabalhos anteriores, tornamo-nos íntimos do trabalho de Cagliari (1992), que nos serviu como uma referência essencial na medida em que nos introduziu, através de sua observação de conceitos referentes à manifestação de elementos suprasegmentais prosódicos<sup>30</sup> em processos de significação, ao estudo do funcionamento linguístico destes elementos e aos seus valores sintáticos e semânticos. Esse conhecimento inicial foi certamente fundamental para o empreendimento de nossas primeiras atividades de análise em direção da investigação da relação entre som e sentido. Partindo da classificação elaborada pela tradição fonética, Cagliari preocupa-se, num primeiro momento, em distinguir os segmentos, os suprasegmentos e os elementos prosódicos propriamente ditos. Em seguida, o autor trata especificamente destes últimos, classificando-os em três grupos distintos: a) elementos da melodia da fala, entre os quais se encontram o tom, a entoação e a tessitura; b) elementos da dinâmica da fala, de que fazem parte a duração, a mora, a pausa, o tempo, o acento, o ritmo e o par ársis/tesis; e c) elementos da qualidade da voz, que compreendem o volume, o registro e a própria qualidade da voz.

Ainda segundo Cagliari (1992), a prosódia exerce na fala, em nível estrutural, a função de marcar formações lexicais – principalmente aquelas que não ocorreriam de acordo com as regras sintáticas convencionais e aquelas que são reconhecidas ou se destacam como tais na fala através da própria presença da prosódia – e, o que mais deve interessar a uma pesquisa de cunho discursivo, em nível interpretativo, a função de caracterizar o falante e suas ideias, crenças, vontades e emoções. Sobre essa função de nosso particular interesse, o autor propõe que, no contexto linguístico, revelar e caracterizar o valor das prosódias é uma tarefa relativamente simples, enquanto a dificuldade se encontra no eixo da formulação, por parte do falante, das estratégias que elabora para atingir seus objetivos argumentativos. Os falantes dispõem, nesta perspectiva, de um conjunto restrito de possibilidades dentro do qual podem escolher livremente seus modos de expressão, em princípio, de acordo com suas características e preferências pessoais. Endossamos em partes a problemática relativa à dificuldade com a qual se depara o falante no empreendimento de sua enunciação, mas registramos aqui

---

<sup>30</sup> Entendemos aqui “elementos suprasegmentais prosódicos” de acordo com a tradição fonética e com a forma pela qual o próprio Cagliari a apresenta: “diferentes dos segmentos em natureza fonética e que caracterizam unidades maiores do que os segmentos, sendo pelo menos da extensão de uma sílaba.” (CAGLIARI, 1992, p. 137)

nossa primeira ressalva, posto que essa liberdade deve ser reinterpretada no interior de estudos discursivos com relativa desconfiança, uma vez que remete à problemática relativa à intencionalidade do sujeito à medida que este, na perspectiva de Cagliari, é individualizado e tomado em sua condição de existência física e psicológica, formulação conceitual que a Análise do Discurso rejeita. Faz-se necessário esclarecer, portanto, que atribuir uma relativa liberdade ao sujeito, que assim pode trabalhar seus planos argumentativos através da manipulação de determinados elementos que regulam a apresentação, no caso, de sua voz, naquele contexto enunciativo específico, não significa, contudo, dizer que aí não incidem os condicionamentos históricos das formações discursivas. A escolha de um recurso ou de outro depende, como dito, da própria atitude do falante, mas aqui devemos compreendê-la a partir do condicionamento que lhe é imposto pelas redes de memória que resgatam um interdiscurso e, assim, remontam certa discursividade. Em outros termos, a reiteração do princípio segundo o qual o sujeito não é origem do discurso e do sentido não exaure as possibilidades de que exista algum cálculo na produção do discurso, “como se a pressuposição do cálculo, que certamente reconhecemos não se originar na individualidade subjetiva, implicasse necessariamente aceitar a obtenção de uma eficácia absoluta da estratégia discursiva” (PIOVEZANI, 2009, p. 258-259). Desta feita, ao investirmos em direção da observação e caracterização destas variações dentro do processo de produção de sentidos no fio do discurso, cremos ser possível identificar não as características empíricas do sujeito na condição de indivíduo (tais quais o sexo, a idade, a posição social e a região em que vive, por exemplo, que apenas podem ser entendidas numa perspectiva discursiva como imaginárias, ao invés de empíricas, constituídas que são pelos discursos a seu respeito), e tampouco seus estados de espírito ou ambições, mas a imagem que dele se projeta no discurso e sua posição em um determinado campo institucional, em que se pautam as estratégias elaboradas sempre em consonância com as relações de poder em jogo e do condicionamento histórico e sociais dos recursos (linguísticos ou não) de que lança mão.

Em segundo lugar, é preciso que nos oponhamos a pretensa facilidade atribuída à função de “revelar e caracterizar o valor das prosódias”, engano que atribuímos à ausência de uma distinção estrita entre significado estrutural e significado interpretativo em suas proposições, algo que se torna difícil de sustentar em uma abordagem discursiva ampla e que se inscreve em numa tradição materialista, de maneira geral, e em nossa abordagem discursiva dos sons, de modo mais particular: aqui, são os sons que impõem variações aos sentidos linguísticos, de acordo com a atitude individual e a intenção psicológica dos

falantes. Enquanto Cagliari entende que são as modulações prosódicas que estabelecem os efeitos de sentido que o autor relaciona a eles, nossa reflexão toma uma direção imediatamente oposta a esta: admitimos que são as práticas e produções discursivas que atribuem sentidos ao som e que determinam, portanto, sua existência e modulação. São, afinal, suas próprias representações, isto é, os discursos que circulam a seu respeito, que estabelecem que uma mudança de tessitura signifique a expressão de autoridade ou de exaltação, por exemplo, ou que a pausa seja signo de hesitação. Reconhecemos, todavia, que seu trabalho nos aponta para o fato de que os foneticistas contemporâneos não são insensíveis às relações entre som e sentido, enriquecendo o debate e nos oferecendo princípios e procedimentos para seu tratamento. Exatamente por essa razão, as postulações de Cagliari se nos revelam como um proveitoso conjunto de ferramentas para a operacionalização das análises que efetuaremos na segunda parte de nosso corpus, razão pela qual tomamos a liberdade de emprestar seus ensinamentos em relação aos elementos prosódicos propriamente ditos. Sobre estes, o autor procede classificando-os em três grupos distintos: a) elementos da melodia da fala, entre os quais se encontram o tom, a entoação e a tessitura; b) elementos da dinâmica da fala, de que fazem parte a duração, a mora, a pausa, o tempo, o acento, o ritmo e o par ársis/tesis; e c) elementos da qualidade da voz, que compreendem o volume, o registro e a própria qualidade da voz.

Na esteira destes pensamentos também segue Sandra Madureira que, em texto intitulado *A matéria fônica, os efeitos de sentido e os papéis do falante*, de 1996, aborda o discurso<sup>31</sup> oral e o trabalho das dimensões fônicas em sua significação expressiva. A investida de Madureira se pauta na caracterização de uma interrelação ambivalente e dinâmica entre os detalhes fonéticos e o funcionamento do discurso oral, considerando aqueles enquanto “projeções das categorias discursivas e das propriedades semânticas” (MADUREIRA, 1996, p. 88). e, assim, considerando que a epistemologia do sentido não se desvincula, em nenhum momento, da epistemologia do som. Nesse ponto, aliás, a autora filia-se à proposta de Albano (1988), que, por seu turno, advoga a necessidade de, a partir do legado das teorias linguísticas textuais, pragmáticas e discursivas contemporâneas, reinterpretar o procedimento da fonologia estrutural, que pensava o som como produtor dos sentidos, de modo que se passasse a considerar ambos em uma relação de alimentação mútua. Como dissemos, propomos, ainda, que invertamos ainda mais

---

<sup>31</sup> Compreendemos que a autora se refere a “discurso” como sinônimo de “evento comunicativo”, não se confundindo com a concepção ao redor da qual orbita a Análise do Discurso.

radicalmente a leitura desse quadro, de modo que passemos agora a conceber justamente o sentido – que aqui corresponde a algo distinto do que postulam Madureira e Albano, justamente porque produzido pelo discurso – como formador do som. É, com efeito, a premência do sentido que impele o sujeito a escolher uma, em detrimento de outras, modulação vocal, respondendo às suas filiações ideológicas e a outras identificações imaginárias.

Na análise de caso empreendida por Madureira, mais especificamente, o exame de uma palestra, a autora levantou os indícios de que as alterações dos segmentos e dos suprasegmentos assinalavam, em suas devidas proporções, estados afetivos e emoções, envolvimento do falante, incorporação de outras vozes e diferentes papéis pessoais, profissionais e discursivos que eram exercidos por ele no decorrer de sua fala.

Em seu desenvolvimento do último item, a saber, o exercício de diferentes papéis discursivos, Madureira recorre a Goffman e sua “*Frame Analysis*” a fim de abarcar a diversidade de imagens predominantes do falante que se projetam no momento de sua fala. O falante aqui é uma entidade que, no desenrolar de sua produção, desempenha três diferentes funções: i) um papel social, que o classifica enquanto protagonista do discurso mediante o compartilhamento de suas crenças, ideias e emoções; ii) um papel funcional, que o define como um animador, ou seja, aquele que emite o gesto vocal e estabelece a comunicação por aquele meio; e iii) um papel de agente, que o remete a certa formulação do conceito de autor, sendo aquele que assume a responsabilidade pela produção de um texto. Cada um desses papéis estabelece uma relação com o emprego de determinados recursos fônicos que o caracterizam, do que resulta pensar, portanto, que a combinação de papéis daria origem a um novo conjunto de recursos fônicos a ser mobilizado, ampliando ou restringindo as estratégias da oralidade. Sobre estas estratégias, Madureira afirma:

[...] há também a diversidade de estratégias que permitem ao falante estabelecer com o ouvinte um determinado tipo de posicionamento. Este posicionamento, a que o autor [Goffman] dá a denominação de “footing”, revela indiretamente os muitos modos em que o “eu” do locutor se projeta e a maneira como este interage com o ouvinte e se orienta em relação ao discurso. (MADUREIRA, 1996, p. 89)

Em outros termos, interessaria-nos pensar, no interior de um empreendimento propriamente discursivo, a configuração da substância fônica no discurso como condição de possibilidade de apropriação, por parte do falante, de um conjunto de posições-sujeito

que lhes permitiriam legitimar seu discurso, ou seja, a voz seria capaz de interferir, definitivamente, na rede de sentidos que dele emerge; assim, por parte do analista, torna-se necessária a identificação de caracteres peculiares ao enunciador e à situação enunciativa, através da observação das estratégias que são mobilizadas para produzir este ou aquele sentido.

De fato, a partir de sua análise, Madureira identifica quadro padrões de fala que se configuram a partir do emprego da voz, quais sejam, a fala enfática, que assegura ao falante, através de movimentos vocais vigorosos, acentos específicos de reforço do que é dito e eco da melodia, a posição de autoridade; a fala tensa, relacionada à expressão emotiva, que se revela por falsetes, voz tensa e voz rascante; a fala distensa, que se baseia em recursos como ausência de ditongos, voz relaxada e movimentos vocais sutis, e insere o locutor numa posição de mediador; e a fala dramática, que mobiliza o alto volume de voz e grandes pausas e, assim, garante sua posição de comunicador. Reiterando uma vez mais a posição de Albano (1988), Madureira atesta que “os recursos sonoros são trabalhados para significar<sup>32</sup>”, e os sujeitos se utilizam destes mecanismos como instrumentos de investidas em direção do controle da significação expressiva mais ou menos do modo como lhes pareça pertinente. De acordo com a autora,

O parâmetro para a consideração desta [a variação vocal na fala] reside, intrinsecamente, nos papéis assumidos pelo falante e seus posicionamentos e não apenas na situação em que os papéis são desempenhados, ou ainda no que deriva do ato de assumir estes papéis: o grau de atenção que o indivíduo dispensa à fala. (MADUREIRA, 1996, p. 93)

Não nos parece descabido reiterar que nossa inscrição no campo da Análise do Discurso lida com essa investida sobre o controle da significação compreendendo-a no interior de uma série de determinações históricas e sociais. Ainda assim, consideramos que os instrumentos forjados por Madureira podem ser agregados à análise discursiva de pronunciamentos orais, principalmente no que diz respeito ao discurso político televisivo contemporâneo.

Em trabalho mais recente, Madureira (2016) reflete de maneira mais específica sobre um tema que se relaciona estreitamente com ambos: os efeitos de sentido implicados na mudança de entoação, o que responde novamente ao lugar de observação

---

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, p. 92.

no qual a gestualidade vocal constitui um índice de características biológicas, psicológicas e sociais do falante. Segundo a autora,

Os padrões entoacionais variam de acordo com as características sociolinguísticas, dialetais e estilísticas e são usados para expressar modalidades, características regionais e sociais, atitudes proposicionais e sociais e estados afetivos. (MADUREIRA, 2016, p. 58)

Aqui, a relação da entoação com a indicação de características biológicas assume contornos mais acentuados à medida que se parte de sua definição como um gesto proveniente da laringe e que envolve, portanto, uma gestualidade corporal, encerrando um sistema de produção de discursos capaz de comunicar informações linguísticas, paralinguísticas e extralinguísticas. Isso quer dizer que, no âmbito da escuta, a atenção recai não apenas sobre percepções de alterações na frequência, mas também sobre uma inspeção visual da parte superior da face – olhos, sobrancelha e cabeça – do falante. Outrossim, produzidos pela taxa de vibração das pregas vocais, as relações entre forma e sentido dos padrões entoacionais não escapam às determinações fisiológicas e anatômicas dos indivíduos.

Para discutir essas relações, a autora invoca uma série de mecanismos aos quais elas são submetidas, quais sejam, os códigos de frequência, o código de tamanho, o código respiratório (ou código de esforço), o código de produção e o código sirênico. O código de frequência parte da extrapolação de uma teoria etológica aplicada à observação da vocalização animal em relação ao instinto de sobrevivência das espécies, segundo a qual animais em situação de perigo emitiriam sons determinados por sua posição de predador ou de presa: os animais ameaçadores emitiriam sons de baixa frequência, enquanto animais ameaçados emitiriam sons de alta frequência. Essa constatação da condição ameaçadora estaria imediatamente vinculada também ao corpo, uma vez que a possibilidade de emissão da frequência vocal seria determinada fisiológica e anatomicamente, o que equivale a dizer que animais grandes possuem uma tendência natural a soar mais ameaçadores do que os animais menores. O código de tamanho, por extensão, serve à corroboração do primeiro código, à medida que sustenta as constatações de um experimento em que sons de baixa frequência, simulados como se emitidos pelo aparelho fônico de uma pessoa grande, foram percebidos como ameaçadores e dominantes, enquanto o oposto provocou efeitos de submissão. O código de respiração, por sua vez, também referido como código de esforço, está relacionado às influências exercidas pelos esforços articulatórios sobre a frequência. De acordo com as disposições

deste código, quanto maior o esforço articulatório, mais os efeitos de sentido produzidos pela emissão vocal estarão relacionados à ênfase, à excitação e à surpresa, ao passo que, quanto menor for esse esforço, mais intensa será a relação da percepção aos sentidos de tranquilidade, de desinteresse e de apatia. O código de produção toma como base a frequência fundamental decrescente como resultado de uma diminuição da pressão de ar subglotal, resultando em uma performance vocal que inicia em alta e termina em baixa frequência. A este objeto de observação, a autora relaciona os efeitos de sentido de ativação, excitação, animação e envolvimento do falante, e seu contrário poderiam ser associados efeitos de encerramento ou fraqueza. Finalmente, o código sirênico está relacionado ao potencial de significação da emissão vocal em forma de sussurro, assim como seus usos linguísticos, paralinguísticos e extralinguísticos – cujas mobilizações recaem sobre marcações interrogativas, excitação, e sedução e sensualidade feminina, respectivamente. Produzida por uma vibração ineficiente das pregas vocais, o sussurro compartilharia das mesmas possibilidades de produção de efeitos de sentido associadas às emissões vocais em altas frequências, resultando em uma percepção afeita à feminilidade, fragilidade, submissão e incerteza.

Desta forma, os efeitos de sentido que emergem das modulações da frequência da voz, ou seja, dos padrões entoacionais, remetem a uma relação de poder em que a força é representada por um tamanho maior da laringe, das pregas vocais e de sua taxa de vibração. Conforme aponta a autora,

A baixa frequência é associada a laringes mais largas e pregas vocais maiores e pode ser utilizada para expressar raiva, força, ameaça e coisas grandes, enquanto a alta frequência é associada a laringes e pregas vocais menores e pode ser usada para indicar fragilidade, submissão e coisas pequenas. (MADUREIRA, 2016, p. 62-63, [tradução nossa])

Madureira ressalta, ainda, para o fato de que “a entoação é um sintoma da maneira como nos sentimos sobre o que falamos e quando falamos”, indicando que a chave de interpretação dos sentidos está no grau de excitação do organismo:

Os valores de frequência fundamentais variam dependendo do grau de tensão das pregas vocais e isso reflete na ativação (excitação) do organismo: quanto maior for a tensão, mais alta será a frequência fundamental e a ativação. As expressões vocais de emoções, que são caracterizadas por um organismo altamente ativado, como felicidade ou raiva intensa, exibem valores de frequências fundamentais mais altos, enquanto emoções que envolvem um organismo menos ativado, como tristeza e luto, exibem valores de frequência fundamental mais baixos. (MADUREIRA, 2016, p. 63, tradução nossa)

Podemos inferir, portanto, que, do lugar de observação em que se insere autora, os sentidos que emergem da voz, pelo menos no que diz respeito aos padrões entoacionais, são determinados diretamente pela condição anatômica e fisiológica do indivíduo falante. Nessa perspectiva, os efeitos de sentido se assentam sobre uma discursividade instalada sob a égide das ciências naturais, o que opera uma redução do tecido histórico em que se imbricam os processos de produção dos sentidos. Não vislumbramos, no entanto, a possibilidade de descarte completo dos avanços alcançados no que diz respeito às relações entre forma e sentido que se estabelecem nos padrões entoacionais e, por extensão, nos usos da voz em si. Nossa proposta, ao invés disso, vai ao encontro da inversão do raciocínio de que Madureira lançou mão ao tratar do que chamou de discurso oral em 1996: lembremos que a autora propunha, na esteira de Albano (1988), uma releitura da perspectiva da fonologia estrutural, de modo que se concebesse um quadro teórico em que sentido e som figurassem como mutuamente constitutivos. É dialogando com esse posicionamento que propomos que se conceba justamente o sentido como constitutivo do som.

Ora, faz-se necessário estender essa operação de inversão ao tratamento das relações entre corpo, emissão vocal e sentido: o sentido, portanto, condiciona o corpo. A problemática, em um elo dessa forma concebido, não se constitui ao redor de um sujeito psicológico e das configurações físicas de seu corpo que animariam os sentidos que, por sua vez, apenas adquiririam forma em seu exterior, como se o próprio corpo funcionasse às maneiras de uma maquinaria e à revelia de qualquer produção de subjetividade, condenando o sujeito a uma posição cristalizada e previsível, mas ao redor da premência dos sentidos que se imporiam forçosamente aos limites e às possibilidades do corpo. Com efeito, aquilo a que Madureira se refere como “expressões vocais das emoções” não recai sobre a emissão da voz, mas sobre uma dimensão perceptiva que ainda não se pode fazer escuta, posto que não é concebida em sua relação constitutiva com os discursos; tudo se passa como se o corpo e a voz fossem instrumentos de uma subjetividade que se reduz a uma forma idealmente estabilizada e funcionassem em benefício de uma sua reprodução.

Em uma perspectiva discursiva, o corpo deve ser considerado a partir de um quadro de funcionamento da relação forma-sentido em que se envolva como mais do que uma das partes que se dispõem de maneira ideal para estabelecer condições de interpretação no interior de determinada discursividade. Assoma-se, ao lado da percepção e da escuta, em um jogo dinâmico de reprodução e transformação, o potencial inovador

da própria emissão. Diríamos, em outros termos, que “*a escuta se serve da memória como a voz serve ao acontecimento*” (Casanova, 2018). Saber que o corpo impõe limites fisiológicos e anatômicos à gestualidade vocal importa menos que reconhecer que suas variadas possibilidades de articulação constituem uma condição de emergência de efeitos de sentido que, inserida no campo dinâmico da história, não apenas reproduz subjetividades, mas as transforma e as produz. Dessa forma, os mecanismos que articulam os sentidos em função do corpo se veem imediatamente subordinados aos mecanismos que articulam o corpo em favor dos sentidos. Assim é que cremos poder atribuir às relações forma-sentido propostas por Madureira uma dimensão simbólica ativa. Essa inversão, que desloca o corpo e a voz para a fronteira iminente de um acontecimento, deve nos permitir trabalhar de maneira mais produtiva com os princípios expostos e conciliá-los com nosso modo de proceder analítico, mais particularmente no último capítulo deste trabalho.

## **CAPÍTULO III**

### **Discursos sobre a fala pública e a voz feminina**

Percorremos, nos primeiros capítulos do presente trabalho, um caminho teórico e metodológico que desemboca na conclusão de que a atribuição de valores às palavras e às coisas é uma condição constitutiva das subjetividades, das identidades e das relações, uma proposição que pode ser sintetizada através do seguinte aforismo: são os dizeres alheios que, social e discursivamente, constroem nossas práticas. O imaginário invoca à materialidade a capacidade simbólica dos homens e imprime contornos mais nítidos às coisas e, também, aos próprios homens.

Quando falamos em práticas, retomamos, evidentemente, a fala pública, já que os discursos sobre as performances oratórias, encerrando os usos da língua, do corpo e da voz, bem como a correlativa constatação da presença ou ausência do carisma, desempenham uma função primordial na composição deste tipo de prática e vão muito além de uma sua mera descrição objetiva. Os valores, ou melhor, os sentidos que emergem desses discursos, nessa lógica de pensamento, são, portanto, condições de existência das práticas da fala e da escuta públicas. Desta feita, “são justamente os dizeres sobre a fala pública, sobre a língua, o corpo e a voz, que ressoam na produção e na recepção dos discursos, determinando-lhes os sentidos conforme as posições que ocupam seus enunciadores e enunciatários” (Casanova, 2018).

Por essa razão, nos vemos impelidos a apostar na pertinência do trabalho analítico com as representações de desempenhos oratórios a partir de usos da língua, do corpo e da voz e da correspondente projeção de imagem pública de candidatas à Presidência da República, com o fito de compreender os processos de criação e distribuição de consensos segundo os quais uma mulher, ocupando o espaço público, possui ou não carisma. Com efeito, esta etapa analítica do trabalho torna-se indispensável, pois complementar, para o alcance do objetivo mais central a este trabalho, na medida em que seus resultados já demonstraram, em trabalhos anteriores, o potencial de construir valiosos parâmetros de compreensão para a posterior análise dos próprios pronunciamentos dessas candidatas. Isso porque a identificação, organização e interpretação dos discursos acerca dos sentidos da fala pública, da voz e do carisma feminino estabelecem a fundação sobre a qual somos permitidos assentar as descrições e interpretações sobre as dinâmicas de funcionamento dos processos de sua produção e recepção. Entende-se que as representações postas em circulação pela mídia tradicional cumprem a função de disseminar uma rede de valores prescritiva, que funciona mais ou menos abertamente, a depender das condições de sua produção, em favor da regulação da expressão feminina no espaço público, mediante não

somente a reprodução e perpetuação de estigmas já associados outrora à fala e à voz feminina, mas também a sua transformação e o estímulo à gestação de outros, com base na imposição de padrões a partir dos quais serão feitos julgamentos de seus desempenhos oratórios e assumindo, assim, um papel central na formação dos gostos e desgostos em suas recepções. cremos, desta forma, poder oferecer uma contribuição para as investigações sobre a relação entre e som e sentido, apoiando-nos sobre a rica herança da teoria discursiva para examinar o tecido histórico que recobre a dinâmica de constituição dos sentidos.

Antes que possamos transitar para a análise efetiva das sequências discursivas extraídas de publicações da mídia brasileira que se debruçam sobre a fala pública, a voz e o carisma das candidatas à Presidência, ou seja, antes de restringir o olhar do leitor às minúcias que pretendemos desvelar, é preciso torná-lo abrangente, esclarecendo que os textos neste capítulo expostos integram um corpus extenso, composto por peças extraídas de jornais e revistas considerados de grande circulação em território nacional. Mais especificamente, foram selecionados os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, bem como as revistas *Veja* e *CartaCapital*, dentro de cujos acervos buscamos, sem restrição de gêneros discursivos, por notícias, reportagens, entrevistas, editoriais, artigos de opinião e até mesmo cartas de leitores que se referissem às particularidades da fala pública das candidatas à Presidência nos anos eleitorais. Mais precisamente, a coleta foi realizada no interior do acervo *online* disponibilizado por cada um dos jornais e revistas, por meio da utilização da ferramenta de busca, na qual foram inseridas palavras-chave tais quais “nome da candidata” acompanhado dos termos “discurso”, “língua”, “pronunciamento”, “voz”, “oratória” e “carisma”, entre outros, e das possibilidades de aplicação de filtros específicos, notadamente referentes à restrição da pesquisa aos anos eleitorais. É claro que a diversidade e multiplicidade do *corpus* não implicam, necessariamente, uma pretensão de exaustividade, mas tão somente um esforço em direção da representatividade. Sob essa lógica, a fim de estabelecer um recorte representativo do conjunto de textos que bem nos parecia infinito, colocamos em prática a fidelidade à herança dos analistas de discurso mais uma vez: estabelecendo relações entre os enunciados e entre os textos através da construção de cadeias parafrásticas, foi possível identificar regularidades e singularidades em meio à dispersão mediante o estabelecimento de relações entre posições e formações discursivas, as quais começamos a descrever e interpretar a partir da próxima seção. Ainda, é fundamental ressaltar que a

ordem de exposição das sequências discursivas a serem efetivamente analisadas não obedece exatamente a uma linha temporal, o que não equivale a dizer que se ignoram as condições de produção de cada uma. A extensão e variedade do conjunto de textos coletados impôs rigorosamente sobre a atividade de escrita uma organização que reflete o método de seleção acima descrito, isto é, com base na possibilidade de encadeamento de efeitos de sentido preliminarmente dispersos e de apreensão de latentes regularidades e deslocamentos discursivos.

Quanto às regularidades identificadas nos textos desse *corpus*, observamos que, em detrimento das diferenças ideológicas entre os sujeitos que os enunciam ou os veículos de imprensa que os veiculam, sem discriminação entre as formas de circulação de cada um e a despeito da recorrência a autoridades especializadas ou não na área de fala pública e de usos da voz, a representação dos atributos das falas das políticas nos guia à conclusão de que a mídia continua desempenhando um papel crítico no acolhimento de uma representação predominantemente disfórica de mulheres políticas em práticas discursivas. Buscaremos apontar como o funcionamento desses dizeres tangencia questões como a pretensa polarização entre razão e emoção e entre público e privado, a fragilidade e o espírito enérgico da mulher, a aceitabilidade do que, de como e de quando falar, e a subordinação do reconhecimento do carisma à prática de fala pública que é singularmente dotada da capacidade de, através do *dizer*, *fazer* e *fazer fazer*. De toda forma, a sistematização desses resultados de análise deve lançar luz sobre os modos de funcionamento normativos dessas representações, tão perigosos quanto sutis, já que, ao mesmo tempo em que sua emergência é possibilitada pela naturalização daquilo que é considerado como boa eloquência e da capacidade carismática das mulheres, favorecem e estimulam a perpetuação e renovação desta dinâmica. Veremos que essa espécie de normatização da gestualidade vocal no interior do universo político ocorre, muito mais frequentemente, como passaremos a apontar a partir desta altura de nossa exposição, através de processos discursivos que incutem sentidos pejorativos e de depreciação a determinados comportamentos que incidem sobre a competência oratória das candidatas, respondendo a já-ditos do interdiscurso que remetem a estigmas que preexistem e circulam na sociedade brasileira em relação à fala pública e à fala feminina, bem como criando um espaço propício para o estabelecimento e difusão de outros. Vale ressaltar que, nos processos de construção discursiva de identidades e práticas, ao nomear e descrever, podemos aferir mais diretamente o caráter virtuoso daquilo que nomeamos e

descrevemos, mas o fazemos ainda com maior frequência e intensidade através da imputação de debilidades e vícios a seus diferentes. Mais particularmente, no caso dos discursos que atribuem sentidos à fala e à voz, tem-se por consequência a constituição de regimes de escuta que são conduzidos sobremaneira para o limiar da rejeição.

### **3.1. Cangaço, guerrilha, seringal e sala de estar: o berço de cada ira**

#### **3.1.1. Memória do cangaço: a língua afiada de Heloísa Helena**

Candidata à Presidência do Brasil pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) nas eleições de 2006, Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho alcançou 6,85% dos votos válidos no país, restando-lhe, então, ocupar o terceiro lugar nos resultados da corrida eleitoral e ser desvinculada da concorrência ao segundo turno, disputado entre Lula (PT) e Alckmin (PSDB), no qual declarou reiteradamente não endossar qualquer candidatura. Apesar do resultado das urnas não favorecer a candidata e apresentar índices inferiores àqueles esperados pelas pesquisas, cujos números favoráveis a ela oscilaram, durante a campanha, entre sete e doze por cento das pretensões de voto, o desempenho de Heloísa Helena nas urnas foi considerado por muitos como um milagre eleitoral, visto que concorreu com recursos significativamente limitados em comparação com seus rivais. Se os resultados eleitorais têm o poder de refletir as disposições de escuta dos eleitores, a quais fatores podemos atribuir o entusiasmo ou a repulsa aos desempenhos oratórios de que se constituiu sua campanha?

Com efeito, a campanha presidencial proporcionada pela instituição da Frente de Esquerda composta por PSOL, PSTU e PCB foi simultaneamente um reflexo e um agente impulsionador da visibilidade nacional de que a alagoana vinha desfrutando na mídia e na boca do povo devido à participação ativa como senadora nas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPI) ao longo dos anos antecedentes à sua candidatura. Se, em partes, a relativa vitória da ex-senadora pode se dever à massiva cobertura midiática de suas intervenções nas reuniões relativas a essas investigações, assim como prosseguiu ocorrendo durante a campanha, por outro lado, sua inquestionável derrota pode também ser um fruto da qualidade dessas representações nos jornais e revistas brasileiros, em especial aquelas publicadas por veículos de comunicação reconhecidamente alinhados a uma formação discursiva conservadora, mas não sem escapar também à crítica dos

progressistas. Agressividade, desequilíbrio, ira, beligerância e radicalismo estão entre as mais frequentes e intensas regularidades identificadas nos discursos sobre sua postura política e sobretudo sobre seu desempenho oratório, antes mesmo de sua pré-candidatura e seguindo até o fim da campanha presidencial. Vejamos, por exemplo, o artigo de opinião de Nelson Motta, intitulado *O toque feminino* e publicado na *Folha* em março de 2006.

Tenho imensa simpatia, muitos têm, pela senadora Heloísa Helena, uma mulher honesta, sincera e corajosa. Mas morro de medo de sua ferocidade, como todos, e, principalmente, de seu programa de governo, que sonha o Brasil como uma grande Cuba ou a Albânia de Enver Hoxa. É, os homens estão mesmo por baixo, mas já não sei se as mulheres estão com essa bola toda. Pelo menos na política.<sup>33</sup>

De início, aquele que lê o artigo de Motta pode se apegar à possibilidade de uma representação eufórica de Heloísa em consequência do uso do substantivo “*simpatia*”, que remete a uma rede de sentidos que favorece o delineamento de uma compreensão carismática da candidata. Determinada e acentuada pelo adjetivo “*imensa*”, a palavra traça uma relação de afinidade entre quem fala e sobre quem se fala, que se deixa justificar e especificar sobre o terreno das virtudes morais mediante o uso dos adjetivos “*honesto*”, “*sincero*” e “*corajoso*”. Vale pontuar, no entanto, que o sentimento de “*simpatia*” põe em circulação efeitos de sentido afeitos a sensibilidades e relações pessoais, isto é, os sentidos de “*simpatia*” dialogam intimamente com concepções de emoções e sentimentos espontâneos, o que parece ser capaz de projetar uma primeira imagem da senadora para um campo paralelo à política, já que aí, comumente, quer-se inculcar como exigência essencial que as afinidades reflitam um exercício crítico e pautado na racionalidade. Não basta, pois, que um eleitor tenha “*simpatia*” por um candidato para que ofereça a ele seu voto nas urnas. A diferença fundante que embasa essa conclusão está na relação parafrástica que se estabelece entre os efeitos de sentido que derivam de “tenho simpatia” e “tenho confiança”, por exemplo.

Então, ao se aproximar do campo político, através do levantamento das características tipicamente encaradas como fundamentais em um sujeito político – tendo em vista as comuns e frequentes pechas de mentirosos, desonestos e covardes que representam o ensejo à morte política de algumas figuras públicas –, deparamo-nos com uma estrutura adversativa bastante direta, ensejada pelo uso do operador argumentativo

---

<sup>33</sup> MOTTA, N. Opinião: O toque feminino. Folha de São Paulo, 24 de mar. 2006. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2403200606.htm>>. Acesso em 09 fev. 2021.

“mas”. Não se pode, aliás, ignorar as implicações que exerce a ordem estabelecida entre as orações, que relegam a “*simpatia*” ao lugar de menor potencial de determinação no período. A simpatia é, portanto, situada em uma hierarquia de argumentos na qual desempenha um papel menos decisivo na formação do regime de escuta do eleitor, posto que repercute com menor intensidade na leitura. “Morro de medo de sua ferocidade/de seu plano de governo, mas tenho imensa simpatia por ela” seria uma alternativa que poderia oportunizar ao enunciário uma lembrança mais ressonante da “simpatia” em detrimento do “medo”. Apesar de citar elementos relacionados ao campo profissional para embasar a representação disfórica de Heloísa (“*seu programa de governo*”), é a “*ferocidade*” que inaugura o período, determinada pelo pronome possessivo “*sua*”, contribuindo com a construção de um efeito de sentido segundo o qual a ferocidade se configura como uma característica inerente a ela. Não é, afinal, “*a ferocidade de seus discursos*”, “*a ferocidade que demonstra*” ou mesmo “*a ferocidade que se desperta nela*” – ou seja, não se trata de um atributo que se lhe constitui como exterior; é uma ferocidade que se constrói como parecendo ser-lhe natural e unicamente sua, uma posse exercida por seu nome e, quiçá, por seu espírito. Justifica-se, desta forma, através da produção de um efeito de sentido de uma ferocidade que se desenha como incontornável, porquanto essencial, a associação linguística dessa ferocidade ao sentimento de “*medo*”, de acordo ele, compartilhado por “*todos*”. A produção de verdade inerente à expressão “*como todos*”, que não abre margem para a possibilidade da dúvida sobre o sentimento coletivo despertado por sua suposta ferocidade, parece ser capaz de justificar a curiosa reação de “*medo*” de um homem ante a “*coragem*” de uma mulher.

O enunciatário imprime efeitos de verdade e franqueza em seu discurso, mediante a exposição de uma sua própria vulnerabilidade, afirmando que “*morre de medo*” da candidata; porém, ao mesmo tempo em que se ampara o sentimento na justificativa de sua partilha com “*todos*”, atenua-se a responsabilidade individual sobre a confissão: o autor não se constitui mais como o único que responde pelo sentimento e por sua própria fala, desenhando contornos mais nítidos ao redor da coletividade popular – até então virtual – que compartilha seu regime de escuta. Vale notar, também, que, enquanto “*todos*” têm medo da ferocidade da candidata, são “*muitos*” os que compartilham da simpatia por ela – um grupo indiscutivelmente menos abrangente. Logo, a julgar por esta diferença relativa entre “*todos*” e “*muitos*” no recenseamento alegórico do enunciatário, pode-se concluir que a honestidade, a sinceridade e a coragem da mulher na política têm

menor alcance do que seu perfil feroz. Afinal, se sua conclusão sobre a análise dos potenciais e limitações de Heloísa Helena desemboca na ideia de que “*as mulheres não estão com essa bola toda*”, supõe-se haver uma sobreposição da “*ferocidade*” em relação à referida tríade. É claro que essa conclusão não equivale a reduzir a importância da menção a seu “*programa de governo*”, como se propositadamente quiséssemos fazer exercer um maior peso o domínio das personalidades em detrimento do explícito trato de suas competências, porque é justamente nessa declaração que reside o ápice da antítese da simpatia: é “*principalmente*” no programa de governo que as afinidades cessam e dão lugar à incompatibilidade ideológica. Ademais, é preciso aplicar neste trecho a mesma lógica de que nos valem para a interpretação da relação adversativa dos argumentos no parágrafo anterior, que põe a sintaxe a serviço de um processo de ênfase que se atribui aos efeitos de sentido postos em circulação, de maneira mais ou menos axiomática, pelo advérbio. Na dinâmica entre o encadeamento sintático e a hierarquia que se estabelece entre os argumentos, os últimos serão os primeiros, e, nesse sentido, situar o argumento relacionado ao programa de governo ao final do período em que se encontra equivale a alçá-lo a uma posição de supremacia, pelo menos no que diz respeito à repercussão na recepção de seus enunciatários, efeito de sentido que se reforça, como vimos, mediante a determinação desempenhada pelo advérbio.

Em suma, quando se lida com uma mulher, ser “*honesto, sincera e corajosa*” não basta; é necessário, ainda, ser o contrário de feroz: é preciso ser honesto, sincera, corajosa e doce. É interessante, inclusive, observar que o plano político de Heloísa Helena não propõe, mas “*sonha*”, verbo que põe em circulação efeitos de sentido relacionados ao plano do abstrato e do desejo, ao invés do concreto e da razão. Assim, por ocasião de certa idealização que se constrói acerca do caráter propositivo e prático dos sujeitos políticos, exige-se dela, ainda, a libertação da fantasia e o exercício agêntivo da razão. O raciocínio pode não valer para todos os âmbitos da sociedade, mas vale “*pelo menos*” para “*a política*”, estrutura na qual “*pelo menos*” contribui com a construção de um efeito de sentido de uma certeza que recai de maneira exclusiva apenas sobre esse campo social em específico, mas admite, além disso, uma possibilidade implícita relativa a outras esferas sociais. Resta saber a quais espaços Nelson Motta restringe a pertinência da ferocidade feminina.

O caráter ameaçador dessa ferocidade e a reação amedrontada que a partir dela se confessa também surge de maneira interessante na Revista Veja, sob a assinatura do

jornalista Reinaldo Azevedo, revelando a produção sistemática de uma cadeia de sentidos regular e consistente. Sobre a iminência da possibilidade de um Lula que concorria a seu segundo mandato presidencial ausentar-se dos debates eleitorais televisionados, ele analisa:

Lula, em princípio, não quer nem ouvir falar em debate. Mas a, por assim dizer, “cúpula” da campanha está algo dividida a respeito depois do “dossiegate”. O que une a todos? O temor do segundo turno. Por quê? A eleição estadual que importa já estaria definida — São Paulo — e PSDB e PFL poderiam bater sem receio de qualquer contra-ataque, mesmo um daqueles à moda petista (esse imbróglio que vemos). O segundo turno seria ainda um anticlímax. Em 2002, o PT contava ganhar no primeiro; não deu. Mas o partido não estava mergulhado na lama como agora — quer dizer, a maioria das pessoas não percebia assim. Hoje, a situação é diferente. Lula é bom de televisão. Há quem acredite, e já lhe desenhou no papel, que ele deveria participar, mas aparecendo quase de surpresa, deixando circular até a undécima hora a informação de que não vai. Reconhece-se que é uma operação arriscada. Seria um último recurso para tentar impedir o segundo turno. Segundo essa análise, o respeito que o cargo impõe intimidaria adversários, que bateriam menos em Lula do que no caso de sua ausência. Mas há também os radicais do “não”. Se der segundo turno, dizem, paciência! Aham que não há como Lula ter um bom desempenho. E acreditem: o temor principal é com a metralhadora da nanica Heloísa Helena. O que eu acho? Que não ir, dadas as circunstâncias, é pior para Lula. Logo, tomara que ele não vá.<sup>34</sup>

Na entrada em seu blog, Azevedo produz para seus leitores os efeitos de uma espécie de lista de prós e contras, relativa às possibilidades do então presidente integrar o púlpito dos debates com seus adversários, atribuindo-a às disposições opostas de uma “cúpula’ da campanha”, motivada pelo “*temor do segundo turno*”. As inseguranças e as incertezas levariam a suposta cúpula a hesitar entre dois extremos: aqueles que apostam em “*participar, mas aparecendo quase que de surpresa*” e “*os radicais do não*”. Sob a primeira categoria, agrupam-se os argumentos favoráveis sua participação: “*o respeito que o cargo impõe intimidaria adversários*”, “*Lula é bom de televisão*” e o fato de que os adversários “*bateriam menos em Lula do que no caso de sua ausência*”. Além disso, o recente nascedouro da inclinação a essa possibilidade estaria vinculado à irrupção do escândalo do “*dossiegate*”, associada, no fio do discurso de Azevedo, a um “*contra-ataque*” “*à moda petista*”, a um “*imbróglio*” que teria lançado o partido “*na lama*”, o que

---

<sup>34</sup> AZEVEDO, R. Blog: Publicado aqui há quase uma semana. Revista Veja, 28 set. 2006. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/publicado-aqui-ha-quase-uma-semana/>>. Acesso em 08 mai. 2021.

imprime à possível presença nos debates os efeitos de uma necessária oportunidade de autodefesa. Esta posição, aliás, não corresponderia àquela atribuída a Lula, que “*não quer nem ouvir falar em debate*”. Já sob o grupo “*do ‘não’*”, figura um único argumento: “*não há como Lula ter um bom desempenho*”. Isso porque haveria um “*temor principal*”: “*a metralhadora da nanica Heloísa Helena*”. A posição de sobreposição deste temor, pelo adjetivo “*principal*”, a todos os outros que se enfileiram no texto, alça Heloísa Helena à condição de ameaça maior do que o temor do segundo turno, maior ainda do que o medo de ser atribuída a Lula a pecha de corrupto ou mentiroso, maior do que um possível receio pela condenação popular ou judicial. O medo real se justifica pela “*metralhadora*” associada à Heloísa, que, mesmo sendo “*nanica*” na corrida eleitoral e na carreira política, toma de empréstimo, na formulação discursiva, os sentidos violentos da arma, seu automatismo, rapidez e precisão – características que, no contexto dos debates, são atribuídos por extensão à sua fala pública, principal instrumento do embate. Talvez a grandiosidade do medo que se atribua à “*nanica*” justifique o uso do “*acreditem*”, como se se antecipasse a incredulidade do leitor e, então assumindo uma posição de contornos preceptorais, já reafirmasse com veemência aquilo que diz antes mesmo de dizê-lo. Afinal, não se trata de um indício de que o leitor não deva então acreditar em nada do que fora dito antes, mas, antes, de recurso que serve à acentuação do caráter inusitado da declaração que se segue, o que também funciona, por extensão, para reafirmar os efeitos de veracidade, evidência e consenso daquelas que o precedem. Assim, produz-se o efeito de se descortinar uma nova verdade que irrompe no fio do discurso como o “*temor principal*”. No interior desta rede de sentidos, Heloísa Helena, com sua metralhadora, descaracteriza a proficuidade dos argumentos favoráveis à presença de Lula nos debates, para cuja análise se estende o “*não*” que nomeia a categoria amedrontada por ela: ela não se intimidaria pelo cargo, ela não bateria menos no Presidente, ela não se surpreenderia com a presença de última hora, e ela, enfim, determinaria seu mau desempenho. Nesta ótica, a “*operação arriscada*” se configura como tal ao mesmo tempo em que Heloísa se configura como o risco. Tal ameaça só poderia mesmo ser esconjurada por uma posição “*radical*”, um solene “*não*”, uma enfática ausência – esta, sim, a posição favorita do presidente tal qual representada pela *Veja*. Mas esta é a opinião de Lula e da parte radical da cúpula de sua campanha, não a do jornalista; para ele, pois, “*não ir [...] é pior para Lula*”. O temor de Heloísa Helena não se estende àquele que o narra, que assume certo distanciamento da arma que posiciona nas mãos da candidata e, assim, enfatiza os efeitos

de sentido da covardia que quer atribuir ao então presidente, atemorizado por uma “nanica”.

Os efeitos de sentido de potencial perigo que emergem da associação entre a performance oratória de Heloísa Helena e uma violenta arma perfazem uma consistente e intensa regularidade entre todos os jornais e revistas que compõem nosso corpus, a despeito de suas inclinações a distintas adesões ideológicas. Vejamos, por exemplo, o seguinte excerto, extraído da revista *CartaCapital*:

Nesse cenário, os outros quatro candidatos fazem o papel de figurantes. A senadora Heloísa Helena, alavancada por um discurso de forte conteúdo moralista projetado em destacadas aparições no Jornal Nacional, da Rede Globo, parece ter esgotado sua possibilidade de crescimento. Tinha 11% na pesquisa anterior e caiu 9%. Porcentualmente, a notícia mais animadora surgiu para o candidato Cristovam Buarque: o senador do PDT obteve 100% de crescimento. Só que isso significa sair de 1% para 2% na intenção de voto. Os demais candidatos seguem sem alcançar o percentual mínimo de 1%.

Cristovam atua numa linha moderada de críticas ao governo que, no início, serviu como ministro da Educação. Ele aposta no discurso da revolução movida pelo ensino.

É o caso oposto ao de Heloísa Helena. Expulsa do PT, ela gira a metralhadora contra os petistas e o presidente. E não segura a língua. Serve, talvez involuntariamente, como linha auxiliar aos tucanos na denúncia genérica de corrupção no governo. Nesse sentido, ela não teve fôlego para acompanhar as bicadas que os tucanos andam desferindo contra Lula, o governo e o PT. Eles não fizeram uma boa colheita no horário eleitoral gratuito.<sup>35</sup>

Na *CartaCapital*, a referência à metralhadora é inserida em relação à sua língua em uma oração coordenada, estrutura que pode produzir o efeito de sentido de complementaridade. De maneira curiosa, tal efeito parece se fortalecer com base na contraposição que se estabelece entre “*gira*”, que implica a necessidade de manuseio habilidoso, e “*não segura*”, um seu aparente oposto. Neste ínterim, entre aquilo que se maneja e o que se despacha, a língua serve como o disparo da metralhadora. Se pela força da metáfora parece poder-se apegar à possibilidade de emergência de um efeito de exercício reflexivo afeito à razão, de uma decisão consciente de “*não segurar a língua*”, com alvo, objetivo e instrumento para o embate, reforçam-se, por outro lado, os efeitos de impulsividade ou mera incapacidade de fazê-lo imediatamente na sequência: “*involuntariamente*”, afinal, projeta uma imagem de alienação e falta de controle, efeito

---

<sup>35</sup> DIAS, M. Agora, a classe média. *CartaCapital*, n. 409, p. 36, 06 set. 2006.

que não se atenua pela modalização imposta pelo “*talvez*”, uma vez que tal moderação não incide sobre a assertividade com que se constrói a comunicação de seus resultados (“*Serve*”). Tal efeito já começara a se delinear diante da escolha do verbo “*girar*”, em detrimento de outras possíveis seleções que poderiam produzir efeitos de maior precisão e domínio, como, por exemplo, “*mirar*” ou “*apontar*”. Desta feita, ainda que se materialize o reconhecimento de uma sua arma, signo de violência e potencial ameaça, artefato da língua, reserva-se a Heloísa Helena um papel meramente secundário na disputa (“*parece ter esgotado sua possibilidade de crescimento*”), que se forja na constatação de que lhe falta a ciência (“*involuntariamente*”), o critério (“*não segura a língua*”) e a competência (“*não teve fôlego*”).

Outra passagem representativa do aparente consenso relativo à associação de sua fala pública com a manipulação de armamento foi extraída d’O Estado de São Paulo, em outubro do ano eleitoral:

O tucano foi tão desprezado pelo PT e pelo presidente que se chegou a divulgar que este não havia comparecido ao debate da Globo não por temer escorregar em alguma casca de banana atirada pelo oponente mais próximo no ranking da preferência de voto, mas, sim, por recear insulto a ser disparado pela metralhadora giratória da ex-companheira pra toda obra Heloísa Helena. Mais importante que confirmar se, de fato, Lula deixou a cadeira vazia no debate por saber quão afiada é a língua da candidata do PSOL é registrar que não passou pela cabeça de ninguém que ele tenha cometido tal deslize final por receio das diatribes de um adversário que se comporta no palanque como se estivesse anestesiando um paciente no centro cirúrgico: em tom de oração.<sup>36</sup>

Aqui, referindo-se ainda ao contexto da decisão que levou o então presidente a ausentar-se dos debates televisivos relativos ao primeiro turno da corrida eleitoral, constrói-se um paralelo entre a candidata Heloísa Helena e o candidato Geraldo Alckmin que se funda no potencial temor que cada um inspiraria em Lula. Segundo o jornalista, os dizeres que atribuíam a ausência de Lula ao receio do insulto de HH serviam para apontar para o tamanho desprezo que o PT e o presidente sentiam por Alckmin, e não para acentuar, como vimos anteriormente, o real perigo que ela oferecia ou a covardia do Presidente – efeito que se produz a partir da construção “*chegou a*”, isto é, foi a total ausência de temor ao tucano que motivara tais conjecturas, ao invés do real potencial amedrontador de Heloísa Helena. Na rede de sentidos tecida a partir do verbo “*chegar*”, sentir-se amedrontado por ela configura-se como cruzar o limite do absurdo, posto que o razoável seria, ao contrário, sentir-se ameaçado por ele; a surpresa reside, ao contrário do caso de

---

<sup>36</sup> NÉUMANNE, J. Enfim, o anti-Lula. O Estado de São Paulo, p. A2, 04 out. 2006.

Heloísa Helena, no fato de não se poder temê-lo. Tal efeito parece se construir progressivamente ao redor das contraposições entre “*escorregar em alguma casca de banana*” e “*insulto a ser disparado pela metralhadora giratória*”, entre “*língua afiada*” e “*tom de oração*”. É particularmente interessante o efeito de sentido que emana da relação que se estabelece entre a “*língua afiada*” de uma e a “*anestesia*” de outro: assim como a casca de banana produziria um impacto imensamente menor do que o dano infligido por uma metralhadora, a língua afiada aplicada com ou sem anestesia também produziria sofrimento distinto em cada caso. Ainda, então, que se queira atribuir menor valor ao temor inspirado por HH, sua constatação ainda se faz presente e o invoca à materialidade, animando-o em vida no discurso.

Fato a ser notado é que a construção de um foco na representação pejorativa da fala de Alckmin se funda sobre aquilo que se parece julgar mais digno de atenção: mais importante que “*confirmar*” uma hipótese (que é, portanto, passível de dúvida) é “*registrar*” um fato (que não comporta dúvida, ou seja, é incontestável). A necessidade de fazer tal registro implica um fato notável, como se se constituísse em uma surpresa o fato de um oponente masculino em segundo lugar nas pesquisas falar em “*tom de oração*” – afinal, sua constituição enquanto ameaça “*não passou pela cabeça de ninguém*”. A tentativa de produção de monofonia, observada aqui no tom taxativo que emerge da dupla negativa, não serve apenas para a representação da fala de Alckmin, mas também para HH. Ainda que reste dúvida sobre a real razão que motivou a ausência de Lula, não há hesitação sobre a representação das maneiras de falar e se portar de Heloísa: “*por saber o quão afiada é*” não empresta os mesmos sentidos de vacilação despertados pelo “*se, de fato*” que recaem sobre “*deixou a cadeira vazia*” – efeito de sentido que se pode fortalecer mediante a comparação com a paráfrase “confirmar se Lula deixou a cadeira vazia no debate por, de fato, saber o quão afiada é a língua da candidata do PSOL” –, e a formulação “*insulto a ser disparado*” traduz os sentidos da iminência e assim parece ser capaz de projetar a imagem do insulto já engatilhado por tal metralhadora, em comparação com outras possibilidades tais quais “insulto que poderia ser disparado” ou mesmo “insulto disparado”. Em outras palavras, o mistério é a motivação de Lula, e não o valor agressivo atribuído à língua de HH. Tal agressividade não é representada como surpresa, tal qual se faz com a monotonia da performance de Alckmin. O medo de Heloísa importa menos porque é previsível, uma parte essencial de seu desempenho oratório – sua arma está sempre engatilhada. Já a crítica a Alckmin se constrói justamente ao redor do

fato de que, em qualquer das hipóteses relativas à HH – sendo sua agressividade o real motivo ou não para a ausência do Presidente dos debates, não se o teme, crítica a partir da qual se pode concluir que ele deveria se fazer temido, o que só poderia ser feito abdicando do tom de oração, do “*tom sempre calmo e monótono de sua fala*”, de sua “*voz calma*”, como se descreve sua fala em outros trechos da reportagem. Ao mesmo tempo, bate-se o martelo: ele “*difícilmente elevará a voz*”, levando seu desempenho no primeiro turno “*pode não ser o suficiente para levá-lo a subir a rampa*” do Palácio do Planalto. De qualquer forma, indagamo-nos ainda sobre a possibilidade de, com base nas relações de comparação e oposição que se estabelecem entre Alckmin e Heloísa Helena, podermos estender à candidata descrição diametralmente oposta à dirigida a ele: àquela de uma voz não calma, de um tom nunca calmo e monótono, de alguém que com facilidade eleva a voz – talvez, essa descrição nos aproxime dos sentidos emprestados de uma metralhadora.

Ainda sobre o terreno das armas e sobre este mesmo impasse atribuído a Lula, em outra passagem da *Folha*, na seção do jornal intitulada *Brasil*, Elio Gaspari escreve:

**Pavor dela**

Tudo indica que Lula não colocará os pés num debate com os outros candidatos à Presidência. Essa decisão nada tem a ver com um eventual receio de encarar Alckmin. É o pavor da peixeira de Heloísa Helena.<sup>37</sup>

Sobre este excerto, em primeiro plano, é produtivo para a análise interpretativa apontar a regularidade que se observa na relação que se estabelece entre Alckmin e Heloísa Helena, em razão do fato de que tal encadeamento os aproxima e, simultaneamente, os distancia, justamente pela circulação dos efeitos de sentido que emanam do campo semântico do medo. Isso porque, posto que não se oferece qualquer outra razão para a decisão de Lula sobre se ausentar dos debates eleitorais naquele ano, atribui-se sua escolha absolutamente ao temor. Veja: ao afirmar veementemente que a decisão em nada tem a ver com o receio de encarar Alckmin, o enunciador dá a entender que esta seria uma interpretação possível por parte do leitor comum, especialmente considerando o fato de que o tucano era o mais bem colocado nas pesquisas eleitorais depois do então presidente, interpretação esta que, no eixo da formulação linguística, Gaspari se apressa para rechaçar, como se antecipasse essa possibilidade interpretativa e travasse um diálogo divergente e pedagógico com seu leitor, valendo-se, evidentemente, da função primordial do jornalismo – a de informar. É possível que este receio exista;

---

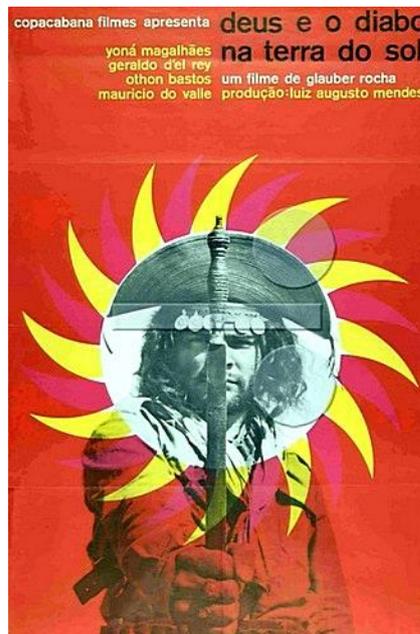
<sup>37</sup> GASPARI, E. Brasil: O Mercosul precisa é de Mary Montilla. Folha de São Paulo, 23 jul. 2006. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200619.htm>>. Acesso em 18 mar. 2021.

essa hipótese se assume ainda mais fortemente à medida que “*receio*”, por ser determinado pelo adjetivo “*eventual*”, abre margem para a possibilidade concreta de existência desse pretexto. Mas o receio não é fator determinante na tomada de decisão que tornou vaga a cadeira de Lula nos debates televisivos, portanto determinar a existência ou inexistência deste receio importa menos do que compreender a verdadeira razão à qual se atribui a decisão, diferentemente do fragmento do Estadão sobre o qual nos debruçamos nos parágrafos anteriores. Aqui, de maneira taxativa e sem deixar margem às dúvidas, impõe-se que foi o medo de Heloísa Helena que o demoveu dos debates, o alicerce mais fundamental dos regimes democráticos. É então a candidata que inspira a necessidade de proteção representada pelo ato da fuga. Tamanho é o “*pavor*” que Heloísa desperta que o então Presidente não apenas se ausentaria, mas “*não colocaria os pés*” em um debate no primeiro turno das eleições, expressão que serve ao efeito de ênfase sobre o caráter remoto da possibilidade de sua presença. Também deve-se chamar atenção para a modalização imposta ao medo que é despertado por cada um dos oponentes: ante ao homem, sente-se receio, ao passo que, diante da mulher, assoma-se o pavor. Podemos vislumbrar projetar, a partir dessa sequência discursiva, uma espécie de hierarquia de reações sensoriais, de acordo com a qual se define a medida da necessidade de proteção que impõe sobre o outro e que é inaugurada em seu alicerce pelo receio, consegue exibir contornos mais nítidos no medo e acaba culminando, por fim, no mais genuíno pavor. A mobilização deste último, inclusive, se justifica mais uma vez com base assentada no campo da violência e do perigo: enquanto descansa a metralhadora, entra em jogo sua “*peixeira*”, mas é ainda a própria projeção de uma mulher feroz municada com sua insígnia mortal que faz esvaír a imagem do homem e o substitui por uma sua falta. No entanto, como no caso da metralhadora, se se pode presumir que não se está tratando de uma peixeira efetivamente material, que não se tenta remeter a menção a uma ameaça física concreta, exercida mediante ostentação perigosa de arma branca, em que consiste a “*peixeira de Heloísa Helena*”?

Aqui, não se pode deixar de mencionar a latente associação da peixeira à região do Nordeste brasileiro, especialmente relativa à força frequentemente letal oriunda das disputas fundiárias que ganharam corpo a partir do fim do século XIX e que imortalizaram o nome de cangaceiros como Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião, um vizinho de estado de Heloísa Helena. A recorrência à memória do cangaço brasileiro se faz relevante à medida que desempenha um importante papel de transportar a

percepção do embate verbal para o campo do combate brutal. A própria representação das polêmicas figuras do cangaço brasileiro perpassa a memória da brutalidade da época e da região, já que emergem, inevitável e frequentemente, acompanhados de suas armas, empunhadas como forma de representação de seu poder de perigo, dentre as quais se destaca a peixeira.

Figura 1 – Pôster do filme Deus e o Diabo na Terra do Sol, de Glauber Rocha



Fonte: Wikipedia

Figura 2 – Recorte do filme O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro (1969), de Glauber Rocha, em que se retrata uma briga de facas



Fonte: YouTube

Figura 3 – Lampião empunha faca ao lado de sua companheira, Maria Bonita



Fonte: Memorial da Democracia

Com efeito, o imaginário que dá forma ao cangaceiro e ao cangaço se processa fundamentalmente na ideia e na forma da violência. Segundo Albuquerque (2011, p. 143-144),

O cangaço vai marcar o Nordeste e o nordestino com o estereótipo da ‘macheza’, da violência, da valentia, ‘do instituto animal’, do assassino em potencial. Motivo de orgulho e de vaidade para os setores tradicionais, notadamente para os camponeses da região, o elogio do cangaço servirá para estigmatizar o homem pobre e vindo do meio rural do Nordeste, especialmente quando chega nas grandes cidades do Sul. Estereotipá-los como homens primitivos, bárbaros, alheios à civilização e à civilidade, que, embora fossem homens comuns, escondiam uma fera pronta a se revelar, ‘às vezes nem pareciam gente’. O Nordeste seria a terra do sangue, das arbitrariedades, região da morte gratuita, o reino da bala, do Parabelum e da faca peixeira.

O leitor há de concordar que, se, no campo de guerra dos cangaceiros, a bala e a faca eram os meios que davam corpo à disputa, na arena dos debates e das campanhas eleitorais, é em grande parte o poder da língua e da voz que oportunizam a vitória ou a derrota dos combatentes. Neste contexto, simbolizar a ferocidade de Heloísa Helena com a imagem da peixeira equivale a comparar, mesmo que implicitamente, sua língua a uma arma, o que confere à primeira um efeito de agressividade e violência, particularmente avultado pelo caráter autoritário de seu resultado, que se resume em esvaziar o diálogo democrático ensejado pelos debates eleitorais atendendo ao uso do medo como instrumento de controle. E, desta feita, é a valentia da oratória da fera que não se esconde a responsável pelo alheamento masculino do dispositivo democrático por excelência e, para além disso, pela instituição da incivilidade e do barbarismo que resulta de seu vácuo. É imprescindível notar que a ausência de Lula nos debates não se compromete diretamente – ao menos na superfície linguística – com o próprio sujeito, visto que se transfere a autoria diretamente a ela à medida que se lhe define como uma sua correspondência imediata por meio de uma ardilosa elipse. Veja que “*essa decisão nada*

*tem a ver com um eventual receio de encarar Alckmin. [Essa decisão] é o pavor da peixeira de Heloísa Helena*". E há, em toda essa rede de sentidos, uma pergunta contextual que resta desatendida: por que a mesma peixeira não é atribuída a Lula, um homem igualmente nordestino, com raízes desprendidas do agreste pernambucano, tido já em meados dos anos 2000 como um dos maiores fenômenos carismáticos da política moderna? Se as relações de poder tendem a prostrar os combatentes mais desvalidos de capital simbólico, neste caso, a despeito dos atributos que os aproximam, entre um homem e o "sexo frágil", a memória do cangaço está a servir, em verdade, à estigmatização da mulher pobre do interior do Nordeste, e ainda mais intensamente daquela que possui "*a língua afiada*" e que "*não segura a língua*".

Por certo, a despeito de seu rico caráter representativo e de sua atualização nos dizeres da mídia sobre a candidata, as interpretações acerca do movimento cangaceiro não se limitam a estes dizeres. Se, como sabemos, há uma perene disputa ideológica acerca dos sentidos das palavras e das coisas, que se conformam às posições ideológicas daqueles que as põem em circulação, devemos admitir o dissenso como condição primordial de mobilização da língua. Sob essa ótica, se, para os grandes latifundiários e para aqueles que pregam a conservação das relações de poder, os cangaceiros se resumiam a marginais violentos e criminosos cruéis, parcela significativa da massa popular, por sua vez, os ovacionava como bravos heróis e clementes justiceiros. Assim, em relação à sua imagem pública, os movimentos sociais organizados pelos cangaceiros passam por um refinado processo de "robinhoodização" (2010, p. 44), encarnando a própria manifestação da resistência contra os poderosos exploradores da fertilidade das terras e da força laboral dos homens.

É exatamente neste ponto do percurso de nossa reflexão que se torna interessante nos aprofundar na referência à peixeira simbólica de Heloísa Helena e, ainda mais especialmente, à peixeira material com que foi agraciada pela colega senadora Iris Araújo.

Figura 4 – Heloísa Helena ganha uma peixeira de presente de Natal da colega senadora Iris Araújo, em 2005



Fonte: Revista Veja

Passionária da CPI dos Correios, a senadora fez jus à fama de justiceira do agreste, mas nenhum dos momentos em que explodiu heloisa-helenamente de indignação foi mais comentado do que a festinha de fim de ano na qual surgiu de tomara-que-caia, joelhos de fora e colarzinho de pérolas – co-produção das colegas Iris de Araújo e Patrícia Saboya Gomes. “A Patrícia me deu o vestido”, conta Heloísa, que na festa fez pose à la Atração Fatal, empunhando o facão que ganhou de presente de Iris. “Quando elogiavam minhas pernas eu respondia que era um perigo falar esse tipo de coisa a quem tinha uma faca na mão”, brinca.<sup>38</sup>

Na análise do clique do momento descontraído, pode-se projetar uma relação de similitude muito interessante, apesar de discreta, entre a representação da então senadora e dos cangaceiros clássicos. Tanto nas Figuras 1 e 3 quanto na Figura 4, é a lâmina que surge em primeiro plano, mais próxima às lentes da câmera ou ao olhar virtual do enunciatário. A intertextualidade, no entanto, parece encontrar aí um limite possível para si: manifestamente, a composição da expressão facial não conserva os mesmos traços hostis e intimidantes que saltam aos olhos de quem encara a imagem dos homens (Fig. 1 e Fig. 3), quais sejam, os olhos e punhos cerrados; ao contrário disso, Heloísa Helena exhibe um largo sorriso e seus dedos mal envolvem o cabo amadeirado da faca, o que contribui para o afastamento de efeitos de sentido de ameaça ou perigo. A posição da lâmina também favorece essa interpretação, visto que, ao invés de apontada para o fotógrafo, numa posição de intimidação (como se apresenta a imagem do sujeito na Fig. 3), entre as mãos do próprio portador, numa clara demonstração de frieza (semelhante à Fig. 1), ou para algum adversário, numa posição de hostilidade aberta (tal qual a imagem na Fig. 2), o perigo da faca é conduzido para fora de qualquer região de alerta. Ao garantir a restrição de suas funções, seja como instrumento de trabalho, seja como arma de combate, na fotografia, eleva-se a peixeira ao status de símbolo. Ostentada por uma mulher nordestina – e, mais particularmente, alagoana –, que se quer representante de

<sup>38</sup> ARAÚJO, A. De pretinho e facão. Revista Veja, n. 1937, p. 142, 28 dez. 2005.

setores de movimentos sociais ditos progressistas e crítica feroz das mesmas relações sociais e de trabalho contra as quais os cangaceiros se levantavam, a peixeira autoriza Heloísa Helena a trabalhar em favor da reelaboração de seus sentidos. Ademais, é indispensável apontar que, na matéria que exhibe a foto reproduzida acima, há menção específica à fala de Heloísa Helena, que reagiu ao inusitado presente declarando que “*a língua continua afiada*”, reconhecendo e reafirmando a associação entre lâmina e língua, que se constrói e estabiliza, então, em absolutamente todas as suas funções mencionadas, que se aplicam, por extensão, de uma para outra. Para a figura política, então, a língua representa o que a peixeira representa para os cangaceiros: o instrumento de trabalho, a arma de combate, e, por conseguinte, o status. Arregimentando a escuta a uma formação discursiva conservadora, que relê o cangaço a partir da injustiça, da vingança e da matança, é a língua tirânica e violenta de Heloísa Helena que ganha destaque. Mas, ao se resignar ao presente e se apropriar de seus sentidos, a alagoana produz efeitos de sentido segundo os quais ainda está viva na disputa pela memória do cangaço e dele empresta a força para luta implacável contra as injustiças sociais; o cangaço lhe designa o alvo, os objetivos e os instrumentos da luta. A peixeira, porém, é removida do sertão e trazida ao Senado, preservando, desta forma, os sentidos da resistência política e os atualizando com base na organização e na institucionalização democrática.

Os efeitos de sentido que espelham a fala de Heloísa Helena em uma arma mortal dialogam de maneira íntima com discursos sobre a sua voz, o suporte material que põe em circulação seus dizeres. Reivindicando nós mesmos o direito à apropriação do símbolo, aventamos a possibilidade de dizer que, se, na metáfora da peixeira, a lâmina é a língua, talvez a voz seja sua empunhadura – sua mais concreta possibilidade de manejo. Para endossar essa perspectiva, há a exposição, na sequência, de artigo veiculado pelo jornal *Folha de São Paulo*, já em agosto do ano eleitoral, no qual sua rouquidão foi alvo de comentários em uma associação contrafeita entre sua voz e sua força.

Heloísa Helena, a rival mais ferrenha do petista, tem feito esforços titânicos para ir ao segundo turno. Sua voz foi a primeira a sofrer os efeitos da campanha. Segundo sua assessoria, a senadora está "rouca e fisicamente esgotada", mas, como "é uma sertaneja bastante acostumada a subir ladeiras", tem sobrevivido.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> CIMINO, J. Forma física de presidenciáveis reflete desempenho nas pesquisas. *Folha de São Paulo*, 26 ago. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2408200636.htm>>. Acesso em 04. mar. 2021.

A princípio, cumpre observar que a apresentação da candidata neste excerto serve à reprodução da memória que se constrói com base em suas representações midiáticas: “*rival mais ferrenha*” emerge de um campo semântico de belicosidade, assim como os “*esforços titânicos*” reavivam a memória dos combates imortalizados pela mitologia grega. Também não por acaso, os atributos que são conferidos aos nomes “*rival*” e “*esforço*” estendem ao próprio espírito da candidata as potencialidades da composição química dos elementos – o que vale para o ferro e o titânio também vale para ela, que ganha destaque, portanto, por sua dureza e resistência. É claro essas características não passam ao largo da memória do cangaço, plena de hostilidade e violência, mas, aqui, o símbolo da brutalidade e da resistência já não conserva a fria lâmina como sua genuína forma de expressão, e sim a própria voz. A voz é, afinal, a primeira a sofrer os efeitos da campanha e tem a capacidade de refletir a condição de esgotamento físico da candidata, como um combatente que, destituído de seus instrumentos de batalha, é impelido à rendição. Diferentemente da peixeira, porém, a voz não é um mero instrumento que se pode ostentar à salvo do corpo e, por essa razão, a rouquidão passa a simbolizar, então, o próprio esvaimento de forças da candidata: sem armas, a condição de desvantagem do combatente é conjuntural, enquanto, sem forças, sua inferioridade é essencial. Sem voz, Heloísa não está meramente desarmada, desprovida de um instrumento de batalha, mas incondicionalmente frágil. E é aí que emerge uma relação eufórica entre a memória da resistência do cangaceiro com a resiliência de Heloísa Helena: a condição de sua sobrevivência, simbolicamente associada à concorrência do segundo turno, está imediatamente atrelada à sua origem sertaneja. É a história sertaneja que a torna capaz de exercer esforços colossais, de sobreviver e, quiçá, de subir uma ladeira rumo ao segundo turno das eleições. Assim, Heloísa conserva e renova suas forças na memória de resistência do sertão, afiando a lâmina de sua língua no brio do cangaço.

De maneira análoga, na Revista Veja, em matéria de página dupla dedicada à candidatura de Heloísa Helena às eleições presidenciais daquele ano, atribui-se sua condição de “*primeira mulher de expressão a concorrer à Presidência do Brasil*” a seu aspecto de “*arretada*”, de saber “*defender muito bem suas posições*” e do fato de que “*não nasceu homem capaz de dobrar essa menina*”. Como prova desse caráter, diz-se que

Em dezembro de 2003, Heloísa Helena tornou-se a primeira senadora expulsa do PT, depois de ter desafiado publicado o então poderoso

ministro José Dirceu, protestado em alto e bom som contra a indicação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central e desobedecido sistematicamente às orientações da sua bancada.

No Senado, onde está há oito anos, Heloísa Helena emenda um compromisso atrás do outro. Integra cinco comissões e faz pronunciamentos ou apartes em quase todas as sessões no plenário. Disciplinada, sabe de cor quase todo o regimento da Casa – que cita em detalhes sempre que resolve brigar pelo uso da palavra. “Não há presidente de mesa que consiga silenciá-la”, diz o senador Jefferson Peres (PDT). Seus discursos exaltados e invariavelmente pontuados por uma profusão de adjetivos loquazes (“putrefato”, por exemplo, é frequentemente usado para se referir ao Palácio do Planalto) são, muitas vezes, interrompidos pela tosse – Heloísa é asmática e a dificuldade de respiração lhe trouxe problemas nas cordas vocais.<sup>40</sup>

Nos trechos destacados, vê-se estabelecer uma rede de sentidos que associa o destaque e a expressão angariados por Heloísa Helena em sua carreira política trazidos à manchete ao volume de sua voz: o “*alto e bom som*” que caracteriza sua posição de protesto contra uma decisão de seus próprios aliados, seu desafio a poderosos e sua condição de desobediência repousam sob a memória do imaginário nordestino de mulher “*arretada*”, em posição de defesa frente às incansáveis investidas masculinas em direção de sua liberdade. De maneira análoga, “*não nasceu homem capaz de dobrar essa menina*” (em cuja formulação se opõe a maturidade do macho e a inocência da fêmea) encontra eco em “*não há presidente de mesa que consiga silenciá-la*”: aqui, “*capaz*” e “*consiga*” implica uma frustração, que, por sua vez, necessita de uma investida, de uma tentativa para ser forjada. Frustra-se exatamente porque se tenta dobrá-la e silenciá-la. Frente a esta ameaça, resta-lhe a palavra: fazer-se ouvida com pronunciamentos ou apartes em quase todas as sessões, brigar pelo uso da palavra, fazer discursos exaltados, em alto e bom som, com profusão de adjetivos loquazes... No entanto, se não há homem capaz de dobrá-la ou silenciá-la, é em seu próprio corpo que reside um inimigo capaz de traição: a tosse, símbolo da asma que lhe acomete e resulta, em última instância, em “*problemas nas cordas vocais*”. É em sua força que reside sua própria e única fraqueza. Daqui, dois efeitos de sentido distintos, mas complementares, podem emergir: o primeiro, mais ou menos disfórico, relativo à ideia de que a voz não acompanha a velocidade do verbo, ou seja, que os limites e capacidades de seu próprio corpo não abarcam as necessidades bélicas de seu espírito; o segundo, mais ou menos eufórico, associado ao imaginário de superação que se perfaz na necessidade de enfrentar a si mesma e as condições mais elementares de

---

<sup>40</sup> PEREIRA, C. Candidata arretada. Revista Veja, n. 1959, p. 69, 07 jun. 2006.

seu corpo (tal qual a respiração) para enfrentar um inimigo ainda maior do que aqueles que a rondam. Um desafio que pode ser associado a apunhalar um alvo com uma lâmina cuja empunhadura não lhe serve. De toda forma, vemos as maneiras de dizer ganharem força em suas representações à medida que figuram como o próprio nascedouro da força da candidata.

Vimos, até este ponto da exposição de nossas análises, como a maneira de dizer de Heloísa Helena é representada sob o signo da violência das armas, culminando na associação entre a agressividade e o alto volume de suas performances oratórias à ostentação perigosa de uma metralhadora ou de uma peixeira, remetendo à memória do movimento cangaceiro nordestino e, frequentemente, incorporando valores eufóricos de força e justiça. Na perspectiva que conduz este trabalho, o processo de ressignificação da peixeira como símbolo da língua de uma sertaneja traduz um discurso de resistência e, assim, representa a constante e consistente disputa ideológica pelo sentido das palavras e das coisas, mas, justamente devido ao caráter perene do embate, não seria capaz de conduzir a uma vitória ou derrota duradoura. Clóvis Britto (2016, p. 55) postula que “independentemente dos múltiplos conflitantes discursos que apresentem os cangaceiros heróis ou bandidos, é evidente que o cangaço consiste em um ‘evento crítico’, visto que é construído sob o signo da violência, da opressão, da insegurança, da seca, da morte”. A intervenção do autor é notável por sua constituição metadiscursiva: ao apontar para o fato, ou revestindo-o com um caráter de evidência, de que o discurso dominante sobre o cangaço compreende sentidos disfóricos, restitui-se-lhe o poder, esvaziando a própria força do conflito que os discursos de resistência impõem sobre aqueles em posição de poder. Os discursos dominantes, afinal, não se constituem como tais “independentemente” dos discursos conflitantes, mas sobretudo devido à existência destes últimos.

Evidentemente não por coincidência, o próprio conflito materializa-se também na própria representação apreciativa de Heloísa Helena quando em associação com o imaginário do cangaceiro de sua região natal, quase que como prova incontestada da natureza constitutiva da disputa como condição para a existência dos discursos de poder e de resistência. Na sequência, veremos dois exemplos emblemáticos desse conflito. Eis o primeiro deles:

Para não ter de cumprimentar o governador, Heloísa desceu do altar assim que a missa acabou e ficou no meio da multidão. O assédio era

tanto que ela mal conseguia andar nas ruas da cidade. Ganhou uma estátua do padre Cícero, feita de borracha, e outros apelidos: "cangaceira do bem" e "Maria Bonita do bem". De tantos beijos e abraços, a lente dos óculos da senadora, sem armação e já um pouco rachada, partiu ao meio, e ela teve de arranjar um jeito de colar para continuar a caminhada. Tida como um símbolo da esquerda mais radical no país, ela não definiu se irá fazer a estatização de alguma empresa que tenha sido privatizada em governos passados, uma das bandeiras de luta de seus apoiadores. "É uma especulação absolutamente indevida dizer o que fazer sem uma auditoria."<sup>41</sup>

Aqui, a determinação de "*cangaceira*" e "*Maria Bonita*" pelo adjunto "*do bem*" demonstra de maneira relativamente mais transparente a tentativa de ressignificação do imaginário dominante e conservador sobre os cangaceiros. A própria necessidade de determinação, contudo, remonta à existência dos dizeres infames que circundam a vida do cangaço e suas lutas. Com efeito, toda a formulação textual remete a este jogo entre a violência e a benevolência, a começar pela construção de uma dualidade entre a religiosidade e a suposta intenção por trás do abandono do local de adoração ("*para não ter de cumprimentar o governador*"). Para aqueles enunciatários que compartilham um regime de escuta mais conservador, pode-se veicular um sentido de contradição no que diz respeito à honra que a candidata demonstra, seletivamente, pelos ritos sociais: sob essas circunstâncias, Heloísa Helena respeitaria certas formalidades e desprezaria outras, celebraria certas cerimônias e desdenharia de outras, adoraria a Deus e depreciaria os homens. Também é interessante o efeito de sentido de súbita verticalidade que se constrói entre "*descer do altar*" e "*ficar no meio da multidão*", como se se removesse a mulher de um local de adoração e a transportasse para a possibilidade de irmanação. Essa possibilidade, no entanto, não é transportada do âmbito da potencialidade para o da realização, visto que, no meio da multidão, a própria Heloísa é elevada à condição de imagem adorada. Veja que Heloísa desce do altar, onde adorava a Deus, para o meio da multidão, onde era adorada. De maneira análoga, pode-se vislumbrar a produção de um efeito de sentido de "*assédio do bem*", na medida em que representações que podem ser interpretadas, em outros contextos, a partir do enfoque da força desmedida, da contenção violenta e do dano ("*assédio*", evidentemente, "*mal conseguir andar*", e "*partir ao meio*"), dialogam harmoniosamente com "*beijos e abraços*". Há, ainda, o estabelecimento

---

<sup>41</sup> FERNANDES, K. Poder: Heloísa diz que está no "encaço da majestade barbuda". Folha de São Paulo, 20 jul. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u80584.shtml>>. Acesso em 12 mar. 2021.

de um contraponto entre ser “*tida como um símbolo da esquerda mais radical do país*” e “*não definir*” resoluções para uma questão que constitui “*uma das bandeiras de luta de seus apoiadores*”, um apontamento que dialoga de maneira pertinente com a idealização do caráter propositivo dos sujeitos políticos em geral e, mais particularmente, de Heloísa Helena.

Por outro lado, discursos que associam a imagem de Heloísa Helena ao cangaço não apenas traduzem o esforço de ressignificação desse imaginário. Em circunstâncias distintas, é justamente o caráter violento e justiceiro do grupo que é invocado à cena quando se faz essa correspondência, reiterando o estigma que recai sobre o movimento social. No ano eleitoral, ao criticar o papel desempenhado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no estabelecimento e execução de sentenças para menores, mais especificamente no que diz respeito ao caso dos crimes sexuais cometidos por Roberto Aparecido Alvez Cardoso, vulgo Champinha, Danuza Leão convoca, em artigo para a *Folha*, o nome de Heloísa Helena, com contundente apelo à sua história sertaneja:

Vamos admitir: nossas leis são muito frouxas e precisam ser mudadas. Mas quem se habilita a mexer nessa caixa de marimbondos? Como esse crime toca mais profundamente as mulheres, sugiro à candidata cangaceira Heloísa Helena que, se eleita, decrete a castração sumária como castigo para esses monstros. Não acredito que um homem faça isso.<sup>42</sup>

Pode-se notar relevantes efeitos de sentido se conectando e fazendo emergir da fala de Danuza Leão uma poderosa rede de sentidos em que o cangaço parece se aliar à ideia que se tem acerca de justiça social. Em primeiro lugar, evidenciamos a já mencionada relação que se faz com a natureza “*cangaceira*”, em geral, de aplicar “*castigos*”, posição ideológica segundo a qual o cangaceiro se constitui como um justiceiro ou vingador violento. Mais particularmente voltada para a representação de Heloísa Helena, especifica-se a natureza desse imaginário como o advento da retaliação feminina sobre o homem, ou, mais especificamente, sobre aqueles homens que são definidos como “*monstros*”. A ênfase na distinção entre os gêneros se revela ainda mais produtiva para a análise uma vez que estabelece um equilíbrio entre a “*frouxidão*” das leis e a sensibilidade da candidata, que, em razão de seu sexo, estaria mais suscetível a ser tocada mais profundamente pelo tipo de crime abordado. Neste caso, de maneira

---

<sup>42</sup> LEÃO, D. Cotidiano: O admirável estatuto do menor. Folha de São Paulo, 23 jul. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2307200602.htm>>. Acesso em 12 mar. 2021.

interessante, a sensibilidade assume as formas de uma firmeza, já que migra do plano abstrato e instável das sensações para o terreno sólido das ações contundentes. Aqui, é justamente a sensibilidade feminina o fator agentivo da mudança. Mas não se trata de qualquer sensibilidade feminina, afinal, não era ela a única candidata mulher concorrendo às eleições naquele ano. Se a sensibilidade feminina oportuniza a sensibilidade que serve como motivo plausível para a pena sugerida, é seu histórico de cangaço que constitui o meio para efetivação da sentença. É a sensibilidade cangaceira que se propõe a mexer em caixas de marimbondos, símbolo de iminente perigo, em defesa dos direitos das mulheres à dignidade e à vida – ainda que a proposta enfatize a punição deles em detrimento da redenção delas.

Ainda que a própria sugestão de Danuza Leão se configure como uma violação dos direitos humanos, ela não é inteiramente despropositada. Não porque defendamos similar castigo ou porque pululem constantes reivindicações de tortura para criminosos nas mídias intituladas tradicionais, mas porque, em geral, a associação do cangaço à violência e à vingança são tão frequentes quanto aceitos e, em particular, a relação de Heloísa Helena com a radicalização e o extremismo também o são. A medida despertaria medo naqueles que cogitam se atrever à tamanha maldade, convocando à cena, mais uma vez, a ferocidade da candidata como um instrumento de controle social. O medo é, segundo os discursos sobre os quais nos debruçamos, a maior arma de Heloísa Helena. Sua capacidade de infligir constrangimentos e intimidações de toda sorte e causar medo são convocadas também nesta sequência discursiva, o que nos autoriza a propor um questionamento sobre a virilidade que é, histórica e ideologicamente, a condição de existência do masculino. O temor à Heloísa se materializa com base no horror à submissão, seja ela ideológica ou puramente física, à voz feminina. Assim, tanto o pavor que se atribui a Lula quanto o medo confessado por Motta também representam uma castração, não sumária, mas simbólica, exercida pelo fio da peixeira retórica de Heloísa Helena, à qual se atribui a ameaçadora capacidade de privar os corpos masculinos de seus símbolos de poder.

### **3.1.2. Histórico de guerrilheira: a voz imposta de Dilma**

De maneira consoante à ordem expositiva que construímos ao longo deste capítulo, a representação da postura política e da fala pública das demais candidatas à Presidência emerge diante de nós a partir do interior de uma rede de regularidades em

relação aos dizeres sobre a performance de Heloísa Helena, na medida em que continua a se fundar sobre as bases contrastantes da binaridade entre feminino e masculino no que tange aos discursos sobre Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), com particular e intensa regularidade quando se quer abordar suas pretensas inclinações de espírito à cólera, as quais dialogam, similarmente e com significativa frequência, com suas raízes militantes.

A economista mineira, de família de classe média alta, experimentou, ao longo de sua vida política, a brutalidade e a desumanidade da ditadura militar como resposta repressiva à sua atuação na luta armada de esquerda. Após os três anos de reclusão e torturas aos quais foi submetida pelas mãos dos militares da Operação Bandeirante (OBAN) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), reconstituiu sua vida no Rio Grande do Sul, onde deu continuidade à militância consolidando sua carreira política profissional. Após atuação expressiva no Ministério de Minas e Energia e na Casa Civil do governo Lula, Dilma foi escolhida pelo partido para concorrer às eleições presidenciais de 2010 e dar continuidade ao projeto progressista de seu antecessor e padrinho político. Eleita, cumpriu seu mandato e novamente honrou o compromisso que lhe foi atribuído pela vitória de sua candidatura à reeleição em 2014, até que fosse oficialmente deposta por um golpe parlamentar articulado entre os três poderes dois anos mais tarde. Tida como uma tecnocrata, a ela foi frequentemente atribuída a pecha de uma oradora especialmente mal articulada, muitas vezes vinculada ao reconhecimento de sua insípida experiência eleitoral, mas geralmente apontada como uma qualidade que lhe é essencial e, portanto, indelével. Nesta perspectiva, e talvez sobretudo, nos dizeres que circulam nas mídias brasileiras acerca de sua imagem, de sua performance oratória e sua postura política, há um relativo consenso no que diz respeito à produção de efeitos de sentido de dureza e agressividade, como dissemos, não raro associados aos estereótipos de virilidade. A primeira sequência discursiva alvo de nossos exercícios analíticos, extraída da *Revista Veja*, inaugura a possibilidade de constatação deste consenso ao associar as descrições e comentários feitos a respeito de Dilma ao universo tido como masculino:

Maria Alice [Setubal], a conselheira — e, segundo Walter Feldman, membro do grupo de “pensadores” de Marina — aponta vários problemas em Dilma. Entre eles, este: “O século 21 é o século do novo. Acho que a Dilma reproduz uma liderança masculina. A Dilma é aquela pessoa dura, que bate na mesa, que briga, que fala que ‘eu vou fazer, eu

vou acontecer, eu sei'. Isso é, no estereótipo, do coronelismo brasileiro, do político tradicional que vai resolver tudo sozinho".<sup>43</sup>

Veremos que, predominantemente, o fantasma do masculino assombra as representações da performance política de Dilma a partir dos dizeres de homens. Neste excerto, no entanto, o homem ao qual se atribui a autoria da coluna é autorizado, pelo par de aspas que, não despropositadamente, traz ao texto, a se eximir da responsabilidade pelos dizeres que a associam à virilidade, ao menos na superfície linguística. Ainda, é importante observar que, ao mesmo tempo, as aspas contribuem para produzir mais intenso efeito de credibilidade, justamente por indicar a emissão de uma opinião feminina sobre outra mulher. Desta forma, se comparados aos efeitos de sentido que se poderiam produzir a partir de uma opinião emitida com base em sua própria fala em primeira pessoa ou mesmo em discurso indireto, o discurso direto pode produzir, em favor de Azevedo, efeitos de sentido de menor hostilidade e agressividade, características cujos efeitos são reservados à representação da postura de Dilma e, quiçá, a depender da inscrição do interlocutor em determinada formação ideológica, à fala de Maria Alice. É, afinal, pela voz de Maria Alice que se “*aponta vários problemas*”, e não pela voz de Azevedo; pode-se então vislumbrar a projeção de uma espécie de hierarquia no que diz respeito à agressividade, dentro da qual Dilma figura no topo e Azevedo, na base mais inferior. Aqui, ele exerce, em verdade, um mero papel de mediador entre as duas mulheres, mas não um mediador de natureza pacificadora, senão um mediador que se constitui como tal por cumprir o papel de oportunizar um confronto ideológico. A rivalidade feminina opera, afinal, como uma das mais ferrenhas e sutis armas do patriarcado.

A sutileza desta ferramenta se revela à medida que, curiosamente, a intensa influência do opressivo patriarcalismo brasileiro sobre estes dizeres é veementemente rechaçada por aqueles que o produzem, atribuindo-a imediatamente àquela que é tema da semana na coluna de Azevedo. Ao concluir a crítica com uma referência ao “*coronelismo*”, tradição patriarcal brasileira de exercício autoritário de poder e que, no fio do discurso, ecoa os sentidos de “*liderança masculina*”, justificada pelos efeitos de agressividade emprestados de “*pessoa dura*”, “*bate na mesa*” e “*briga*”, aponta-se o dedo ao outro, atribuindo-lhe aquilo que não quer ver em si – fundamento de qualquer

---

<sup>43</sup> AZEVEDO, R. Uma fábula de Esopo recontada por Marina Silva: “A Socialista e a Banqueira”. Revista Veja, 22 ago. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/uma-fabula-de-esopo-recontada-por-marina-silva-a-socialista-e-a-banqueira/>>. Acesso em 10 abr. 2021.

juízo depreciativo. É, pois, justamente ao produzir efeitos de sentido de “Dilma é x” e “Dilma faz x” que se produzem também os efeitos de “Eu não sou x” e “Eu não faço x”. Assim se configuram os pares opostos tradicionais: tradicional::moderno:masculino::feminino:duro::suave.

Ainda na *Revista Veja*, nova sequência discursiva estabelece significativa relação de continuidade com a anterior, em uma rede parafrástica que reforça os sentidos da agressividade e do autoritarismo em detrimento da postura democrática que se deseja observar nas figuras políticas.

Eram quase 23h quando ela tomou o microfone e, em um tom quase ameaçador, começou a enumerar tudo o que garante que o Brasil pode perder se ela deixar o poder.<sup>44</sup>

Tal rede parafrástica retoma os verbos inseridos no campo semântico da violência (“*bater*” e “*brigar*”) a partir da escolha lexical de “*tomar*”, especialmente quando complementada com “*o microfone*” – que, pelos efeitos de sentido que produz, serve como hipônimo e símbolo da fala pública. “*Tomar o microfone*” funciona, afinal, como um índice da postura autoritária sobre os palanques, à medida que “*tomar*” dialoga com os sentidos de “*subtrair*” ou “*usurpar*”, revelando-se como metonímia de uma atitude política pouco idealizada e desejável em regimes democráticos. É particularmente importante apontar, ainda, em relação à escolha deste verbo, o fato de que seu uso coloca em evidência o outro – uma vez que, ao tomar, toma-se invariavelmente algo de alguém, mediante uso de força – animando a memória discursiva do confronto. Nesta lógica, Dilma fala porque o outro (um homem, diga-se) foi por ela despojado da fala. Tais efeitos disfóricos podem ser mais bem compreendidos se exercitarmos a possibilidade de paráfrases e substituírmos “*tomou o microfone*” por “*pegou o microfone*”, “*assumiu o microfone*” ou “*pediu o microfone*”, que poderiam produzir efeitos antagônicos, como os de desembaraço, de comedimento ou de modéstia.

A rede de sentidos disfóricos se acentua com o apontamento do avançado horário, pois, posto em relação às demais escolhas lexicais, equivale a dizer que, ainda que fosse tarde da noite, Dilma impôs seu turno de fala não apenas sobre aquele que perdeu a posse

---

<sup>44</sup> LIMA E SILVA, P. Em evento no Rio, Dilma é chamada de ‘presidenta Lula’. *Revista Veja*, 16 set. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/em-evento-no-rio-dilma-e-chamada-de-presidenta-lula/>>. Acesso em 10 abr. 2021.

do microfone, mas também sobre a audiência. Em favor dessa representação pejorativa também trabalha a formulação “*começou a enumerar*”, na medida em que pode indicar a previsão de um prolongamento excessivo de sua fala. O efeito de autoritarismo atribuído à fala de Dilma se reforça e permite explicitar por “*em um tom quase ameaçador*”, culminando em “*se ela deixar o poder*”, visto que é justamente o “*tom ameaçador*” que autoriza que se estendam a “*poder*” os efeitos de sentido disfóricos produzidos pelo item lexical “*tomar o microfone*”: a agressividade de Dilma, cujas manifestações em condição de fala pública já ensaiam uma postura antidemocrática, poderia culminar em uma ameaça concreta aos pilares da democracia que virtuosamente lhe conferiram o poder? Aqui, “*tomar o poder*” é a ameaça que se lhe vislumbra atribuir através da progressiva edificação de efeitos de sentido de agressividade e autoritarismo.

Os efeitos de sentido que emanam da imposição do turno de fala também se espelham na modulação vocal em outro trecho significativo para nossas análises. Veja:

[...] Dilma, com a voz imposta, ressaltou: “estamos aqui para dizer que eles não voltarão”. O tom beligerante também permaneceu em outros momentos. “Não fui eleita para colocar o País de joelhos, para acabar com a política industrial do País, para privatizar empresas públicas. Não fui eleita para varrer a corrupção para debaixo do tapete.”<sup>45</sup>

Aqui, “*a voz imposta*” estabelece uma relação de paráfrase com “*o tom beligerante*”, associando o alto volume e a baixa frequência da voz aos efeitos de sentido de ameaça e embate, reforçada pela oposição implícita entre “*eles*” e um elíptico “*nós*”. No jogo sintático, estabelecem-se campos adversários em que “[*nós*] estamos aqui”, ocupando um terreno para o qual “*eles*”, que estão “[*lá*], *não voltarão*”. Além disso, vale ressaltar que a modulação vocal descrita pelo jornal, ou seja, a maneira de dizer, redundava aquilo que é narrado como o que é dito: os “*espectros fantasmagóricos*” dialogam com “*a temática do medo*” numa rede de sentidos disfórica que remete o leitor ao imaginário do terror e da bravata.

O volume alto, sem tremor ou vacilação na voz, com modulações entoacionais bem marcadas para o ouvinte, é o que se poderia dizer, tecnicamente, da voz imposta ou impostada, emitida corretamente, com o maior aproveitamento possível da ressonância corporal, mas também remete, no campo do coloquialismo leigo, aos efeitos de sentido

---

<sup>45</sup> DECAT, E. Dilma: espectros fantasmagóricos não voltarão. O Estado de São Paulo, 24 mai. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-espectros-fantasmagoricos-nao-voltarao,1171159>>. Acesso em 02 set. 2021.

da imposição autoritária. Neste sentido, aqui descartam-se os efeitos de sentido de desenvoltura que poderiam ser produzidos pela representação de sua voz como “*imposta*” por duas vias: por um lado, a já mencionada retomada descritiva da “*voz imposta*” com “*tom beligerante*” e, por outro, a escolha lexical do adjetivo “*imposta*” em detrimento de “*impostada*”, cujo caráter especializado circunscreveria seus sentidos em um campo semântico técnico e, portanto, relativamente mais estável. Estamos diante, assim, de uma disputa de sentidos entre a impositação e a imposição, em que a imposição, que se pretende mais afeita à postura de Dilma, sai à frente.

Ao estabelecer relações de paráfrases entre distintas peças jornalísticas e com veículos de comunicação inscritos em distintas formações discursivas, inclinamo-nos a apontar uma produção ainda mais intensa de ênfase nos sentidos da imposição em detrimento da impositação, e que se torna particularmente notável na medida em que circula na *Folha*, veículo de comunicação tradicionalmente considerado como mais progressista.

**Anda logo** Dilma estava ansiosa para começar o discurso da vitória no domingo. Antes de subir ao palco, fazia gestos pedindo pressa ao locutor da festa petista.<sup>46</sup>

Ainda que o texto sugira a gentileza de um pedido, o subtítulo “*anda logo*” sinaliza para uma postura autoritária, principalmente quando se opõe sua posição oficial de autoridade à posição subalterna do “*locutor*” que não se nomeia. Ela gesticula para aquele que fala, mais uma vez impondo seu turno de fala através da “*pressa*”: seu tempo predomina sobre o tempo do outro e, sob a justificativa de sua condição íntima de “*ansiosa*”, possibilita-se a emergência de efeitos de sentido de arrogância. Tal sentido disfórico é também realçado pelo fato de que se trata de uma “*festa*”, contexto de iminente descontração, e, ainda, uma festa sem inimigos, já que “*petista*”. O fato de tratar-se de “*discurso da vitória*” também aponta para o despropósito do autoritarismo, visto que o contexto para o embate, para a hostilidade, qual seja, o das disputas eleitorais, já se teria encerrado.

---

<sup>46</sup> FRANCO, B. M. Juntar os cacos. *Folha de São Paulo*, 28 out. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/192824-painel.shtml>>. Acesso em 13 abr. 2021.

O caráter despropositadamente hostil da candidata figurará com ainda maior força quando se a põe à luz do carisma de seu padrinho político, Lula, e quando circula em veículo conservador:

“Lula é um facilitador, um conselheiro”, resumiu o governador reeleito do Sergipe, Marcelo Déda (PT). “A cara do governo será a da Dilma, que, aliás, é bem diferente: ela não tem barba e a voz nem de longe é a mesma”, brincou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que permanecerá na equipe.<sup>47</sup>

Neste trecho, a discrepância observada entre Dilma e seu antecessor se esclarece a partir da caracterização deste último como “*facilitador*” e “*conselheiro*”: se Dilma é “*bem diferente*”, uma diferença acentuada pela distância que se impõe entre eles por “*nem de longe*”, pode-se inferir que não demonstra traquejo nas relações interpessoais, apresentando-se como dificultadora ou agravadora, como insensata ou autoritária. Especialmente interessante são os dois pontos empregados após “*diferente*”, que parecem querer explicar o adjetivo. Neste contexto, é evidente que se pode querer tomar as palavras em seu sentido literal e simplesmente constatar o óbvio: Dilma não é Lula. Porém, os sentidos das palavras sempre se alastram em seu uso, como sabemos. Dilma não é Lula, mas, sobretudo, Dilma não é homem, diferenciação fundada sobre a constatação da ausência de “*barba*”, um dos caracteres sexuais distintivos que, por extensão, serve como artifício para desautorizá-la a apropriar-se tanto das qualidades expressas no texto quanto de seus possíveis antônimos. Além disso, a referência à sua voz também não parece ser destinada à literalidade; ao invés disso, na equivalente condição de uma marca sexual distintiva, transfigura-se em hipônimo da fala pública, daquilo que viabiliza, que oportuniza e que garante a caracterização eufórica de Lula. A crítica transmuta-se, portanto, de “Dilma não é Lula” para “Dilma não fala como Lula”. Assim, o homem seria essencialmente facilitador e conselheiro, enquanto a mulher, em razão de suas privações naturais, não pode sê-lo, e, sendo seu inverso, é despida de habilidades oratórias e de aptidões políticas. O elogio a Lula, portanto, equivale ao desprezo a Dilma.

---

<sup>47</sup> ROSA, V. Para evitar sombra, Lula promete ajuda discreta. O Estado de São Paulo, p. A4, 07 nov. 2010.

Para além das comparações, que lhe atribuem, ao menos na superfície da formulação linguística, características conjunturais e relativas, há em suas representações a produção de efeito de sentido de qualidade essencial no que diz respeito à força excessiva que chega aos ouvidos de seu eleitorado. A partir do trecho transcrito abaixo, é possível apreender essa dinâmica discursiva.

**Linha dura** Roberto Freire (PPS) brincou quando Dilma estourou o tempo em seu direito de resposta sobre a Petrobras: "Ela é autoritária até no uso do tempo".<sup>48</sup>

O excerto torna-se particularmente interessante quando pensado sob a ótica proposta neste subcapítulo, qual seja, a associação entre a representação do histórico e da origem pessoal de cada candidata e com a representação de seus desempenhos oratórios. Isso porque a retomada parafrástica de “*autoritária*” por “*linha dura*” no subtítulo pode produzir efeitos de hiperonímia ao recorrer à memória discursiva dos anos de chumbo brasileiros. Como se sabe, “*linha dura*” é um sintagma comumente mobilizado no universo político para designar, de maneira geral, movimentos, partidos e governos que adotam posturas consideradas radicais, especialmente no contexto de regimes autoritários, em oposição aos moderados. De maneira mais particular, no Brasil, o termo remete ao grupo radical que temia o retorno ao governo dos quadros políticos civis e defendiam a sustentação do regime militar, e especialmente às instituições que se valeram de violência dentro e fora dos porões para lutar contra a oposição ao governo militar.

Desta forma, ao se considerar não apenas o contexto histórico brasileiro, mas a trajetória política da Presidenta, que honrosa e reconhecidamente atuou no combate à autoridade opressiva dos militares, o uso de tal termo para caracterizar Dilma produz efeitos ainda mais violentamente disfóricos, uma vez que conduz ao questionamento de seu ímpeto revolucionário. Invocamos aqui a História para nos auxiliar a apreender os efeitos de sentido que emergem de tal designação:

A expressão “*linha dura*” não tem inicialmente o sentido de um grupo ou de uma facção para os oficiais que a reivindicam, mas de uma linha política de contornos incertos, de um “estado de espírito” e de uma determinada interpretação da “Revolução” de 31 de março de 1964. [...]. Originalmente, a “*linha dura*” era,

---

<sup>48</sup> FRANCO, B. B. O PT no divã. Folha de São Paulo, 29 set. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/188100-painel.shtml>>. Acesso em 13 abr. 2021.

portanto, apenas uma maneira de expressar certa oposição ao governo de Castelo Branco. Sua transformação em facção é, para os protagonistas, uma ferramenta de luta política. Para o poder, ela delimita as fronteiras de um adversário; para os contestadores, ela constrói a imagem de uma força organizada da qual cada oficial pode reivindicar o monopólio ou a direção. A oposição dos duros contra os moderados embrenhou-se profundamente no imaginário e na memória dos militares, mesmo que as características dos dois grupos variem em função de seus locutores. Duros, imponderados, fanáticos, autoritários ousados e tendendo à violência política, ou “revolucionários autênticos”; moderados legalistas, democratas e preparados para o poder de Estado, ou frouxos e traidores da causa.<sup>49</sup>

Sabe-se que o histórico de Dilma não condiz com o engajamento ao lado dos “linha dura” na prática, mas se produzem efeitos de sentido de que se alinharia, de fato, a este “estado de espírito”, ainda que faça distinta interpretação sobre a “Revolução” de 64. Afinal, se Dilma é autoritária, não pode ser moderada, restando-lhe apenas a alcunha de “linha dura”, da qual empresta os atributos histórica e apropriadamente conferidos à representação daqueles que a sevicaram: além de dura, imponderada, fanática, autoritária e tendendo à violência política. Forja-se, então, um equilíbrio entre opressor e oprimido, ao atribuir a ambos um caráter igualmente autoritário, remetendo à emblemática disputa de sentidos ao redor do radicalismo político. Ao mesmo tempo, ao designá-la como “linha dura” e estabelecer relação de contraposição entre o autoritário e o libertário, esvazia-se de efeitos de verdade seu discurso em defesa da democracia, negando-lhe, assim, uma possibilidade de identificação de sua condição de “revolucionária autêntica”.

No que toca especialmente às aspas atribuídas a Freire na matéria veiculada pela *Folha*, salta aos olhos o uso de “até”, que, como um advérbio de inclusão, tende a ser mobilizado para marcar o pertencimento de um item a um conjunto mais amplo, que se constitui como tal justamente pela adição de outros itens, estes implícitos. Desta forma, dizer que Dilma “*é autoritária até no uso do tempo*” produz um efeito de sentido de que Dilma é autoritária *não apenas* com o uso do tempo. Além disso, tal efeito de inclusão, justamente pelo caráter implícito do conjunto que projeta, produz um efeito de consenso, como se se construísse um já-dado segundo o qual “todos sabem que Dilma é autoritária”. A mera particularidade do “*uso do tempo*” é que irrompe aqui como um novo dado, somado ao implícito em favor de um efeito enfático.

---

<sup>49</sup> CHIRIO, 2011, p. 2-3.

O uso do tempo, no que diz respeito à fala pública, pode ser entendido como equivalente à apreciação de quando falar, um efeito de sentido coerente com as sequências discursivas anteriormente analisadas a seu respeito<sup>50</sup>. Com efeito, *quando falar* integra uma tricotomia que já emergiu de resultados de análises em trabalhos anteriores e, aqui, mais uma vez, será construída com mais intenso detalhamento nas seções seguintes. Com base nas demais partes desta tríade, que também vimos se construir ao longo de nossos trabalhos com os discursos sobre as demais candidatas, a saber, *o que falar e como falar*, pode-se supor que os sentidos de evidência que emergem de “*até*” indicam que Dilma é autoritária no uso do tempo, mas também no que diz e na maneira de dizer.

Sabemos que o teor de um discurso pode ser agressivo e autoritário, mas é possível ser autoritária apenas pela voz? Defendemos, aqui, que os modos de dizer podem não apenas redundar e enfatizar o dito, mas também sobrepor-se ou contrapor-se ao dito. A fim de fomentar essa hipótese, é conveniente resgatar, a título de ilustração, um artigo de Reinaldo Polito, publicado em plataforma do Grupo Folha, em que o autor, professor especializado em oratória, apresenta diretrizes para que Dilma aprimore suas habilidades de fala pública: no texto, referências bastante explícitas à voz de Dilma construída através de termos atribuídos tradicionalmente aos campos semânticos da sensibilidade feminina e da virilidade:

#### A voz de Dilma

Qual o problema com a sonoridade? A voz de Dilma é estridente, áspera e, em algumas vezes, demonstra agressividade. A impressão que passa em determinados momentos é que está dando ordens. Essa característica vocal pode afastar as pessoas ou criar resistências desnecessárias.

Como melhorar? Com exercícios simples de respiração e ressonância, um fonoaudiólogo deixaria a voz dela menos estridente e dura. Embora não seja da sua personalidade, seria possível tomar a voz mais suave, aveludada e, porque não dizer, sedutora.<sup>51</sup>

O adjetivo “*estridente*”, aqui, destaca-se no que diz respeito à possibilidade de se referir a um nível de frequência muito alto, que pode ser intensificado com altos volumes e causar a impressão de ruído, e ainda ao timbre, que permite a identificação da fonte sonora de sons emitidos na mesma frequência. Os estudos

---

<sup>50</sup> Cf. Casanova, 2018.

<sup>51</sup> POLITO, R. O que Dilma poderia fazer para melhorar sua oratória. UOL, 21 nov. 2014. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2017/11/21/o-que-dilma-poderia-fazer-para-melhorar-sua-oratoria.htm>>. Acesso em 02 fev. 2021.

biológicos nos ensinam que é frequentemente mais comum que as mulheres emitam sons mais agudos através da voz quando comparados àqueles emitidos por homens<sup>52</sup>, contraste que se atribui às diferenças fisiológicas entre os dois sexos. Entretanto, numa perspectiva que se caracteriza a partir de uma clivagem de ordem distinta, pode-se atribuir essas distintas modulações vocais a uma clivagem ainda mais interessante do que a mera divisão entre sexos: os estigmas imputados às gestualidades vocais feminina e masculina. Seja por natureza ou por contingência, a voz de Dilma não agrada justamente pelas características tipicamente masculinas que lhe são atribuídas em função de sua representação.

Segundo Karpf (2008), as diferenças entre as percepções auditivas das vozes masculina e feminina não se permitem explicar unicamente pelas modificações físicas que são impostas diferentemente a homens e mulheres pela puberdade, o que equivale a dizer que as desproporções fisiológicas entre os aparelhos fonadores de um e de outro não são absolutamente determinantes da produção sonora que lhes é particular. Com efeito, “muito do nosso comportamento não-verbal, longe de ser natural, é projetado para reforçar e acentuar as diferenças sexuais em vez de simplesmente refleti-las.” (KARPF, 2008, p. 261 [tradução nossa])<sup>53</sup>. Um exemplo conveniente é o fato de que

Os códigos sociais permeiam nossos corpos tão profundamente que os homens respiram mais com o abdômen (resultando na característica ‘risada gorda’ que vem da barriga). Um fonoaudiólogo ensinando seus clientes transexuais – mulheres trans – a falar com uma voz masculina de peito produz um

---

<sup>52</sup> “Em algumas espécies de quadrúmanos existe uma grande diferença entre machos e fêmeas adultos, relacionada com o timbre e a intensidade da voz, e com o desenvolvimento dos órgãos vocais. O homem parece ter herdado de seus ancestrais essa diferença. Em comparação com as cordas vocais de mulheres e das crianças, as do homem adulto são cerca de um terço mais compridas.” (DARWIN, ([1871] 2004, p. 464-465 apud PIOVEZANI, 2016a, p. 89), e

“*Les cordes vocales des femmes accomplissent ainsi chaque jour plus d’un million de cycles oscillatoires, par rapport à un demi-million pour celles des hommes. La hauteur moyenne de la voix masculine est de 120 Hz, contre 225 Hz pour la voix féminine; la voix des hommes est généralement plus basse parce que les changements physiologiques de la puberté entraînent le développement de leur larynx ainsi qu’un épaissement et un allongement de leur cordes vocales. La puberté affecte la voix des deux sexes, mais le larynx des garçons grossit d’un centimètre environ pour former la pomme d’Adam tandis que les cordes vocales des filles ne s’allongent que de 3 à 4 millimètres; la voix parlée des garçons peut diminuer d’une octave, contre un tiers ou une demioctave pour celle des filles. La voix des garçons subit donc des changements beaucoup spectaculaires, une mue parfois soudaine – un changement involontaire de timbre et de qualité dû aux sécrétions de testostérone, d’où une croissance rapide du larynx qui crée des problèmes de coordination temporaires. La voix qui mue est devenue l’emblème de la puberté masculine.*” (KARPF, 2008, p. 259-261)

<sup>53</sup> “*une bonne partie de notre comportement non verbal, loin d’être naturel, est conçu pour renforcer et accentuer les différences sexuelles au lieu de simplement les refléter.*”

indesejável efeito de ‘buzina de nevoeiro’. Isso os ajuda a reproduzir o som ‘mais leve’ que emana das cavidades menores do corpo das mulheres – a parte superior da caixa vocal, por exemplo, ao redor da garganta e da cabeça.<sup>54</sup> (KARPF, 2008, p. 262, tradução nossa)

A partir dessa observação de Karpf, torna-se ainda mais relevante observar que, na perspectiva de Polito, em tese, um especialista no campo da oratória e da fala pública, a solução para a estridência detectada na voz de Dilma reste em “*exercícios de respiração*” recomendados por um “*fonoaudiólogo*”: a produção de sons vocais que se refletisse pelos movimentos abdominais de respiração – como o fazem mais tradicionalmente os homens – resolveria o problema atribuído à alta frequência de sua voz. Dilma não seria a primeira a se submeter a tal tratamento: Margareth Thatcher, dentre outras figuras políticas femininas, passou por treinamento profissional de voz de modo a regular sua frequência e altura em pronunciamentos públicos.

Se, de maneira absoluta, a voz de Dilma não pode ser excessivamente feminina, de maneira conjuntural, pois “*em algumas vezes*”, também não pode se apropriar daqueles traços mais frequentemente atribuídos aos homens e que compõem um efeito de sentido de agressividade e energia viril, visto que essa ausência de suavidade não é tida como “*sedutora*” – um traço que igual e frequentemente às mulheres é forçado e condenado e que dialoga tão intimamente com as noções de carisma consideradas por nosso trabalho. Diante desses efeitos de sentido, resta-nos o impulso às questões, na esteira de Karpf, acerca da natureza das diferenças vocais atribuídas aos diferentes gêneros: teriam os homens e as mulheres aprendido a contrastar suas gestualidades vocais essencialmente com base nas convenções e na educação, ou teria a biologia se encarregado de lhes oferecer vozes diferentes, às quais a cultura se incumbiu de conferir valores – mais particularmente, e com ainda maior intensidade no que diz respeito ao campo político, a partir de um viés favorável a um e desfavorável a outro?

E mais: em uma perspectiva mais restrita e particular, teria Dilma aprendido a modular sua voz em função da tentativa de apagar os rastros de feminilidade que tradicionalmente lhe inculcava a pecha de frágil, historicamente atribuída às mulheres que

---

<sup>54</sup> “*Les codes sociaux imprègnent si profondément notre corps que les hommes respirent davantage avec l’abdomen (avec pour résultat le caractéristique “rire gras” qui vient du ventre. Un phoniatre apprend à ses clientes transsexuels – des hommes devenus femmes – à parler avec une voix de poitrine des hommes produit un indésirable effet de “corne de brume”. Cela les aide à reproduire le son “plus léger” qui émane des cavités corporelles plus petites des femmes – la partie supérieure de la boîte vocale, par exemple, autor de la gorge et de la tête.*”

se desejava, no máximo, fazer ver, e não ouvir? Particularmente, teria esta aprendizagem sido originada no seio do afã revolucionário que caracteriza sua trajetória política, tão necessariamente avesso às fragilidades? Não despropositadamente, também esta relação se encontra construída através das representações midiáticas a respeito de sua gestualidade vocal.

O histórico da guerrilheira urbana registra mais codinomes que tiroteios. Entre meados de 1967 e janeiro de 1971, a mineira Dilma Vana Rousseff Linhares foi Estela, Vanda, Patrícia e Luiza. Nenhuma participou diretamente de ações armadas. Dilma aprendeu a montar e desmontar uma arma, mas jamais apertou um gatilho fora da aula. “Ela não era uma figura de muito destaque”, disse Carlos Minc, que também se filiou à VAR-Palmares. A sinceridade não pegou bem: Dilma acha que fica melhor no retrato com um trabuco na mão.

“Não gosto de falar sobre isso”, diz com voz inconvincente quando ouve perguntas sobre os velhos tempos. Não há nenhum relato épico a fazer. Num filme inspirado no assalto ao cofre do governador Adhemar de Barros, por exemplo, a atriz escalada para o papel de Dilma jogaria no time dos coadjuvantes. Segundo relatórios da polícia, coube-lhe administrar a distribuição de dinheiro, providenciar esconderijos e comprar um Fusca. Dilma só admite a aquisição do carro. O tom de voz insinua que fez coisas de que até Deus duvida.<sup>55</sup>

Na sequência discursiva em questão, põe-se em xeque a veracidade do amplamente divulgado passado de Dilma. Na verdade, não se contesta “*o histórico de guerrilheira urbana*”, designação que produz o efeito de uma evidência; o questionamento vai ao encontro do teor prático deste histórico. A listagem dos vários “*codinomes*” registrados, em contraste com a ausência construída pela negativa associada às “*ações armadas*”, atribui ao histórico um efeito de sentido de artificialidade e falsificação.

Em contrapartida, atribui-se “*sinceridade*” à palavra do homem, sob a pena do julgamento condenatório de Dilma, que “*acha que fica melhor no retrato com um trabuco na mão*”. Com efeito, o locutor é quem atribui tal opinião à Dilma, sem aspas ou discurso direto. Então, como se oferecem provas de que Dilma realmente pensa desta forma? Através da representação de sua voz construída através da produção de monofonia, sob o signo da evidência incontestável, como se faz com “*voz inconvincente*”. Quais são os índices prosódicos que caracterizam sua gestualidade vocal como inconvincente? Não há referências claras ou especializadas a este respeito. De maneira análoga, ao admitir como

---

<sup>55</sup> NUNES, A. Radiografia de uma fraude (1): A guerrilheira. Revista Veja, 13 mai. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/radiografia-de-uma-fraude-1-a-guerrilheira/>>. Acesso em 12 abr. 2021.

verdade parte das descrições do relatório da polícia, diz haver uma insinuação vocal a respeito de uma possibilidade de inverdade. É pela voz que se julga sua franqueza, ainda que se não represente as modulações consideradas como tais.

Fato é que Dilma pode não ter violento histórico de guerrilheira, e esta hipótese, por não se poder comprovar (posto que é colocada em dúvida sem confirmações), importa menos do que observar o fato (aqui construído como tal pela produção de efeitos de evidência) de que gosta de usar a voz para fazer circular efeito de sentido de que tem. À voz, assim, se atribui a capacidade de forjar uma realidade. É justamente pela voz que se erige a guerrilheira, e não pela história. O real trabuco de Dilma é sua voz.

### **3.1.3. Resistência selvagem: a fúria bondosa de Marina Silva**

Por outro lado, há uma diferenciação basilar na representação da performance oratória de Marina em relação às demais candidatas, sobretudo no que diz respeito aos índices vocais e gestuais tradicionalmente associados à agressividade. Também associadas à sua trajetória pessoal, bem como vimos resultar dos exercícios analíticos que focalizavam Heloísa Helena e Dilma Rousseff, são justamente as maneiras de representar sua ira que singularizam sua fala pública, mais particularmente quando posta em relação à qualidade e às modulações de sua voz e os efeitos de sentido que animam, estes, frequente e intensamente margeados por dizeres que retomam, de maneira significativamente mais contumaz, a ideia de emotividade, que, por sua vez, figura em um quadro dinâmico e volátil. De fato, a partir desses discursos se confirma a capacidade da voz de forjar as mais distintas realidades.

Nascida em um seringal no Acre, Marina ali trabalhou a partir dos 10 anos de idade, tendo contraído variados problemas de saúde decorrentes da falta de infraestrutura no local onde vivia e trabalhava, tais como malária, leishmaniose e hepatite. Alfabetizou-se já na adolescência e liderou, ao lado de Chico Mendes, o movimento sindical dos seringueiros, posteriormente ajudando na fundação da Central Única de Trabalhadores do Acre. Já graduada em História, assumiu o cargo de vereadora em Rio Branco em 1988, foi eleita deputada estadual em 1990 e, em 1994, foi eleita a senadora mais jovem da história do Brasil. A notável trajetória a conduziu ao cargo de Ministra do Meio Ambiente no Governo Lula, em 2003, até que deixasse o Partido dos Trabalhadores em 2009. Então filiada ao Partido Verde, Marina concorreu à Presidência da República em 2010, tendo

repetido a tentativa em 2014 pelo Partido Socialista Brasileiro e, em 2018, pela Rede Sustentabilidade, fundado por ela própria três anos antes.

Ao longo deste capítulo, veremos que os sentidos de fúria, raiva e ira perfazem uma sistemática regularidade no quadro de discursos sobre a fala pública das candidatas em questão. O conjunto dos resultados das análises, no entanto, devem justamente apontar para uma característica que singulariza Marina Silva em relação às demais, característica esta que se origina exatamente na representação de seu corpo e de sua voz, a começar pelos dizeres a partir dos quais circulam efeitos de sentido de fúria. Vejamos como a construção dessa singularidade começa a se desenhar a partir dos dizeres a seu respeito veiculados pela Folha:

Já Marina Silva (PV) segue fervendo com algum tipo de raiva entusiasmada sobre algumas questões. Você consegue ver a irritação não só transbordando em seu rosto, como também no tom de sua voz e nas gesticulações. Vi alguns sorrisos, mas os achei fora de lugar. No final, tive a impressão de que ela estava mais satisfeita de estar no meio de um processo político e não cuidando das questões levantadas.<sup>56</sup>

Aqui, mais uma vez, os efeitos de sentido de agressividade se erigem a partir da mobilização da estratégia de produção de monofonia: em “*você consegue ver a irritação*”, “*você*” equivale a “*todos*”, e essa generalização, associada ao tempo verbal presente, assume contornos de universalização, possibilitando a emergência de um efeito de evidência. Neste ínterim, a conjunção coordenativa aditiva “*não só... como também*” anuncia a raiva no rosto como um possível já-dado, como se a manifestação deste sentimento nas expressões faciais fosse já efetivamente esperada e naturalizada. A expressão, no entanto, extrapola a mera função aditiva, na medida em que o valor diferencial que lhe é atribuído se produz pela intensidade construída por “*como também*”, que, por sua vez, anuncia um dado além do esperado, qual seja, a raiva também se manifesta no tom de voz e na gesticulação. Desta feita, “*não só, como também*” imita em nível sintático os sentidos do verbo “*transbordar*”, uma vez que, causado pelo excesso de irritação, o transbordamento conduz sua fúria do rosto para o resto do corpo e para a voz. Aliás, os sentidos deste excesso, associados ao “*transbordar*” (que recorre aos sentidos

---

<sup>56</sup> MATSUMOTO, D. Dilma evolui no debate. Folha de São Paulo, 03 out. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0310201072.htm>>. Acesso em 09 abr. 2021.

de um direcionamento específico do interior para o exterior, forçado por um excesso), produzem um efeito de que sua expressão trata-se de um impulso íntimo que não se pode conter ou disfarçar, ou seja, traduz-se em um descontrole sobre a performance oratória.

Tal descontrole não seria circunstancial, mas essencial, como indicado pelo “segue fervendo”, construção verbal que admite os sentidos de uma continuidade temporal (passado, presente e futuro). Desta forma, a raiva de Marina assume contornos de naturalidade, como uma qualidade que lhe é constitutiva e não meramente acessória - de tão natural, os sorrisos são fora de lugar pois, no rosto, caberia apenas a raiva transbordante.

Para este efeito de sentido contribui também a qualidade de “*entusiasmada*”. O aparente paradoxo do sintagma “*raiva entusiasmada*” constrói o efeito de que a candidata é estimulada e animada pelo sentimento da raiva. Vale mencionar que, na Antiguidade, o termo entusiasmo servia à definição da exaltação ou do arrebatamento extraordinário produzido pela inspiração divina, isto é, o entusiasta era a pessoa na condição singular de posseção por um ser divino. Neste caso, o ser divino que a entusiasma é o processo político, e a manifestação deste entusiasmo é a raiva, materializada em seu rosto, em seu corpo e em sua voz, em uma expressão total do organismo.

A satisfação de participar do processo político (que compartilha os sentidos de eleição, disputa, combate) – o que produziria nela tal arrebatamento sob inspiração divina - também reforça o sentido de naturalidade de sua raiva, uma vez que não produz prazer, mas raiva. Ou a raiva é tomada por seu prazer. E é justamente esta raiva que a incapacitaria de cuidar das questões levantadas devido aos índices de descontrole, que refletem sobremaneira uma incapacidade reflexiva racional, o oposto do impulso político ideal.

Importa também demarcar os efeitos de sentido de “*ferver*”, que remonta aos sentidos de calor. Neste sentido, a representação de Marina Silva se aproxima mais dos discursos sobre a “pimentinha” Heloísa Helena do que daqueles sobre a frieza tecnocrata de Dilma. Não seria a primeira vez que os sentidos do fogo seriam utilizados para depreciar a presença das mulheres no espaço público, às maneiras das imponentes fogueiras da Inquisição. Com efeito, essa associação se coaduna com o saber médico-filosófico que incide sobre o corpo feminino pensado como um corpo inferior ao corpo

do homem, uma vez que, por um longo período da história ocidental, se pensou haver apenas um sexo, o masculino, do qual o feminino derivaria como uma mimesis imperfeita, fleumático demais para se igualar ao modelo sublime do corpo masculino. A mulher histórica, aliás, é concebida no seio desses discursos, a partir dos quais se atribuem transtornos psicológicos a um superaquecimento do corpo feminino, que, por ser incompatível com a alta temperatura, geraria um mau funcionamento da cabeça. Esta relação entre flama e fleuma se estende sobremaneira para o campo da fala pública, de modo que a palavra é percebida como masculina e a eloquência, como viril; a oratória resta, assim, como arte forjada a partir de força bruta e quente. Se, por ventura, as mulheres se apoderassem dessa arte, certamente manifestariam, de certo modo, a debilidade constitutiva do seu corpo: a eloquência transfigurada pelos “gritos” e “berros agudos” das históricas<sup>57</sup>. Marina, assim como Heloísa e muitas outras, teria regularmente seu desempenho de fala pública associado ao potencial destruidor de uma sua manipulação ignóbil do fogo. Artigo da *Veja* já fazia esta associação:

Não são os adversários que estão tentando criar confusão. Se já há alguns focos de incêndio, quem põe fogo na mata é mesmo... Marina. (...)

Com menos de uma semana de acordo, já partiu para cima de Caiado, a quem nesta terça de “inimigo histórico dos trabalhadores rurais”. Indagada como seria uma eventual coligação entre DEM e PSB em Goiás, praticamente chutou o outro. Em entrevista à Folha, a redista afirmou que que ela própria e Caiado são tão coerentes que, se a aliança prosperar, “ele mesmo vai pedir para sair, se é que não está pedindo”. Como se vê, Marina pode, de vez em quando, adotar a linguagem do Capitão Nascimento.

Foi uma agressão gratuita. (...)

Não conheço o deputado Caiado, nunca falei com ele e já divergi de suas opiniões aqui algumas vezes. O ataque gratuito que lhe desferiu Marina, com aquele seu jeito etéreo de entidade celestial, é inaceitável e denuncia mais problemas do que Campos possa supor. Isso nada tem a ver com os adversários, governador! Marina é que precisa aprender a controlar a sua fúria certamente bondosa...<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> JAMIESON, 1988, p. 45.

<sup>58</sup> AZEVEDO, R. A “fúria bondosa” de Marina já começa a fazer barulho na aliança; Campos diz que é coisa de adversários; os fatos demonstram que não. Revista *Veja*, 09 out. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-furia-bondosa-de-marina-ja-comeca-a-fazer-barulho-na-alianca-campos-diz-que-e-coisa-de-adversarios-os-fatos-demonstram-que-nao/>>. Acesso em 03 abr. 2021.

A associação com o calor do fogo é interessante para as análises, à primeira vista, por estabelecer um contraponto entre a capacidade de destruição e a iniciativa de criação, um contraste irônico que se reflete também na expressão “*põe fogo na mata*”, visto que, ao colocá-la em relação a Marina, retoma suas origens de maneira sarcástica e pejorativa, oportunizando, inclusive, a produção de efeitos de sentido de desconfiança em relação a seus princípios, valores e ideias, reforçados também pelas reticências que antecedem seu nome, que sugerem os efeitos de uma surpresa.

O tom sarcástico ecoa ainda em “*linguagem do Capitão Nascimento*”, a quem o imaginário popular atribui o sintagma “*pedir pra sair*”, mas não apenas isso: com ele Marina compartilharia também a representação de uma personagem dura, agressiva e violenta, efeito de sentido reforçado por “*partir para cima*” e “*chutar*”, trechos sobre os quais recaem uma ênfase associada ao efeito de notável proatividade (“*com menos de uma semana de acordo, já...*”: a breve extensão de tempo revela um impulso adiantado). Também não se pode ignorar a contraposição estabelecida entre “*acordo*” e “*agressão*”, da qual emerge um efeito de ênfase sobre a desconfiança construída no parágrafo anterior em relação ao contraste entre “*criar*” (ideal) e “*destruir*” (real). Permite-se, assim, que à Marina se associem os sentidos de violenta contradição.

Por sua vez, “*de vez em quando*” pressupõe uma quebra em certa constância e regularidade, que será esclarecida mais adiante: o “*jeito etéreo de entidade celestial*” é determinado como “*seu*”, uma construção que viabiliza a produção de efeitos de peculiaridade que lhe é própria. A adoção da linguagem violenta, neste contexto, seria uma espécie de momento de revelação de uma personalidade mais íntima, quiçá mais verdadeira, como que concebida no seio de um ato falho. Assim se justifica a insistência na ironia que determina sua fúria como bondosa. E a progressiva edificação destes contrastes suspeitos culmina na necessidade de um alerta que gera um redirecionamento em seus dizeres, que, por sua vez, deixam de ser dirigidos a um público geral e evocam diretamente Eduardo Campos no intuito de alertá-lo sobre a necessidade de Marina “*aprender a controlar*” suas manifestações de fúria. No entanto, ainda que se conteste a naturalidade dos atributos eufóricos associados a esta fúria, a desconfiança não pode ser construída passando ao largo de sua própria reafirmação. Afinal, o enunciador, para desconstruí-la, não deixa de reafirmar a imagem bondosa que se atribui a seu desejo

próprio, o que imprime em sua ira uma qualidade daquilo que é extraordinário, pelo menos em relação às demais candidatas aqui consideradas.

Com efeito, o caráter extraordinário de sua raiva não se constrói apenas de maneira absoluta, ao redor de si mesma, mas também relativa. Se comparada com as representações das candidatas analisadas até este ponto de nosso trabalho, torna-se notável que a raiva de Marina é frequentemente representada como elevada, justificada por motivo e histórico honroso e, se sua agressividade é capaz de gerar desconfiança, a associação de sua ira com efeitos de emotividade e sentimentalismo funciona como prova que atesta sua espontaneidade e decorrente franqueza, ainda que estes atributos nem sempre desfrutem de apreciações eufóricas.

Na semana passada, durante um jantar na casa do empresário João Doria Jr., a coluna consultou Marina sobre a história que Lula conta. A primeira reação dela foi de indignação: "Eu não acredito que o presidente Lula está contando essa história porque ela não é verdadeira".

Pouco depois, voltou ao tema, elevando o tom de voz: "As pessoas me perguntam e eu sempre digo: o que tinha que falar do Lula, falei quando saí do governo. As minhas razões foram expostas naquele momento. Falar de conversas reservadas que tivemos quando estávamos no mesmo projeto, eu não falo. Porque isso seria uma completa falta de ética". A assessoria de Lula não comenta.<sup>59</sup>

Aqui, "*eleva o tom de voz*" corresponde a uma equivalente elevação no nível de "*indignação*" mencionado anteriormente. Essa gradação oportuniza a produção de efeitos de constatação de uma postura espontânea que encontra seu ápice na manifestação impulsiva e descontrolada da voz (sentidos que são forjados na relação com "*pouco depois*", que sugere que não se resignou e, mesmo sem ser consultada novamente, rapidamente torna ao tema por iniciativa própria). Outra razão para a elevação do volume de voz são seus motivos pessoais, que aparecem edificados sob a égide da ética, que ela parece pretender estender do campo do individual para o coletivo, ao constatar a falta de virtude do outro.

---

<sup>59</sup> BERGAMO, M. Lula, Marina e o dia em que Deus entrou no meio. Folha de São Paulo, 05 mai. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/164374-monica-bergamo.shtml>>. Acesso em 13 out. 2020.

Note-se que, arrebatada por uma surpresa, por “*primeira reação*”, Marina se indigna e “*não acredita*” – uma negativa que possibilita a emergência de uma tentativa de recusar a raiva. Ademais, a convivência de duas negativas em sua resposta (“*não acredito*” e “*não é verdade*”) produz um efeito de sentido de inclinação pessoal e íntima à medida que Marina não diz que não acredita na história, mas no fato de Lula a estar contando, ou seja, a indignação não é direcionada à objetividade dos fatos mas ao aspecto subjetivo destes. Por outro lado, no impulso, por ação própria ao invés de por “*reação*”, fala alto para dizer que “*não fala*” em razão de sua nobre ética. Da mesma forma, “*isso seria*” na verdade indica que “*isso é*”, posto que está feito, não de sua parte, mas de outrem – o que produz efeitos de uma crítica velada, de uma agressividade disfarçada, quiçá uma “*fúria bondosa*”, que reina em face de uma ausência de autocontrole.

De maneira similar, produz-se efeito de sentido análogo para representar sua performance oratória em contexto de confronto direto. Diferencial notável é que o contexto de confronto não é natural, mas artificial: em palanques e em programas televisionados, a audiência é o povo eleitor, diferentemente dos debates, em que se fala, na maior parte do tempo, diretamente a seus adversários. Tal deslocamento contextual empresta ênfase à sua disposição para a agressividade. Também não se pode ignorar o fato de que dois veículos de comunicação, a priori alinhados a formações discursivas antagônicas, tenham produzido e feito circular peças superficialmente tão similares.

Na noite de 12 de setembro, um dia antes de completar um mês da trágica morte de seu companheiro de chapa Eduardo Campos, Marina Silva deixou uma marca importante em sua campanha para a Presidência da República. Foi nesse dia que ela subiu em um palanque montado na Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza, e fez um de seus discursos mais emocionantes. Naquele dia, Marina conseguiu deixar de lado a imagem de mulher frágil e, com olhos marejados e voz embargada, deu uma pancada na presidente-candidata Dilma Rousseff (PT). Na época, Marina estava irritada com boatos espalhados pela máquina de propaganda petista de que ela acabaria com o Bolsa Família se eleita. Do alto de um palanque, dedo em riste, Marina disparou: “Dilma, fique ciente! Eu não vou lhe combater com as suas armas. Eu vou lhe combater com a nossa verdade, com o nosso respeito e com as nossas propostas. Eu ofereço a outra face (...) Nós vamos manter o Bolsa Família. Sabe por quê? Eu nasci no Seringal Bagaço. Eu sei o que é passar fome”, discursou.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> FERNANDES, T. Os 45 dias que levaram Marina Silva às urnas. Revista Veja, 05 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/os-45-dias-que-levaram-marina-silva-as-urnas/>>. Acesso em 09 abr. 2021.

Como vimos anteriormente, aqui, novamente, efeitos de sentido aparentemente antagônicos são harmonizados na representação de sua fala. “*emocionante*”, “*voz embargada*” e “*olhos marejados*” se opõem sobremaneira aos efeitos de “*dar uma pancada*”, “*irritada*”, “*disparar*” e “*combater*”, apenas para citar alguns exemplos. Desta forma, sua irritação não produz um efeito de agressividade, senão aquele de emotividade. Aliás, note-se, Marina não usa armas, as quais reserva à sua rival; seu combate seria travado com “*verdade*”, “*respeito*” e “*propostas*”. A conjunção destes enunciados se reflete na convocação da memória discursiva religiosa cristã, da qual empresta a resignação e a bondade de Cristo. Do interior deste campo semântico, oportuniza-se a construção de uma imagem de elevação e superioridade, enfatizada por trechos como “*subir no palanque*” e “*do alto de um palanque*”.

O pronunciamento que deixa uma marca importante em sua campanha é aquele em que a candidata conjuga a manifestação de sua irritação com a promoção de um tom emotivo, união forjada pela memória de suas origens. Os efeitos da elevação, especialmente associado ao resgate de suas raízes, materializados na menção ao Seringal Bagaço, conformam os sentidos mais amplos daquilo que é etéreo: concernente à natureza e, ao mesmo tempo, espiritualmente elevado, sublime. Suas origens, neste ínterim, a fazem uma mulher menos dura; em verdade, incorpora seus opostos: a fluidez, a volatilidade, a delicadeza, a pureza, enfim, sentidos que se opõem à agressividade e portanto a minimizam, e confrontam o bruto (como qualidade daquilo que se encontra em estado natural) com a brutalidade (como sinónimo de agressividade e violência). A equilibrada combinação destes aparentes opostos é retomada pelo aferido sucesso em deixar de lado a imagem de mulher frágil.

No programa de TV em que mais confrontou a rival Dilma Rousseff até agora, a candidata Marina Silva (PSB) se valeu de um tom emotivo para rebater acusações de que, se eleita, acabará com programas sociais do atual governo.

Na peça, antecipada pela Folha e que foi ao ar na noite de terça-feira (16), Marina afirma, com a voz embargada, que uma pessoa que, como ela, já passou fome na vida jamais acabará com o Bolsa Família.

O programa na TV é todo construído com base num discurso da candidata em Fortaleza, em 12 de setembro. No ato, em cima de um pequeno palanque, a presidenciável faz uma inflexão no tom normalmente ameno usado por ela.

Com dedo indicador em riste, dirige-se à presidente da República como se ela ali estivesse: “Dilma, você fique ciente. Não vou lhe combater com suas armas; vou lhe combater com a nossa verdade”.

Ela, então, recorda-se do dia em que seus pais não tinham comida suficiente para alimentar toda a família.

"Tudo o que minha mãe tinha para oito filhos era um ovo e um pouco de farinha e sal com umas palhinhas de cebola picadas. Eu me lembro de ter olhado para o meu pai e minha mãe e perguntado: Vocês não vão comer?' E minha mãe respondeu: Nós não estamos com fome'."

Marina interrompe a fala por alguns segundos. E segue: "Uma criança acreditou naquilo. Mas depois entendi que eles há mais de um dia não comiam".

Avaliações e pesquisas internas atribuem o recuo da candidata em setores do eleitorado mais pobre a rumores como o de que, se eleita, acabaria com o Bolsa Família.<sup>61</sup>

Similarmente, na *Folha*, sua ira personifica a rival, em um contexto totalmente artificial, para realizar o confronto, ensejado pela inflexão vocal incomum (posto que, se o normal é o tom ameno, seu oposto há de ser o agressivo) e pelo “*dedo indicador em riste*”, expressão provinda do campo semântico da guerra e que indica a preparação para o embate. Trata-se, afinal, de ocasião em que “*mais confrontou a rival*”.

Ainda, a mais longa reprodução de sua narrativa pessoal remonta às suas origens e imprime em sua fala, além de maior efeito de emotividade, mais concisos efeitos de sentido de força, relacionada à necessidade e ao sucesso de sua superação, comprovada pela humildade cujos efeitos são oferecidos ao interlocutor através de “*tom normalmente ameno*”. Tal força também está referida na representação de uma pausa dramática (“*interrompe a fala por alguns segundos*”), ou seja, na voz que é suspensa mas logo retomada (“*e segue*”): em meio ao transbordamento de emotividade, Marina supera a suspensão da voz. Mais uma vez, a arma do outro é a agressividade, relegada ao outro, enquanto sua verdade (sua história, que representa sua força) basta para um combate.

Em suma, mais uma vez vemos produzirem-se efeitos de sentido de agressividade, porém associados com “*tom emotivo*”, cuja linha de costura é a “*voz embargada*”. A imagem de mulher frágil dialoga com o tom normalmente ameno, que é suspenso na ocasião do confronto que busca por iniciativa própria. Entretanto, ainda que essa rede de sentidos se construa em direção de uma estratégica demonstração de agressividade, ainda se animam os sentidos de fragilidade e delicadeza (a sua verdade, sua ausência de armas),

---

<sup>61</sup> NERY, N. Marina reage a Dilma com apelo emocional na televisão. Folha de São Paulo, 17 set. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/186096-marina-reage-a-dilma-com-apelo-emocional-na-televisao.shtml>>. Acesso em 09 abr. 2021.

evocados respectivamente por cada um dos veículos de comunicação. O que parecia ser agressividade transveste-se de admirável força, sinônimo de sua verdade.

Em outros trechos, a associação de sua origem às modulações vocais reforça uma rede parafrástica em que figura a confirmação dessa sua verdade:

Uma das razões para o segundo turno foi a verdade da verde Marina. Sua voz calma, sua expressão sincera, o visível amor que tem pelo povo da floresta e da cidade, tudo isso desconstruiu a imagem de uma candidata fabricada e de um candidato aferrado em certezas de um frio marqueteiro.

Marina tem origem semelhante à do Lula, mas não perdeu a doçura e a fé de vencer pelo bem. Isso passa nas imperceptíveis impressões e gestos, que o público capta.<sup>62</sup>

Aqui, atesta-se seu sucesso com “*uma das razões para o segundo turno*”; em outras palavras, Marina não venceu, mas impediu uma vitória direta de seus adversários petistas. O confronto com o PT é invocado ao fio do discurso não apenas pelo elogio ao impedimento da vitória de Dilma, mas também pela adversativa que a coloca em relação a Lula. Neste ínterim, não é apenas sua origem que a torna menos propensa à ira, mas uma qualidade inominada que a singulariza. Este efeito de sentido se produz ainda mais intensamente quando a construção sintática da peça jornalística é submetida a um exercício de paráfrase. Se Lula tem origem semelhante, mas perdeu a doçura e a fé de vencer pelo bem, a diferença entre eles só pode residir, então, em sua verdade, materializada na voz calma, na expressão sincera e no visível amor. Nos dizeres em questão, permite-se também questionar tal materialização, uma vez que se classificam suas impressões e gestos como “*imperceptíveis*”, portanto incorpóreos, remontando, mais uma vez, os sentidos daquilo que é etéreo e sublime – efeitos sobre os quais recaem ênfase eufórica pela afirmação de que “*o público capta*”. A aparente contradição entre “*impressões e gestos imperceptíveis, que o público capta*” serve, portanto, à ostentação dos efeitos de uma verdade extraordinária e baliza efetivamente o sucesso de sua missão. Há um relativo consenso sobre este tópico:

---

<sup>62</sup> JABOR, A. O súbito encanto de Marina Silva. O Estado de São Paulo, 10 out. 2010, p. 48.

“Até os 16 anos eu era analfabeta, já passei fome e morava na floresta”, disse, em tom emocional e com a voz rouca.<sup>63</sup>

A insuficiência de alimentos e de conhecimento é, aqui, associada à insuficiência da voz, ao mesmo tempo em que o transbordamento de emoções é associado ao transbordamento de verdade (o tom emocional, portanto, empresta efeito de verdade ao pronunciamento). Na associação do dizer com o dito, aquela que admite uma fraqueza demonstra força.

Com efeito, os efeitos de verdade associados à ira singular de Marina Silva colocam em funcionamento um quadro de sentidos dinâmico em que lhe são atribuídas as qualidades daquilo que é extraordinário. Veja:

Penso em Marina e não consigo formar uma imagem completa de seu corpo. Enquanto Dilma parece pisar num planeta cuja força de gravidade é o dobro da que conhecemos e Serra caminha pelo mundo como se ainda estivesse procurando asilo político, Marina parece não ter pernas; emana da terra como uma espécie de entidade fluida, caniço em flor, Peter Pan no mundo de Lewis Carrol. Seu corpo, na verdade, está na voz: é quando ela fala que se percebe uma história pessoal de dor física e de resistência selvagem, como se a garganta guardasse as cicatrizes de um grande trauma. Mas a instabilidade da voz também reflete a tensão das forças políticas que Marina Silva contém dentro de si e à sua volta. A ex-petista é aconselhada por economistas da mais límpida fonte liberal e colhe votos de quem se desilude com o PT porque este ou é pouco de esquerda, ou comunista e ateu em excesso. Desenvolvimento e defesa do ambiente podem perfeitamente se conciliar, argumenta Marina - mas isso é vago ou, na melhor das hipóteses, depende antes de soluções técnicas do que políticas.<sup>64</sup>

Aqui retoma-se a imagem etérea mencionada anteriormente, com contornos pejorativos, pela *Veja*, e apreciativos, pelo *Estadão*; primeiro se o faz através da representação de seu corpo (“*não ter pernas, entidade fluida, caniço em flor, Peter Pan no mundo de Lewis Carrol*”), depois pela representação de suas ideias políticas (“*mais límpida fonte*”, “*vago*”).

---

<sup>63</sup> GONÇALVES, E. Em Paraisópolis, Marina reforça tom emocional: ‘Seio que é viver em favela’. Revista *Veja*, 01 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/em-paraisopolis-marina-reforca-tom-emocional-sei-o-que-e-viver-em-favela/>>. Acesso em 05 out. 2020.

<sup>64</sup> COELHO, M. Mistérios de Marina. Folha de São Paulo, 06 out. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610201029.htm>>. Acesso em 22 mar. 2021.

No que diz respeito à sua voz, não lhe são dedicadas qualidades especializadas sobre a modulação vocal. Com efeito, as descrições que se reservam à sua gestualidade vocal, pela recusa à objetividade empírica e pela recorrência a descrições figurativas que remetem à linguagem poética, preservam os mesmos efeitos de sentido etéreos e fluidos que são produzidos a respeito de sua imagem pública. Ou seja, a maneira de dizer redonda aquilo que é dito. No entanto, é desta maneira de dizer que emerge a afirmação de que é a voz que corporifica Marina Silva, que a materializa na terra sempre atrelada a “*uma história pessoal de dor física e de resistência selvagem*”. Vê-la não é o suficiente para compreendê-la, é preciso ouvi-la, pois é pela garganta que seu “*grande trauma*” se inscreve concretamente no mundo. As cicatrizes que se revelam pela sua voz são a marca da humanidade que a removem do campo do transcendental e lhe garantem uma forma física, ainda assim edificada sob o signo da instabilidade. Esta instabilidade da voz, mesmo reconhecida pela designação, rechaça os sentidos da fragilidade e substitui essa possível interpretação pelo sintagma “*resistência selvagem*”, que indica, neste cenário, a força de uma obstinada persistência, que enfrenta tanto suas adversidades pessoais quanto as adversidades políticas.

Insistimos ainda na exposição da regularidade da qual emergem efeitos de sentido que reforçam essa imagem etérea, em conjunção com a firmeza de sua fala.

Em outubro de 1994, o Acre elegeu uma nova senadora, “uma moça miúda e bonita de 36 anos, de fala firme e sorriso largo”, cuja história “parece saída de um conto de fadas amazônico — caso houvesse fadas esquerdistas, ou esquerdistas acreditassem em fadas”. Era a primeira menção de Marina Silva nas páginas de VEJA.<sup>65</sup>

Em *Veja*, é sua história que lhe atribui contornos etéreos de “*conto de fadas*”. Ressoando a conjugação entre o etéreo e o terreno, o volúvel e a firmeza, não é exatamente sua “*fala firme*” que a despoja do extraordinário para humanizá-la. A maneira de dizer não a fixa na terra, mas sim o que diz: por se posicionar à esquerda e falar à esquerda que sua caracterização como uma “*fada*” permanece no campo do hipotético. A fala firme, no entanto, serve à função de afastar de si os sentidos de infantilidade, feminilidade e fragilidade que poderiam ser produzidos pela recorrência ao “*conto de fadas*”. Para compreender a exigência dessa conjugação para a atribuição de algum sucesso a seus

---

<sup>65</sup> REDAÇÃO. ReVEJA Marina Silva: a ‘fada esquerdista’ de 1994. Revista Veja, 22 jun. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/reveja-marina-silva-a-fada-esquerdista-de-1994/>>. Acesso em 12 abr. 2021.

desempenhos oratórios, selecionamos artigo publicado pela *Folha* em que se representa uma suavidade excessiva em sua fala.

Quem resistia ao sono em frente à TV, na madrugada de sexta-feira, talvez tenha pensado estar sonhando. Na hora de se despedir no debate da Band, a presidenciável Marina Silva (PV) esqueceu o tradicional "peço seu voto" e, numa cena inusitada, desatou a declamar um poema de sua própria autoria. Ela repetiu para as câmeras o que já virou hábito na campanha Brasil afora: quando o eleitor menos espera, a candidata interrompe o discurso político para exibir os dotes de poetisa amadora. Os versos são arma recorrente nas palestras para estudantes, programa obrigatório nas viagens de Marina. Um de seus clássicos é "Arco e flecha", que ela costuma introduzir dizendo ser a flecha da sociedade para atingir o alvo de um país melhor. (...) Durante o debate, pesquisas feitas pelo PV com eleitores comuns mostraram que ela teve sua pior avaliação ao ler os versos: a maioria não gostou ou não entendeu. Pode ter sido uma rima, mas não foi uma solução.<sup>66</sup>

Os sentidos de “*arma*” e “*arco e flecha*” são aqui subvertidos pela suavidade da declamação de um poema. A tal subversão são ainda atribuídos não efeitos de sentido de rebeldia ou contestação, mas de alheamento, através da escolha lexical do verbo “*esqueceu o tradicional ‘peço seu voto’*” e de sua classificação como “*poetisa amadora*”.

O insucesso do excesso de suavidade e delicadeza irrompe em “*a maioria não gostou ou entendeu*”, enunciado que produz o efeito de sentido de que, em contextos eleitorais, o confronto e a agressividade são cláusulas pétreas no acordo com a audiência. Ademais, a sátira reproduzida por “*pode ter sido uma rima, mas não foi uma solução*” sinaliza para o esvaziamento de conteúdo propositivo, outra firme exigência relacionada à corrida presidencial, refletida em “*interrompe o discurso político*”.

Além disso, há uma produção de ênfase para os sentidos de deslocamento da performance de Marina, que não ornaram com o clima eleitoral, mas não combinam especialmente com a tevê, uma vez que os versos são “*hábito em palestras para estudantes*”, no corpo a corpo, mas quando repetidas “*para as câmeras*”, tornam-se dignas de nota em função de seu caráter inusitado.

A produção desses efeitos de deslocamento associados a seu desempenho oratório, excessivamente sensível e suave, especialmente atrelados à constatação de seu insucesso,

---

<sup>66</sup> FRANCO, B. M. Marinês em prosa & verso. *Folha de São Paulo*, 08 ago. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0808201013.htm>>. Acesso em 13 out. 2021.

devolvem à sua imagem os sentidos de incapacidade e fragilidade que a firmeza de sua fala é capaz de recusar. Tal conclusão se vê refletida também no *Estadão*:

Em um evento pensado para demonstrar que a candidata tem apoio popular e captar cenas para os últimos programas de televisão, Marina tentou também rebater a imagem de frágil que vem sendo explorada pelo PT, partido do qual foi filiada por mais de duas décadas. Apesar da rouquidão que a acompanha há mais de duas semanas, Marina falou ontem por cerca de 40 minutos e, em alguns momentos, chegou a gritar para mostrar indignação. Ao fim do discurso, a entrevista coletiva que estava programada foi cancelada porque, segundo os assessores de campanha, a candidata havia ficado ainda mais sem voz.<sup>67</sup>

A menção à tentativa de “*rebater a imagem de frágil*” se fundamenta a partir de duas estratégias: a indignação que se revela pelo grito e a força que se traduz pela concessiva a introduzir a rouquidão de mais de duas semanas. Neste contexto, “*chegou a*” empresta ainda maior ênfase à obstinação da estratégia, uma vez que empresta os sentidos de um limite que se atravessa ou supera.

A representação deste pronunciamento, no entanto, não permite que a estratégia consciente se disfarce: cada descrição de seu desempenho é acompanhada de um esclarecimento bastante específico de seus objetivos: grita “*para mostrar indignação*”, presta-se à fala pública “*para demonstrar que tem apoio popular e captar imagens para o último programa de televisão*”. Essas construções apontam para um esvaziamento de espontaneidade e permitem a emergência de efeitos de sentido de artificialidade, que culminará em uma sua prova incontestável: o cancelamento da entrevista, anunciado pelos assessores – ambas informações justificadas pela ausência de sua voz. Assim se autoriza que se represente uma sua “*imagem de frágil*” como “*explorada*” por sua rival, em oposição à concessão de um efeito menos disfórico que poderia ser produzido por “*criada*” ou “*estampada*”, por exemplo. Tal fragilidade, desta forma, não traça seu destino de fora para dentro, mas seria concebida no seio de sua própria subjetividade, e materializada na própria “*rouquidão*”, ou seja, de dentro para fora. Vale mencionar que a instabilidade da voz, em especial alinhado com os problemas vocais que enfrentou em campanha e as frequentes menções à sua rouquidão, serão mais bem trabalhadas na seção seguinte deste trabalho. De toda forma, podemos vislumbrar um esboço de conclusão em

---

<sup>67</sup> PERON, I. ;FERNANDES, A. Marina reage e cita ‘mentiras’ da petista. O Estado de São Paulo, 01 out. 2014, p. 8.

relação às representações da fala pública de Marina Silva, em que sua origem figura como capaz de emprestar à raiva um tom emotivo, por um lado, o que a singulariza em representações eufóricas, e, por outro, a própria raiva lhe fragiliza, tanto pela emotividade que demonstra quanto pela insuficiência de seu instrumento vocal.

#### **3.1.4. Discurso de Chiquitita: o dedo em riste de Luciana Genro**

A representação da fala pública de Heloísa Helena, a mais antiga candidata aqui analisada, como a hostil manipulação de um armamento ecoa ainda nas eleições presidenciais de 2014, quando a postura de Luciana Genro nos debates televisionados é descrita também a partir de sentidos inscritos no campo semântico da disputa bélica. A despeito das incisivas regularidades que apontaremos a este respeito, é importante notar que o conjunto de resultados de análises nos conduz firmemente a um efeito de sentido associado à sua imagem que a singulariza no que diz respeito à associação – ou melhor, à ausência de associação – da ira manifesta e representada em seus pronunciamentos públicos e de sua trajetória pessoal. Com efeito, veremos mais adiante, suas origens serão mormente associadas não à ira, mas a certa infantilização. Isso porque as referências à sua história não figuram jamais descoladas daquela de seu pai. Filha de Tarso Genro, relevante figura política brasileira, Luciana em verdade viveu os primeiros anos de sua vida longe da companhia de seu pai, exilado da ditadura no Uruguai. Hoje advogada, iniciou sua atuação na militância política ainda em tempos de colégio em Porto Alegre, mas não se questiona que a convivência com a política tenha se iniciado ainda dentro do ambiente familiar, até porque Luciana sempre manteve e explicitou fundamentais diferenças políticas com seu pai, mesmo quando compartilhavam filiação ao Partido dos Trabalhadores. Sob a sigla, Luciana ingressou na carreira política profissional elegendo-se deputada estadual do Rio Grande do Sul em 1994, tendo do partido sido expulsa no início do governo Lula – decisão que igualmente afetou sua companheira Heloísa Helena. Com ela e outros dissidentes considerados “radicais”, fundou o PSOL, partido pelo qual concorreu à Presidência da República em 2014.

Com efeito, a despeito dos efeitos de sentido de infantilidade que veremos se formar na sequência, esta imagem de radical se reflete nas representações de sua fala quando associadas aos efeitos de firmeza e agressividade produzidos por grande parte das representações de seus pronunciamentos públicos. Vejamos:

**Franco-atiradora** Sem nada a perder, a candidata do PSOL, Luciana Genro, inaugurou os ataques a Marina, a quem chama de "segunda via do PSDB". Ela tenta seduzir o eleitor jovem e insatisfeito que flerta com a ex-senadora.<sup>68</sup>

A designação como “*franco-atiradora*”, posição comumente atribuída àqueles que se envolvem em atos de hostilidade contra um inimigo, se justifica por “*ataques*”, enfatizada, ainda, pelo verbo “*inaugurar*”, que aponta para uma sua iniciativa bélica, contrafazendo os sentidos de uma proatividade verbal violenta. Aqui, a ira verbal é envolta nos sentidos de uma estratégia carismática em sua performance de fala pública, posto que associada a uma tentativa de “*seduzir eleitorado*”. Sua representação, contudo, não passa ao largo da depreciação crítica, à medida que o item lexical “*sem nada a perder*”, justificado pela baixa intenção de voto de que desfrutava nessas condições de produção, impõe um sentido de risco à estratégia. Neste sentido, emergem efeitos possíveis de que a ira verbal advinda de sujeitos políticos femininos comumente não conduz ao sucesso: o carisma feminino, afinal, não é autorizado a ser puramente violento.

Os sentidos de ataque se estendem à citação atribuída a ela em outro excerto do mesmo jornal, no qual se recupera a referência ao campo semântico da guerra, expresso pelo hipônimo do universo das armas de fogo.

#### TIROTEIO

*"Dilma copia o PSOL ao acusar Marina de entregar o Banco Central aos banqueiros. O problema é que ela já faz o mesmo."*

DELUCIANA GENRO (PSOL), candidata à Presidência da República, sobre os ataques do PT à proposta de Marina Silva de dar independência ao BC.<sup>69</sup>

Neste curto excerto, a fala atribuída a Luciana é retomada parafrasticamente por “*tiroteio*”, evidenciando a produção de uma sua afronta a duas mulheres: a investida contra Marina se constrói com base em “*entregar o Banco Central aos banqueiros*”, enquanto sobre Dilma recai dupla ofensiva, quais sejam, a acusação de que “*copia o PSOL*” e de que também “*entrega o Banco Central aos banqueiros*”, que a ela se estende pela construção “*o mesmo*”. Desta feita, ainda que o termo “*ataques*” seja reservado, no

---

<sup>68</sup> FRANCO, B. M. Quem te viu... Folha De São Paulo, 24 ago. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/182247-painel.shtml>>. Acesso em 15 out. 2020.

<sup>69</sup> FRANCO, B. M. Tédio no Supremo. Folha de São Paulo, 12 set. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/185276-painel.shtml>>. Acesso em 14 out. 2020.

fio do discurso, ao Partido dos Trabalhadores, e a utilização de “*tiroteio*”, como uma troca de agressões, no mínimo as situe em um nível equivalente de violência, os sentidos que emanam da totalidade desta sequência discursiva atribuem a Luciana mais intensa agressividade. Porém, a representação da violência se torna ainda mais acentuada quando figura em mídia alinhada à formação discursiva conservadora e quando direcionada a um homem. Veja:

Dedo em riste – Luciana Genro aproveitou as intervenções para atacar os nanicos e os candidatos mais bem posicionados na disputa presidencial. Chegou a subir o tom de voz, com o dedo em riste, e interromper uma tréplica de Aécio Neves. Em tom provocativo, ela disse que Aécio e Dilma eram o “sujo falando do mal lavado”. Depois, acusou o tucano de ser o “fanático das privatizações”.<sup>70</sup>

Tal peça torna-se particularmente notável para cumprir os objetivos deste capítulo na medida em que a representação do desempenho oratório de Luciana Genro recorre à produção de efeitos de sentido de agressividade por três distintas mas complementares vias: o que diz, como diz e quando diz.

As aspas através das quais se lhe atribui a autoria de certas falas cumprem este papel ao selecionar para seu entremeio classificações reconhecidamente pejorativas, como “*sujo*”, “*mal lavado*” e “*fanático*”, efeitos de sentido acentuados pela escolha lexical de verbos como “atacar” e “acusar”.

De maneira análoga, “*interromper uma tréplica de Aécio Neves*” produz um efeito de inadequação do momento de assumir o turno de fala, indicando, em última instância, uma violência verbal que se funda sobre uma postura de autoritarismo, a saber, o silenciamento forçoso do outro.

Uma vez estipulados os níveis de agressividade em como diz e o que diz, vislumbramos concluir que o auge da manifestação desta violência parece ser construído na referência às maneiras de dizer: “*subir o tom de voz*” e “*com dedo em riste*” são introduzidos através da mobilização do sintagma “*chegou a*”, que reproduz os sentidos de atravessamento de uma fronteira limítrofe, de ultrapassar ou margear um extremo, emprestando os efeitos de um absurdo. Se posta em relação comparativa com a sequência discursiva tomada anteriormente, tem-se que a violência ante as mulheres se justifica pela

---

<sup>70</sup> REDAÇÃO. Meditação, massagem e carrancas: o debate por trás das câmeras. Revista Veja, 03 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/meditacao-massagem-e-carrancas-o-debate-por-tras-das-cameras/>>. Acesso em 11 out. 2020.

reciprocidade enquanto o vazio de referências a uma postura agressiva do candidato assume contornos de despropósito. Para mais bem esclarecer essa dinâmica, basta que comparemos também os subtítulos atribuídos a cada uma das peças: em “*tiroteio*”, tem-se a dispersão de ataques entre uma e outra parte, enquanto “*dedo em riste*” implica um preparo individual e uma postura desafiadora, convidativa para o confronto. Nesta lógica, o “*tom provocativo*” parece querer buscar tal justificativa para a agressividade, uma vez que a provocação pode corresponder à incitação de violência alheia. Para arrematar a representação pejorativa de sua performance, “*depois*” parece funcionar em função do estabelecimento de uma linha narrativa que produz o efeito de insistência, de não cessar, de prolongamento temporal de atividade violenta, efeito sustentado também por “*acusou*”. Porém, nos veículos mais fortemente alinhados a uma formação discursiva progressista, a ira verbal de Luciana Genro é tida como um índice de relativo sucesso. Veja excerto de matéria veiculada pela *CartaCapital*:

Com no máximo 1% nas intenções de voto, segundo as pesquisas, Luciana Genro tornou-se a musa dos descolados, principalmente após ter soltado uma frase no debate organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que se espalharia como rastilho de pólvora na internet. Ao ser acusada por Aécio Neves de ser uma “linha auxiliar do PT”, saiu-se com essa: “Uma ova, candidato Aécio”. A reação espontânea agradou e a frase tem sido usada inclusive como toque de celular entre jovens de extrema-esquerda que torcem o nariz para o PSDB, mas também para o PT. [...]

É com o ex-marido, e não com o pai, que Luciana se prepara para os debates. “Ele me deu a dica de ouvir tudo o que os outros dizem em vez de me prender tanto ao script”, conta. Em suas primeiras aparições, presa ao roteiro revolucionário, falou tantas vezes em “capital financeiro”, que virou alvo de gozação.

“[...] Depois do primeiro debate, recebi vários comentários me alertando para o uso de muito economês e com sugestões de simplificar para os eleitores entenderem. Tenho tentado fazer isso”, diz. “[...] Agora tenho usado mais exemplos, falado dos ‘gêmeos siameses’, das semelhanças que existem entre os três, Marina, Dilma e Aécio”.

Além dos elogios às respostas afiadas, Luciana Genro tem se surpreendido com os galanteios. Em uma entrevista publicada na internet, o escritor Xico Sá declarou que, entre as três candidatas, seria a do PSOL quem “convidaria pra sair”.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> REDAÇÃO. Luciana Genro: nanica, uma ova!. *CartaCapital*, ed. 819, p. 36-37.

Na *CartaCapital*, a resposta incisiva, que poderia ser tomada por violenta a depender da formação ideológica nas quais os jornais e revistas se inscrevem, é representada como uma espontaneidade, o que justificaria o resultado “*agradou o eleitorado*”. É claro que esta espontaneidade adquire maior nitidez sob a luz da agressividade, uma vez associada a “*rastilho de pólvora*”, sintagma que provem do campo semântico da guerra e invoca os sentidos de destruição, o que orna harmoniosamente com o repúdio colérico e revoltoso expresso por “*uma ova*”.

O efeito de espontaneidade é complementado por “*respostas afiadas*”, que, por sua vez, produzem o efeito de um bom preparo e também de uma capacidade cortante, fazendo eco da representação de Heloísa Helena. Nesta representação, há em Luciana, portanto, uma espontaneidade limitada ou, se quisermos, controlada, observação que se permite reforçar pela consideração do verbo “*soltar*”, que imprime em sua performance o sentido de uma ação racionalmente calculada. Essa espontaneidade controlada situa os discursos sobre sua fala em oposição ao descontrole impulsivo que vimos caracterizar Marina Silva e também Heloísa Helena. Este diferencial é cravado definitivamente como um índice de sucesso ao se considerar a apreciação que recai sobre sua voz, tornada “*toque de celular*”: a audiência escolhe e realiza a repetição de sua fala.

A aprovação da performance oratória de Luciana não é atribuída à influência do pai, ou seja, à incidência de suas origens pessoais, mas não passa ao largo de ser associada a ele e ainda mais fortemente a outras figuras masculinas, como é o caso do “*ex-marido*”, um dos responsáveis pelos aprimoramentos que ela própria quer enxergar em seus desempenhos. Também não se pode ignorar o fato de que, a despeito de se lhe atribuir um relativo índice de sucesso em virtude de sua postura como política profissional, os “*elogios*” também se transmutam em “*galanteios*”, um termo que invoca a memória da diferenciação entre os gêneros – algo que a designação “*musa*” já havia tratado de acentuar.

Apesar de elogios e galanteios, a candidata contaria, na prática, “*com no máximo 1% nas intenções de voto*”, o que nos conduz à relativização ou mesmo ao questionamento deste sucesso: agrada a quem? O texto responde: descolados, jovens de extrema-esquerda, Xico Sá; desta forma sinalizando para uma eficácia parcial ou, no limite, para uma ineficácia total de seu carisma. A partir de artigo anterior publicado pela *Folha*, podemos apreender a dinâmica de produção desses efeitos de sentido em um recorte temporal de mais longa duração:

O temperamento rebelde e incisivo da vice-líder do PSOL na Câmara, deputada Luciana Genro (RS), conquistou os controladores de voo. Ela se tornou a porta-voz do grupo na CPI do Apagão Aéreo. Se há uma novidade com relação a eles, é Luciana Genro quem revela. Caso alguém resolva criticar os controladores, a deputada sai em defesa deles em alto e bom som. Os colegas sabem que qualquer posição contra os controladores terá em seguida uma resposta em altos decibéis da deputada, filha do ministro da Justiça, Tarso Genro. [...] Certa vez, o relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), definiu a colega da seguinte forma: "Vossa Excelência se assemelha a um violão velho de uma corda só. Fica o dia todo tocando a mesma música".<sup>72</sup>

A invocação do nome de seu pai para rechaçar a influência deste sobre Luciana sofre aqui uma produção de efeito similar: a formulação negativa em que a referência a ele figura no artigo anterior é aqui retomada pela rede de sentidos construída por sua designação como “*filha do ministro da Justiça, Tarso Genro*” e como “*rebelde*”, cujos sentidos remontam àquele que se vira contra as tradições, especialmente considerando as diferenças políticas entre os dois, publicizadas com mais intensa frequência após seu desligamento do PT. Tal rebeldia, acompanhada pela qualidade de “*incisivo*”, se materializa em “*alto e bom som*” e em “*altos decibéis*”, indicando que é na modulação vocal que se pode apreender a essência de um temperamento. No entanto, se os sentidos de agressividade que emanam de falas “*afiadas*” como “*linha auxiliar, uma ova*” – pronunciada com um nível de volume de voz bastante comedido, diga-se – agradam e recebem uma resposta apreciativa, expressa pela euforia da repetição de sua voz em toques de celulares, aqui, o alto volume de sua voz não é conduzido ao mesmo destino. Sua representação pejorativa como um “*violão velho de uma corda só*”, que toca “*a mesma música*”, rechaça a apreciação da repetição. Há, então, uma voz de Luciana que todos querem ouvir e uma voz de Luciana que ninguém quer ouvir. A voz agressiva, mas com volume baixo, em contraposição à voz agressiva em altos volumes. O sentido pejorativo que esta última empresta à representação de Luciana pode ser considerado ainda mais enfático, uma vez que sua comparação com um violão de uma corda só implica a impossibilidade de distinta modulação sonora.

De fato, estes são os únicos excertos encontrados ao longo de nosso trabalho de coleta de material e constituição de *corpus* em que a fúria revelada pela voz de Luciana Genro avizinha a referência a seu pai. Em ambas as sequências discursivas, percebem-se,

---

<sup>72</sup> MATAIS, A. Deputada vira “madrinha” de controladores. Folha de São Paulo, 24 jun. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2406200708.htm>>. Acesso em 11 out. 2020.

pela constituição, formulação e circulação desses dizeres, redes de sentido em que a ira expressa em seus desempenhos oratórios funciona em favor da renegação à influência da figura paterna sobre ela, o que, por si só, produz efeitos de insubordinação que não passam ao largo dos sentidos de confronto.

Essa constatação nos conduziu ao seguinte questionamento: por que a violência verbal de Luciana não figura associada mais direta e regularmente à sua origem, diferentemente das outras candidatas? A partir da constituição de outras redes parafrásticas no interior de nosso *corpus*, vislumbramos um esboço de resposta que se fundamenta na apreensão de que com mais significativa frequência se atribui à relação com o pai uma espécie distinta de agressividade. Por lhe ser atribuída uma origem na sala de estar da casa abastada de uma figura política que não lhe poupa esforços de proteção, à Luciana são reservados os contornos da imagem de uma “*menina mimada*”, “*filhinha de papai*”, ressentida apenas das contrariedades que lhe são impostas fora do protegido seio familiar. Tal questionamento e a correspondente hipótese que pretende respondê-lo nos conduzirá ao subcapítulo seguinte, no qual traçaremos uma relação direta entre os efeitos de agressividade apontados na performance oratória das candidatas e uma justificativa da premência de um controle externo sobre seus desempenhos, a começar pelo conjunto de discursos acerca de sua agressividade de cujos efeitos emanam mais intensos sentidos de infantilização do que de violência.

### **3.2. Ressentimento de mulher: um duelo entre público e privado**

É a partir de uma distinta regularidade observada nas representações da fala pública de Luciana Genro que somos autorizados a ensaiar uma resposta ao questionamento anteriormente apontado: à origem de Luciana não se associa um desempenho oratório fundado na fúria, tal qual ocorre com as demais candidatas. Ao invés disso, os efeitos de sentido que emanam de suas raízes familiares associam-se à representação de um verbo, um corpo e uma voz infantilizados, frequentemente recorrendo à referência a seu pai. Vejamos um primeiro excerto em que se realiza essa associação:

A utopia concreta de uma menina mimada: Luciana Genro é um atraso para nossa democracia

Se não eu conto tudo para meu pai...

A primeira pergunta que fiz quando Luciana Genro participou pela primeira vez no debate da TV Globo ontem foi: quantas vezes ela entrou na fila para ser essa mala sem alça? É impressionante sua postura infantil, seu discurso batido, datado, que já era ultrapassado no século XX. [...]

Mas eis que, escutando a CBN hoje, descobro que o jornalista Kennedy Alencar julgou sua participação no debate muito produtiva, graças à oratória boa da candidata do PSOL. Como é? Com aquela fala insuportável e aquele tom arrogante? [...]

Uma conhecida matou a pau quando escreveu que Luciana Genro ganharia as eleições, se ao menos as crianças pudessem votar. De fato: seu discurso ridículo só pode mesmo conquistar a alma de um infante, ao menos em idade intelectual. [...]

Aécio Neves soube enquadrar bem a filhinha de papai, mostrando que era leviana, fazia um show sem compromisso com o país, e não tinha preparo para disputar a Presidência da República. Vou além: não tem preparo para disputar a vaga para síndica do condomínio!<sup>73</sup>

O termo depreciativo “*mimada*” é central para compreender esse discurso: a mesma condescendência e superproteção com que se supõe ter sido tratada no seio familiar para ser caracterizada como “*filhinha de papai*” é a que se afirma incredulamente dispensar-lhe o jornalista Kennedy Alencar ao elogiar sua oratória. Dizer que sua oratória é boa é oferecer-lhe demasiados mimos e perpetuar a condenável “*postura infantil*” e “*leviana*”. Também este termo se torna central para compreender as demais representações acerca de sua performance oratória quando associada a efeitos de fúria e agressividade; afinal, se é criada ou tratada com excessivas facilidades, não é de se surpreender que reaja mal e apresente problemas comportamentais, tais quais ataques de raiva, desconsideração pelo próximo e incapacidade de lidar com frustrações, ao ser contrariada ou, de fato, em qualquer contexto de confronto.

Toda essa rede de sentidos está articulada no fio do discurso ao enunciado “*se não eu conto tudo para meu pai*”, que transporta a criança mimada do universo do entretenimento infantil para o campo político através de infeliz troça. Mas não apenas a referência ao pai remonta às suas origens pessoais: note-se que a crítica que encerra o texto se vale de uma determinação para designar o cargo de síndica (“*síndica do condomínio*” ao invés de “*síndica de condomínio*”). Aqui, o que poderia ser tomado como

---

<sup>73</sup> CONSTANTINO, R. A utopia concreta de uma menina mimada: Luciana Genro é um atraso para nossa democracia. Revista Veja, 04 out. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/a-utopia-concreta-de-uma-menina-mimada-luciana-genro-e-um-atraso-para-nossa-democracia/>>. Acesso em 09 out. 2020.

um mero detalhe tem o potencial de apontar para uma realidade possível em que Luciana mora em condomínio, construção típica de membros da classe média, o que enfatiza os efeitos de sentido ao redor de seu temperamento “*arrogante*” e mimado. Atribui-se, portanto, a um conjunto de motivações pessoais e emocionais sua postura e sua performance oratória. Estes sentidos também se estendem à *Folha*:

**Chororô** Luciana Genro (PSOL), que reclamou da falta de perguntas, não foi a única insatisfeita com o debate da Band. Ontem o nanico Eymael (PSDC) também protestou na TV por não ter sido convidado.<sup>74</sup>

Aqui, situada em um quadro dinâmico de sentidos em que figura articulada a outros dizeres, os verbos “*reclamar*” e “*protestar*”, ao invés de produzirem efeitos de sentido de engajamento político, restringem seus sentidos ao teor infantilizado que emana de “*chororô*”. Neste contexto, a insatisfação que se atribui a ela tende a produzir efeitos mais afeitos a particularidades emocionais do que profissionais, mais íntimas do que públicas, construindo um efeito de sentido de despropósito em suas demandas. É claro que não se pode desconsiderar a associação com um homem, mas há de se notar que se trata de um homem classificado como “*nanico*”.

Ainda na *Folha*, veremos ressoar os efeitos de sentido de “*chororô*” em outras passagens, especialmente notáveis pela insistência na referencia à sua origem familiar.

E a Luciana Genro, com aquela peruca de macarrão parafuso? Ela tem cara e discurso de Chiquitita, órfã! É a candidata carente!<sup>75</sup>

Além da retomada de “*chororô*” pelos efeitos de sentido de infantilização feminina que são produzidos por “*discurso de Chiquitita*”, sua designação como “*candidata carente*” também expande as possibilidades de emergência de sentidos dos verbos “*reclamar*” e “*protestar*” anteriormente analisados, de tal modo que se lhes pode atribuir um valor vazio de juízo e discernimento e excessivo em frequência e intensidade. Seus protestos e reclamações teriam um caráter de reivindicação de atenção para si mesma ao invés de

---

<sup>74</sup> FRANCO, B. M. Apelo ao ‘mundo real’. Folha de São Paulo, 29 ago. 2014. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1507709-painel-dilma-e-aecio-tentam-levar-embate-com-marina-para-o-mundo-real.shtml>>. Acesso em 14 out. 2020.

<sup>75</sup> SIMÃO, J. Eleição! A farra dos nanicos!. Folha de São Paulo, 29 ago. 2014. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1507709-painel-dilma-e-aecio-tentam-levar-embate-com-marina-para-o-mundo-real.shtml>>. Acesso em 12 out. 2020.

conteúdo político ou técnico. Tal carência figura associada à qualidade de “*órfã*”, cujos efeitos de sentido de abandono não passam ao largo da memória da relação com seu pai, com quem sabidamente compartilha divergências ideológicas. Assim configura-se uma sua imagem não apenas de “*mimada*”, mas também como a de uma rebelde sem causa – sem causa política, mas com causas pessoais.

Por um viés distinto, qual seja, a representação de um reflexo direto de sua origem em sua postura política em razão de seus pronunciamentos considerados especialmente inflamados, ao invés de infantilizados, mas desembocando na consonância com os discursos acerca da performance de Luciana Genro, também a fúria de Heloísa Helena se apresenta concatenada a razões de foro íntimo, comumente condenadas em contextos políticos, tecendo uma conflituosa sobreposição entre público e privado. A fim de mais bem compreendermos como essa dinâmica discursiva se realiza no caso de Heloísa, propomos um ligeiro passo para trás com a discussão de um exemplo notável da construção de uma representação de sua fala que caminha em direção da naturalização da agressividade em sua fala, extraído da coluna de José Simão na seção *Ilustrada*, da *Folha*:

CPI urgente! PORRADA! Gente fina é outra coisa. CPI serve chá com porradas! Apelaram pra ignorância. Tava demorando pra sair um tapa. E diz que a Heloísa Helena tava alterada. Não, ela estava em seu estado normal. Alterada é quando ela fica quieta! Diz que ela quase levou um tapa. E quem saiu perdendo? O tapa? É mais fácil o tapa levar uma Heloísa Helena! Aliás, ela precisa enriquecer o vocabulário. Ela só xinga os outros de cabra safado. Muda de bicho, pelo amor de Deus, ou de Karl Marx! Rarárá!<sup>76</sup>

Neste trecho, é interessante notar que, a despeito da negativa pretensamente cômica acerca do estado “*alterado*” da então senadora, os sentidos da produção de verdade relativa ao seu estado de ânimos alterado ainda circulam de maneira enfática, não apenas em consequência do efeito de sentido que produz a oração “*alterada é quando ela fica quieta!*”, mas também devido à modalização presente em “*diz que...*”. Em primeiro lugar, é preciso que nos debrucemos sobre a mobilização de “*quieta*”. Para compreender os desdobramentos da escolha desta em detrimento de outras possibilidades vocabulares, importa perceber que, aqui, “*quieta*” estabelece um contraponto com “*alterada*”. Se não há descrições mais ou menos específicas sobre o estado de espírito ou o conjunto de ações que caracterizam uma mulher “*alterada*”, esta pecha pode se associar a muitos atributos:

---

<sup>76</sup> SIMÃO, J. *Ilustrada*: Buemba! CPI serve chá com porrada!. *Folha de São Paulo*, 23 set. de 2005. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2309200503.htm>> Acesso em 05 fev. 2021.

nervosa, brava, agressiva, desrespeitosa, desequilibrada e violenta são alguns deles. “*Quieta*”, curiosamente, não serve como antônimo para nenhum. Frequentemente associada aos sentidos de “silêncio”, “*quieta*” não tem como oposto mais imediato “*alterada*”, mas sim “barulhenta”, “falante”... Neste ponto, importa menos interpretar diretamente o uso de “*quieta*” do que compreender os efeitos de sentido que surgem do não-uso de “calma” ou “tranquila”, por exemplo. É o silenciamento, portanto, que se configura como “anormal” para Heloísa Helena.

Uma vez discutida a importância do contraponto estabelecido entre “*alterada*” e “*quieta*”, é relevante apontar a modalização imposta por “*diz que...*” como outro fator significativo que concorre para a produção do efeito de evidência sobre seu comportamento. Com a mobilização da expressão coloquial, omite-se a fonte da informação, ou melhor, se a generaliza. E, antes de ensejar um efeito de sentido segundo o qual se pode questioná-la sob o argumento de boataria (“quem disse?”), o caráter de universalidade que se agrega a essa informação serve para endossá-la (“todo mundo disse”). Dessa forma, o efeito de sentido que toma forma a partir daí negocia com os sentidos associados à “normalidade”. Ora, se todos concordam que Heloísa Helena estava “*alterada*” e este é seu “*estado normal*”, logo, ela só pode ser anormal. Tão anormal, poderia se dizer, que se pode pôr à prova toda a lógica: diante de uma agressão física, o próprio “*tapa*”, símbolo de grande violência, “*sai perdendo*”. Veja que a comparação, aqui, não se dá entre quem tenta desferir uma violência e quem a sofre, entre um agressor e uma vítima, mas entre a mulher nomeada e o tapa anônimo. E é o último que é posto em uma posição de inferioridade e possibilidade de submissão: “*É mais fácil o tapa levar uma Heloísa Helena!*”. Vale ressaltar que a possibilidade de construção desse efeito de sentido se dá, notavelmente, pela escolha vocabular de elementos sintáticos relacionados ao campo semântico da beligerância e associados a Heloísa: além de “*tapa*” e “*alterada*”, o leitor se depara com os substantivos “*porrada*” e “*ignorância*” e com o verbo “*perder*”, sequência que culmina em “*xinga*” e “*cabra safado*”. Parece, portanto, que a senadora “*venceria*” a briga contra o tapa por “*xingar os outros*”. E a problematização que se constrói ao redor de toda essa cena descrita não é relativa à violência, física ou verbal, tentada ou consumada, e sim à pobreza vocabular da mulher. Em suma, entende-se que uma mulher que não se silencia ou que abusa de seu direito à fala pode acabar sendo vítima de tapa, efeito de sentido que é reforçado pela nota que se oferece aos xingamentos no fim do texto.

De fato, pode-se atribuir a ausência de problematização sobre a violência caótica representada no artigo em questão à construção de um efeito de naturalização da ferocidade de Heloísa Helena, que não é inaugurado pelos dizeres de Simão, mas repercute invariavelmente neles e em outros dizeres que circulam no mesmo período, nos quais frequentemente assomam-se referências a termos que se inserem no campo semântico do medo, como se servissem a estes últimos como justificativas. Assim, posto que já se constrói como essencial e inquestionável, um recurso poderoso de que se pode lançar mão para esvaziá-lo de poder é desprestigiar não apenas seus artifícios, mas também seus motivos ocultos. Neste sentido, os efeitos de evidência produzidos pela representação de sua fala pública, uma vez que circulam como uma sua essência, funcionam de modo a conceder uma espécie de autorização de acesso a seu íntimo. Com significativa frequência, as representações sobre sua fala e sua postura política resvalam na atribuição de suas reações agressivas não à indignação política, à sede de justiça social ou à defesa implacável do poder popular, mas a um ressentimento pessoal e uma mágoa egóica que se contrafaz no rompimento de seus laços políticos com o PT e com seu maior representante, o então presidente Lula. Desta feita, a representação da violência de sua fala pública, fundamentada na especulação sobre seu estopim, é deslocada do campo semântico do profissional e político para o campo do sentimental e pessoal, no interior de uma rede de sentidos em que se esvaecem os limites entre público e privado. Vejamos como essa dinâmica repercute em mais um artigo de José Simão para a *Folha*:

Gente, esse hilário eleitoral tá virando tarja preta. Já temos a Maria Chupetinha, Shana, Rôla, Gu, soldado Pinto e Bilal. E em Araras tem o Piroca. É a Turma do Genital. É a Turma da Tarja Preta! E tá todo mundo dizendo que a Heloísa Helena, a Chiquinha do Chaves, tá mesmo é mordida por ter sido expulsa do PT. E sabe o que ela tá cantando pro Lulalélé? "Você abusou, tirou O PARTIDO de mim, abusou. Tirou o partido de mim, abusou." Rarárá.<sup>77</sup>

No fragmento demonstrado, deparamo-nos com a produção de efeitos de sentido de descredibilização das campanhas eleitorais veiculadas pelo HGPE em razão do caráter inusitado e pitoresco de alguns dos candidatos que se apresentam. A infâmia que se atribui à “*Turma do Genital*” potencialmente transforma, inclusive, o horário eleitoral em “*hilário eleitoral*”, visto que o riso é despertado pelo caráter inapropriado e deslocado

---

<sup>77</sup> SIMÃO, J. Ereções 2006! A Turma da Tarja Preta! Folha de São Paulo, 14 set. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1409200603.htm>>. Acesso em 12. mar. 2021.

dessas representações, que, simultaneamente, expressam as condições democráticas para a candidatura e as ridicularizam, já que qualquer cidadão é possuidor dessa liberdade e esse direito. O atributo inadequado dessas candidaturas é ainda reforçado pela oração “*É a Turma da Tarja Preta!*” que, repetindo a estrutura sintática utilizada imediatamente e anteriormente, produz um efeito de sentido disfórico de deslocamento, isto é, de não pertencimento, especialmente em razão da idealização de uma racionalidade exacerbada que é exigida daqueles em quem confiamos nossos votos e nossa esperança.

E, no rol daqueles que são referidos como integrantes da “*Turma da Tarja Preta*”, destaca-se Heloísa Helena, a quem já se associou coleções de discursos sobre sua irracionalidade e desequilíbrio emocional. Ao peso do interdiscurso, soma-se a produção de verdade incontestável inerente a “*tá todo mundo dizendo*”, expressão que serve à isenção do enunciador de responsabilidade pelo dizer e lhe atribui a função de mero e inocente replicador da opinião pública. É da boca do povo, portanto, e não de Simão, que o leitor extrai a informação sobre o real motivo que dá origem à agressividade de Heloísa Helena. A informação, inclusive, surge envolta em efeitos de sentido de revelação e denúncia: a estrutura “*tá mesmo é mordida*” implica não apenas uma afirmação, mas também a negação e o descarte por completo de qualquer outra hipótese que justifique sua postura, em consequência do caráter certo que emana de “*mesmo*” e da condição taxativa de “*é*” acompanhando o verbo “*estar*”. É claro que, neste caso, o verbo “*morder*” não envolve seu sentido considerado mais literal, relativo ao ato de exercer força com os dentes, mas ao de magoar-se diante de ação que se entende como ofensa. A essa interpretação soma-se sua associação à personagem “*Chiquinha do Chaves*”, que frequenta o imaginário popular como uma criança excessivamente afeita ao choro e à birra. Além disso, direciona-se sua mágoa e ressentimento para um ofensor específico: “*Lulalélé*”, cuja paródia do nome retoma a designação de “*Turma da Tarja Preta*”. E, diante da nomeação direta da razão de suas feridas emocionais, mais uma vez retoma-se e, assim, reforça-se o caráter sentimental de Heloísa quando, ao invés de nomear sua fala agressiva e violenta, faz-se uma sua representação como uma cantora sensível. É como se, por debaixo da imagem dura e ríspida que geralmente se atribui a Heloísa, houvesse um acervo de emoções frutos de ressentimentos e rancores pessoais. E a reação é especificada com outra paródia, desta vez, da canção popular “*Você abusou*”, cuja letra foi adaptada para inserir o artigo definido “*o*” ante a “*partido*”, transformando a expressão original “*tirar partido*” em uma referência à histórica rixa entre Heloísa Helena e PT. A letra da música, eivada

de sentimentalismo e sofrimento romântico, remove a ferocidade de Heloísa do campo da rivalidade política e a lança ao terreno do desamor, reproduzindo, desta forma, o estereótipo acerca da feminilidade segundo o qual mulheres tendem a agir com base em impulsos emocionais mais frequentemente do que o fazem guiadas pela racionalidade.

Em franco diálogo com esta rede de sentidos, a *Revista Veja* põe em circulação, pelo blog do jornalista Reinado Azevedo, dizeres sobre uma performance oratória específica de Heloísa Helena, realizada durante a campanha eleitoral, em que se recupera a associação entre a agressividade de seus pronunciamentos e certa mágoa:

Mais um epíteto para o presidente Lula: “Sua Majestade Barbuda”. Quem pôs? Ela, Heloísa Helena, que foi a Juazeiro do Norte (CE), terra de Padre Cícero, onde rezou. A senadora do PSOL, conhecida por sua retórica irascível, está dando um golpe de marketing e tanto — e nem precisou de Duda Mendonça: está sendo a nota de bom humor na campanha. Sabem quem ela descascou hoje? Hugo Chávez. E George W. Bush também. E o Espírito Santo teria uma pena arrancada se baixasse ali: “No governo de Loló (seu apelido), nem manda Hugo Chávez nem manda Bush; manda Loló”, disse ela, no melhor estilo... Chávez! E aí contou uma historinha. Afirmou que um eleitor lhe disse que cansou de chuchu [apelido de Alckmin], de abobrinhas [o que Lula diz] e que, agora, “vai de pimentinha”, como é chamada por alguns. Como o PT já pautou uma parte do jornalismo e disse que a mulher é de direita, está todo mundo querendo saber se ela vai estatizar empresas privatizadas, se vai decretar moratória, se vai assaltar o céu. E aí ela resolveu brincar com os jornalistas à sua maneira: “Se você quer uma palavra forte para botar lá na manchetezinha, diga que eu vou enfrentar os moleques do capital financeiro, sabotadores do desenvolvimento econômico às custas da dor e da miséria da grande maioria da população, e vou fazer não com um golpe presidencial, porque, se alguém disser isso, é tão ignorante, incapaz, desqualificado tecnicamente, que não conhece a legislação em vigor no país, porque quem define a política econômica é o Conselho Monetário Nacional”. Ufa! Teve uma recaída. Ela é esta, não aquela. Heloísa Helena, como o PT de antigamente, está dizendo que ela é boa e que os outros são maus. Sempre abraçada a um ramalhete de flores. Ah, sim, sobre o novo apelido de Lula: segundo a candidata do PSOL, ela está agora no encalço de Alckmin; depois, vai pegar a “Majestade Barbuda”. Não creio que ela ameace nem um nem outro — mas, com certeza, ameaça a possibilidade de o Babalorixá se reeleger no primeiro turno. Sou capaz de apostar que Lula está com medo dela. Não é um medo racional, objetivo. A cada vez que ela fala, o Apedeuta se confronta com o seu passado. Ele também já foi um — como é mesmo, Tarso? — “udenista” um dia. Ela o desmascara. Ela o revela. Ela diz: “Eu sei o que você fez no verão passado”. E foi enxotada do PT. Há duas coisas muito perigosas nas relações pessoais: ciúme de homem e ressentimento de mulher.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> AZEVEDO, R. Blog: Heloísa Helena e um novo epíteto para Lula: “Sua Majestade Barbuda”. Ele tem medo dela, tenho certeza. E sabe por quê?. Revista *Veja*, 20 jul. 2006. Disponível em:

Neste trecho, o “*bom humor*” de HH é relacionado a um “*golpe de marketing e tanto*”, que resulta em apelidos e brincadeiras, mas não escapa ao “*descascar*” e “*mandar*” que seria comum à sua “*retórica irascível*”. Inclusive, o “*estilo Chávez*”, no interior da formação ideológica de que emerge o discurso da revista, alinha o seu “*mandar*” a um autoritarismo que se confronta com o aspecto lúdico dos apelidos de sílabas ressonantes e diminutivos com os quais se a nominaliza: “*Loló*” e “*pimentinha*”. Isto é, mesmo no interior do “*golpe de marketing*” e num contexto de “*bom humor*”, não se omite o aspecto de radicalismo autoritário que se lhe atribui, até mesmo enfatizado pela oração “*E o Espírito Santo teria uma pena arrancada se baixasse ali*”, especialmente quando precedida do verbo “*rezou*”. E mais: na sequência, as longas aspas que são atribuídas a Heloísa são categorizadas como uma “*recaída*”, ou seja, como uma espécie de ato falho que foge à estratégia marketeira antes descrita. A brincadeira “*à sua maneira*”, quer dizer, a longa frase, repleta de adjetivos pejorativos, resulta em um “*ufa!*” que imita a respiração aliviada de quem se exasperou. É interessante notar que a voz das aspas e a voz da interjeição, porém, não se confundem, o que produz um efeito de sentido de ênfase à extensão e intensidade dos dizeres reproduzidos, como se a exasperação fosse conduzida, por extensão, da emissão à escuta. E daí o veredito: “*ela é esta, não aquela*”, uma vez que esta, sim, demonstra aquilo pelo que é conhecida, “*a retórica irascível*”. Particularmente interessante é a rede de sentidos que se forma entre a “*recaída*” e o “*ressentimento de mulher*”, junção na qual o último serve como o impulso para o lapso e da qual emerge uma fala capaz de impor “*medo*” em uns e efetivamente reconhecida como “*perigosa*” por outros.

Caso aparentemente similar é o da representação da emotividade de Marina Silva, também referida como “*uma arma*” e, mais uma vez, associada à origem humilde da candidata, ou seja, à sua história pessoal, ao seu íntimo, lançando uma cortina de fumaça sobre os limites entre o público e o privado.

O contra-ataque veio na forma que o PT mais temia. Depois de sofrer a *Blitzkrieg* dilmista por vinte dias ininterruptos, Marina Silva sacou do coldre uma arma cujo poder de fogo seus adversários conhecem bem: o apelo emocional. Em um vídeo gravado durante um comício em Fortaleza e levado ao ar no seu programa eleitoral de terça-feira, a candidata dizia que passou fome e viu seus pais deixarem de comer para que os filhos pudessem dividir um ovo – e que alguém que passou por uma experiência assim jamais iria acabar com o Bolsa Família. A voz

---

<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/heloisa-helena-e-um-novo-epiteto-para-lula-8220-sua-majestade-barbuda-8221-ele-tem-medo-dela-tenho-certeza-e-sabe-por-que/> Acesso em: 06 abr. 2021.

embargada da ex-senadora, as pausas estratégicas de sua fala, a eloquência da frase final (“Isso não é um discurso, isso é uma vida”) e os olhos marejados das pessoas no palanque produziram um vídeo de alta voltagem dramática – foram os dois minutos de maior impacto nas quase doze horas de programa eleitoral presidencial veiculadas na TV até aquela data, como mostrou o número de visualizações do filme na internet (67 000 até sexta-feira, recorde na campanha).<sup>79</sup>

Aqui, a emotividade é representada como uma “*arma*” com alto “*poder de fogo*”, um potencial que se expressa pelo temor que desperta em seus adversários. Esta potencialidade virtual, porém, não parece ser uma garantia absoluta de realização, pois é somente na expressão total do organismo de Marina – “*a voz embargada*”, “*as pausas estratégicas*”, “*os olhos marejados*” e “*a eloquência*” – que se forja o sucesso da investida, expresso pela “*alta voltagem dramática*”. Reconhece-se o potencial intrínseco da emotividade, mas o “*maior impacto*” por ele produzido pode apenas realizar-se através de uma performance oratória estrategicamente bem articulada.

Veja que, diferentemente das representações acerca da emotividade despropositada de Luciana Genro, os discursos sobre o extravasamento de emoção da candidata Marina Silva se formulam a partir de dizeres relativamente mais eufóricos, particularmente quando classificados como uma estratégia, ou seja, quando se origina no cálculo frio da razão:

Ela se disse vítima de preconceito e afirmou: “Com minha origem social, tem que provar que é competente, que pensa, mas é isso aí...”.

Esse discurso de Marina tem poder. E não, leitores amigos, eu não simpatizo com esse tipo de apelo, seja na boca de Marina ou na de Lula, outro que fez muita praça ao longo da história de suas agruras de infância.

Sempre que Lula vinha com esse chororô, eu me lembrava na caricatura do pedinte-assaltante: “Eu poderia estar matando, eu poderia estar roubando, mas estou, aqui, fazendo política...”.<sup>80</sup>

Com efeito, oferece-se algum reconhecimento ao “*chororô*” de Marina, em contraposição àquele de Luciana: enquanto este último servia à desqualificação de suas demandas, aqui, funciona em favor da eficácia do empreendimento oratório, visto que “*tem poder*”. A diferença basilar pode ser imputada aos efeitos que emanam de “*fazer praça*” – expressão que se estende a Marina através de “*outro*” e duplamente produtiva para o exercício

---

<sup>79</sup> BARROS, M; ZALIS, P. A emoção vai ao palanque. Revista Veja, 20 set. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/a-emocao-vai-ao-palanque/>>. Acesso em 10 out. 2020.

<sup>80</sup> AZEVEDO, R. “Eu poderia estar matando, eu poderia estar roubando, mas estou aqui, fazendo política”. Revista Veja, 17 set. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/8220-eu-poderia-estar-matando-eu-poderia-estar-roubando-mas-estou-aqui-fazendo-politica-8221/>>. Acesso em 12 out. 2020.

analítico discursivo, uma vez que significa “*tornar público com alarde*”, isto é, ao mesmo tempo em que produz o efeito de sentido de tática, coloca em cena o atravessamento das fronteiras entre o público e o privado na arena política. O “*chororô*”, portanto, é valorizado exclusivamente enquanto estratégia racional. Daí concluirmos que, mais uma vez, Marina é singularizada, pelo menos em relação às mulheres, restrição que se impõe em face da relação de contiguidade que se estabelece com Lula: os efeitos de “*outro*”, associados a “*esse chororô*” conduzem à possibilidade de identificação da mesma tática em ambos, reforçada ainda pela paráfrase com o trecho “*seus adversários conhecem bem*”, no artigo anterior, e da qual emergem os sentidos disfóricos de imitação e de decorrente falta de originalidade.

Então, por qual razão Marina seria singularizada? Porque, neste contexto, mas em direção diametralmente oposta, a produção de um efeito de consenso acerca da agressividade e do sentimentalismo exacerbados de Heloísa Helena, manifestos em suas performances oratórias, dialoga não com o efeito eufórico de estratégia, mas com o efeito de sentido disfórico de impulsividade, isto é, de uma pulsão que dificilmente se pode controlar ou conter. Sobre esta relação, destaca-se trecho de portagem publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, na qual se atribui a tendência de “*rebaixamento geral do padrão de campanha*”, pelo menos em partes, ao “*pendor do candidata Heloísa Helena para a incontinência verbal*”<sup>81</sup>. Sob essa ótica, as práticas da candidata são naturalmente desencadeadas por fatores diametralmente opostos à racionalidade e à reflexão, o que parece poder justificar o exercício de um controle externo sobre seu comportamento e, mais particularmente, sobre sua fala pública – terreno no qual se fundamentam as representações acerca de suas estratégias de assessoria política. A revista *CartaCapital* mencionava a fabricação da estratégia em sua edição de número 405, relacionando-a ao carisma de Heloísa Helena:

Os 45 dias de exibição no rádio e na tevê também testarão o carisma e a força eleitoral de Heloísa Helena, candidata do PSOL. Por enquanto, HH parece estacionada na casa dos 10%, mas ninguém sabe que tipo de proveito ela poderá tirar da propaganda gratuita. A senadora terá o menor tempo entre os candidatos, 1 minuto e 11 segundos. Mas o tempo, também nas campanhas eleitorais, é relativo. Basta lembrar que Enéas amealhou mais votos quando tinha 30 segundos de exposição. O dilema de HH? Manter a postura “*cabra-macho*” que provocou a ascensão nas pesquisas, mas com efeitos colaterais no quesito rejeição,

---

<sup>81</sup> A baixaria do presidente. O Estado de São Paulo, 22 ago. 2006, p. A3.

ou suavizar o discurso. As aparições no Jornal Nacional da primeira semana de agosto mesclaram os dois estilos.<sup>82</sup>

Sobre o teste para “*o carisma e a força eleitoral de Heloísa Helena*”, conclui-se que “*ninguém sabe*” quais resultados podem ser obtidos, o que se atribui a um “*dilema*”, constituído entre “*manter a postura ‘cabra-macho’*” ou “*suavizar o discurso*”. A referência à “*postura cabra-macho*” é notável pela recorrência à memória do Nordeste, mas, sobretudo, da brutalidade e da masculinidade, em oposição à ternura feminina que então se constrói na hipótese alternativa. Sobre o primeiro estilo, que se cogita manter, diz-se ainda que “*provocou ascensão nas pesquisas*”, com a concessão de estar “*estacionada na casa dos 10%*” e com a adversidade de obter “*efeitos colaterais no quesito rejeição*”. A concessão e a adversidade parecem se sobrepor à vantagem da postura, visto que se observa uma mescla entre “*os dois estilos*”. Em meio à inconsistência e indefinição, o “*dilema*”, estendendo-se à dúvida sobre “*que tipo de proveito ela poderá tirar da propaganda televisiva*”, também se aplica a constatação de sua “*força eleitoral*” e de seu “*carisma*”.

Antes mesmo do início da campanha televisiva, sua performance oratória já estava em pauta na *Folha*, que chamava a atenção para a estratégia de marketing político que, curiosamente, leva em consideração a diferença entre os modos de dizer políticos em diferentes modos de circulação.

Paz e amor 1. Vedete do novo Datafolha, Heloísa Helena começa a gravar ainda em julho material para o horário gratuito. A linha será propositiva, sempre com fala pausada. Nada de imagens dos discursos agressivos no Senado.<sup>83</sup>

Aqui, podemos ver se estabelecer uma linha comparativa que tem início no subtítulo do parágrafo, no qual se lê “*paz e amor*”, e que desemboca na última oração, com “*discursos agressivos no Senado*”. O par opositivo é forjado, ainda, pela expressão “*nada de...*”, uma negação veemente que enfatiza a inadequação do estilo considerado “*agressivo*” para o “*horário gratuito*” de propaganda eleitoral para a tevê. De maneira mais específica, “*paz e amor*” ressoa em “*linha*” “*propositiva*”, oposta sintática e semanticamente à impulsividade e à emocionalidade inerentes a uma atitude tipicamente considerada como agressiva. Neste sentido, é interessante, aliás, apontar a possibilidade de paráfrase com o adjetivo “*alterada*”, mobilizada em uma das sequências discursivas

---

<sup>82</sup> LIRIO, S. O show vai começar. CartaCapital, ed. 405, p. 22, 09 ago. 2006.

<sup>83</sup> LO PRETE, R. Pannel: Fio da meada. Folha de São Paulo, 20 jul. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2007200601.htm>>. Acesso em 05. fev. 2021.

que analisamos na presente seção do trabalho. O caráter apropriado da possível substituição se vê acentuado, ainda, pela dessemelhança apontada entre “*fala pausada*” e o caráter “*agressivo*” de seus discursos no Senado. Imputa-se à fala pausada, portanto, um caráter de racionalidade, que se opõe à fala acelerada e demasiadamente emocionada no Senado. Dessa forma, podemos estabelecer, como forma de ilustração, os pares opositivos ideais *tevé::Senado, fala pausada::fala acelerada* e, por fim, *razão::emoção*. Ademais, é relevante apontar que, no caso da representação da fala feminina, a racionalidade caminha distante da agressividade, diferentemente da postura tipicamente apontada nos homens, em que pesem os estereótipos que concernem à virilidade deles.

Esta regularidade demonstra-se verdadeira também em relação à Dilma:

Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) passaram o dia de ontem numa preparação que, além de simular perguntas e respostas, incluiu a entonação de voz e a postura corporal. Há dois dias Dilma testa a concisão: é bombardeada por assessores para perguntar em 30 segundos e responder em apenas um minuto sem perder conteúdo. A campanha petista quer que Dilma seja “elegante” sem demonstrar irritação e sem ser tachada de durona. Ela foi instruída ainda a tratar de igual para igual Marina e Plínio Sampaio (PSOL), por este ser um octogenário e Marina uma mulher frágil.<sup>84</sup>

Em relação a ela, seu potencial de não demonstrar irritação, não ser tachada de durona e ser elegante está imediatamente condicionado à preparação e à instrução de outrem, ou seja, é preciso controlar os impulsos de agressividade através da racionalização que se atribui não à sua própria capacidade crítica, mas à de outros. A própria necessidade dessa preparação se justifica na construção de um contraste entre sua imagem “*durona*” e a de seus adversários, “*uma mulher frágil*” e “*um octogenário*”. Talvez justamente deste contraste é que, na representação de sua preparação para um contexto enunciativo particular que é o da *tevé*, ainda mais restrito pelo engessamento do formato dos debates eleitorais, surja a necessidade de dispender maior atenção para as maneiras de dizer em detrimento do que dizer. Para o que se diz, na superfície textual, reservam-se “*perguntas e respostas*” e “*sem perder conteúdo*”, enquanto sobre o modo de dizer lê-se “*a entonação de voz e a postura corporal*”, “*concisão*”, “*demonstrar irritação*” e “*tratar de igual para*

---

<sup>84</sup> REDAÇÃO. Dilma e Marina treinam postura, e Serra se alonga. Folha de São Paulo, 05 ago. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0508201003.htm>>. Acesso em 08 abr. 2021.

*igual*". Os sentidos de ênfase sobre as maneiras de dizer também são produzidos pela formulação sintática no primeiro parágrafo, em que a coordenação aditiva impõe uma certa hierarquia entre os elementos introduzidos: “*além de simular perguntas e respostas*” produz um efeito de sentido de já-dado, de lugar comum, ao passo que “*incluiu a entonação de voz e a postura corporal*” extrapolam uma antecipação de expectativa e imprimem um valor diferencial de completude. Essa conclusão pode ser reforçada pelo exercício de inversão da oração, que resultaria em “*uma preparação que incluiu a entonação de voz e a postura corporal, além de simular perguntas e respostas*”. Lembremos que, na relação que se estabelece entre a estrutura sintática e a sucessão dos argumentos, aquele que é situado mais ao final do período é invariavelmente o que mais repercutirá na escuta, de modo que se pode dizer que se destaca em relação aos demais.

Neste excerto, tal supremacia dos modos de dizer em relação ao dito também recai, evidentemente, sobre Marina, a “*mulher frágil*”, mas as particularidades da mídia televisiva apenas são retomadas de maneira enfática em sua representação em diferente artigo do mesmo jornal:

A política midiaticizada é um espetáculo para um público longínquo: é preciso encontrar, por meio da voz, da gestualidade, da maneira de olhar para a câmera, o tom que produzirá o convencimento do eleitor distante. Marina Silva (PV) iniciou sua participação hesitante, voz trêmula, mas foi se inflamando no decorrer do debate. Sua fala rápida, inflexão forte, acompanhada por um rosto imóvel e sisudo. Seu discurso contundente acabou muito mais adequado ao palanque, ao corpo a corpo. Na tela soou grave, excessivo, sem a plasticidade exigida pelo meio televisivo.<sup>85</sup>

Nesta peça veiculada pela *Folha*, a representação disfórica da fala pública de Marina se edifica sobre os sentidos de inadequação que são produzidos por duas distintas e complementares vias: a primeira, mais ou menos essencial, uma vez que diz respeito à sua própria condição de oradora, e a segunda, conjuntural, relativa à diferenciação contextual entre debate e palanque. Sobre a representação de sua condição pessoal de oradora, toma-se a “*voz trêmula*” como um índice da vacilação expressa por “*hesitante*”, uma debilidade que progressivamente foi substituída por certa robustez nos modos de dizer, expressos por “*fala rápida, inflexão forte*” e “*rosto imóvel e sisudo*”, uma conjunção que resulta na representação de um “*discurso contundente*”. É particularmente

---

<sup>85</sup> GREGOLIN, M. R. Candidatos tentaram encontrar o tom certo. Folha de São Paulo, 07 ago. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0708201004.htm>>. Acesso em 03 out. 2020.

interessante que, nos pronunciamentos especificamente produzidos na tevê, a fala de Marina seja caracterizada com adjetivos que remetem à dureza e a certa agressividade, visto que, até este momento de nossa exposição, os discursos sobre sua fúria foram frequente e intensamente formulados com base em modalizações e seus efeitos de sentido foram, assim, atenuados. O estabelecimento desta rede de sentidos se nos configura como um importante índice da dessemelhança entre os efeitos que podem resultar de diferentes condições de produção dos discursos, na medida em que, no “*corpo a corpo*”, suas maneiras de dizer foram regularmente representadas como capazes de promover efeitos de suavidade e tons dramáticos que, ao modalizar sua agressividade, conduzem à eficácia, enquanto, na política midiaticizada, soa grave e excessivo. Neste contexto, em relação à performance de Marina, cujos efeitos de “*discurso contundente*” são representados como lhe sendo de certa maneira fundamentais, uma vez que os atributos que o caracterizam são apresentados com pronomes possessivos (“*sua*”, “*seu*”) que incutem um sentido de uma sua peculiaridade, podemos estabelecer, para o pólo da escuta, uma contraposição entre os pares binários debate::palanque:grave::suave.

A pertinência de tais pares opositivos também se destaca mediante a repetição da produção de efeitos de sentido similares em outras sequências discursivas que compõem nosso *corpus*. A título de exemplo, uma reportagem publicada na seção *Poder* da *Folha de São Paulo* em razão da cobertura da entrevista de Heloísa Helena para o *Jornal da Globo* nos oferece subsídios para endossar tal regularidade. Vejamos:

O clima da entrevista foi tenso. Falando muito e rapidamente, Helena em vários momentos fugia às perguntas e chegou a começar uma resposta antes que a questão tivesse sido colocada. Os entrevistadores William Waack e Christiane Pelajo tiveram de interromper Helena em vários momentos e chamar sua atenção para perguntas que não eram respondidas.

Perguntada como agiria no caso de uma greve no funcionalismo público, Helena disparou a falar sobre a importância da educação básica. Quando Pelajo insistiu com uma pergunta direta -- se ela cortaria o ponto de servidores em greve num setor essencial --, a candidata novamente digressou e falou sobre a área de saúde, saneamento básico e "doenças crônico-degenerativas". Depois de muita insistência, Helena reafirmou que não teria de enfrentar greves porque pretende fazer uma "pactuação transparente" com os trabalhadores do setor público: "Paralisação só há quando a

arrogância, a inconseqüência política, o eleitoralismo ou qualquer outro legalismo acaba obstaculizando o funcionamento público", disse.<sup>86</sup>

Aqui, a inadequação de sua performance retórica aos moldes do discurso político televisivo se contrapõe pela representação disfórica da fala de Heloísa Helena em três âmbitos distintos: como fala, o que fala e quando fala. Em um primeiro momento, as maneiras de dizer são depreciadas através da descrição “*falando muito e rapidamente*”; na sequência, critica-se a pertinência de sua fala mediante à observação de que “*fugia às perguntas*”; por fim, questiona-se a escolha do momento de fala com “*começar uma resposta antes que a questão tivesse sido colocada*”. Juntas, essas três formas de depreciação da fala pública (ao menos, a fala pública televisionada) forjam um “*clima tenso*” na tevê. Pode-se compreender, portanto, que o estilo adequado para um pronunciamento veiculado pela televisão seria aquele em que se fala pausadamente e se economiza palavras, em que não se fala sobre assuntos que não tenham sido suscitados diretamente pelo roteiro da entrevista e, finalmente, em que se respeita absolutamente o turno de fala dos interlocutores. A tricotomia depreciativa que recai sobre a performance de Heloísa Helena na entrevista põe em xeque as competências mais basilares que moldam seu caráter público: “*fugir às perguntas*” lhe atribui cores de covardia, “*começar a resposta antes da pergunta ter sido feita*” retoma a falta de domínio sobre os próprios impulsos, além de uma postura antidemocrática, e o “*falar muito e rapidamente*” pode produzir efeitos de sentido de despreparo mediante a inadequação ao contexto enunciativo. Somadas, essas competências, questionadas, são capazes de pôr em circulação efeitos de inépcia em relação ao campo político. Esses efeitos de sentido são reiterados por outras modulações que repercutem ao longo do texto: “*disparou a falar*” retoma a inadequação da maneira de dizer e, determinada por “*sobre a educação básica*”, reforça a crítica ao caráter descontextualizado do dito, crítica consoante a “*novamente digressou*”, mais à frente; a “*muita insistência*” necessária para colocar a fala da candidata nos eixos também serve aos efeitos que pejoram o que é dito.

Apenas no blog de Reinaldo Azevedo na *Revista Veja* encontram-se passagens emblemáticas da representação pejorativa das três instâncias: sobre o momento de dizer, diz-se que “*A avaliação é de que a candidata Heloísa Helena, do PSOL, soube aproveitar*

---

<sup>86</sup> FOLHA Online. Heloísa Helena ataca Lula e promete auditoria em privatizações de FHC. Folha de São Paulo, 01 set. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u82353.shtml>>. Acesso em 11 mar. 2021.

*melhor a entrevista usando a tática de falar sem parar, para gastar o tempo e deixar poucas oportunidades para perguntas*<sup>87</sup>; sobre o que dizer, diz que “os menos instruídos, tadinhos, não entendem patavina do que ela fala. O que me surpreende é que 20% dos que têm curso superior julguem entender<sup>88</sup>”; e, finalmente, sobre a maneira de dizer, que “Aquela retórica dela feita de sinonímias que vão ilustrando sempre o mesmo argumento me lembra, assim, um Marcelo Coelho de peixeira, sem frufus e rodeios<sup>89</sup>” e “Quem mais para insultar as elites brasileiras com os fogos de artifício da retórica sem nunca sair do lugar?<sup>90</sup>”

Sob artifício similar, em dezembro de 2014, o *Estadão* publicou artigo sob o título “Em 2014, Dilma abusou do ‘dilmês’ e não se fez entender em discursos da campanha”. Aqui, a utilização do sufixo -ês remonta à construção de nomeações de idiomas, como sabemos, mas não só: ao mesmo tempo, indica a sua vinculação a certos já-dito segundo os quais “Dilma fala o português mal”, “Dilma faz uso de um idioma próprio” e “Dilma não sabe se comunicar”. O efeito pejorativo é reforçado pelo acompanhamento do verbo “abusar” e do complemento “não se fez entender”. A conjunção aditiva “e”, combinada com a voz única que ressoa nessa formulação, leva o interlocutor a operar um silogismo: se “Dilma abusou do ‘dilmês’” e “Dilma não se fez entender”, logo, “o ‘dilmês’ é incompreensível”. Com efeito, o artigo é introduzido através de uma insistente operação de produção de memória:

As confusões de discurso já viraram marca registrada da presidente Dilma Rousseff e, neste ano eleitoral, quando ela precisou mais deixar os textos de lado e se arriscar mais no improviso, não se fez entender em uma infinidade de momentos. Dilma já celebrizou a expressão “no que se refere”, à qual sempre recorre para introduzir um assunto. A presidente também já é famosa pelo “porquê” retórico, que sempre lhe permite um tempinho a mais para pensar no que virá em seguida.<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> AZEVEDO, R. Desempenho desastroso do JN reforça decisão de Lula: ele não vai participar de debates no 1º turno. Revista Veja, 12 ago. 2006. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/desempenho-desastroso-no-jn-reforca-decisao-de-lula-ele-nao-vai-participar-de-debates-no-1-turno/>>. Acesso em 05 abr. 2021.

<sup>88</sup> AZEVEDO, R. A pesquisa eleitoral, os números, os cenários. Revista Veja, 02 dez. 2007. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-pesquisa-eleitoral-os-numeros-os-cenarios/>>. Acesso em 05 abr. 2021.

<sup>89</sup> AZEVEDO, R. Heloísa Helena e o lixo radioativo. Revista Veja, 24 jul. 2006. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/heloisa-helena-e-o-lixo-radioativo/>>. Acesso em 05 abr. 2021.

<sup>90</sup> AZEVEDO, R. Sem perder a ternura. Jamais!. Revista Veja, 13 dez. 2006. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/sem-perder-a-ternura-jamais/>>. Acesso em 05 abr. 2021.

<sup>91</sup> LIMA, L. Em 2014, Dilma abusou do ‘dilmês’ e não se fez entender em discursos da campanha. O Estado de São Paulo, 28 dez. 2014, p. 6.

O enunciado “*já viraram marca registrada*”, além de produzir um efeito de univocidade que leva o leitor a inferir que “*todos já sabem das confusões de discurso da Presidenta*”, o conduz à interpretação de que essas “*confusões de discurso*” não apenas constituem uma característica da fala de Dilma, mas também a diferenciam das demais figuras políticas públicas, já que “*marca registrada*” remete à discursividade mercadológica na qual a exclusividade se impõe como uma vantagem estratégica. No entanto, o valor negativo conferido às predicções ao redor da “*marca registrada*” de Dilma opera um deslocamento de sentido da expressão: seu caráter irreproduzível, ao invés de constituir algo como da ordem da interdição, inscreve-se pejorativamente na ordem da impossibilidade. Quer dizer, “*Dilma é a única que discursa dessa forma*”, “*ninguém se confunde como Dilma*” e “*Nunca se viu discursos tão confusos quanto os de Dilma*”. A presidenta é, desta forma, individualizada em relação à representação dos demais integrantes do grupo social no qual se inscreve, isto é, o campo político, e em decorrência da oposição de suas práticas singulares às práticas supostamente convencionais de seus pares.

O texto reforça que os mecanismos de articulação dos quais Dilma comumente se serve em suas performances e que lhe atribuíram uma “*fama*” e uma “*marca registrada*” não a salvaram de cometer deslizes ao assumir o risco do “*improviso*”. Esse efeito de sentido se constrói à medida que somos introduzidos aos papéis que esses mecanismos exercem na articulação de sua fala: o primeiro “*sempre*” lhe serve para “*introduzir um assunto*”, ao passo que o segundo “*sempre lhe permite um tempinho a mais para pensar no que virá em seguida*”. No entanto, “*apesar disso*”, ou seja, a despeito dos mecanismos úteis de que Dilma dispõe, ainda que estes lhe tenham rendido reações depreciativas, a Presidenta “*não escapou de se enrolar e provocar situações embaraçosas, incompreensíveis e engraçadas ao longo do ano*”. Assim, reitera-se o efeito de sentido de inadequação e inabilidade.

A descrição que se segue se debruça sobre a narrativa de uma série de pronunciamentos da presidenta aos quais se atribui predicções de valores negativos e/ou pejorativos, tais quais: i) “*Já na pré-campanha ela deu o tom das sucessivas confusões*”; ii) “*A comparação entre o ‘abacaxi’ e o ‘quiabo’ concluiu uma série de escorregões da presidente*”; iii) “[...] *disse a presidente, arrancando gargalhadas dos presentes*”; iv) “[...] *a presidente já havia filosofado sobre a importância dos bodes para o Nordeste*”; v) “[...] *a presidente continuava se confundindo com os estados*”; vi) “*No mesmo dia,*

*Dilma se enrolou para explicar a importância do metrô para cidade”; vii) “Em época de campanha, até garantir o pleno acesso a “mangas bem doces” vira promessa”; e viii) “[...] a presidente se esforçou, em Belém para relacionar as obras de mobilidade urbana com o desfrute das mangueiras carregadas da capital paraense”<sup>92</sup>.*

Faz-se interessante a percepção de que, até este ponto, a fala de Dilma sofre desqualificações quanto à sua “*forma*” – maneira de articular as sentenças, referida através das construções acerca da estrutura “*no que se refere*” e do “*por quê*’ retórico” – e ao seu “*conteúdo*” – aquilo que se articula no dizer, ou seja, o dito, mencionado através de um conjunto de narrativas às quais se atribui valor negativo por meio da escolha lexical, como se verifica em “*escorregões*”, “*confusões*”, e até mesmo por meio do esforço de inscrever o eufórico (“*arrancando gargalhadas*”) no campo do disfórico. Ainda, no entanto, uma última forma de desqualificação será mobilizada nos últimos parágrafos:

Houve momentos na campanha em que a presidente aplicou a resposta ensaiada para a campanha na hora errada e acabou se metendo em saia justa, para a alegria de seu adversário, o tucano Aécio Neves.<sup>93</sup>

Remontando ao subtítulo do artigo, no qual se estabelece uma oposição entre “*textos prontos*” e “*improvisado*”, atribuindo ao último um caráter de “*risco*” que impõe seu imediato contrário aos “*textos prontos*”, vemos, nesse parágrafo, uma ampliação ainda mais enfática da inabilidade conferida a Dilma em relação à sua fala pública: ainda que faça uso de uma “*resposta ensaiada*”, supostamente mais segura, a candidata “*se mete em saia justa*”, “*para a alegria de seu adversário*”, ao mobilizá-la “*na hora errada*”. Observamos, portanto, uma tentativa de desqualificação da performance de Dilma por três vias que se complementam na produção de um efeito de sentido de ênfase pejorativa: de seu modo de dizer, do seu dito, e de seu momento de enunciação.

Os sentidos de inabilidade oratória que daí derivam são arrematados sobremaneira ao articular a representação disfórica de seu modo de dizer, de seu dito e de seu momento de dizer à manifestação da inépcia na totalidade das três componentes de sua fala pública: verbo, corpo e voz.

Dilma sobreviveu e saiu com uma vantagem: nos próximos três até a eleição só pode melhorar, tantos foram os erros de desempenho.

---

<sup>92</sup> Cf. nota 72.

<sup>93</sup> Idem.

Nervosa, insegura, começou olhando durante sete segundos para a câmera sem perceber que deveria começar a falar, ficou quase de costas para o telespectador, não conseguiu dizer o que precisa no tempo regulamentar, foi prolixa, “numérica” em excesso e o sorriso confiante que a abandonou no segundo bloco não voltou a aparecer. Bem vestida, penteada e maquiada, mas antipática, sobressaltada e fora d’água.<sup>94</sup>

Vemos que a desqualificação do dito ocorre por “*não conseguiu dizer o que precisa*”, enquanto a depreciação do momento de dizer se dá através de “*sete segundos*” “*sem perceber que deveria começar a falar*”. Porém, a maior ênfase disfórica recai sobre a maneira de dizer: mediante “*prolixa*”, “*numérica em excesso*”, “*antipática*” e “*sobressaltada*”, produz-se o efeito de total deslocamento no contexto de debate eleitoral. Em correspondência, os sentidos dessa inabilidade se ramificam em direção ao verbo (não dizer o que precisa), ao corpo (olhar sem perceber, ficar de costas, sorriso que não volta a aparecer) e à voz (suspensão indevida). Esta rede de sentidos pejorativos estende a inépcia também à mente, que se permite caracterizar como um estado de nervosismo e insegurança, de que decorre um efeito de auge do insucesso e da ineficácia de seu pronunciamento (“*não tem como piorar*”).

### **3.3. Da afonia à eufonia: estratégias de produtividade vocal**

Sob a justificativa dessa completa inépcia das candidatas, motivada pela impulsividade que leva, em última instância, à excessiva agressividade e emoção, de um lado, ou à completa confusão e inépcia, de outro, e no que diz respeito à necessidade de construção de estratégias de assessoria política para compor as campanhas eleitorais, especialmente considerando as discrepâncias determinantes entre o estilo apropriado para a tevê e para o corpo a corpo, uma regularidade em que ainda pretendemos nos deter nos próximos exercícios analíticos, muito se falou sobre os vícios a serem evitados e, mais especificamente, sobre as tentativas de tornar suas imagens e seus desempenhos oratórios mais sedutores para os eleitores. No interior dessa estratégia, além da crítica contundente à constância e ao ritmo de sua fala, sobre a qual discorremos anteriormente, há também frequentes e intensas representações disfóricas acerca do volume de voz. A primeira amostra revela uma significativa ocorrência referente à Heloísa Helena.

---

<sup>94</sup> KRAMER, D. Debate ainda é o melhor remédio. O Estado de São Paulo, 07 ago. 2010, p. 8.

Como tem pouco tempo, Heloísa disse que "será tudo muito simples". A novidade será a forma como a candidata irá se apresentar. Ela foi orientada a não gritar para evitar assustar o eleitorado, mas isso não quer dizer que deixará de lado suas ácidas críticas ao governo Lula.<sup>95</sup>

Sobre a preparação prévia para a gravação da campanha televisionada, diz-se que os programas serão pautados pela simplicidade, o que se atribui ao “*pouco tempo*” de tela reservado ao recém-nascido partido. A simplicidade, porém, esbarra em uma única “*novidade*”: “*a forma como a candidata irá se apresentar*”. Focando, portanto, nas maneiras de dizer de Heloísa Helena, descreve-se a decisão sobre “*não gritar*” como recurso central à sua estratégia. Ao relacionar o baixo volume de voz a uma condição de ineditismo, permite-se inferir que o alto volume é a regra geral dos pronunciamentos da candidata. Ademais, é interessante observar como a decisão sobre mobilizar a voz em volumes mais baixos é retratada como resultado de um conselho ou ordem de terceiros – afinal, ela “*foi orientada*” – e não fruto de sua própria reflexão ou intuição. Estabelece-se, assim, através da demissão da influência de sua própria subjetividade sobre suas modulações vocais, uma relação entre natureza e contingência, relegando à primeira a ostentação da agressividade e à segunda a continência e a modéstia. Se esta medida implica assumir um risco iminente de abdicar dos efeitos de espontaneidade e franqueza, tão caros às figuras políticas contemporâneas, conserva-se, nas estratégias de assessoria política, uma qualidade que lhe parece igualmente essencial aos olhos e ouvidos do eleitorado: “*suas ácidas críticas ao governo Lula*” – note que o pronome possessivo, mais uma vez, produz um efeito de sentido de característica inata. É aí que reside a condição produzida de verdade dos pronunciamentos de Heloísa Helena, marcado, nesta oportunidade, pela diferença entre o volume instintivamente alto da voz e a tática ausência de gritos. E a estratégia se fundamenta na justificativa de “*não assustar o eleitorado*”, em franco diálogo com o discurso do medo que ronda as representações da candidata, desta vez, associando o medo diretamente ao alto volume vocal. Se é justamente no momento em que fala ao povo, por meio do HGPE, que a candidata providencia a mudança de postura vocal, reforça-se a imagem de que, na reação de temor, Heloísa forja sua maior arma estratégica: se não o eleitorado, quem está autorizado a temê-la?

---

<sup>95</sup> MATAIS, A. Adversários de Lula apostam tudo no horário eleitoral que começa amanhã. Folha de São Paulo, 14 ago. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81344.shtml>>. Acesso em 11 de mar. 2021.

A crítica às suas modulações vocais, porém, como já buscamos demonstrar anteriormente, não é inaugurada juntamente com a campanha, mas, em verdade, a precede. No ano anterior, em função da cobertura das sessões investigativas que compunham a CPI do Mensalão, dizia-se sobre Heloísa Helena:

**Volume** **máximo**  
Com duas semanas de trabalho, dois integrantes da CPI despontam como favoritos para o "prêmio decibéis": a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e o deputado ACM Neto (PFL-BA).<sup>96</sup>

Relacionar a atuação ou, mais especificamente, as performances oratórias da então senadora a um infame “*prêmio decibéis*” reserva, por trás das cortinas de humor, uma representação significativamente disfórica de sua voz. Mas a disputa do fabuloso prêmio, compartilhado com o colega nordestino, não se resume em uma simples comparação com o volume de voz de seus demais colegas, critério que poderia servir para deslegitimar suas honras – caso os colegas falassem em volume demasiadamente baixo, por exemplo, como se poderia argumentar em sua defesa. Isso porque o cotejo entre os pares não se faz necessário frente ao parâmetro que desponta como subtítulo para a referida seção da coluna: a campeã se consagra como tal devido ao “*volume máximo*” de sua voz.

De maneira análoga, no início do ano eleitoral, figurava no jornal *O Estado de São Paulo* crítica a uma peça de teatro japonesa, sob o título “*A pior peça do mundo*”, na qual o autor brinca com a possibilidade de produzir, ele mesmo, uma peça de qualidade similar àquela criticada, “inspirada nos últimos acontecimentos” daquele ano. Sob o título “*Até Loguinho: Metalúrgico*”, parte do roteiro de faz-de-conta dizia:

Cena 3, projeções de comissões de inquérito na tela. Todo o elenco sai correndo pelo palco gritando como Heloísa Helena (PSOL). A voz em off de Faustão repetirá lentamente: “Se vira nos 30! Digite o número do candidato e aperte a tecla verde!”<sup>97</sup>

A relação entre “a pior peça do mundo” e os gritos à la Heloísa Helena produzem o efeito de sentido de crítica e arregimenta a escuta para uma verdade produzida no fio do discurso: o alto volume da voz de HH é uma boa opção para desagradar.

No mesmo jornal, mas em distinta reportagem, a representação disfórica do alto volume de sua voz emerge acompanhada de semelhante referência à sua frequência:

---

<sup>96</sup> HELOÍSA Helena ataca Lula e promete auditoria em privatizações de FHC. Folha de São Paulo, 03 jul. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0307200501.htm>>. Acesso em 08 fev. 2021.

<sup>97</sup> RUBENS PAIVA, M. A pior peça do mundo. O Estado de São Paulo, 11 mar. 2006, p. 108.

Uma mulher arretada, daquelas que não levam desaforo para casa, tornou-se o maior incômodo para os candidatos dos dois partidos com mais chance de ganhar a eleição presidencial. [...]

A senadora seduz o eleitorado com seu jeito franco de mulher sertaneja, que nunca teve seu nome envolvido em escândalo. [...] Ponto vulnerável seria a maneira como defende seus pontos de vista. “O eleitor não gosta da forma estridente como ela se expressa”, diz [Carlos Augusto Montenegro [, presidente do Ibope].<sup>98</sup>

A estridência remonta aos efeitos de alto volume e de alta frequência, o que produziria um intenso som alto e agudo, como aqueles comumente associados ao imaginário das vozes de crianças e mulheres. No fio do discurso, pela relação que se constrói entre “*a forma estridente como ela se expressa*”, “*a maneira como defende seus pontos de vista*”, “*seu jeito franco de mulher sertaneja*” e “*uma mulher arretada*”, a estridência, uma maneira de falar, passa também a classificar uma maneira de ser que remonta à memória de sua origem nordestina, frequentemente relacionada, como vimos, aos estereótipos relacionados ao movimento cangaceiro, produzindo um deslizamento de sentidos que desloca a estridência do campo da candura tipicamente relacionada ao imaginário da infância e da feminilidade para o campo da agudeza penetrante similar àquela de um punhal. Nesta perspectiva, torna-se interessante observar a relação de continuidade que parece emergir em meio à oposição entre uma sua representação eufórica (“*seduz o eleitorado*”) e outra, disfórica (“*ponto vulnerável*” e “*o eleitor não gosta*”): há uma cadeia contígua que se edifica nos efeitos a que remetem ao termo “*escândalo*”. A candidata, pois, “*nunca teve seu nome envolvido em escândalo*”, isto é, em fatos ou acontecimentos considerados imorais e indecorosos, mas, expressando-se de maneira estridente, produz, indubitavelmente, outros gêneros de escândalos – estes compreendidos, como no jargão popular, enquanto a classificação disfórica de um barulho excessivo. Produz, ainda, outros “*incômodos*”. Em suma, a estridência não seduz.

Também se fala sobre tal estridência na *Folha*:

A loquacidade ríspida é marca registrada da candidata. [...] Trotsko-cristianismo à parte, HH foi extensão estridente das bancadas do PSDB e do PFL no Senado. Uma década antes, Lula fora seu maior ídolo. Passou.<sup>99</sup>

Aqui, a qualidade de “*estridente*” acompanha também aquilo que se denomina como “*loquacidade*”, a habilidade e intimidade com as performances oratórias e a

---

<sup>98</sup> FILHO, E. Senadora cresce e incomoda petistas e tucanos. O Estado de São Paulo, 29 mai. 2006, p. 6.

<sup>99</sup> CAPRIGLIONE, L. Heloísa Helena. Folha de São Paulo, 01 out. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0110200661.htm>>. Acesso em 08 mar. 2021.

eloquência, mas determinada como “*ríspida*” – é exatamente esta a loquacidade que caracteriza a candidata, e não uma loquacidade “comum”, sintática e semanticamente indeterminada, ou outra qualquer. A estridência aqui, serve aos efeitos de paramentação de tal “*loquacidade ríspida*” e, ainda, aos efeitos de ênfase da incoerência observada entre a idolatria a “*seu maior ídolo*” Lula, no passado mais longínquo, e a “*extensão das bancadas do PSDB e do PFL no Senado*”, em um passado mais recente. Esta incoerência, no entanto, não se assemelha aos sentidos de uma inconstância, visto que os efeitos de intensidade produzidos pelos adjetivos “*estridente*” e “*maior*” concorrem para compor a “*marca registrada da candidata*”.

A crítica ao ritmo, ao volume e à frequência de sua voz não se restringe à campanha presidencial, mas a sucede até anos mais tarde, quando o mesmo Estadão diz:

Asmática, Heloisa Helena continua falando rápido e em tom estridente, mesmo fora da TV, onde tem apenas 40 segundos para deixar seu recado. Seu discurso típico lhe rendeu o cruel apelido de "Vuvuzela" entre os adversários.<sup>100</sup>

Neste excerto, emerge uma imensa potência de produção de efeitos de sentido relacionados à condição essencial de sua performance oratória, a começar pela escolha lexical do verbo “*continua*” e do adjetivo “*típico*”, além do pronome possessivo “*seu*”. A representação pejorativa desta maneira de dizer recai sobremaneira à sua voz, mais particularmente às descrições relativas ao tempo, ao volume e à frequência. Ao discurso sobre a voz soma-se o discurso sobre a escuta, ou, pelo menos na superfície linguística, sobre um determinado regime de escuta, atribuído a seus “adversários”. Para estes, a voz de Heloísa Helena poderia ser comparada ao sirênico som emitido pelas célebres cornetas sul-africanas, cuja origem deriva dos berrantes utilizados por tribos ancentrais do país. O “apelido de ‘Vuvuzela’” não se constitui, portanto, como uma alcunha de autoria do próprio enunciador, que a classifica como “cruel”. Não se pode atribuir ao acaso, porém, a recorrência à sua expressão – a rede parafrástica que se estabelece entre “Vuvuzela” e o “*tom estridente*” empresta à representação sobre a fala e a voz de HH um efeito de consenso e evidência que lhe imprime a força de um argumento.

Há, ainda, a mobilização de recursos que servem à ênfase da condição essencial desta performance vocal, qual seja, a rejeição da possibilidade de se permitir justificar tal

---

<sup>100</sup> O ESTADO de S. Paulo. Na última trincheira, Heloísa. O Estado de São Paulo, 19 set. 2010. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,na-ultima-trincheira-heloisa-imp-,612129>>. Acesso em 12 dez. 2020.

desempenho em função dos curtos “40 segundos” de que dispõe para “*deixar seu recado*” na tevê. A conjectura ao redor dessa possibilidade conduz à conclusão de que esta poderia ser um pretexto plausível para a escolha de uma modulação vocal em tempo acelerado, alto volume e alta frequência, o que nos permite especular acerca da sobreposição de certas demandas conjunturais em relação às demandas inerentes às diferenças de modos de circulação dos discursos, ou seja, o estilo de fala pública considerado adequado e agradável para a tevê admitiria concessões em determinadas condições de produção. Parece-nos, no entanto, que o esforço em direção de admitir ou rechaçar tal suspeição importa menos do que constatar que, neste enunciado específico, a hipótese relativa ao tempo da candidata serve sobretudo ao realce da condição de sua maneira de falar enquanto constitutiva. Em outros termos, na TV, “*onde tem apenas 40 segundos para deixar seu recado*”, talvez se pudesse até compreender a rapidez e estridência, mas tal postura ocorre “*mesmo fora da TV*”, onde, em tese, dispõe-se de mais tempo para falar. De maneira similar à referência ao meio de circulação funciona a qualidade de “*asmática*”: também exercendo a função de uma concessiva, pode-se compreender o adjetivo como outra força que se opõe à rapidez e a estridência de sua voz, mas que também é superada pelo impulso natural de sua essência. Em outras palavras, conclui-se que “Heloísa Helena fala assim mesmo sendo asmática” e “Heloísa Helena fala assim mesmo fora da TV”.

A estridência ressaltada de maneira disfórica nas representações de Heloísa Helena – e também de Dilma, como vimos – correlativamente atravessa os dizeres sobre a candidata Marina Silva, com especial notoriedade quando articulada à proposição da necessidade de certo ajustamento de sua conduta:

Só falta falar grosso!

Se Dilma Rousseff fez plástica e José Serra operou a gengiva, que diabos Marina Silva está esperando para mudar aquela voz de taquara rachada? Não sei se fonoaudiologia resolve, mas não é possível que a ciência moderna, com tantos métodos terapêuticos avançados por aí, não encontre ao menos um paliativo para a estridência em sua fala.

Quem a está acompanhando pelos jornais sabe que Marina é, além de a mais bonitinha dos três – o que não chega a ser vantagem alguma –, a única pré-candidata com propostas concretas de governo.

Melhor ainda: só ela poderia salvar o Brasil da polarização eleitoral nojenta entre PT e PSDB.

Mas quem vai aguentar ouvir o que a ex-senadora tem a dizer de viva-voz no ‘horário de propaganda gratuita’? No calor de um debate na TV, o timbre de seu discurso é capaz de quebrar taças na casa do eleitor.

Com tantos intelectuais entre os colaboradores da candidata, francamente, não é possível que ninguém aborde o problema com receio de melindrá-la. Alguém do comitê de campanha podia ao menos perguntar à Marília Gabriela o que ela faz pra ficar com a voz daquele jeito, né não?<sup>101</sup>

Sabemos que, na cultura popular, aquilo que se intitula pejorativamente “*voz de taquara rachada*” equivale ao som emitido em alta frequência e alto volume, geralmente desafinado e vacilante. Por essa razão, na superfície textual, a expressão dialoga com “*estridência*”, cuja condição crítica é ressaltada por “*não sei se fonoaudiólogo resolve*” e por “*o timbre de seu discurso é capaz de quebrar taças na casa do eleitor*”. Nesta última sentença, é importante destacar o uso de “*timbre*”, que, tecnicamente, designa a característica sonora particular que permite aos ouvintes distinguir e identificar diferentes fontes sonoras, ainda que emitam sons na mesma frequência. Isso equivale a dizer que a voz estridente é ressaltada como um seu traço distintivo. Por outro lado, há a idealização da baixa frequência da voz reconhecidamente grave de Marília Gabriela.

Outro fator que se destaca é a atribuição da responsabilidade pela iniciativa do ajuste a outros (“*fonoaudiólogo*”, “*ciência moderna*”, “*intelectuais entre os colaboradores*” e “*alguém do comitê de campanha*”), e não a ela própria, o que sugere uma representação disfórica de sua capacidade crítica e de seu bom senso, cujos efeitos se justificam a partir da incisiva indagação “*que diabos Marina Silva está esperando [...]*”. O trecho também se faz particularmente notável por construir uma contraposição entre a representação disfórica daquilo que “*tem a dizer*”, identificado como “*propostas concretas*”, e a depreciação de seu instrumento de expressão (a pergunta retórica “*quem vai aguentar ouvir?*” está impregnada da resposta “ninguém vai aguentar ouvir”). Desta feita, a maneira de dizer se impõe sobremaneira ao dito. Parece haver uma admissão importante em relação à imagem e à postura política de Marina quando se afirma “*só falta falar grosso*”, mas se trata, efetivamente, de um impedimento decisório, justamente devido à supremacia do dizer sobre o dito, o que efetivamente invalida as qualidades que

---

<sup>101</sup> VASQUES, T. Só falta falar grosso!. O Estado de São Paulo, 15 abr. 2010. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/blogs/tutty/so-falta-falar-grosso/>>. Acesso em 13 set. 2020.

se lhe atribui. De maneira análoga, também no *Estadão* a voz funciona como uma via de invalidação das possíveis virtudes de sua proficiência oratória e de suas habilidades políticas.

Não se sabe se por recomendação médica ou de algum marqueteiro, Marina Silva decidiu poupar a voz. Seja como for, capaz de ganhar um bocado de votos com isso!<sup>102</sup>

Aqui, Marina teria mais chance de obter eficácia em seus desempenhos oratórios em condição de silêncio, que figura como uma boa propaganda mediante a especulação acerca da “*recomendação de algum marqueteiro*”. Tal especulação produz o efeito de sentido de que a suspensão da voz ou a manutenção do silêncio que provém da necessidade de “*poupar a voz*” representaria um salto de qualidade em suas estratégias de campanha eleitoral, efeito que se reforça pelo vislumbre de uma eficácia: silenciada, é “*capaz de ganhar um bocado de votos*”. Quer-se construir, assim, o efeito de sentido de que essa opinião se baseia na manifestação de sua voz, e não na recusa da circulação de seus valores e ideais.

Não apenas no *Estadão*, mas também na *Folha*, os sentidos da estridência relacionados à representação de sua voz encerram a constatação de que os modos de dizer se sobrepõem ao dito na escuta pública. “*E se a Marina fosse dublada, ela ganhava mais votos. Ela tem voz de despertador de segunda-feira!*”<sup>103</sup>. Aqui, ao invés da imposição do silêncio, sugere-se a substituição de sua voz, e, se se pudesse aventar que a dublagem remete à necessidade de tradução, como se incidisse sobre a representação disfórica do dito, a sentença seguinte esclarece a referência que recai sobre a maneira de dizer, materializada na “*voz de despertador de segunda-feira*”. Tal modulação vocal imprime em sua gestualidade vocal as marcas de um alto volume e alta frequência que perturbam certo sossego e, justamente por essa razão, é indesejável: ninguém quer ouvir Marina Silva, tal qual ninguém quer ouvir um despertador em uma segunda-feira. O suposto sucesso que desta estratégia decorreria está impresso na taxativa afirmação de que

---

<sup>102</sup> VASQUES, T. Diário de campanha (7). O Estado de São Paulo, 02 out. 2014, p. 47.

<sup>103</sup> SIMÃO, J. Debateband! Debateu um sono! Folha de São Paulo, 28 ago. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/josesimao/2014/08/1506710-debateband-debateu-um-sono.shtml>>. Acesso em 04 abr. 2021.

“*ganharia mais votos*”, ou seja, seu sucesso persuasivo depende irremediavelmente de um ajuste de sua voz e, para aumentar seu carisma, seria necessário substituir sua voz.

Ainda na *Folha*, mas produzindo efeitos de sentidos disfóricos atenuados por certa modalização, prevalece uma regularidade significativa na observação desta eficácia preponderante do dizer sobre o dito, sustentada pela representação dos pólos da fala e da escuta públicas.

Já Marina Silva (PSB) usa a seu favor a postura curvada, "que passa humildade", e a voz infantil, "que não gera desconfiança", em contraste com a ênfase de seu discurso. Seu ponto fraco é face tensa e sorriso de menos, que não combinam com a mensagem de esperança no "novo".<sup>104</sup>

Novamente, reforçam-se os sentidos de que a maneira de dizer se sobrepõe ao dito à medida que a “*voz infantil*” e a “*postura curvada*” lhe são favoráveis em oposição àquilo que diz, aqui representado como a “*ênfase de seu discurso*”. Tal “*contraste*” assume contornos de uma estratégia através da construção “*usa a seu favor*”, sugerindo os efeitos de um equilíbrio resultante de um esforço consciente que lhe garante uma representação eufórica baseada justamente na modalização de efeitos de sentido de excessiva severidade cujas possibilidades de produção se pode atribuir à qualidade de “*ênfase*”.

Na formulação sintática que coloca tal “*ênfase*” “*em contraste*” com a “*postura curvada*” e a “*voz infantil*” reside a sugestão de antônimos, que à ênfase se estendem, como a arrogância, cuja produção se antecipa produzir de uma postura ereta, possivelmente inspirando a projeção imagem de força e autoridade em oposição à “*humildade*”, e agressividade, que emergiria do inverso de uma voz infantil, na qual comumente se reconhecem atributos como frequência fundamental alta, baixo volume e registro agudo, derivados da gestualidade vocal que tecnicamente se classifica como “*voz de cabeça*”, em oposição à dureza da voz de peito, mais tradicionalmente associada ao aparelho fonador masculino adulto. Os sentidos de violência que emergem dessa conjugação conduziriam a uma desconfiança, ou seja, à imposição de um risco sobre a eficácia de seu empreendimento oratório. Nesta perspectiva, consoante a Bargel *et al* (2007), à voz das mulheres, quaisquer que sejam suas características, parece ser sempre

---

<sup>104</sup> MARREIRO, F. Especialista vê ‘falta de emoção’ em gestos do debate. Folha de São Paulo, 03 set. 2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1510029-especialista-ve-falta-de-emocao-em-gestos-do-debate.shtml>>. Acesso em 14 out. 2021.

imposta alguma espécie de restrição, de modo que a fala pública feminina figura sempre submetida de maneira essencializada a seu sexo. Para elas, não existe uma “boa voz”: fraca, ela é inaudível, signo da excessiva delicadeza e passível portanto de depreciação, mas, se, por outro lado, se apresenta forte, de maneira que estenda sua energia na direção de mover uma audiência, gera-se uma desconfiança a seu respeito, já que tal habilidade não lhe pode ser natural.

É claro que ainda se poderia argumentar, em dissonância com a lógica apresentada, que o sucesso atribuído à estratégia do equilíbrio representado na fala de Marina Silva se dá não por amenizar possíveis efeitos de agressividade, mas justamente seu oposto: nesta perspectiva, seria então a ênfase que neutralizaria os efeitos de fragilidade que poderiam emanar da maneira de dizer descrita. A este respeito, a fim de rebater tal possibilidade, é importante emprestar atenção à descrição de seu “*ponto fraco*”: “*a face tensa e o sorriso de menos*”, que produzem efeitos também contrários ao caráter humilde e infantil de sua fala e análogos ao potencial de arrogância e agressividade, e melindram Marina por não redundar o que diz. Ademais, neste ponto, torna-se indispensável apontar para a relação parafrástica que este efeito de sentido estabelece com a manchete atribuída à peça jornalística, na qual se aponta uma “*falta de emoção*’ em gestos do debate” pela voz de um especialista, conferindo à crítica mais intenso efeito de credibilidade. Se há, portanto, traços de euforia na representação que se faz a respeito da candidata, estes residem justamente na modalização estratégica suave que recai sobre seus índices de agressividade, enquanto estes, ainda que não totalmente dispensáveis, são submetidos a um crivo pejorativo especialmente quando não redundam a “mensagem”. A maneira de dizer, enfim, materializa o destino do dito na escuta pública.

De maneira análoga, já de volta à campanha presidencial de Heloísa Helena em 2006, o alto volume de voz empregado em seus pronunciamentos públicos voltava a servir como alvo de elucubração e serve, sobremaneira e novamente, à representação disfórica daquilo que diz, como se se estabelecesse, novamente, uma indesejável hierarquia entre a maneira de dizer e o dito, em que a primeira impera à força:

**Gogó.** Heloísa Helena ganhou literalmente no grito a convocação de Luiz Antonio Vedoin. Graças à insistência da candidata do PSOL à Presidência, o dono da Planam, que já depôs durante nove dias, deverá ser ouvido pela Polícia Federal em sessão secreta.<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> LO PRETE, R. Exame de sangue. Folha de São Paulo, 27 jul. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2707200601.htm>> Acesso em 08 de mar. 2021.

No imaginário e no linguajar popular, “*ganhar no grito*” remete a um esvaziamento da habilidade retórica em favor de uma imposição vocal contumaz. No entanto, o trecho supracitado determina a expressão com o advérbio “*literalmente*”, gesto que reforça a suposta objetividade da representação do alto volume de voz da candidata. Também vale pontuar que o subtítulo da coluna, “*Gogó*”, concorre para reforçar o efeito de sentido cristalizado no imaginário popular, já que pode remeter à concepção de um compromisso verbal sem grande valor para quem o profere, além de estabelecer relação de sinonímia com garganta, no geral, e com pomo-de-Adão, em particular, relacionando as potencialidades da voz de Heloísa ao campo das peculiaridades anatômicas ou fisiológicas tipicamente tidas como masculinas.

A representação disfórica de suas maneiras de dizer, particularmente relacionadas à sua emissão vocal, mantém certa regularidade e consistência tanto em veículos tidos como conservadores quanto naqueles considerados mais progressistas, como é o caso da *CartaCapital*, em que o discurso sobre sua performance oratória provém até mesmo do campo da Psiquiatria, à medida que se lhe atribui o valor de um transtorno mental. Vejamos:

Cangaço com cafuné

É possível que, lendo essas mal traçadas linhas, algum eleitor ainda se lembre de que anda por aí, na condição de aguerrida candidata à Presidência, a senadora Heloísa Helena (PSOL-Alagoas).

Sabe, a HH, da blusinha branca, do blue jeans e do vernáculo em chamus? Passado, porém, o fogo de palha, as pesquisas parecem estar relegando-a ao papel secundário destinado a uma esperneante Rosa Luxemburgo que os moralistas da direita, eles sim, adoram.

Com seu figurino propositalmente casto, a Che Guevara de calças – tão *aggiornata* quanto, digamos, George Bush e o papa Ratzinger quando se trata de questões como o direito da mulher a decidir sobre sua gravidez e as pesquisas com células-tronco – não faz propriamente uma campanha; promove uma passeata. A sua revolução pelo afeto é um arrastão emocional para suprir o fato de ela própria não visitar habitualmente o terreno da razão.

Intrigada com as oscilações políticas de quem é ora Madre Tereza, ora Condoleezza Rice, esta coluna ouviu a cientista política Maria Victória Benevides, que conhece como ninguém alguns fantasmas velhíssimos que andam assombrando esta eleição presidencial de 2006.

*CartaCapital*: Tem muita gente se candidatando a ser o Carlos Lacerda desta eleição. A Heloísa Helena tem futuro nisto?

Maria Victória Benevides: É muita areia pro caminhãozinho dela. Mas acho que ela gostaria de ser – e talvez se ache – uma *tombeuse de président*. O Lacerda foi chamado assim pela imprensa francesa: o derrubador de presidente. E ele muito se orgulhava.

CC: Mas e o moralismo?

MVB: Heloísa Helena parece uma mistura de udenista ressentida, tipo Sandra Cavalcanti, outra beata (é importante lembrar que o ressentimento contra Getúlio Vargas foi a razão de ser da UDN), com o histrionismo e o personalismo do Jânio Quadros, e, mais ainda, a tradição cangaceira de partir pra surra, se preciso.<sup>106</sup>

Na *CartaCapital*, ainda que ali se valha de recurso que concorre para amenizar o potencial danoso das maneiras de falar de Heloísa Helena, reconstruindo a imagem de seu “vernáculo em chamas” sob a égide de um “fogo de palha”, podemos, com efeito, perseguir uma rede parafrástica forjada entre os sentidos de uma estridência incômoda e um “histrionismo”, ambos aproximados pelos efeitos do excesso. De acordo com Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o transtorno de personalidade histriônica é diagnosticado com significativa maior frequência em indivíduos do sexo feminino e apresentam “um estilo de discurso excessivamente impressionista e carente de detalhes. Opiniões fortes são expressas de forma dramática, mas as razões subjacentes costumam ser vagas e difusas, sem fatos e detalhes de apoio” (2014, p. 667). Além disso, o histrionismo está inequivocamente atrelado à histeria, que, transitando das anotações de especialistas dos campos da Psicologia e Psiquiatria às do jargão popular, atravessa os tempos servindo ao estigma que recai sobre mulheres consideradas dramáticas, exageradas e escandalosas – em todas as acepções que este último conformar. A representação que figura na revista também dialoga abertamente com a rede de sentidos estabelecida por outros enunciados, já por nós analisados, que associam as maneiras de dizer ao impulso gerado pelo “ressentimento” e à memória de uma “tradição cangaceira”. Na *CartaCapital*, em contrapartida, não se acolhem as características de sua fala pública no seio de um radicalismo ideológico; ao invés disso, se o relaciona à inconsistência ideológica que faria jus ao histriônico, uma vez que autodeclarada progressista não se furtaria de ostentar certo “moralismo”, o que equivale a dizer que sua eloquência inflamada em defesa da chamada esquerda brasileira seria construída “sem fatos e detalhes de apoio”. De toda forma, a identificação da irrupção dessa ruptura em relação à representação da posição atribuída à HH importa menos do que a constatação das regularidades observadas entre os discursos sobre sua origem e sua performance: seja em “Heloísa Helena é uma radical da esquerda”, seja em “Heloísa Helena é uma beata moralista”, identificam-se as sequências “porque não é racional” e “por isso fala como fala”.

---

<sup>106</sup> BEIRÃO, N. Cangaço com cafuné. *CartaCapital*, n. 410, 13 set. 2006, p. 49.

Provavelmente em razão das associações de sua performance oratória às inclinações agressivas de seu espírito, as estratégias de marketing político estabelecidas para a campanha da candidata concorrem justamente para afastar de si a pecha de ameaçadora e autoritária, principalmente em respeito às condições de produção dos futuros pronunciamentos, nos quais o diálogo é estabelecido entre o candidato e o povo. Mais uma vez, seu preparo para adequar-se ao estilo mais comumente aceito para o gênero televisivo inclui suavizar sua imagem a partir da fala pública, e a representação dessa estratégia não passa ao largo da reafirmação de seus vícios:

#### **FESTIVAL DO MINUTO**

Com apenas 1 min 1 seg no horário eleitoral da TV, Heloísa Helena quer evitar o estilo Enéas na campanha. Seu programete terá pouco estúdio e mais espaço para cenas da candidata cumprimentando "fãs" nas ruas.<sup>107</sup>

Aqui, a relação entre a estratégia de campanha de Heloísa Helena e o “*estilo Enéas*” se contrafaz a partir da circulação dos efeitos de sentido de uma estratégia voluntária e consciente: a candidata “*quer evitar*”. O sentido que emana do verbo “*querer*” provém de um plano abstrato do desejo íntimo, o que se torna relevante do ponto de vista analítico quando oportunizamos uma sua eventual substituição por um verbo mais diretamente agentivo como “*ir*”, que seria capaz de produzir um efeito de maior grau de certeza sobre o andamento da campanha ou de controle sobre a própria performance. De maneira análoga e concorrendo para o estabelecimento de uma rede de sentidos consistente com os resultados das análises das sequências discursivas anteriores, “*evitar*” parece implicar um esforço voluntário em face de um fato que, na ausência de resistência, certamente se concretizaria como tal. Isso equivale a dizer que o efeito de sentido que se avulta deste conciso trecho é o de que o “*estilo Enéas*” é mais natural à candidata do que seu contrário. Essa possibilidade de interpretação se consolida ainda mais fortemente pela determinação do sintagma pelo artigo definido “*o*”, que enfatiza o caráter de intimidade e familiaridade às práticas do político. Outro fator que concorre para a reiteração desse efeito de naturalização do estilo Enéas na performance de Heloísa Helena é a solução que figura na representação das estratégias da candidata: “*pouco estúdio*”, no contexto do HGPE, implica menos tempo para os pronunciamentos em que o candidato figura frente às câmeras, dirigindo o olhar e a voz diretamente a seu interlocutor, proferindo textos

---

<sup>107</sup> BERGAMO, M. Sem título. Folha de São Paulo, 03 ago. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0308200610.htm>>. Acesso em 16 mar. 2021.

escritos previamente à ocasião de enunciação. Ou seja, ao privilegiar “*cenar da candidata cumprimentando ‘fãs’ nas ruas*”, abdica-se da oportunidade de falar diretamente ao eleitorado na condição de massa popular, resumindo o diálogo ao corpo a corpo. Em suma, a estratégia mais plausível para “*evitar o estilo Enéas*” é reservar-se, em grande parte, ao silêncio, ao menos à medida que se tem consciência acerca das demandas do discurso político televisionado, tamanha é a dificuldade ou impossibilidade de agir contra seus próprios instintos.

A este caráter de inevitabilidade, assoma-se, reiteradamente – como já discutido acerca do artigo de Matais para a *Folha* – a representação de uma condição de submissão em relação às decisões acerca de sua fala pública, como se se pudesse relegar a subjetividade inerente à performance de fala pública inteiramente à atuação de uma assessoria estratégica. Vejamos:

A coordenação da campanha, em reunião que terminou na noite de anteontem, em Brasília, discutiu os temas que deverão ser abordados de modo mais constante pela senadora. Um deles é, em caso de um eventual governo Heloísa Helena, a abertura de um espaço para consultas à população. A senadora falará também em propostas de programas de amparo social que sejam vinculados à geração de empregos, diferenciando-os do clientelismo político que identifica em ações como o Bolsa-Família do governo Lula. Ficou ainda definida a necessidade de evitar que a candidata responda com agressividade a jornalistas.<sup>108</sup>

Aqui, como contraponto às comuns e frequentes representações da postura política da candidata que, em razão da idealização a um caráter prático e propositivo, mobilizam efeitos de sentido de depreciação de sua conduta teórica e abstrata, ao trabalhar representações da “*coordenação de campanha*”, ao invés da própria candidata, mobiliza verbos e nomes que expressam sentidos mais ou menos pragmáticos: “*discutiu*”, “*abertura*”, “*propostas de programas*” e “*ficou definida*”. Não obstante, nota-se ainda efeitos de disforia no que diz respeito aos discursos sobre Heloísa Helena, na medida em que se conclui a lista de deliberações estabelecidas na reunião com a “*necessidade de evitar que a candidata responda com agressividade a jornalistas*”. A esse respeito, em primeiro lugar, deve-se destacar a mobilização do verbo “*evitar*”, que, mais uma vez,

---

<sup>108</sup> FERRO, R.; TORRES, S. Em Maceió, Heloísa Helena defende a reativação da Sudene. Folha de São Paulo, 05 ago. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0508200616.htm>>. Acesso em 05 fev. 2021.

concorre para a produção de efeitos de sentido que dialogam com o dispêndio tático e consciente de energia para contornar uma tendência, se não natural, ao menos recorrente na postura da candidata. Outrossim, configura-se uma espécie de tentativa de filtragem dos interlocutores com os quais se autoriza que ela trave embates agressivos: primeiro, decretou-se como inapropriada a demonstração de agressividade frente a eleitores; agora, vê-se como inadequada a manifestação agressiva em relação aos jornalistas. Ainda, não se pode ignorar a recorrência da construção de efeitos de sentido que relegam a outrem, que não a própria candidata, o exercício reflexivo sobre sua performance de fala pública, o que implica uma sua possível falta de capacidade crítica sobre seu próprio desempenho oratório ou um desconhecimento acerca das regras implícitas ao embate eleitoral. De qualquer forma, o que essas representações demonstram ter em comum é a interpretação de que Heloísa Helena é demovida da posição de autoridade e de exercício de controle em relação à sua fala e à sua voz.

O mesmo ocorre com Dilma na representação da atuação do marketing político, que culmina no despojamento de sua própria autoridade sobre seu desempenho oratório, em razão de uma incapacidade construída como se lhe fosse imanente:

Na longa primeira etapa de sua campanha, Dilma teve a sua inexperiência de palanque remediada pelo rumo que a simples presença de Lula já insinuava, para os discursos. E, pode-se supor, havia as sugestões sopradas mesmo. Mas já vimos o bastante para a certeza de que Dilma não tem a vocação do que outrora se chamaria de mitingueira, de fazer "meeting", aquele tipo a quem bastava um caixotinho para atrair um comício - Carlos Lacerda, Jânio Quadros, Vladimir Palmeira (vivo e esgotado), o depois psicanalista Hélio Pellegrino, uma espécie extinta de oradores. A Dilma que vai surgir das enganações marqueteiras ainda é um mistério, e, pelo que se vê, terá de ser construída de ponta a ponta. Até agora candidata sempre maquiada como se fosse para o casamento de um herdeiro paulista, até o tipo físico está por ser redesenhado. E o vocabulário também. E o gestual, idem. E ainda a medida da simpatia, para não parecer apenas obrigatória, nem, como tem sido, negada pelo excesso.<sup>109</sup>

Neste excerto, é interessante notar que a representação da fala pública de Dilma é construída com base na divisão entre dois momentos: “a longa primeira etapa de sua

---

<sup>109</sup> FREITAS, J. De paz e amor. Folha de São Paulo, 04 abr. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0404201005.htm>>. Acesso em 13 dez. 2021.

campanha” e “a Dilma que vai surgir”. No primeiro momento, o tom pejorativo se inflama a partir da referência à “sua inexperiência no palanque” e à necessidade de “sugestões sopradas”. A crítica ensaia uma atenuação por “remediada”, mas acaba oferecendo contornos de ênfase na medida em que atribui a salvação à “simples presença de Lula”.

O segundo momento, que se opõe ao primeiro através da adversativa “mas”, parece reservar o contraste apenas para a superfície linguística, uma vez que compartilha com ele mais semelhanças do que diferenças. Inaugura-se o período com a “certeza” de que Dilma “não tem a vocação” para aquilo que se toma no fio do discurso como a fala pública. Substitui-se “Dilma não tem experiência” por “Dilma não tem vocação” – uma vocação atribuída unicamente a uma lista de homens, por sinal, que ecoam a presença de Lula, como um ideal remediador e salvador de sua inaptidão para os palanques, em uma espécie de nostalgia do masculino. A falta de vocação é retomada por “*terá de ser reconstruída de ponta a ponta*”: a maneira de dizer e o que dizer, assim, resultam em uma imagem total. Assim se justifica a necessidade de uma interferência externa sobre seu desempenho oratório; primeiro de Lula, e depois do marketing político.

Ademais, o termo “enganação” sugere que a condição de má oradora lhe é essencial e qualquer evolução seria ilusória, posto que a única certeza é a falta de vocação, e o resultado do marketing é mistério. Estes efeitos se verão refletidos e acentuados no final do mesmo ano, ainda na *Folha*, produzindo efeitos de consenso sobre estes dizeres.

O marqueteiro lembra que "a República brasileira não produziu uma única grande figura feminina, nem mesmo conjugal" até hoje. "Dilma tem tudo para ocupar esse espaço", apesar da sua proverbial falta de carisma.<sup>110</sup>

É o marketing que realizaria a potencialidade de uma grande figura brasileira no corpo de Dilma, de modo que o mérito seria do marketing, e não dela própria. Diz-se que “*tem tudo para ocupar esse espaço*”, mas, na formulação da concessiva, praticamente diz-se que não tem nada. A produção do efeito de consenso, sutilmente disfarçado pela convocação das aspas e articulado pelo pronome possessivo “*sua*” e pelo adjetivo

---

<sup>110</sup> RODRIGUES, F. Caso Erenice provocou 2º turno, diz marqueteiro de Dilma. *Folha de São Paulo*, 06 nov. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/11/826409-caso-erenice-provocou-2-turno-diz-marqueteiro-de-dilma.shtml>>. Acesso em 06 dez. 2021.

“*proverbial*”, que admite os sentidos de reconhecida fama, com efeito, confronta os dizeres especializados do marqueteiro, incutindo-lhes mais intenso efeito de suspeição no lugar da credibilidade que o título lhe conferiria.

A suspeição acerca da capacidade do marketing político transformar as reconhecidas incapacidades oratórias de Dilma ressoa também na *CartaCapital*.

Mesmo com uma *media training* considerada a melhor do mercado, a ex-global Olga Curado, Dilma não foi tão bem nos debates, e seu nervosismo era explicitado nas horas anteriores ao encontro televisivo. “Ela tem TPD, tensão pré-debate”, brinca um dos assessores da candidata.<sup>111</sup>

Em *Carta*, o insucesso do “*media training*”, representado por “*não foi tão bem nos debates*” e acentuado pela qualidade de “*considerada a melhor do mercado*”, funciona como prova da falta de carisma e do caráter determinante desta ausência proverbial. O nervosismo articulado por “*e*” ao tom disfórico da representação de seu desempenho nos debates, e reconhecido por um de seus próprios assessores – uma voz que serve para produzir o efeito de consenso em relação ao caráter “*explicitado*” do insucesso. Assim constrói-se um efeito de sentido segundo o qual o carisma não é uma habilidade passível de ser aprendida ou ensinada, mas uma qualidade essencial reservada a sujeitos políticos singulares.

O insucesso oratório do qual resulta a constatação da ausência de carisma é consumado mais taxativamente pela consonância da representação pejorativa do dito, da maneira de dizer e do momento de dizer, balizados pela performance de verbo, corpo, voz e mente.

Dilma Rousseff (PT) carregou o peso da situação. No início muito pouco à vontade, controlando mal a voz, sua fala foi rápida, entrecortada, hesitante. Extrapolou várias vezes o tempo. Não se entendeu com a câmera: olhava para os lados procurando o olho mágico. Sem gesticulação, seu rosto se manteve impassível. Com o tempo, melhorou a interlocução com o meio audiovisual, olhou para o tele-eleitor, mas seu discurso não foi fluente, não usou formas coloquiais e didáticas, não produziu o efeito de proximidade com o telespectador. Essa posição impediu que construísse a imagem de

---

<sup>111</sup> CartaCapital, ed. 620, p 26.

"mulher comum" e a levou a ocupar o lugar de "candidata a um lugar".<sup>112</sup>

O verbo “*melhorou*”, ao invés de atenuar, acentua o caráter disfórico das representações, à medida que recai apenas sobre o âmbito das maneiras de dizer, e não totalmente: a melhora se refere apenas ao corpo, uma vez que “*olhou para o tele-eleitor*” especifica e restringe os sentidos de “*interlocução*”. Aliás, é importante notar que Dilma melhora a interlocução não com os eleitores, mas com o meio audiovisual, efeito de sentido que é produzido por “*não produziu efeito de proximidade com o telespectador*”. A necessidade de forjar proximidade não apenas devido à distância física mas devido à necessidade de representar um povo. a figura política extraordinária é aquela que incorpora os sentidos do ordinário, no verbo, no corpo e na voz. O insucesso de Dilma revela-se, então, na incapacidade de projetar a imagem de “*mulher comum*”, na qual se reconheceria uma qualidade carismática, e na projeção de “*candidata a um lugar*”, que extrapola o ordinário mediante a pretensão do poder.

Condição bastante singular é conferida à candidata Marina Silva através das representações de suas estratégias de fala pública. Em seu caso, também se fala sobre as necessidades de aprimoramento, a começar pela gestualidade vocal, que, no Estadão, foi representada como um ponto “*baixo*” em sua campanha: “*Com tom de voz monocórdico, deixou de fazer modulações capazes de enfatizar pontos do discurso.*<sup>113</sup>”. Tom monocórdico refere-se à ausência de inflexões vocais ao mesmo tempo em que se lhe atribui os efeitos pejorativos daquilo que é enfadonho. A ausência de ênfase, em uma rede parafrástica, pode retomar os sentidos de fragilidade que a esta ênfase se opunham pela representação de voz infantil e de postura curvada. Sem o equilíbrio entre força e fragilidade, não há eficácia.

Não apenas pela voz (maneira de dizer), mas também pelo verbo (o que dizer) se aponta certa debilidade em sua performance:

Depois de transformar a questão ambiental em tema obrigatório na campanha, a pré-candidata do PV à Presidência, Marina Silva, tenta promover uma pequena revolução em seu vocabulário eleitoral. Em discursos e palestras pelo país, ela tem surpreendido ao recitar expressões estranhas ao dicionário político, como "problemas

---

<sup>112</sup> GREGOLIN, M. R. Candidatos tentaram encontrar o tom certo. Folha de São Paulo, 07 ago. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0708201004.htm>>. Acesso em 06 mar. 2021.

<sup>113</sup> ARRUDA, R. Marina diz que lutou contra o mensalão. O Estado de São Paulo, 11 ago. 2010, p. 6.

multicêntricos" e "desadaptação criativa". A senadora jura não inventar nada, mas reconhece ter dado um sentido particular a alguns verbetes. Um de seus hits é "transversalidade", criado no tempo de ministra do Meio Ambiente e adotado pelos assessores mais próximos. A "tradução", como em outros casos, parece mais complicada do que a própria palavra. "Esta era muito usada por mim e por minha equipe para mostrar que a gente precisa de um conhecimento que seja transversal, com uma interação que seja transdisciplinar", explica. No ABC do "marinês", índios e ribeirinhos da Amazônia são sinônimo de "povos da floresta". Causas que todo político diz apoiar e que nunca saem do papel, como a reforma tributária, viram "consensos ocultos". Ou, numa variação mais dramática, para reforçar a ideia de paralisia: "olhos e congelados". Algumas expressões parecem pedir a tecla SAP para serem decifradas pelo eleitor. Um exemplo muito usado: "Precisamos construir uma aliança intergeracional com compromisso ético". Em linguagem corrente, significaria que ela quer atrair pessoas de todas as idades e honestas.<sup>114</sup>

O 'marinês', por operar a construção de efeito de sentido de um idioma próprio, opõe-se à "linguagem corrente" e, por necessitar de "tradução" e de "tecla SAP", equivale a dizer que "ninguém entende o que Marina fala". Vale também notar que a origem acadêmica e raízes acadêmicas, citadas no texto, relacionadas às qualidades "complicada", "dramática" e "estranha" atribuídas às expressões de seu vocabulário, são contrapostas à sua origem seringueira que, por correspondente lógica, seria associada a um vocabulário simples e compreensível. Nesta lógica, "tem surpreendido" ecoa no subtítulo "Pré-candidata do PV surpreende eleitores ao introduzir termos como 'desadaptação criativa' na corrida presidencial", conduzindo à indagação do porquê todos esperavam dela tal simplicidade. Sem expectativas de oferecer uma resposta precisa a este questionamento, limitamo-nos a arriscar dizer que a resposta está certamente relacionada ao lugar relegado socialmente a uma mulher negra, pobre e nordestina.

A despeito das críticas, é importante notar que aqui mesmo já se começa a ensejar a atribuição de uma postura mais ativa e participativa em suas próprias melhorias de fala pública, com os verbos ativos "Marina tenta promover uma pequena revolução", ao invés de "aconselham promover" ou estruturas equivalentes. Apesar disso, Marina também não escapa ao exercício de um controle externo sobre sua performance:

---

<sup>114</sup> FRANCO, B. M.; COSTA, B. Senadora leva o 'marinês' à campanha. Folha de São Paulo, 11 mai. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1105201013.htm>>. Acesso em 13 mai. 2021.

Marina ficou trancada num auditório na Vila Madalena. Recebeu aulas de postura corporal e impostação de voz e foi aconselhada a agir como se estivesse sendo sempre observada, para não transmitir fragilidade.<sup>115</sup>

Aqui, o uso de verbos na voz passiva imprime à imagem de Marina um efeito de sentido de alheamento do processo de treinamento oratório. O efeito de assujeitamento que daí resulta se confronta com a representação do objetivo de tal treinamento, uma vez que produz justamente o sentido de fragilidade, ao mesmo tempo em que se o justifica pela enfática redundância. A fragilidade emana da postura corporal, da modulação da voz e da ação, e esvaece apenas mediante a observação de outro (o que também demonstra certa submissão, articulada à necessidade de antecipação da censura alheia) – ou seja, transmitir força é uma espécie de performance artificial, de fachada, um disfarce exterior, enquanto sem o crivo do olhar alheio sobre si, reina a essência frágil. Neste sentido, “ficou trancada” remete à intensidade do treinamento, mas também a um efeito de recolhimento que se opõe a ser observada.

De maneira análoga, já em 2018, atribui-se a outros o discernimento sobre as mudanças necessárias em sua postura de oradora.

No que depender da equipe da pré-candidata da Rede, o tom mais direto, com palavreado acessível e pitadas de humor, ocupará o lugar do linguajar rebuscado do passado, jocosamente chamado por adversários de “marinês”.

Em sua terceira tentativa de chegar ao Planalto, a ex-senadora vem sendo aconselhada por pessoas de seu entorno a transmitir suas mensagens de forma mais clara, principalmente nas participações em canais de TV e rádios.

Como ela terá apenas 8 segundos no horário eleitoral obrigatório (caso dispute a eleição sem se coligar com outros partidos), as aparições são consideradas essenciais na campanha. A ordem é aproveitar as chances e aceitar o máximo possível de convites.

A pré-candidata vem adaptando o estilo aos poucos —segundo sua assessoria, sem “media training” (treinamento para lidar com a imprensa).

Parlamentar por mais de 15 anos (ela foi vereadora, deputada estadual e senadora), Marina é avaliada como boa oradora, especialmente

---

<sup>115</sup> REDAÇÃO. Dilma e Marina treinam postura, e Serra se alonga. Folha de São Paulo, 05 ago. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0508201003.htm>>. Acesso em 24 jun. 2021.

quando fala para plateias com nível educacional mais alto ou quando precisa tratar de assuntos técnicos que domina.

Mas há a necessidade, transmitida a ela por assessores que a acompanham desde a candidatura de 2010, de tornar mais palatável sua fala de candidata, para quando sobe em palanques ou dá entrevistas voltadas para eleitores.<sup>116</sup>

As sugestões de aprimoramento atribuídas a “*no que depender da equipe*” se contrapõem ao linguajar rebuscado do passado, jocosamente chamado por adversários de “*marinês*” (atribui-se o peso da crítica aos adversários, enquanto o próprio texto sustenta um efeito de objetividade). No interior desta rede de sentidos, a responsabilidade pela falha é unicamente sua, um efeito de sentido construído não apenas pelo efeito de restrição que se impõe sobre “*no que depender*”, mas também pelo próprio idioma nomeado em sua homenagem. Aqui, sobre ela recai uma das poucas representações eufóricas da totalidade de nosso *corpus*: “*é avaliada como boa oradora*”. A tal representação, no entanto, se segue um afinilamento que de certa forma já restringe um seu efeito possivelmente generalizante, além de uma adversativa que modaliza o elogio e lhe confere o caráter de um alerta, associado a “*tornar mais palatável sua fala*”. Esta figura de linguagem desloca para a sua fala os sentidos daquilo que é prazeroso e aceitável para a boca, emprestando à escuta os atributos do paladar e associando, portanto, os dois pólos da fala pública, a saber, a fala e a escuta.

De fato, Marina é a única candidata em cujas representações as mudanças são atribuídas, frequentemente, à sua própria capacidade crítica, conforme já se começa a ensinar através de trechos como “*vem adaptando aos poucos*” e “*sem media training*”, uma distinção que já começa a indicar sua posição singular frente às demais candidatas. Outra passagem exemplar desta inclinação:

Tempo. A candidata insiste em que o papel de Tarso na campanha não será o de “marqueteiro tradicional”. É ele quem tem preparado Marina para aparições públicas recentes, como o discurso na convenção de ontem do PV e a sabatina da Confederação nacional da Indústria (CNI) em maio. Ele garante que as falas são escritas pela própria candidata.

---

<sup>116</sup> TAVARES, J. Marina Silva tenta atenuar ‘marinês’ e mostrar lado bem-humorado. Folha de São Paulo, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/marina-tenta-atenuar-marines-e-mostrar-lado-bem-humorado.shtml>>. Acesso em 14 mai. 2021.

“Ela nos ouve, mas toma as próprias decisões”, conta Tarso. “A marina é a candidata mais carismática. O grande problema é realmente o tempo de TV.”<sup>117</sup>

No texto do *Estadão*, “*insiste*” implica uma afronta à afirmação de o papel de Tarso não será o de marqueteiro tradicional. Ou seja, há quem pense que será, uma vez que “*é ele quem tem preparado Marina*”. Em oposição à insistência de Marina, há a garantia de Tarso em relação à sua autonomia – mas o próprio texto confronta este efeito de sentido à medida que submete a verdade de Marina à confirmação de um homem. Ademais, opõe-se “*as falas são escritas pela própria candidata*” às aspas que introduzem as falas de Tarso, ao invés de suas próprias. O caráter carismático de Marina, assim, não se pode atestar autônoma e essencialmente, mas apenas a partir de seu reflexo na opinião masculina à qual se cede espaço. Se um dos desafios para que este carisma se manifeste e se transmute em eficácia é o tempo, que se acrescente neste rol também o espaço.

Entre o *Estadão* e a *Folha* se estabelece certa regularidade à medida que seu relativo sucesso é atribuído justamente a esta capacidade autônoma de pensamento crítico no que diz respeito especificamente à sua fala pública:

Além dessa confluência, ele [o cientista político Cesar Romero Jacob, da PUC-RJ] aponta mais três possíveis fatores que pesaram na votação de Marina:

- 1) Os dons pessoais e oratórios da candidata, que é “boa de fala” e livre do “engessamento” imposto a Dilma e Serra pelo marketing político;
- 2) A ação de oligarquias regionais, nos Estados do Norte e Nordeste onde a verde teve mais votos do que o previsto, interessadas em aumentar o poder de barganha, sobretudo com Dilma;
- 3) As manifestações nas últimas semanas de bispos católicos e pastores evangélicos contra a petista. [...]

Mas [Alberto] Almeida [, do instituto Análise,] também acha difícil antecipar para onde vão os votos da verde: “Carisma não migra”.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> MAIA, L. A. Debates são aposta para superar pouca estrutura. O Estado de São Paulo, 11 jun. 2010, p. 9.

<sup>118</sup> ANTUNES, C. Influência de verde no segundo turno será relativa, afirmam especialistas. Folha de São Paulo, 05 out. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0510201018.htm>. Acesso em 08 mai. 2021.

A referência à votação de Marina é especialmente importante para compreender as condições de produção destes dizeres, isto é, a constituição do discurso da *Folha*. À sua campanha foi atribuída a responsabilidade pela realização do segundo turno que impediu a vitória direta de Dilma nas eleições de 2010. São estes fatores que nos autorizam a classificar seu sucesso como relativo: Marina não venceu, mas impôs um obstáculo à vitória de sua rival. Além disso, a expansão da lista de razões que pretendem justificar o número surpreendentemente alto de votos que recebeu no pleito também contribui para a dispersão do valor eufórico que se atribui à sua fala pública através de “*dons oratórios*” e “*boa de fala*”. É justo, porém, chamar atenção para o fato de que esta sua representação encabeça tal listagem, de modo que se possa interpretar que figura como a mais forte razão de seu êxito. Com efeito, àquilo que se intitula como “*dons pessoais e oratórios*” da candidata recai um valor ainda mais distintivo, qual seja, sua caracterização como “*livre do ‘engessamento’ imposto a Dilma e Serra pelo marketing político*”: para além dos efeitos eufóricos relativos, que se estabelecem pelo poder da comparação com seus adversários, há aqui também a construção de um elogio de caráter absoluto, uma vez que os sentidos de “*livre*” implicam uma autonomia de pensar e agir que contribuem com a eficácia de seus empreendimentos oratórios. Em oposição ao “*engessamento*”, cujos efeitos de sentido dialogam com imobilidade e dureza, como forma de amparo a um conserto necessário, a liberdade representada em sua fala imprime em sua imagem pública efeitos de flexibilidade (ou fluidez) e suavidade, de modo que, sem a necessidade de um conserto, seu desempenho oratório pode compartilhar os efeitos daquilo que é sublime. Este efeito de sentido que remete à qualidade de extraordinário ecoa no enunciado final, que lhe atribui “*carisma*” como uma evidência, como um já-dado, e acentua sua natureza distintiva e essencial. Ao afirmar que “*carisma não migra*”, afirma-se simultaneamente que “*Marina tem carisma*” e que “*Carisma é uma qualidade intransferível*”. Toda esta rede de sentidos se estabiliza e enfatiza pelo fato de que cada uma dessas representações acerca da performance de Marina advém do conhecimento técnico e especializado de dois profissionais versados no tema.

Em consonância com essa rede de sentidos, e em contraste com as raras sequências discursivas que abordam estratégias profissionais de ajuste da performance oratória de Marina, identificamos uma intensa regularidade no que diz respeito à maior estratégia de Marina ao longo da campanha de 2014: amenizar a rouquidão, que lhe atribui a aparência frágil, de modo a evitar a afonia. Ainda que Marina fale bem, falar é melhor do que falar

bem. O silêncio, ou seja, a suspensão da voz, parece ser o pior cenário possível para a candidata. Os sentidos da rouquidão, em face da ausência de marketing político, estendem à sua campanha uma qualidade do que é rudimentar ou rústico, do que está em seu estado bruto. Não à toa, as estratégias mais intensas de trabalho de sua assessoria política parecem ter sido na direção de manter em funcionamento o instrumento primordial de seu trabalho em campanha: a voz. Na sequência, nos debruçaremos sobre algumas passagens que ilustram tal regularidade.

Com performance menos assertiva e segura em comparação aos dois últimos debates, a pessebista perdeu fôlego diante dos adversários e, na defensiva, aparentou mais nervosismo que o de costume, a uma semana das eleições.

Marina tem dormido pouco. Na maioria das vezes, seus compromissos começam cedo e vão até tarde da noite. Frente à exaustiva rotina de uma campanha presidencial, a candidata ganhou olheiras mais marcadas, perdeu peso e ficou com a voz afônica.

Marina visitou 14 Estados e o Distrito Federal nos últimos 27 dias e ficou afônica após maratona de 4 Estados em um único fim de semana.

Preocupados, assessores pediram que ela diminuísse o ritmo das viagens – a maioria delas feitas em voos de carreira –, mas a candidata se recusou. No lugar, pediu uma fonoaudióloga para tratar da rouquidão que a acomete há quase 15 dias.<sup>119</sup>

Na *Folha*, há significativa repetição do adjetivo “afônica”, arrematada por “rouquidão que a acomete há quase 15 dias”, ao redor da descrição de suas causas e suas consequências. Como causas, tem-se “Marina tem dormido pouco”, “exaustiva rotina de uma campanha presidencial”, “maratona de 4 estados em um único fim de semana”. Destacam-se estes trechos específicos pois parece haver aqui a construção de uma justificativa para sua afonia, envolta nos sentidos de um cansaço físico (além de ficar com a voz afônica, “a candidata ganhou olheiras mais marcadas” e “perdeu peso”, atributos físicos). Tal cansaço, se considerado a partir da rede de sentidos constituída pelo conjunto de suas representações na mídia, poderia ser associado aos sentidos de fragilidade, não fossem pelas intensas descrições de seus compromissos – a “maratona” que contrasta o

---

<sup>119</sup> DIAS, M. Para PSB, cansaço afetou Marina em debate da Record. *Folha de São Paulo*, 30 set. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1524586-para-psb-cansaco-afetou-marina-em-debate-na-record.shtml>>. Acesso em 14 mai. 2021.

número de estados com “*um único fim de semana*”, a qualidade de “*exaustiva*” para classificar a “*rotina de uma campanha presidencial*” e o “*pouco*” descanso expresso por “*tem dormido*” contribuem para atenuar a possibilidade de atribuir a suspensão de sua voz a uma fragilidade física ou política. Além disso, há a referência à recusa pela diminuição do ritmo de trabalho, o que indica, pelo contrário, uma postura de força, insistência e superação.

Ao cansaço materializado na rouquidão de sua voz e, em última instância, em sua suspensão, associam-se consequências que afetam diretamente seu desempenho em condição de fala pública. Na representação de sua performance em debate, afirma-se que entregou “*performance menos assertiva e segura*” (o que indica que, geralmente, Marina é assertiva e segura), que “*perdeu fôlego*” (estendendo os sentidos do campo da emissão vocal para o campo figurado da eficácia de sua performance) e que “*aparentou mais nervosismo do que de costume*”. Assim, a conjunção do cansaço com o desempenho pífio culmina na preocupação de seus assessores. A resolução indicada por Marina (que, aliás, produz os efeitos de sentido de assertividade e segurança que faltaram no debate) – uma fonoaudióloga – indica que, de fato, é a afonia que deu origem a uma performance frustrante. Em sua voz reside, portanto, o emblema de seu insucesso, ainda que conjuntural. Sob esta ótica, erige-se a hipótese de que a materialização da voz, mesmo diante do caráter essencial que se atribui ao carisma, pode exercer o poder de inviabilizar seu exercício de maneira eficaz.

Em *Veja*, também se associa a rouquidão à recorrência ao serviço especializado para trato da voz:

Há mais de uma semana rouca, Marina Silva contratou uma fonoaudióloga às pressas para ensiná-la exercícios que preparam as cordas vocais. Em cada compromisso de campanha – muitas vezes ela cumpre até dois por dia –, Marina fala no mínimo 30 minutos ao microfone. Nos últimos comícios, como a famosa fala sobre o Bolsa Família em Fortaleza (CE), na última sexta-feira, a candidata tem forçado a voz ao inflamar-se mais do que o habitual. No discurso na capital cearense, Marina lembrou que passou fome e, por isso, não iria acabar com o Bolsa Família caso eleita, conforme boato disseminado pelo PT. Além dos exercícios vocais, Marina tem espirrado doses de mel com própolis para evitar uma inflamação na garganta. A candidata prefere recorrer a recursos naturais para cuidar da saúde e assim evitar reações alérgicas, consequentes da intoxicação por mercúrio, contraída na adolescência. É comum também ver Marina bebericando água morna direto da tampa de uma garrafa térmica enquanto fala. As doses foram recomendadas por uma homeopata para aliviar um outro problema de

saúde, dor no nervo ciático, que a acompanha há algum tempo. Como parte do tratamento para a rouquidão, Marina também se esforça para descansar a voz e ficar quieta em alguns momentos do dia – mas o silêncio absoluto só é possível durante os voos.<sup>120</sup>

Aqui, também se justifica a rouquidão pela intensidade de atividade vocal durante campanha: “*ela cumpre até dois [compromissos] por dia*”, “*fala no mínimo 30 minutos*” e “*o silêncio absoluto só é possível durante os voos*”. Em consonância, a menção a demais problemas de saúde, como “*intoxicação por mercúrio*” e “*dor no nervo ciático*”, ao invés de produzirem efeitos de sentido de fragilidade, consolidam os efeitos de uma força de superação, à medida que a cada uma das mazelas que lhe afligem corresponde um esforço e uma disciplina obstinados. Para a produção deste efeito de sentido também concorre a construção do contraste entre “*tem forçado a voz*” e “*se esforça para descansar a voz*”: mesmo em face da rouquidão de mais de uma semana, o esforço que faz não é para falar, mas para silenciar. Em outros termos, Marina tem o impulso, mas a voz impõe seu limite. Aqui, em relação ao tratamento, não se produz efeito de sentido de submissão; Marina exerce função ativa, uma vez que “*contrata*” (não se coloca a fonoaudióloga em função ativa, e também não se diz que Marina “foi recomendada/aconselhada/obrigada” etc.).

Este efeito de sentido de superação também ressoa nas representações da *Folha* acerca da insuficiência de sua voz:

Quanto a Marina Silva, pode-se dizer que é a própria figura de brasileira que comeu mal na infância, não ganhou carnes nem força nem voz. É uma sobrevivente. Não obstante, fala fluentemente, pensa claro e parece saber o que pretende fazer para mudar o Brasil.<sup>121</sup>

Neste trecho, é particularmente interessante o uso de “*não obstante*”, à medida que a concessiva empresta efeitos de sentido de força (não força física, descartada pela presença de força entre outros atributos físicos que foram prejudicados pelo fato de que “*comeu mal na infância*”, mas força de superação e, no limite, força política), indicando que,

---

<sup>120</sup> REDAÇÃO. Rouca há uma semana, Marina contrata fonoaudióloga. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/rouca-ha-uma-semana-marina-contrata-fonoaudiologa/>>. Acesso em 12 mai. 2021.

<sup>121</sup> GULLAR, F. Antes da bomba. Folha de São Paulo, 14 set. 2014. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ferreira-gullar/2014/09/1515007-antes-da-bomba.shtml>>. Acesso em 14 mai. 2021.

mesmo na ausência de seu instrumento de trabalho (“*não ganhou voz*”), “*fala fluentemente*”.

A candidata Dilma, por sua vez, também não passa ao largo do risco da afonia e, diferentemente de Marina Silva, cuja rouquidão não figurou na *CartaCapital*, suas representações encerram uma regularidade compartilhada por todos os veículos de comunicação aqui estudados.

A presidente eleita também tomou anti-inflamatórios para a garganta, que reclamou da falta de traquejo nos palanques da neófito, que enfrentava os berros de uma eleição pela primeira vez. Não houve, porém, qualquer recidiva do câncer.[...]

Atribui-se os sentidos de afonia à “*falta de traquejo nos palanques da neófito*”, uma vez que o trecho “*os berros de uma eleição*” naturaliza o alto volume de voz e o esforço vocal intenso no contexto político eleitoral, ao mesmo tempo em que se justifica a debilidade vocal. Neste sentido, o uso do verbo “*enfrentar*” produz efeito de sentido de disposição, ao passo que a menção ao seu histórico de câncer linfático sugere uma possibilidade de fragilidade e de maior risco do esforço – mas a adversativa construída por “*porém*” lhe restitui os sentidos de força. Ao invés de superação, no entanto, sugerem-se os sentidos de resistência. Na *Revista Veja*, contudo, limita-se esta força de resistência.

Afônica, Dilma faz campanha relâmpago em Minas

Cansada, presidente-candidata circulou pela capital mineira por dez minutos e só conseguiu discursar por pouco mais de dois minutos

Dilma circulou no “*dilmamóvel*” por menos de dez minutos na Praça do Cardoso, na favela Aglomerado da Serra, uma das maiores da capital mineira. A presidente acenou a cabos eleitorais e moradores da favela de cima da caminhonete. Com a palavra, falou por dois minutos e trinta segundos e encerrou o discurso relâmpago após tossir e desafinar – ontem ela esteve no debate da TV Record e na quinta irá ao debate na TV Globo.<sup>122</sup>

Aqui, a afonia impõe limites mais firmes à sua performance oratória, restringindo o tempo útil de sua voz em “*só conseguiu discursar por pouco mais de dois minutos*”, período no qual “*só*” e “*pouco mais*” produzem efeito de sentido de insuficiência, reforçados por “*discurso relâmpago*”. Na sequência, a conjunção dos verbos “*tossir e desafinar*” remete

---

<sup>122</sup> FRAZÃO, F. Afônica, Dilma faz campanha relâmpago em Minas. *Revista Veja*, 29 set. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/afonica-dilma-faz-campanha-relampago-em-minas/>>. Acesso em 11 mai. 2021.

à qualidade “afônica” expressa na manchete, estendendo a condição débil de sua voz de uma parcialidade para uma totalidade, expressa, então, por “encerrou”, que remete à imposição de silêncio. Os efeitos de resistência, assim, dispersam-se frente aos sentidos de abatimento que são produzidos por “cansada”.

Também na *Folha*, vemos reproduzir-se redes de sentido similares no que diz respeito à associação da rouquidão com abatimento, à fala obstinada forjando efeitos de resistência e à imposição do silêncio:

Rouca e com aparência de abatida, Dilma disse que estava com faringite por "excesso de uso" da voz, mesmo assim falou por dez minutos sobre programas de saúde da sua gestão e promessas para a área em um eventual segundo governo.

Ao fim do discurso, feito em um hotel no centro de São Paulo, disse que não responderia a perguntas e que tinha que "poupar a voz" para "amanhã e depois".<sup>123</sup>

A concessiva construída por “mesmo assim” é um indicativo da força de resistência em relação à condição frágil de sua voz. Outro sinal desta resistência é representar o silêncio através do verbo “disse”, o que equivale a “falar que não fala”. Aqui, o silêncio não se impõe forçosamente por debilidade ou insuficiência, mas pela estratégia consciente de “poupar a voz”, o que equivale a dizer que Dilma ainda tem alguma potência de voz, o que realça os sentidos de resistência a partir da relação que estabelece com “*estava com faringite por ‘excesso de uso’ da voz*”.

Como vimos, são frequentes e variadas as referências às estratégias de manutenção da voz, em busca da substituição da afonia pela eufonia. No *Estadão*, dedicou-se extensa peça jornalística à representação das ferramentas e dos resultados de tais estratégias, invocando vozes especializadas para comentar as ações preventivas e paliativas mobilizadas por cada um dos candidatos à Presidência nas eleições de 2014. Observe:

Outra candidata adepta de componentes para aliviar o esforço das cordas vocais é a petista Dilma Rousseff. A presidenciável carrega a tiracolo balas de gengibre e soro fisiológico para evitar que a voz lhe deixe na mão. Antes dos eventos, durante o trajeto de carro ou avião,

---

<sup>123</sup> MARQUES, J. Reclamando de faringite, Dilma fala dez dez minutos para aparecer no JN. *Folha de São Paulo*, 03 out. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1526943-reclamando-de-faringite-dilma-fala-dez-minutos-para-aparecer-no-jn.shtml>>. Acesso em 21 dez. 2021.

costuma descansar a voz e fazer exercícios recomendados por sua fonoaudióloga. A petista visita a fonoaudióloga, que atua em Brasília, quando apresenta problemas na voz, como já aconteceu nas duas vezes em que ficou rouca durante a campanha. Dilma costuma utilizar também spray de hidratação e beber bastante água.

A maior vítima do problema de rouquidão entre os presidencialistas é a candidata Marina Silva, do PV. Em abril, a senadora sofreu uma inflamação na laringe e, no mês seguinte, teve de se ausentar por cerca de uma semana por conta do problema, cancelando uma viagem que faria a Porto Alegre. No lançamento de sua pré-candidatura, no Rio de Janeiro, chegou a brincar com o assunto. "Dizem que minha campanha tem que ser viral. Concordamos plenamente, mas não precisa ser viral na garganta." Desde então, a candidata frequenta duas vezes por semana, quando está em São Paulo, o consultório da fonoaudióloga Leny Kyrillos, na Vila Madalena.

A profissional conta que a candidata segue à risca os exercícios recomendados durante as consultas, discriminados em uma apostila que lhe foi entregue pela fonoaudióloga. "Ela está usando de maneira correta a voz, articulando mais a boca e aquecendo as cordas vocais antes dos discursos." De acordo com Kyrillos, o interesse em procurar ajuda de um profissional partiu da própria Marina. Segundo a fonoaudióloga, a candidata é uma aluna bastante aplicada, que coloca em prática as técnicas aprendidas.

#### Antes e Depois

A Agência Estado apresentou ao fonoaudiólogo Leonardo Lopes, especialista em voz e estudioso da fala de políticos, vídeos das candidatas Dilma e Marina antes e depois da campanha. O objetivo da reportagem foi analisar de que forma as sessões de fonoaudiologia e, eventualmente, cursos de consultoria de imagem modificaram a forma das candidatas verbalizarem. [...] A seguir, confira os comentários do especialista:

Dilma - "Houve muitas mudanças na Dilma. Durante a campanha, ela parece ter sido mais treinada, com um controle maior da voz. Nitidamente, a candidata gesticula mais e abre mais a boca para falar. Ela pronuncia melhor os fonemas e de forma mais precisa, principalmente o "R". A sua voz também está mais leve, e não tão agressiva como antes. Antes, ela falava num tom mais alto do que pedia a situação. A candidata também tem explorado melhor as pausas e ênfases, explorando a afetividade."

Marina - "Na fala da Marina, eu não vi muitas mudanças. Em termos técnicos, a candidata tem utilizado uma comunicação mais enfática, com mais pausas e de forma mais relaxada. Têm evidenciado e dado mais força a alguns termos, além de explorar melhor a respiração. O que percebi de diferente é que a voz dela está mais grave, menos

infantilizada. A pronúncia das palavras está também mais precisa e mais marcada."<sup>124</sup>

Além da fonoaudióloga de Marina, a matéria conta com a voz especializada de um fonoaudiólogo versado justamente no estudo sobre a fala de políticos, o que confere maior efeito de autoridade sobre o que se diz. Em sua fala, vê-se associar a taxa fundamental de volume, o uso estratégico de pausas e ênfases e o maior índice de articulação dos sons à produção do efeito de sentido de “*leveza*” e “*afetividade*”. Em contraste com o caráter “*agressivo*” que se admite em face de inflexões opostas, a representação dos resultados das estratégias de Dilma é predominantemente imbuída de valores positivos, enfatizados pela conjugação de “*muitas mudanças*” com “*mais treinada*” e “*controle maior da voz*”.

A respeito de Marina, identifica-se a produção de uma rede de valores em que o uso de “*mais pausas*”, o emprego de entonação vigorosa em momentos estratégicos, a pronúncia mais precisa e a frequência mais baixa de sua voz produzem uma imagem “*menos infantilizada*” e uma “*comunicação mais enfática*”. Nota-se certo tom disfórico que recai não sobre a produção destes efeitos de sentido específicos, mas sobre o resultado das técnicas vocais exercitadas pela candidata, que, segundo o fonoaudiólogo, não rendeu “*muitas mudanças*”, o que atribui à qualidade de sua voz uma condição essencialmente débil, impassível de ser transformada mesmo quando sujeita a tratamento especializado.

Neste sentido, também é interessante que nos debruçemos sobre peça jornalista veiculada pela *Folha* que faz menção às estratégias de manutenção vocal empregadas por cada um dos principais candidatos à Presidência da República no ano de 2014.

#### DILMA

Para poupar a voz, aderiu a discursos rápidos, pastilha de menta e gargarejo com chá de casca de romã; em 2010, ela chegou a ser medicada com cortisona para aliviar a irritação nas cordas vocais

#### AÉCIO

Foi aconselhado por assessores a procurar fonoaudióloga. Passou por uma consulta, mas nunca mais voltou; agora, bebe Coca-Cola gelada ou um energético antes das entrevistas

---

<sup>124</sup> AGÊNCIA ESTADO. Candidatos cuidam da voz para enfrentar turnê eleitoral. O Estado de São Paulo, 27 jul. 2010. Disponível em: <[https://politica.estadao.com.br/NOTICIAS/GERAL.CANDIDATOS-CUIDAM-DA-VOZ-PARA-ENFRENTAR-TURNE-ELEITORAL\\_585279](https://politica.estadao.com.br/NOTICIAS/GERAL.CANDIDATOS-CUIDAM-DA-VOZ-PARA-ENFRENTAR-TURNE-ELEITORAL_585279)>. Acesso em 12 jun. 2021.

## MARINA

Por orientação de sua fonoaudióloga, cancelou um jantar na CNBB e aderiu a exercícios para as cordas vocais, pequenos períodos de silêncio e vigilância de uma filha<sup>125</sup>

A comparação é particularmente interessante por construir uma relação de contraste entre a necessidade de cuidados com a voz feminina e o descuido com a voz masculina, entre a autonomia dele e a dependência delas em relação aos conselhos profissionais. Elas lutam contra o silenciamento de suas vozes ainda mais intensamente, uma vez que o silêncio lhes é imposto pela tradição política patriarcal e por seus próprios corpos. Afinal, há uma relevante distinção nos valores que são socialmente atribuídos à voz rouca de um homem, que lhe atribui percepções como de forte ou de rústico, e a voz rouca de uma mulher, tradicionalmente associada à fragilidade, por um lado, ou à descabida virilidade, por outro. Além disso, o silêncio, seja pela afonia ou pela ausência de impulso para a fala pública, encerra uma imensa desvantagem para as candidatas. Historicamente consideradas menos pragmáticas e objetivas<sup>126</sup> em suas falas quando comparadas a seus pares masculinos, para elas, perder ou suspender a voz equivale também a perder a capacidade de propor – tão cara para o espaço público eleitoral e para o reconhecimento de atributos carismáticos em lideranças políticas, mas particularmente questionadas em relação a elas. A respeito desta capacidade e de sua constituição como um construto histórico e social, Perrot (2005) observa que

As sociedades bárbaras eram matriarcais e matrilineares; elas eram quietas, felizes, mas estagnantes. A irrupção da violência na História – a “grande derrota do sexo feminino” – é também o início, o progresso. A virilidade é guerreira, mas produtiva. A feminilidade é doçura lânguida. E sempre a afeminação ameaça enviscar as sociedades. Esta

---

<sup>125</sup> SADI, A.; DIAS, M.; LIMA, D. Garganta no volume morto. Folha de São Paulo, 04 out. 2014.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/188957-garganta-no-volume-morto.shtml>>. Acesso em 10 out. 2021.

<sup>126</sup> “Estruturalmente, a retórica ‘feminina’ é indutiva, até mesmo sinuosa, movendo-se de exemplo a exemplo, e é geralmente baseada em experiências pessoais”, observa a estudiosa de retórica Karlyn Kohrs Campbell. “Consistente com suas supostas naturezas poética e emocional, mulheres tendem a adotar modos de desenvolvimento associativos, dramáticos e narrativos, em oposição a formas de organização mais dedutivas. O tom tende a ser pessoal e um tanto hesitante, em vez de objetivo ou autoritário. [...] Porque era presumidamente conduzida pela emoção, a fala feminina era tida como pessoal, excessiva, desorganizada e indevidamente ornamental. Porque era presumidamente conduzido pela razão, o estilo masculino era tido como factual, analítico, organizado e impessoal. Enquanto a fala feminina semeava a desordem, a fala masculina plantava ordem. A fala feminina corrompia a audiência convidando-a a julgar os casos a partir de bases espúrias; a fala masculina inspirava um julgamento judicioso. (JAMIESON, 1988, p. 76)

representação reproduz a forma mais tradicional do olhar sobre a diferença dos sexos. (PERROT, 2005, p. 267)

Ainda que seja idealizado por uma sociedade que ainda reserva às mulheres a permanência inata no exterior da vida pública, espaço em que as virtudes residiriam somente no produto da ação masculina, o silêncio de figuras femininas também é alvo de representação pejorativa, exatamente quando representa o vácuo de uma postura política propositiva. Veja como se constrói uma representação disfórica do silenciamento de Luciana Genro quando, em infame momento de um debate televisionado, um dos candidatos respondeu a um seu questionamento com um discurso notadamente homofóbico.

"Todos, inclusive a Luciana [Genro, candidata do partido de Wyllys], deveriam ter parado o debate naquele momento. A violência contra os homossexuais é tão socialmente aceita que os candidatos silenciaram. E a plateia riu", diz. "Se eu estivesse lá seria expulso, mas xingaria aquele canalha na hora. Se as pessoas compararem a fala dele colocando no lugar dos gays outras minorias elas conseguem entender a dimensão que causou em nós? É justo, por exemplo, que alguém conclame a maioria a combater os judeus?"<sup>127</sup>

A reprodução da fala de Jean Wyllys sobre o silêncio de Luciana Genro em face da fala violentamente preconceituosa do adversário produz efeito de sentido ainda mais negativo quando se considera que ambos atuam politicamente sob a sigla do mesmo partido – fato expressamente reforçado pela *Folha* –, o que justifica o adendo “*inclusive a Luciana*”. Opõe-se a crítica ao silenciamento dos candidatos em relação às sugestões do que deveria ter sido feito por eles (“*deveriam ter parado o debate naquele momento*”, ou seja, usar a voz para impor silêncio ao outro) e do que ele mesmo teria feito (“*seria expulso, mas xingaria aquele canalha na hora*”, ou seja, usar a voz para defender-se do outro). Ao silêncio de Luciana é atribuído, assim, um efeito de sentido de inércia e omissão, redundado pelos sentidos de despropósito. Este sentido se vê ainda reforçado, aparentemente de maneira contraditória, pelo título que encabeça a matéria – “*Luciana Genro e Jean Wyllys acionam TSE contra declarações homofóbicas de Levy Fidelix*” –, à medida que, posto em relação ao texto que se segue, remove Luciana da posição de proatividade crítica em relação ao ataque desferido pelo rival, especialmente quando seu

---

<sup>127</sup> MESQUITA, L. Luciana Genro e Jean Wyllys acionam TSE contra declarações homofóbicas de Levy Fidelix. Folha de São Paulo, 29 set. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1524501-wyllys-diz-que-se-fidelix-falasse-contra-judeus-os-candidatos-repudiariam.shtml>>. Acesso em 04 nov. 2021.

nome, mesmo quando inserido em um contexto agentivo, figura ao lado do homem que a advertiu e instruiu.

Em nome da justiça, é preciso asseverar que não é, então, exatamente o silêncio que se critica nas mulheres. Na verdade, como vimos, o silêncio ainda figura como aquilo que se idealiza. A crítica parece recair muito mais frequentemente sobre o despropósito, seja da fala ou do silêncio. Critica-se a transgressão da mulher, seja pela fala que se quer como essencialmente indevida ou por seu silêncio conjunturalmente indevido, o que nos autoriza a constatar a atualização de um estigma de longa duração, que se apropria das mudanças sociais resultado de reivindicações feministas a partir das quais se admite a presença feminina no espaço público – interdita-se a mulher tanto por sua fala quanto por seu silêncio. Ainda sobre Luciana Genro, vê-se que é justamente a ausência de caráter propositivo de sua campanha eleitoral que a conduz ao fracasso:

A defesa de temas da área de sustentabilidade pesa na escolha dos eleitores de Eduardo Jorge. "Fiquei em dúvida entre ele e Luciana Genro, mas escolhi o Eduardo porque é mais pé no chão, com uma agenda menos utópica. E tem propostas concretas para o ambiente", diz o estudante de design Douglas Chagas, 26, de Palhoça (SC).<sup>128</sup>

A expressão da escolha do jovem eleitor e suas decorrentes justificativas estendem de maneira depreciativa a Luciana Genro os antônimos das qualidades imputadas a Eduardo Jorge. Portanto, ao dizer “*ele tem propostas concretas*”, diz-se que “ela não tem propostas concretas”; ao dizer “*ele é pé no chão*”, diz-se que “ela não é pé no chão”, e, finalmente, ao dizer que “*ele tem uma agenda menos utópica*”, diz-se que “ela tem uma agenda mais utópica”. A constatação destes antônimos que esvaziam suas virtudes, a fala pública de Luciana Genro, em termos de proposição, é despojada de potencial eficácia.

A idealização do caráter “*propositivo*” é uma regularidade indispensável também à compreensão dos mecanismos de constituição discursiva do carisma de Heloísa Helena, forjando um elo entre grande parte das representações da fala e da persona pública da candidata durante a campanha eleitoral em 2006. Podemos observar como os efeitos de sentido da racionalidade objetiva e propositiva se configuram, novamente, como uma lacuna, uma falta constitutiva em sua postura política, em reportagem veiculada pela

---

<sup>128</sup> MESQUITA, L.; MUZZOLON, P. Jovens são a maioria dos eleitores de Luciana Genro e Eduardo Jorge. Folha de São Paulo, 04 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1527089-jovens-sao-a-maioria-dos-eleitores-de-luciana-genro-e-eduardo-jorge.shtml>>. Acesso em 21 jul. 2021.

coluna Poder, da *Folha de São Paulo*, poucas semanas antes da oficialização de sua candidatura naquele ano.

Segundo o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), o Diretório Nacional do PSOL já aprovou a indicação do jornalista e economista César Benjamin (PSOL-RJ) para a vaga. "Queremos juntar o carisma de Heloísa Helena com alguém que formule, que tenha projetos, como Benjamin, para compor bem a chapa do partido."<sup>129</sup>

Ainda que, à superfície, a formulação linguística revele a assunção de que a candidata é carismática, a fala do deputado Chico Alencar não deixa de apontar também uma sua falta: “*formular*” e “*ter projetos*” são, neste caso, atributos associados unicamente a seu colega de profissão. Não se pode ignorar, aqui, a relevância das classes gramaticais reservadas para qualificar os dois: enquanto à mulher é atribuído um substantivo abstrato, intangível, ao homem são dispensados verbos agentivos. Embora se possa argumentar, de sobressalto, que se trata de um verbo conjugado no presente do subjuntivo, tempo verbal cujo caráter de incerteza poderia invalidar o contraponto em defesa do qual nossa análise se estrutura, redirecionamos a atenção de nossos leitores novamente para a superfície textual: o trecho em que desponta o nome de Benjamin assinala sobremaneira a determinação do tempo subjuntivo, que passa então de uma possibilidade abstrata para a concretude. A fim de ilustrar tal efetivação, podemos, inclusive, vislumbrar uma elipse que lança luz sobre a transição para o indicativo: “*como Benjamin [formula]*”, “*como Benjamin [tem]*”. O objetivo inerente à junção de Heloísa Helena e César Benjamin, a saber, “*compor bem a chapa do partido*”, reforça a ideia de que um tem o potencial de anular a falta do outro, o que equivale a dizer que Benjamin não tem carisma, ao passo que Heloísa não formula e não tem projetos. E, se uma boa composição de chapa equivale à união dessas duas características, pode-se compreender, então, que carisma não é fator determinante para a vitória em uma eleição – ao menos no caso de uma mulher. Caso similar é aquele que se apresenta em sequência discursiva também extraída da *Folha*, em que se admite o carisma, quando convocado ao contexto da representação de Alckmin, como “*fator determinante do êxito eleitoral*”. Vejamos:

Vamos agora ao Alckmin, o picolé de chuchu. Se ele de fato não tem carisma e o carisma é o fator determinante do êxito eleitoral, como se explica que tenha sido eleito prefeito de sua cidade aos 23 anos de idade, depois deputado federal e que, após substituir Mário Covas no governo do Estado de São Paulo, tenha sido reeleito governador? O que lhe falta,

---

<sup>129</sup> BARBAR, T. Poder: Vice de Heloísa Helena será confirmado em Encontro Nacional do PSOL. Folha de São Paulo, 02 mai. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fofha/brasil/ult96u78116.shtml>>. Acesso em 08. mar. 2021.

creio, é demonstrar que fará um governo diferente e melhor que o de Lula. E Heloísa Helena tem carisma ou ganha voto pelo que diz e representa politicamente?

O carisma é um fator de sedução, que atua tanto mais sobre o eleitor quanto menos este sabe do candidato. Por isso, particularmente nestas eleições, tem a mídia papel decisivo para anular o carisma que por acaso tenha a turma do mensalão e dos sanguessugas, sem falar nos demais.<sup>130</sup>

A representação do perfil político de Alckmin é forjada no seio da convocação da memória de um já-dito, segundo o qual o “*picolé de chuchu*” não teria carisma. No entanto, alçando o carisma à condição de “fator determinante do êxito eleitoral”, refuta-se os dizeres sobre sua ausência de carisma mediante a exposição de seu currículo: “*prefeito*”, “*deputado federal*”, “*reeleito governador*” serviriam para embasar a atribuição de tal qualidade. Diante da pergunta “*como se explica?*”, emerge uma possível resposta, cujos efeitos assemelham-se a uma justificativa para os dizeres que antagonizam sua própria hipótese: “*o que lhe falta*”, para que se reconheça seu carisma, “*é demonstrar que fará um governo diferente e melhor*”.

O novo questionamento que surge na sequência é de significativa importância, uma vez que parece querer estabelecer uma distinção entre o carisma e o que se diz, impondo, por meio das orações coordenadas alternativas, a necessidade de uma escolha isolada entre duas possibilidades: ou Heloísa Helena ganha voto porque tem carisma ou ganha voto pelo que diz e representa politicamente. Nesta perspectiva, Alckmin, sendo carismático, ganharia voto em função de seu carisma, e não daquilo que diz ou representa. Os efeitos de sentido dessa distinção, contudo, são inaugurados apenas na representação reservada à Heloísa Helena, e não nos dizeres relacionados a Alckmin, em que figura a relativamente longa lista de seus feitos políticos e a possibilidade de demonstração do potencial positivo de um seu possível governo. A imposição de uma alternativa, portanto, emerge não porque se pretende uma separação de caráter essencial entre o carisma e aquilo que se diz e se representa, mas antes porque, no caso específico de Heloísa Helena, aquilo que se diz e se representa não se constitui como carisma. O carisma não reside, sob esta ótica, apenas no dizer e representar, mas na capacidade de demonstrar – o que retoma, em uma rede parafrástica, a imposição do caráter propositivo, mais afeito à objetividade, idealizado nos candidatos à Presidência da República. Concebido a partir desta lógica, o

---

<sup>130</sup> GULLAR, F. Carisma. Folha de São Paulo, 30 jul. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3007200620.htm>>. Acesso em 11 mar. 2021.

carisma não está circunscrito apenas nas habilidades oratórias do sujeito político; ao invés disso, atravessa o *dizer*, exige o *fazer* e, ainda, por resultado da persuasão, o *fazer fazer*.

Para nos encaminharmos ao fim desta seção de nosso trabalho, as representações de Dilma nos oferecem uma demonstração cabal da concepção acerca do carisma, pelas lentes da mídia brasileira, enquanto a conjugação entre a capacidade de *dizer*, *fazer* e *fazer fazer*.

DILMA ESTÁ eleita e, a partir de 1º de janeiro de 2011, será a presidente do Brasil. Nunca imaginou que isso pudesse acontecer, nunca sonhou com isso, nunca o desejou e, não obstante, terá em breve, nas mãos, o mais alto posto político do país. Um milagre? Um passe de mágica? Se pensamos assim, o mago é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Inicialmente, apesar de sua indiscutível popularidade, dava a impressão que superestimara seu prestígio, não iria elegê-la. De fato, como acreditar que uma mulher que nunca se candidatara a nada, destituída de carisma e até mesmo de simpatia, fosse capaz de derrotar um candidato como José Serra, dono de uma folha de serviços invejável, tanto como parlamentar quanto como ministro de Estado, prefeito e governador? Não obstante, aconteceu.<sup>131</sup>

Os dizeres de Gullar sobre a vitória de Dilma nas eleições em 2010 produzem o efeito de sentido de que ela nunca fez. Este efeito se constrói mediante a formulação “*como acreditar que uma mulher que nunca se candidatara a nada...*” e, principalmente, no contraste que se estabelece entre ela e Serra que, mesmo “*dono de uma folha de serviços invejável, tanto como parlamentar quanto como ministro de Estado, prefeito e governador*”, não conseguiu *fazer fazer*, ou seja, não conseguiu mobilizar eleitores o suficiente para sair vitorioso do pleito. Em contrapartida, o contraste que permite realizar a extensão dos antônimos de um a outro candidato funciona apenas de maneira unilateral, ou seja, o que se toma como valor distintivo positivo para Serra pode ser tomado como valor distintivo negativo para Dilma, ao passo que o valor distintivo negativo atribuído a Serra não vale como valor distintivo positivo para Dilma. Em outros termos, dizer que Serra não conseguiu *fazer fazer*, incapacidade que resultou em sua derrota nas eleições, não implica dizer que Dilma, por tê-las vencido, conseguiu *fazer fazer*. Isso porque se relega sua vitória a uma condição de “*milagre*” ou “*mágica*”, realizado pelo ex-Presidente

---

<sup>131</sup> GULLAR, F. Ah, se não fosse a realidade!. Folha de São Paulo, 14 nov. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1411201027.htm>. Acesso em 13 set. 2021.

Lula. A respeito desta comparação, importa que nos detenhamos ainda sobre outro excerto:

O jornal comenta que Dilma deve seu "destino glorioso" ao mentor Lula, do qual não tem nem o carisma nem o dom da oratória.<sup>132</sup>

Além de constatar que Dilma não sabe *dizer* (“*não tem o dom da oratória*”) e não sabe *fazer fazer* (“*deve seu ‘destino glorioso’ ao mentor Lula*”), constata-se de maneira bastante taxativa a ausência de carisma da Presidenta, uma vez que, sem que tenha as habilidades e capacidades de *dizer*, interdita-se de maneira determinante qualquer potencial de eficácia em seus empreendimentos oratórios. Importa ressaltar que, em ambos os excertos, quem *faz fazer* é Lula, o que nos permite retomar e relativizar a taxativa afirmação segundo a qual “*carisma não migra*” – será mesmo? Ou o carisma não migra apenas quando se fala sobre o carisma feminino? Teria Lula um carisma tão extraordinário – com o perdão da redundância – que extrapolaria os limites de seu próprio corpo e extravasaria para corpos outros, para vozes outras? Resta-nos concluir, frente a estes questionamentos, que as representações midiáticas impõem, ainda, certas diferenciações entre o carisma masculino e o carisma feminino – se é que se pode conceber, com um mínimo efeito de evidência ou consenso, uma figura política feminina carismática. Esta diferenciação se assenta sobre uma construção histórica segundo a qual a perícia na fala se constitui como um dos caracteres sexuais distintivos do homem, tal qual postula Beard (2018)

[...] o discurso público e a oratória não eram apenas coisas que as mulheres antigas não faziam: eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero. Como vimos Telêmaco, tornar-se homem (ou pelo menos um homem de elite) era reivindicar o direito de falar. Discursar publicamente era uma – senão a – característica que definia a masculinidade. Ou, paracitar um famoso chavão romano, o cidadão masculino de elite poderia ser sintetizado como *vir bonus dicendi peritus*, “homem de bem, perito na fala” (BEARD, 2018, p. 28-29).

Com efeito, o carisma não frequenta o discurso especializado como uma qualidade intrínseca às lideranças políticas, mas como um valor sem garantia de constância e consistência, que se agrega ou não aos nomes ao sabor dos tempos. Ao abordar a premência de acompanhar a mudança do mundo, não ousaríamos nos furtar de estabelecer

---

<sup>132</sup> BBC BRASIL. Em editorial de primeira página, ‘Le Monde’ lista os desafios de Dilma. Folha de São Paulo, 31 dez. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/bbc/2010/12/853177-em-editorial-de-1-pagina-le-monde-lista-os-desafios-de-dilma.shtml>>. Acesso em 06 out. 2021.

um paralelo com a transformação sensível percebida na fala pública de Lula entre os anos de 1989 e 2002, que a partir de então passou a receber o reconhecimento como um dos líderes mais carismáticos, senão o mais carismático, do país. Trata-se de uma perseguição necessariamente elástica que daquilo que Ab’Sáber (2011) nomeia como

A singularidade do encontro de forma de personalidade – e algo ainda mais profundo do que esta antiga noção, a intraduzível concepção dos psicanalistas ingleses *de self, o princípio poético ordenador do si mesmo* -, e o desejo do outro, que lhe delega a posição e a investida de líder (AB’SÁBER, 2011, p. 17)

No afã de atribuir às lideranças uma condição essencial de carismático ou não carismático, compreendido como o “papel decisivo das mídias<sup>133</sup>”, silencia-se frequente e intensamente a perpétua perspectiva de uma espécie de renovação carismática, compreendida como a habilidade de adequação da performance oratória, dos “efeitos de linguagem operadores deste poder”, às sensibilidades da percepção acústica pública. A singularidade da adequação deste encontro traduz-se na qualidade própria de exceção, em que o poder se confirma apenas em sua realização.

No entanto, tomada a partir de uma rede de valores que os discursos sobre a performance oratória concorrem para construir por meio de uma atividade mais ou menos prescritiva, que normatiza a fala e forma a escuta pública ao impregnar de sentidos os usos do verbo, do corpo e da voz, a performance das candidatas mulheres, assim, quando não digna do mais absoluto temor, seria essencialmente exagerada e despreparada e contingencialmente antinômica e dissimulada, sem jamais passar ao largo dos efeitos de sentido da agressividade e do deslocamento. Por consequência, seus empreendimentos oratórios geralmente se tornariam ineficazes, ou seja, esvaziados do poder de convencimento sobre o outro e de agir sobre o outro para fazê-lo agir. Se, como pretendíamos sustentar a partir de nossa inscrição em uma perspectiva discursiva, a prática de fala pública e a produção de sons pela voz convivem numa relação interdependente de constituição com suas representações, o que significa dizer que as maneiras de escutar o feminino derivam de discursos a seu respeito e incidem rigorosamente sobre suas formas de expressão, as análises relativas ao desempenho oratório das candidatas à Presidência devem nos revelar estratégias que respondam aos estigmas que lhe foram impostos discursivamente pelo funcionamento da mídia. Esperamos, enfim, que as análises nos ofereçam subsídio para compreender a

---

<sup>133</sup> Cf. nota 108.

congruência que a relação entre prática e representação estabelece com a história e com os sujeitos de uma sociedade, de maneira particularmente imperiosa no campo da fala pública que carrega marcas de classe, raça e gênero.

A despeito de nossa inclinação às interrogações, reflexo da seara de indagações a que nos conduziram as respostas que originalmente buscávamos, e tendo em vista justamente a produtividade dos dados que as análises nos ofereceram, cremos que essa breve discussão tenha se prestado ao fim de cumprir com um dos objetivos que o rigor científico nos compeliu a delimitar. O funcionamento da mídia e os discursos que põe em circulação sobre a fala pública e os usos da voz de mulheres nos ofereceram subsídio para a observação de uma rede de valores e, sobretudo, de sentidos que devem nos permitir mais bem compreender os mecanismos e recursos através dos quais se constrói o consenso acerca de sua incompetência oratória e que, além disso, entretém uma relação constitutiva com a própria performance de seus pronunciamentos públicos e com sua recepção, resultando em um apagamento do carisma feminino ou, quando de seu reconhecimento, em uma sua plena interdição, mediante mecanismos discursivos que se perpetuam justamente por sua capacidade de atualização. Assim, cremos ter podido apreender de que maneira são determinações históricas, as posições ocupadas pelos sujeitos e as inscrições de seus dizeres em determinadas formações discursivas que incutem sentidos às maneiras de dizer, de modo que possamos, na próxima etapa, mais bem entender de que modo e em que medida as performances de fala pública respondem às injunções desses sentidos. Dito isso, no próximo capítulo, nos debruçaremos sobre os pronunciamentos efetivos das candidatas, emprestando especial atenção para a conjunção entre os elementos linguísticos de que lançam mão, como modalizações, interpelações e marcas da oralidade, e os recursos vocais mobilizados, isto é, modulações prosódicas de melodia, dinâmica e qualidade de voz.

## **Capítulo IV**

### **A fala pública e a voz feminina no discurso político brasileiro**

Sabemos, a essa altura de nosso percurso, que falar em público pressupõe o uso do verbo, mas não só: a fala pública implica também a mobilização das dimensões empíricas, mas sobretudo simbólicas do corpo e da voz. Sabemos, ainda, que na contemporaneidade essa tomada da palavra engloba o uso de tecnologias de linguagem, bem como rituais constitutivos desse fato social total. Por essa razão, neste capítulo, ao dispensarmos especial atenção para os usos da voz das candidatas à Presidência da República Heloísa Helena, Dilma Rousseff, Luciana Genro e Marina Silva – mais particularmente, para as modulações prosódicas de melodia, dinâmica e qualidade de voz -, não poderíamos tratar com desprezo o uso de elementos e recursos linguísticos, tampouco o potencial significante do próprio corpo.

Creemos ter exposto, no primeiro e no segundo capítulos, algumas das razões pelas quais nos parece ser pertinente e profícuo tomar os sons da voz como elementos fundamentais para os processos de produção dos sentidos, na medida em que, desde os primórdios da investigação dos papéis desempenhados pelos sons na música e na linguagem verbal, já lhes eram atribuídos os poderes de despertar paixões nos ouvintes e se incrustar em sua memória – uma das potencialidades daquilo que é geralmente tomado como carisma. Apontamos, ainda, a maneira pela qual consideramos, em uma perspectiva histórica e social, que as modulações vocais se inscrevem em memórias discursivas, através de seus usos propriamente ditos, mas também de suas representações, que concorrem tanto para a constituição da escuta desses sons como para sua própria produção ao impregnarem-nos de sentidos possíveis mediante a disseminação de descrições, comentários e julgamentos a seu respeito. Daí compreendermos as modulações vocais em pronunciamentos públicos e os efeitos de sentido que delas derivam como uma metáfora e uma metonímia dos sentidos que circulam sobre a fala pública – e sobre a fala pública feminina – em nossa sociedade. Dessa reflexão formou-se a discussão em nosso terceiro capítulo, que nos permitiu observar, através do funcionamento discursivo da mídia brasileira, a construção de uma rede de valores e sentidos sobre a fala pública que não apenas deriva da realização de suas práticas, mas que, em última instância, as constitui.

Após esse percurso, é chegado o momento de tratar diretamente da fala pública de cada uma dessas candidatas, com vistas a compreender o funcionamento dessas funções refletoras e refratoras da voz em relação aos dizeres que circulam a seu respeito e que lhe incutem sentidos de vícios e virtudes, ou seja, valores estigmatizantes, complacentes ou entusiásticos. Aqui, mesmo os usos são concebidos como efeitos; a voz é uma forma material que depende dos sentidos para ser produzida e para produzi-los. A maneira como o feminino fala, o que fala e quando fala não se constituem senão numa relação vital com o gesto de escutar o feminino.

Mostraremos, aqui, como a escuta do feminino reflete e se vê se vê refletida pela voz feminina; tentaremos apontar, sobretudo, como essa própria voz se fragmenta, podendo suprimir-se ou multiplicar-se entre aquilo que a escuta ouve e diz a seu respeito e o que ela ouve e diz sobre o campo em que se inserem as intervenções públicas das candidatas. Entre o que quer, o que pode e o que deve dizer, a voz feminina se verá irremediável e simultaneamente atravessada pela relação que mantém ou manteve com os mundos privado e público, idealmente separados

no imaginário coletivo. O trânsito frequente entre um e outro na fala pública, imposto pelas metamorfoses do discurso político contemporâneo a homens e mulheres, mas que tende a depreciar principalmente a última em ambos, dá origem a uma pulverização do feminino que se deixa apreender por meio da percepção de vozes expressivamente plurais. Disso depende a sobrevivência política da mulher, mas, se nessa versatilidade e no domínio sobre a escuta reside a chance de seu potencial de ação e reação política, nela consiste ao mesmo tempo sua fraqueza latente: a aversão da escuta que lhe desprovê de legitimidade para a fala pública. Perceber o privado falar no público, o masculino falar no feminino e outras justaposições parece tornar irresistível incutir ao desempenho oratório de mulheres, ou ao menos daqueles investido de traços femininos, os sentidos de deturpação da verdade, de corrupção dos valores da vida e da política e de despreparo para a fala pública, tidos como signos incontornáveis de inaptidão para o governo. Nos próximos parágrafos, veremos como se constroem essas potencialidades e essas debilidades.

Antes que possamos efetivamente partir para nossos exercícios analíticos, é importante fazer duas observações. A primeira delas, referente ao método de transcrição da voz, convencionado por nós da seguinte maneira:

- i) Dois pontos (:) representam as pausas dentro do âmbito da pontuação, ou seja, pausas na fala frutos do esforço da função aeróbica, sendo que dois destes sinais representam a duplicação deste período de tempo;
- ii) Negrito: representa a sílaba tônica, sendo possível que sobre várias sílabas de uma mesma palavra recaiam similar ênfase;
- iii) Maiúsculas: representam aumento de volume;
- iv) Duplicação de vogal: representa alongamento da sílaba;
- v) Sobrescrito e subscrito: dizem respeito, respectivamente, a uma mudança de tessitura, para um nível mais alto e mais baixo.

O segundo esclarecimento diz respeito ao estabelecimento do conjunto de sequências discursivas a serem efetivamente analisadas. A fim de confrontar as redes de sentido prescritivas que o discurso midiático anima, de modo a questionar os efeitos de evidência que se produzem a partir das representações da performance oratória das candidatas, neste capítulo, obedeceremos à ordem cronológica das disputas eleitorais, traçando um breve percurso dos pronunciamentos de Heloísa Helena, Dilma Rousseff, Luciana Genro e Marina Silva. Subordinados a este modo de organização, os trechos analisados servirão,

de maneira representativa, para apreender diferentes condições de produção e posições assumidas pelas candidatas em contexto de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e de debates televisionados. Seleccionamos os pronunciamentos que julgamos mais bem esclarecer a relação da prática discursiva com os julgamentos e normatizações a seu respeito, sistematizadas a partir da análise dos dados que compuseram nosso terceiro capítulo. A partir daí, estabelecemos regimes de escuta inscritos idealmente em formações discursivas representativas de polos antagônicos, de modo a confrontar as redes de sentido prescritivas que o discurso midiático constrói e forçosamente impõe às práticas femininas de fala pública, estendendo seus efeitos a verbo, corpo e voz, a fim de questionar os efeitos de evidência que emanam desta dinâmica. Dito isso, daremos início, sem maiores delongas, ao trabalho com essas sequências discursivas.

#### 4.1. A voz de Heloísa Helena

Em programa veiculado pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral no dia 26 de setembro de 2006, a propaganda da presidenciável do PSOL tem início com a exibição de uma bandeira do partido, à qual rapidamente se segue *close* em câmera lenta de Heloísa Helena sorrindo e acenando, em meio a uma aglomeração de pessoas, momento em que se ouve a voz masculina que anuncia em off “Heloísa Helena : **presidente**”. Imediatamente, tem início seu pronunciamento, defronte a uma bandeira nacional que se agita. Nesta primeira manifestação de sua voz, ouve-se:

Andeei em **TOO**dos os estados brasileiros :: viajei sozinha :: **mas sempre encontrando NO**ssos **militantes** e **nosso querido povo brasileiro** :: agradeço as **flores** e **orações** : o **amor liindo das criaanças** :: o **carinho** e a **emoção** dos **idosos** : a **solidariedade dos homens** **ee a foorça** **poderoosa** das **mulheeres** Sofri **muito** : **mas seei** que combati o **bom** **combate** :: **soou** **afinal** uma **mulher** **livre** :: **mo** **vida** **pela fé** em **Deeus** e **pela luta** do **nosso povo** **vamos vencer** a **eleição** : por uma **PÁ**tria **mããe** :: **das filhas** e **filhos** do **Brasil** : **voote** **cinquenta**.<sup>134</sup>

<sup>134</sup> Disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hp-jXI5wrDo>. Acesso em 03 nov. 2021.

Neste trecho, chama atenção do ouvinte o tempo acelerado de fala, realçado pelo escasso uso de pausas e por uma taxa fundamental de volume alta. Os movimentos vigorosos do aparelho fonador, que não apenas ressoam na escuta do interlocutor, mas se fazem também perceptíveis na gesticulação de sua boca, de seu pescoço e de sua cabeça, associam sua performance a uma fala enfática, refletida também nos acentos de ênfase e na pronúncia precisa de termos como “brasileiro”, “soou”, e “vencer” que poderiam ser pronunciados como “brasileros”, “sô” e “vencê” num quadro geral de emissão vocal mais distenso. O processo de reflexão desta gestualidade específica na região ao redor da garganta e da cabeça também justifica a produção da voz em uma taxa fundamental de frequência mais alta, tradicional e socialmente associada à respiração realizada pelas mulheres por emitir uma voz mais aguda a partir das cavidades menores do corpo, isto é, da parte superior de seu aparelho fonador.

No interior deste quadro de articulação entre verbo, corpo e voz, Heloísa passa a maior parte do tempo de sua performance com a cabeça erguida, possivelmente em busca de sua impositação vocal, com leves movimentos para baixo em consonância com os acentos de ênfase que recaem sobre sua fala, gesto que produz a enunciação de certos trechos com uma voz em frequência ligeiramente mais baixa em relação ao período em que figura (como, por exemplo, em “**mas sempre**”, “**mas seei** que combati o bom combate”, “**movida**” e “**PÁtria mããe**”, este último acentuado, ainda, por uma oscilação crescente no volume da voz). A cabeça fica erguida de maneira mais estática em “soou afinal uma mulher livre”, estendendo à expressão corporal os efeitos de firmeza imanentes à expressão de seus valores na formulação linguística. Por outro lado, para a escuta inscrita em posição ideológica menos progressista, estas mesmas inflexões vocais, aliadas à cabeça erguida e ao vigor corporal de seus acentos de ênfase, estes efeitos podem redundar em reações como “Heloísa Helena é arrogante” ou “Heloísa Helena é agressiva”.

Em certa altura de seu pronunciamento, mais especificamente a partir de “**sempre encontrando**”, a focalização de seu rosto é substituída pela exibição de imagens que parecem pretender redundar o dito, como, por exemplo, ao retratar um coro infantil que grita “Heloísa! Heloísa!” quando menciona “o **amor lindo das criaanças**”, o que pode imprimir efeitos de verdade em seu pronunciamento. Em contrapartida, a representação da candidata em contextos emotivos, repletos de abraços, beijos e sorrisos, pode contrapor-se aos efeitos de firmeza que emergem de sua fala. Tem-se, desta forma, por

um lado, a produção de um efeito de equilíbrio e harmonia entre atributos opostos de seu espírito e, por outro, o efeito de falsidade e manipulação.

Ainda a respeito deste contraste, em toda a extensão de seu pronunciamento, as estratégias de produção de efeito de ênfase ocorrem na forma de alongamento de sílabas tônicas, mas é principalmente na primeira parte, delimitada por nós pela manutenção de um nível fundamental de tessitura, que se vê uma oscilação no volume de voz e duplicação de acento tônico, que recai sobre termos específicos tais quais “**li**ndo”, “**criaan**ças” e “**foor**ça **poder**oosa das **mulheeres**”, ao passo que, na segunda parte, mantém-se o alongamento, mas abdica-se da oscilação de volume, concentrando a inflexão vocal no âmbito da frequência fundamental, o que produz uma alteração para baixo no nível da tessitura vocal – em outros termos, Heloísa Helena passa a falar em um tom mais grave.

É importante notar que essas pontuais oscilações na taxa fundamental de frequência culminam na percepção acústica de uma tessitura mais alta quando fala de temas tipicamente afeitos à sensibilidade e quando narra experiências pessoais, produzindo, a partir de um modo de desenvolvimento de fala estruturalmente indutiva, efeitos de sentido de emotividade e delicadeza tipicamente associado à retórica feminina, redundado no verbo, no corpo e na voz. Por outro lado, a candidata mobiliza tessitura mais baixa quando fala de “**combate**”, “**luta**”, quando se impõe como mulher e reafirma seus valores, possibilitando que seu discurso produza efeitos de firmeza ou, segundo o código de frequência proposto por Madureira, de ameaça, associados, por sua vez, à fala masculina no imaginário social.

O ritmo menos cadenciado, que se permite apreender pela rapidez de sua fala, também é produzido pela ausência de pausas que seriam esperadas para demarcar limites sintáticos, como em “**mulheeres** **sofri** **muito**” e, caso avenge-se a possibilidade de argumentar que a aglutinação sonora se deve à edição do material audiovisual, há também a produção de similar efeito de ambiguidade em “**pela** **luta** **do** **nosso** **povo** **vamos** **vencer** **a** **eleição** : **por** **uma** **pátria** **mãe**”, trecho do qual emergem variadas possibilidades de interpretação. “**pela** **luta** **do** **nosso** **povo**” pode ser um complemento de “**movida** **pela** **fé** **em** **Deus**”, ou pode incidir sobre “**vamos** **vencer** **a** **eleição**”. De maneira análoga, “**por** **uma** **PÁtria** **mãe**” pode ser associada à informação que lhe precede ou à que lhe sucede. A conjunção destas inflexões vocais produz, por um lado, a possibilidade de emergência de um efeito de sentido de inadequação ao estilo televisivo e de despreparo, se considerarmos um regime de escuta inscrito em formação ideológica mais

conservadora, e, por outro, em regime de escuta em certa medida antagônico, de resistência e obstinação, uma vez que imposto pelas condições de produção do discurso, a saber, o dificultoso obstáculo representado pelo reduzido tempo de tela reservado à propaganda de seu partido.

Tais possibilidades de produção de efeitos de sentido repercutem nas inflexões vocais de Heloísa quando sua fala apresenta certa qualidade rouca, mais particularmente nos poucos momentos em que mobiliza fala distensa, geralmente no final dos períodos, em que a entonação é decrescente – como, por exemplo, em “estados brasileiros”, “das mulheeres” e “cinquenta”. A emissão vocal que se traduz em uma voz rouca é resultado do fechamento e vibração inadequados da laringe, gerando um som que denota aspereza e sopro. Tal inadequação da gestualidade vocal está tipicamente associada ao abuso do uso da voz e, além de ecoar as possibilidades de emergência de efeitos de sentido de despreparo e de obstinação, remete invariavelmente à discursividade em que sua performance oratória é representada como alta demais e constante demais. Ou seja, mesmo quando a fala pública de Heloísa Helena é manifesta de maneira mais relaxada, os sinais de vacilação ainda invocam a memória de seus gritos como o ponto originário de sua rouquidão.

A partir de um exercício analítico sobre o programa datado de 17 de agosto de 2006, veremos a manifestação de um tom consideravelmente mais enfático da candidata, em consonância com a voz masculina em *off*, que contrasta o tempo reduzido reservado à propaganda do PSOL na tevê com o enriquecimento dos bancos:

**Em um minuto o governo brasileiro :: paga mais de um milhão de reais de juros aos bancos :: Tire esse minuto dos bancos :: e aplique na sua própria vida :: Vote Heloísa Helena preesidente.**

Os efeitos de sentido de gravidade e emergência produzidos pela modulação vocal do locutor, que pode ser caracterizada como dramática em decorrência das longas pausas, do alto volume e baixa frequência associados a uma articulação vigorosa do aparelho fonador, repercutem na performance de Heloísa Helena. Vejamos:

**O Brasil é um país :: dos bancos ricos : e do povo pobre :: nossas taxas de juros são as mais altas do mundo :: a produção não cresce o desemprego aumenta e o investimento público CAi :: SÓO com a redução das taxas de juros no próximo ano :: nós**

teremos **noVEN**ta bilhões de dinheiro **novo** e **limpo** : **NÃO** para  
comprar político **corrupto** : **mas** para investir na geração de emprego :  
**saúú**de educação segurança na digni**DA**de do **povo** brasileiro :  
com o seu **voto** :: **nós** podemos de verdade :: **mudar** : o Brasil.<sup>135</sup>

Aqui, mantém-se o tempo de fala acelerado, com poucas pausas, apenas migrando para uma desaceleração e para um ritmo mais cadenciado, imposto pelo uso de mais pausas, quando fala diretamente ao eleitor. Em toda a extensão de seu pronunciamento, Heloísa mantém o rosto tenso, sem apresentar qualquer esboço de sorriso, e efetua movimentos consideravelmente mais vigorosos das mãos, enquanto os movimentos da cabeça acompanham a aceleração da fala e os acentos de ênfase.

A ausência de manifestação de rouquidão, o que pode ter sido gerado pela manutenção predominante de uma fala tensa, se considerarmos o contexto de manifestação de tal qualidade no pronunciamento sobre o qual nos debruçamos anteriormente, fortalece o efeito de sentido de firmeza que emana de sua performance oratória.

A ênfase na forma de aumento de volume em certos acentos tônicos serve à expressão de uma indignação ao qualificar a oposição, como em “**CAi**” e em “**NÃO**”. Sobre este último, ainda, é importante ressaltar a mudança no nível de tessitura que reforça o tom da indignação e delimita uma relação de contraste entre o apontamento do outro e a autodefinição. Aliás, quando fala propriamente das propostas de possível governo, a ênfase ocorre predominantemente na forma de alongamento de vogais em detrimento do aumento de volume da voz, produzindo uma fala mais “arrastada”, de cuja articulação menos vigorosa podem emergir efeitos de maior delicadeza. Por outro lado, no momento da variação na tessitura, Heloísa substitui a movimentação vertical da cabeça por uma sua sustentação mais elevada, redundando os sentidos da comparação na produção de um efeito de superioridade, o qual poderia repercutir na escuta como agressividade ou arrogância, ao invés de produzir como reação apreciações alinhadas aos efeitos de “Heloísa Helena é uma justiceira”.

Em 15 de agosto do mesmo ano, o programa eleitoral do PSOL veiculou pela tevê programa iniciado pela exibição de uma justaposição de fotografias em que Heloísa figura

---

<sup>135</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pBEnvgDT9-g>>. Acesso em 03 nov. 2021.

sorrindo ao lado de uma criança, sobre as quais emerge um conjunto de panfletos da campanha; nestes, figura seu *slogan*, lido pela voz em *off* masculina: “**Coração valente :: Heloísa Helena : presidente**”. A fala distensa, que se apresenta em ritmo cadenciado, baixo volume e frágil articulação em “Heloíselena”, vai contrastar com a manifestação da voz da candidata, como veremos:

**Eu sou** a Heloísa Helena candidata à **preesidenta** do Brasil :: **E** agradeço de **cooração** as **floores** **orações** CAArinho que **tenho** recebido :: Nas**CI** numa família humilde no sertão de Alagoas :: **Fui criada por minha mãe** : viúva costureira digna :: **E sou apenas IIGUAAI** às **mães** brasileiras **que ensinam aos seus filhos que é proibido roubar** :: **DOU** meu exemplo : **cumprindo** minha obrigação de **ser honesta** :: **E você com seu voto** :: **pode dar exemplo maais belo** :: **não votando em político corrupto** **que engana aos pobres** : e governa **para os banqueiros** :: Que **fiinge** que **não vê** roubalheira mensalão sanguessuga :: **mas cinicamente** :: **vive** : **em conluio com eles** :: **Só** vocês :: **mulheres e homens de bem e de paz** : **podem ajudar** :: **COM VOto** : **A MUDAR** o Brasil.<sup>136</sup>

Além de apresentar fala mais enfática já nos primeiros segundos de sua performance, articulando mais vigorosamente a pronúncia de seu nome, o termo “**preesidenta**” é enfatizado por diminuição da velocidade da fala e pela extensão do acento tônico à totalidade da palavra, marcando um contraste entre sua autodeclaração e o panfleto. Cabe, sobre este tópico, estabelecer diferenças entre o processo de produção de sentidos que se devem às variações de registros e regimes de circulação, posto que falar “presidenta” é diferente de escrever “presidenta”: no registro escrito, por seu caráter incomum, poderia ser tomado como um desvio despropositado? E mais, se encarado como proposital, e em decorrência justamente de sua interpretação como desvio, poderia demarcar um posicionamento ideológico tido como “excessivamente” feminista? Neste sentido, há aí também a incidência de diferenças entre as posições enunciativas de homem e de mulher: é ela quem precisa apresentar e impor a flexão, de modo que, pela boca de um homem ou pela tinta no papel, não soe como um ato subversivo demasiadamente

---

<sup>136</sup> Disponível na íntegra em: <[https://www.youtube.com/watch?v=0Jd\\_TgA3zEA](https://www.youtube.com/watch?v=0Jd_TgA3zEA)>. Acesso em 02 nov. 2021.

radical? Nesta perspectiva, pode-se fazer emergir efeitos de sentido de incoerência, desorganização ou confronto à própria campanha, este último respondendo ao já-dito segundo o qual Heloísa é agressiva, por um lado, ou a projeção eufórica de uma posição singular e pioneira, que expressaria coragem, por outro. Não podemos nos furtar de apontar também para a primorosa metáfora que tal dissonância entre o registro escrito e a voz masculina, de um lado, e a voz enfática feminina, de outro, constrói em relação à condição histórica da mulher na política em 2006: com ainda menor reconhecimento de seus pares masculinos e com ainda menos expressiva representatividade no espaço público do que a contemporaneidade as reserva, restava à mulher impor-se como tal, ainda que sua voz ecoasse solitária no terreno dominado por eles.

Apesar da manifestação enfática de sua voz, o início de sua performance é balizado com sorrisos e cabeça menos erguida, o que imprime efeitos de humildade que, relacionados ao verbo “**agradeço**”, redundam o dito, produzindo efeitos de espontaneidade. Tal efeito de humildade também transborda para a formulação linguística na sequência, quando Heloísa narra sua origem. Neste trecho específico, no entanto, até o momento em que menciona os atributos de sua mãe, sua fala migra para um tom mais grave e tenso, expresso não apenas pelo enrijecimento das expressões faciais e pelo movimento mais vigoroso da cabeça, mas também pela diminuição do volume da voz e de uma leve variação decrescente na taxa fundamental de frequência. A este conjunto de inflexões, a despeito das distinções entre as modulações vocais e corporais, também se estendem as possibilidades de emergência de efeitos de sentido de espontaneidade e franqueza, na medida em que seu pertencimento à região do Nordeste não é apenas invocado à formulação linguística, mas invariavelmente expresso em sua voz, que produz elementos fonéticos particularmente associados ao sotaque nordestino, notadamente a palatalização de /s/ antes de consoantes alvéolo-dentais, mais particularmente /ʃ/ antes de /t/ (como em “**costureira**” e “**honest**a”); o predomínio de oclusivas dentais surdas (/t/) e sonoras (/d/) no encontro com a vogal /i/ (como em “**candidata**” e “**cinicamente**”); abertura das vogais pré-tônicas /e/ e /o/ para /ɛ/ e /ɔ/ (como em “**cooração**” e “**orações**”); glotalização de /r/, que produz /h/, em posição final de sílaba (como em “**sertão**” e “**governa**”) e de palavra (como em “**roubar**” e “**ajudar**”).

O caso do /r/ é particularmente notável. Isso porque o uso da fricativa glotal /h/ é considerado um tipo de enfraquecimento em relação à herança que proveio do /rr/ latino (vibrante apical múltipla) para o português /r/ (vibrante aoveolar). Tal enfraquecimento,

conhecido na literatura fonológica como lenição, é concebido como um processo de debucalização, isto é, a mudança a partir da qual um segmento perde os traços de articulação na cavidade oral e passa a ser produzido apenas na região da laringe. Neste caso específico, o som de /h/ é produzido com uma fricção na glote. No entanto, neste pronunciamento, a predominância da glotalização não equivale à ausência do /R/ vibrante, que é produzido por Heloísa Helena geralmente quando, encontrando-se em final de palavra, este antecede um som vocálico, como em “**ser honesta**” e “**MUDAR o**”. Nestes encontros, ao invés de coarticular a fricativa com o formato do trato vocal da vogal seguinte, ou mesmo de reduzir a pronúncia a zero fonético, o que seria o mais comum<sup>137</sup>, a candidata o realiza como /r/ – tepe alveolar vozeado/simples, um som mais oclusivo e portanto mais vibrante, que exige maior esforço do aparelho fonador. Isto equivale a dizer que, ao invés de obedecer a tendência ao enfraquecimento, ela impõe mais força à articulação. A mais vigorosa articulação do aparelho fonador para produzir este som equivale aos efeitos de uma hipercorreção, que pode, para um regime de escuta alinhado a posições mais progressistas, corresponder à produção de um efeito de sentido de firmeza e cuidado, ao passo que, para um regime de escuta antagônico, pode produzir efeitos de artificialidade e falsidade.

A observação de tal hipercorreção faz-se particularmente interessante quando posta em contraste com a possibilidade de apagamento total da articulação fonética, que seria, como dissemos, a substituição mais frequente para o /h/ sucedido de sons vocálicos. A respeito do zero fonético relativo à pronúncia de /r/, Callou et al (2002) afirma que o mecanismo de sua hipercorreção está vinculado à sua associação com um estigma demarcador social da classe dos iletrados: “o processo [de apagamento], no século XVI, nas peças de Gil Vicente, era usado para singularizar o linguajar dos escravos” (p. 61). Além disso, a fricativa glotal é prevacente no sexo feminino, conforme apontam estudos sociolinguísticos<sup>138</sup>, de que incorre a produção de efeito de sentido de inscrição não apenas em uma posição de nordestina, mas de uma nordestina que se quer afastada dos estereótipos de gênero, de raça e classe social. Essa projeção parece poder nos apontar para a demarcação, no limite, de dois extremos antagônicos no que diz respeito à apreciação dos efeitos de sentido que se produzem em sua fala: “Heloísa é diferente” e “Heloísa enfrenta os padrões estabelecidos” ou “Heloísa é falsa” e “Heloísa sucumbe aos

---

<sup>137</sup> Cf. LIMA, 2019.

<sup>138</sup> Idem.

padrões estabelecidos”. Importa ainda considerar que a recepção eufórica de sua fala expressa por “Heloísa é diferente”, ao exaltá-la como única frente a seus semelhantes, tem o poder de reforçar os próprios estigmas de que se tenta esquivar, na medida em que, para ser boa, é preciso abdicar das marcas representativas de lugares sociais específicos, ao invés de ressignificá-los. Isto equivale a dizer que os estigmas e preconceitos repercutem invariavelmente nas formas de recepção da fala dos historicamente desvalidos, seja na euforia ou na disforia.

Mas, sob a luz desses estereótipos, a expressão facial sorridente de Heloísa volta a se manifestar quando se compara às mães brasileiras, com um leve mas alongado piscar de olhos que se sucede à articulação vigorosa da boca para produzir alto volume, extensão de vogal e duplicação de sílaba tônica em “**IIGUAAI**”. Mas o tom grave logo retorna para imprimir efeitos de firmeza à expressão de seus valores de honestidade como uma “**obrigação**”. Esta fala tensa se estende à referência aos políticos corruptos, marcada pela emissão em uma frequência acima da fundamental – aqui, a mudança de tessitura, além da mudança dos movimentos da cabeça da vertical para a horizontal (redundando os sentidos de negação), e da contração dos olhos, que inclusive faz emergir sulco expressivo em sua testa, estende para os modos de dizer a distinção que se estabelece na formulação do dito: Heloísa afirma que sua honestidade é uma obrigação, eximindo-se de se inscrever em uma posição singular e extraordinária (já que quer ser igual às “**mães brasileiras**”, uma pessoa comum), mas, em comparação com os políticos corruptos que renega, assume um valor diferencial. Nesta rede de sentidos, dizer “Sou igual às mães brasileiras” equivale a dizer “Sou diferente dos políticos corruptos”.

Ao falar diretamente ao eleitor, invocando-o por “você”, há sempre a manifestação de uma fala mais leve e distensa, com sorrisos largos, mais intensa presença de alongamento de vogais e piscadas mais leves e lentas, ritmo mais cadenciado, com mais pausas e mais baixo volume. Esse conjunto de inflexões vocais e gestualidades corporais pode produzir efeito de proximidade com o eleitor, reforçado pelas formulações “**podem ajudar**” e “**pode dar exemplo maais**”, em detrimento de escolhas lexicais que poderiam soar mais afrontosas e autoritárias, como “ajude” e “dê exemplo”. Pela forma de dizer, doce e acolhedora, mas ao mesmo tempo forte, Heloísa redundava como verdadeira a postulação de que é igual às mães brasileiras.

Há, assim, uma oscilação entre um tom grave e tenso e um tom leve e distenso, a depender do tema abordado, cujas oscilações de volume, frequência e movimentos

corporais são unidos pela constância de tempo e ritmo e pelos padrões melódicos ecoativos, dando origem a um efeito de equilíbrio de opostos: a associação entre sensibilidade e agressividade, entre emotividade e firmeza replica os sentidos do slogan “coração valente” ou, por outro lado, de inconstância e de um preparo que, mal feito, expõe certa artificialidade em sua performance.

As regularidades que emergem dessa sequência de análises, que dizem respeito mais especificamente às estratégias de harmonização entre os efeitos de firmeza e de delicadeza, as quais, por sua vez, respondem às injunções dos sentidos produzidos pelos dizeres que circulam na mídia sobre sua performance oratória, devem, ainda, ser confrontadas com uma distinta condição de produção que, a despeito de conservar as características inerentes à política televisionada, impõe ao desempenho de Heloísa uma particularidade importante: o fato de endereçar sua fala não a seus eleitores, mas a seus adversários.

Em debate presidencial do primeiro turno das eleições de 2006, veiculado pela Rede Bandeirantes, Heloísa Helena se dirige ao candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, para responder a indagação acerca de suas propostas para a área de saúde no Governo Federal. De sua voz, ouve-se:

**Bom : eeu : sou uma daas militaantes : daa reforma sanitária no Brasil :: defeendo o Sistema Único de Saúde porque é a legislação MAais avançada do planeta Terra :: COMO MÃE SEI EXAtamente qual é o constrangimento de vivenciar a DOR DO PARto :: e perambular pelas portas dos hospitais querendo atendimento ::: COMO MÃE SEI EXAtamente o que é um serviço público ineficaz porque quando meu filho : foi atropelado teve traumatismo craniano e no hospital público não tinha a medicação adequada : PRA CONTER a convulsão do traumatismo craniano :: portanto a MIIinha história de vida IIMPÕÕe :: ME obriga :: que eu dedique TOOdos os esforços que são necessários.<sup>139</sup> 5m24s**

---

<sup>139</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2P7FtdL-trY>>. Acesso em 01 nov. 2021.

A princípio, sua performance enquadra-se como uma fala distensa, caracterizado pelo baixo volume de voz (o inicial “**Bom**” é quase inaudível) e suave articulação do aparelho fonador. Os acentos de ênfase são produzidos através do uso incomum de mais pausas em relação a seus pronunciamentos já analisados e do alongamento de vogais, este último acompanhado por um piscar de olhos prolongado. Em contraste com uma ênfase estratégica, a conjugação dessas modulações pode produzir o efeito disfórico de hesitação, na medida em que pode ser interpretado como um índice de que a candidata cria artificialmente intervalos de tempo em que pode buscar em seu interior os pensamentos que precisa traduzir em palavras. Para a produção deste efeito também concorre a aceleração do tempo de fala no final do primeiro período, a qual pode ser percebida como reflexo da aceleração do pensamento. Por outro lado, estas inflexões vocais também podem ser tomadas como um índice de tranquilidade, geradas por segurança no que diz, e decorrente ênfase, que chamaria atenção do interlocutor para pontos estratégicos de sua fala, como “**militantes**” e “**reforma**”.

Os movimentos dos olhos tornam-se muito mais vigorosos a partir do segundo período: ao falar da defesa do Sistema Único de Saúde, eleva as sobrancelhas e coloca o dedo em riste enquanto aumenta o volume da voz em “do planeta **Terra**”. Além disso, sua pronúncia fica mais articulada e sua cabeça se move de maneira mais enfática na vertical. A aceleração do tempo de fala que se inicia a partir deste ponto: a repetição da formulação sintática “**COMO MÃE SEI EXAtamente**” repercute também na expressão facial (olhos cerrados com força, gerando uma tez contraída, movimentos verticais da cabeça) na modulação vocal, com duplicação de sílabas tônicas, poucas pausas e aumento de volume. Porém, na segunda oportunidade de enunciação, o volume de voz dá um salto ainda maior, considerando que, após o aumento do primeiro “**COMO MÃE SEI EXAtamente**”, apesar de voltar a abaixar o volume, a voz não retorna à taxa fundamental de volume com a qual iniciou a fala. A repetição do dito e do modo de dizer impõe à sua fala um ritmo relativamente cadenciado, mas que se sujeita ao progressivo aumento de volume e aceleração do tempo de fala (esta se torna praticamente necessária para tentar fazer repercutir o ritmo da primeira estrutura em uma estrutura similar, mas de extensão mais longa). Produz-se, assim, um efeito de inflamação progressiva, ao qual se acrescentam também os movimentos do dedo em riste ao narrar a história de seu filho, e que culmina na modulação vocal enfática de “**IIMPÕÕe :: ME obriga**”, que redundava os ditos pela voz imposta e pela dureza da face, mas com distinto efeito de ênfase pelo emprego das

pausas. Em suma, neste excerto, chamam atenção as modulações vocais, os índices verbais e gestos corporais que produzem efeito de sentido de ênfase dramática e firmeza, de um lado, e hesitação e agressividade, de outro.

No mesmo debate, respondendo à pergunta elaborada por Cristovam Buarque (PDT) sobre suas propostas para a área da educação, a fala de Marina parece produzir efeitos de menor hostilidade, respondendo às injunções de sentido decorrentes da inscrição de ambos em posições ideológicas menos antagônicas. Vejamos:

**Eu também sou uma apaixonada : pela educação [...]**

**Não tenho dúvida que o ACESSO à educação : à cultura : ao esporte :: possibilita que uma criança : antes de se vender :: vender o corpo por um prato de comida ou um jovem ser arrastado pra marginalidade imaginem que coisa maravilhosa pela educação :: uma criança poder ESCOLHER se será cientista : bailarina MÚSICA : ou professora no futuro e não ser condenada à prostituição : ao narcotráfico e à marginalidade como último refúgio.** <sup>140</sup>14m06s

Ao enunciar o primeiro período transcrito, observa-se que Marina pisca os olhos longamente e gesticula com a palma da mão direita voltada para cima enquanto faz movimentos verticais mais curtos e rápidos da cabeça. Destacamos também o fenômeno de alongamento de vogal átona e duplicação de sílaba tônica, que emprestam ênfase ao termo “apaixonada” por produzir efeito de que tal paixão, ao ser enunciada, é também sentida e arrebatada seu corpo, o que projeta uma sua imagem espontânea e sincera.

A partir do segundo momento transcrito, vemos uma insistência no alongamento de sílabas e um uso mais corrente de pausas, assim como uma entonação ascendente em “à educação : à cultura : ao esporte” que pode indicar os efeitos de sentido de idealização e fortalecer os sentidos de “apaixonada”. Após a repetição do termo “vender”, entrecortada por uma pausa alongada, acelera sobremaneira o tempo de fala ao falar da realidade de crianças e jovens, ao ponto de não demarcar pela voz o limite sintático que introduz “imaginem”. A pausa alongada, neste contexto, associada a essa notável aceleração, tem o potencial de produzir efeito de hesitação diante da iminência de abordar

---

<sup>140</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2P7FtdL-trY>>. Acesso em 13 ago. 2021.

uma realidade e um assunto indesejados, porquanto demasiadamente cruéis, o que pode traduzir sua insuperável indignação ou a tentativa de mudar rapidamente o tópico da interlocução. No trecho acelerado, não há, também, oscilações no volume de voz ou na taxa de frequência que poderiam chamar atenção, enfatizar ou dramatizar certos pontos de sua fala.

Em contrapartida, Heloísa volta a sorrir quando enuncia “**coisa maravilhosa**”, assim como modula mais a sua voz com oscilações de volume, alongamento de vogais e duplicação de sílabas tônicas. Também volta a usar mais pausas. Ao citar as profissões possíveis para os jovens e crianças, tira seu olhar da câmera e volta seus olhos ao além, enquanto gesticula com a mão alta em forma de círculos, produzindo um efeito de sentido de idealização que remete ao estado de “apaixonada” com o qual inaugurou sua fala. Tal efeito opõe-se a “**e não ser condeNADA**”, enunciado com articulação vigorosa da boca, olhar fixo na câmera, cabeça e pescoço curvados para baixo, dedo indicador colado ao polegar enquanto move a mão na vertical, que pode atribuir à sua performance efeito de sentido de justa indignação e de instinto protetor, ou, em um regime de escuta antagônico, de agressividade e de descontrole. De todo modo, a performance de Heloísa, em cada um dos pronunciamentos sobre os quais nos debruçamos, pode ser encarada como a tradução de distintas paixões, seja na impressão da coerência ou do despreparo, seja na tentativa do equilíbrio ou na transparência do excesso.

#### **4.2. A voz de Luciana Genro**

No programa exibido em 13 de setembro de 2014<sup>141</sup>, a propaganda do PSOL tem início com a exibição de depoimentos de deputados do partido, a saber, Chico Alencar, Ivan Valente, Marcelo Freixo e Jean Wyllys, de cujas vozes ouvimos formulações acerca dos riscos à democracia brasileira, quais sejam, o “desrespeito aos direitos humanos”, o “racismo”, o “fosso entre ricos e pobres” e o “genocídio de jovem, pobre e negro”. Na sequência, Luciana figura vestida de vermelho defronte a uma fotografia representativa das manifestações populares ocorridas em 2013, dizendo:

---

<sup>141</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OE0gLn2ZEUy>>. Acesso em 02 nov. 2021.

**Não** haverá **democracia** : enquanto o **lucro** de **poucos** : estiver  
acima do **bem-estar** da maioria :: **Democracia real** se constrói ::  
**com o povo oorganizado e mobilizado.**

Com tempo de fala desacelerado, ritmo cadenciado que se impõe com base na repetição da extensão da fala até a suspensão da voz representada pela pausa, baixo volume e frequência média estável, a candidata produz uma performance impregnada dos sentidos da monotonia. Tal efeito repercute também nos movimentos corporais, que se limitam a movimentos verticais lentos para acompanhar as sílabas tônicas. Há, no entanto, mais acentos de ênfase no segundo período, como pausas mais alongadas e duplicação de acentos tônicos. Neste segundo momento, Luciana sorri, replicando em seu rosto os efeitos da paixão causada pelo idealismo expresso em “**povo oorganizado e mobilizado**”, ao passo que a formulação negativa que o antecede é modalizada com uma expressão facial tensa e movimentos vigorosos e mais frequentes das sobrancelhas. Pode-se dizer, assim, que recai sobre a formulação assertiva uma espécie de ênfase sutil. Além disso, o alto nível de controle da voz revelado pela articulação enfática de seu aparelho fonador, produzindo sons notavelmente marcados, pode produzir em sua performance um efeito de equilíbrio. Desta feita, sua fala é capaz de estabelecer um contraste com a imagem de radical que se projeta em suas representações e que compartilhava com seu partido: Luciana rechaça os possíveis efeitos de agressividade, respondendo às injunções de sentido dos discursos a respeito de sua fala pública e de sua imagem. Aos homens, aliás, é relegada a tarefa de nomear as ameaças e os inimigos da democracia.

Em seguida, o pronunciamento de Luciana é substituído por outras imagens dos protestos do ano anterior, sobre as quais se ouve um coro que enuncia “o povo acordou”. Surgem na tela, então, os dizeres “O PSOL quer construir a democracia junto com o povo”, em letras capitais de tamanho progressivamente maiores até culminar em “povo”, que recebe maior destaque na formulação. Esta e outras referências a “povo” manifestas na formulação sincrética do programa são retomados por “**maioria**”, relação parafrástica recuperada pelo hino “o povo acordou”. Assim, qualquer efeito de revolta e radicalismo é relegado a esta maioria, que encarna o próprio conceito da democracia que o PSOL e Luciana Genro querem apenas “ajudar” a “construir”. Então, a voz de Luciana emerge novamente: **LUta pelos teus direitos** : e **CONta com o PSOL**. Apenas aqui os movimentos corporais são mais vigorosos, com projeção do tronco para frente e gesticulação da cabeça para baixo para acompanhar acentos tônicos, de modo a ornar com

a firmeza do imperativo. O ritmo cadenciado permanece mediante a replicação do conjunto de inflexões vocais da primeira para a segunda oração, mas há uma leve modulação no volume de voz. Retoma-se aqui o sentido de “ajuda” ao povo, e neste sentido o imperativo também pode ser compreendido como um incentivo ao invés de uma ordem. É então o povo quem luta, e não Luciana, retomada por hiperonímia por PSOL, reforçando o sentido de coletividade que emana da formulação sincrética do programa.

Em 28 de agosto, a propaganda eleitoral da candidata Luciana Genro é iniciada com a veiculação de uma série de recortes de publicações d’*O Globo*, referentes, por exemplo, ao apoio oferecido ao governo de Castelo Branco e às privatizações de estatais. Imediatamente na sequência, Luciana dá início a seu pronunciamento:

**Nossa campanha quase não tem espaço na Rede Globo :: porque MAis do que uma televisão : ela é um grupo de poder : que não POde dar espaço ao novo DE VERDAde : pelo riisco de ver os seus interesses contrariados :: SÓ se constrói uma NOva política : a partir da crítica raadiCAAL aos partidos do sistema :: e ao modelo econômico : que só aumenta o lucro dos bancos : enquanto endivida o povo :: Quer eles queiram ou não :: o novo se sempre vem :: Nesta eleição :: proTESte :: Vote no PSOL.**<sup>142</sup>

Neste programa, em contraste com o anterior, verificam-se maiores inflexões vocais especialmente no que diz respeito às oscilações no volume de voz. Luciana está sorrindo ao fazer a crítica à Rede Globo, e as mãos com os dedos abertos se movimentam em aproximação e afastamento uma da outra, reproduzindo um tom professoral. Deste conjunto de gestos vocais e corporais podem emergir sentidos de leveza e equilíbrio, mas, por outro lado, pode-se também produzir efeitos de arrogância e insolência.

A inflexão de “**raadiCAAL**” reflete-se na voz e no corpo, em um momento singular em que os dedos se encontram – polegar e indicador – em um único movimento vertical incisivo, e em que ocorre maior abertura da boca, demonstrando, na prática, a postura que se exige pela formulação linguística. Tais mecanismos de ênfase ressoam ainda por certa extensão de tempo em sua fala, até que, com o rosto mais tenso e com

---

<sup>142</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2LSYtCSuAJY>>. Acesso em 01 nov. 2021.

articulação vigorosa do aparelho fonador, mencione o “**modelo econômico** : que **só aumenta o lucro dos bancos** : enquanto endivida o **povo**”. Assume-se novamente uma expressão distensa em “**Quer eles queiram ou não**”, o que pode produzir, em última instância, dois efeitos disfóricos antagônicos: o da insolência, associado ao despropósito do sorriso, que pode culminar, em um regime de escuta extremo, na constatação de um seu deslocamento, ou o da franca satisfação, pejorativo na medida em que aponta para um conforto descabido na instigação do confronto.

Sobre os sentidos do confronto, é importante notar que, na formulação deste trecho, “eles” estabelece uma divisão com um “nós” elíptico: enquanto se oferece radicalismo para os inimigos, oferecem-se sorrisos para os aliados. O estabelecimento destes campos adversários tem o potencial de produzir uma aproximação com o povo eleitor, ao mesmo tempo em que corre o risco de reforçar uma sua imagem pública afeita à agressividade e ao embate.

Provavelmente em antecipação à possibilidade da disforia, o programa exhibe imagens dos protestos de 2013 novamente, desta vez focalizando em cartazes cujas mensagens dizem “democratização da mídia com o fim do oligopólio” e “democratização da mídia já!”. Fortalece-se, assim, a possibilidade de produção de efeito de sentido segundo o qual a voz de Luciana Genro ressoa as vozes populares, com as quais compartilha princípios e reivindicações, acentuando uma sua aproximação com o eleitorado. Em razão desse potencial de representatividade, “Vote no PSOL.” equivale a “proTESTe”, ecoando a “**crítica raadiCAAL**” que se pretende necessária para o estabelecimento de uma nova política.

Os efeitos de sentido que emergem do estabelecimento de campos antagônicos em que um “nós” se confronta com um “eles” repercute no programa veiculado no dia 16 de setembro, que tem início com a introdução de uma tela preta sobre a qual se projetam os dizeres “Dilma, Aécio e Marina e o que eles NÃO dizem!”. Ao tomar a palavra logo na sequência, estabelece-se e reforça-se imediatamente uma contraposição entre Luciana e os demais candidatos, oferecendo a ela condição de singular destaque em contraste com o “NÃO” em letras garrafais: Luciana diz. Suas palavras para o eleitor são as que se seguem:

Você : que é de **classe média** :: **trabalhador ou aposentado** : você  
está **endividado** ::: e **SAbem o que eles estão planejando pro ano**  
**que vem?** :: **aumento da LUZ** : e **da gasolina** :: **qualquer um dos**

**três que vencer :: vai fazer isso :: é o que exigem os BANcos :: os merCAdos :: que TAAMBÉM exigem que NÃO se aumente o gasto com saúde : então você vai ter que coontinuar pagando aquele plano :: não vai ter aumento pros aposentados : MUUIto menos o fim do fator :: Na visão deeles : é preciso ausTERIDAde :: pra garantir o dinheirinho dos bancos :: Toodo mundo no sufoco : e eles : aumenTaram os lucros :: se você :: acha que isso NÃO é justo :: proteste :: vote no PSOL.<sup>143</sup>**

Com seu pronunciamento, expande-se a relação de antagonismo, que antes se contrafazia entre um “eles” e um “nós”, com a diferenciação entre “eles” e “todo mundo”, grupo este que engloba “você”. Aqui, deparamo-nos com uma articulação muito mais enfática quando comparada aos demais programas analisados, especialmente no que diz respeito às oscilações no volume de voz, que recaem sobre termos aos quais se quer emprestar destaque disfórico. Mantém-se, porém, o tempo de fala desacelerado que, associado à manutenção na taxa fundamental de frequência, conduz à constatação de um rigoroso controle exercido sobre a gestualidade vocal, que pode ser compreendido como índice de contenção e equilíbrio, em uma representação eufórica, ou de apatia e engessamento, em representações mais disfóricas.

Com efeito, ainda que este apresente conjunto mais amplo e variado e inflexões vocais em comparação com outros pronunciamentos da mesma candidata, as maneiras de dizer não parecem ser suficientemente vigorosas para que se constate uma relação de redundância com o grave tom das ameaças representadas pelo dito, especialmente se considerarmos o reforço que se pretende emprestar para a construção dos polos antagonistas sobre os quais se fundam os sentidos de embate. Porém, pode-se justificar tal estratégia oratória com base na semelhante ênfase que se atribui à tentativa de estabelecer uma relação de proximidade com o eleitor. Neste sentido, protestar contra “eles” é votar no PSOL, o que equivale a dizer que o PSOL também integra o grupo formado por “todo mundo” e “você”. Este efeito é redundado pela veiculação de outras imagens dos protestos de 2013, em que manifestantes figuram dentro do Congresso Nacional, produzindo uma metáfora do poder popular sobre o qual a ideologia do partido

---

<sup>143</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WSOoD7Tckuw>>. Acesso em 28 set. 2021.

se funda. A imagem, aliada à fala de Luciana Genro, tem o potencial de produzir efeitos de sentido distintos cujos polos mais extremos podem ser representados pela ideia da expressão da indignação que representa o brasileiro naquele momento histórico, por um lado, e pelos efeitos de terrorismo que inspira medo.

Vejamos como os campos adversários representados pela fala de Luciana se estabilizam em um contexto mais pragmático de confronto. No debate que reuniu os candidatos à Presidência no primeiro turno das eleições de 2014, veiculado pela Rede Bandeirantes, a candidata tem a chance de tomar a palavra pela primeira vez no segundo bloco do programa, momento em que diz:

**Tô frustrada porque ninguém me perguntou. Boechat ::: Tô frustrada porque ninguém me perguntou :: Eu voou : eu vou perguntar pro Everaldo : Me permita lhe chamar de Everaldo :: porque eu não gosto de misturar : política e religião : acho que isso é impróprio :: O senhor ãã : era da base do governo : quando a presidente Dilma :: suspendeu o programa esCOla sem homofobia ::: ee : isso gerou um f- uma situação em que os professores não receberam esse material didático :: ee o senhor não se sente responsável pelas mortes de homossexuais resultado do preconceito?**<sup>144</sup>

Nota-se, a princípio, que as modulações vocais empregadas na mais longa extensão de sua fala são contrapostas às inflexões utilizadas para dizer “Tô frustrada”: em volume baixo, tempo desacelerado, frequência baixa e com alongamento de sílabas, a candidata parece imprimir em sua fala e também em seu corpo e expressões faciais os efeitos de prostração que assume terem se apossado de seu espírito. A repetição da oração, no entanto, é enunciada em volume e em frequência significativamente mais altas, provocando um deslocamento ascendente do nível da tessitura que produz voz mais aguda. Se a primeira enunciação reflete na fala o sentimento de frustração que emerge na formulação linguística, motivando a manifestação vocal por uma demanda que lhe é interna, a segunda enunciação reflete sua necessidade de ser ouvida, conformando a modulação vocal às injunções pragmáticas do contexto enunciativo.

---

<sup>144</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LFyMozFlyx4>>. Acesso em 30 set. 2021.

Na sequência, ao dirigir-se ao candidato Pastor Everaldo, Luciana não apenas promove um apagamento de sua função social com a omissão de “Pastor”, mas reitera sua escola como uma forma de demarcar sua inscrição numa posição ideológica contrária à inserção da religião na política. Assim, “**isso é impróprio**” assume as formas de uma agressão que se disfarça pelos efeitos de educação que se expressam por “**Me permita lhe chamar de Everaldo**” – uma formulação assertiva, diga-se, ao invés de indagativa. No eixo da formulação linguística, há uma contínua progressão dos efeitos de agressividade, que culmina na relação estabelecida entre “era **da base do governo**” que “**suspendeu o programa x**” e “**não se sente responsável**”, acentuado pelas “**mortes**”. Note-se que Luciana não o responsabiliza “pelo aumento do preconceito”, por exemplo, mas diretamente “pelas mortes”, responsabilizando-o politicamente ao mesmo tempo em que o responsabiliza moralmente invocando a memória da culpa cristã. Sua fala se demonstra ainda mais fortemente demarcada no interior desta discursividade ao formular a pergunta na negativa: há uma expressiva diferença entre “o senhor se sente responsável pelas mortes?” e “o senhor não se sente responsável pelas mortes?”, estabelecida com base na inferência inerente à última, isto é, o “não” invoca um já-dito segundo o qual se pressupõe que deveria se sentir responsável, transformando o questionamento em uma espécie de cobrança.

O conjunto de inflexões vocais mobilizado neste pronunciamento, quais sejam, fala pausada, alongamento de vogais, vocalização (“ãã”) e o gaguejar, remetem aos efeitos de sentido de hesitação e insegurança, como se funcionassem em favor da possibilidade de formulação de pensamento em relação ao tempo. Em um regime de escuta mais favorável, também poderia produzir um efeito de sentido de equilíbrio entre o peso do dito e a leveza do dizer. Com efeito, os momentos em que Luciana manifesta menos gestos vocais que poderiam ser tomados como sinais de hesitação são os trechos em que justifica a maneira como se dirigiu a Everaldo e em que finaliza de maneira contundente sua pergunta, o que pode produzir o efeito de que a candidata tem firmeza de se posicionar, por um lado, ou de que só se preparou para ser agressiva, por outro.

De maneira geral, a performance de Luciana produz invariavelmente o efeito de agressividade, mas pode ao mesmo tempo produzir, em um polo de escuta inscrito em formação discursiva conservadora, os efeitos de sentido de um ataque, ao passo que, para a escuta inscrita em formação discursiva progressista, também pode produzir o efeito de defesa, como se a agressividade se justificasse pela gravidade do resultado “morte”.

### 4.3. A voz de Dilma Rousseff

Em programa<sup>145</sup> veiculado durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2010, mais precisamente no dia 28 de outubro, assistimos a um registro biográfico de Dilma Rousseff, com a exposição de fotografias às quais acompanha a voz de um locutor expressivo, entre interferências de depoimentos curtos da própria candidata. A introdução desta biografia pessoal será uma sequência de imagens que, ilustrando a apresentação do locutor, remontam a trajetória política de Dilma, associando a competência e o preparo profissional à confissão de sua intimidade e à expressão de sua sensibilidade. A ideia do percurso que será traçado no decorrer do programa em questão se vê reiterado pelas primeiras imagens transmitidas na tela: o movimento da então candidata por rodovias e trilhas. Em diferentes registros, capta-se sua imagem com as costas voltadas para a câmera, de modo que as lentes focalizem para o telespectador exatamente aquilo o que ela veria. Então, ouve-se uma primeira manifestação de sua voz:

**Ninguém faz:: as coisas:: quando ela não tem paixão nem crença:: Teem de ter paixão pra fazer:: O que te permite:: realizar:: é: sua capacidade técnica, é verdade:: Mas o que te mobiliza e te faz: não esmorecer:: são seus compromissos.**

Neste trecho, o uso de pausas fora do esperado, ou seja, fora do âmbito da pontuação, pode servir à memória que os relaciona aos signos de hesitação frente ao processo de produção da fala. Considerando que os programas veiculados pelo HGPE oferecem aos candidatos uma possibilidade de controle do dito e do dizer por permitir a formulação prévia dos pronunciamentos, a regravação e a edição do conteúdo, poderíamos dizer que, nessas condições de produção, alguma hesitação pode se fazer desejável na medida em que mascara ou, pelo menos, atenua os possíveis efeitos de manipulação que disso decorrem. O efeito de hesitação implica, afinal, sua origem em um gesto de expressão concebido como espontâneo, conferindo ao seu depoimento um caráter de verdade que legitima, portanto, a paixão que dali transborda. Parece querer-se forjar, aqui, duas coincidências: entre o dizer e sua origem, e entre o dito e a maneira de dizer.

---

<sup>145</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZvNCqDvIb9I&t=98s>>. Acesso em 21 dez. 2021.

Frente à Fonética contemporânea, que nos empresta interessantes instrumentos para análise ao tratar da relação ambivalente e dinâmica entre sons e sentidos<sup>146</sup>, assumir uma postura que subscreve os preceitos de uma abordagem discursiva impõe uma releitura do caráter dessa relação que parece torná-la expressivamente mais produtiva. O elo entre som e sentido, assim, não deve passar ao largo das implicações da noção de polissemia, que se estabiliza e produz sentidos com contornos mais bem definidos a partir das relações de equivalência e de encadeamento entre unidades e formas da linguagem – normalmente, tradicional e originalmente, tratando das relações entre enunciados, mas, entre essas formas, por que não as propriedades vocais? A potencial produção de sentidos, por sua vez, passa pelo crivo das posições em que se inscrevem os sujeitos que enunciam e que escutam os discursos; por essa lógica, em dada posição, os efeitos da fala de Dilma, aos quais as inflexões vocais podem incutir certas nuances e matizes, podem ser de espontaneidade, de legitimidade e de expressão passional aceitável, enquanto em uma posição que em certa medida antagoniza a primeira esses efeitos podem redundar em reações como “mesmo com todo o marketing, Dilma hesita e fala mal”.

Para a construção desses efeitos polissêmicos também concorre a mudança brusca no tempo (velocidade). Àqueles que se inserem em uma posição que compartilha da concepção que relaciona diretamente linguagem e pensamento, expressão e conteúdo, a fala de Dilma poderia criar nuances de um efeito tal qual se houvesse finalmente apanhado o fio condutor de seu pensamento, à medida que acelera o tempo em “sua capacidade **técnica**, é **verdade**”, deixando de imprimir na oralidade a pausa de função aeróbica que a vírgula impõe à leitura, e em “**mas o que te mobiliza e te faz**”, aceleração mais expressiva que se interrompe apenas pela pausa que precede certa ênfase que recai sobre “**nãõ esmorecer**” (na forma de um alongamento de sílaba e de multiplicação de sílabas tônicas). Essa pausa, contudo, abre margem para a criação de um efeito de sentido distinto da hesitação: a preparação do interlocutor para a conclusão de um argumento, algo de maior monta a seguir, ou seja, um reforço de sua autoridade e um pedido especial de atenção para o valor do que será dito. Essa conclusão do argumento se verá introduzida na construção “**sãõ** seus compromissos”, em que se observa uma interessante variação da tessitura para um nível mais baixo. O nível mais baixo desse espaço compreendido entre os sons mais graves e mais agudos emitidos pela fala pode assumir, como fomos

---

<sup>146</sup> Cf. Madureira (1992, 1996)

informados pelos estudos conduzidos a partir de uma perspectiva que talvez possamos chamar de naturalista, os efeitos de autoridade<sup>147</sup>. Ainda que não possamos admitir, sob um ponto de vista discursivo, a produção de efeitos de sentido circunscrita unicamente pelos limites e pelas potencialidades do corpo, reconhecemos que a legitimidade do discurso científico constata e reproduz os sentidos que derivam da atribuição de frequências mais baixas àqueles seres que ocupam posições mais altas na cadeia alimentar, o que se estende simbolicamente às relações humanas em sociedade. A inscrição da candidata nessa posição, aliada à mobilização de uma temática que se assemelha às orientações da chamada “auto-ajuda” (a “**paixão**”, a “**crença**” e os “**compromissos**” como motrizes de “**fazer**”, “**realizar**”, “**mobilizar**” e “**não esmorecer**”), bem como a recursos prosódicos de que lança mão para construir seus argumentos e se relacionar com a atenção do interlocutor, podem criar os efeitos de um pronunciamento de tom instrutivo e professoral.

Avançando no programa do HGPE, a partir daí, o locutor diz, através da mobilização daquilo que Madureira (1996) considera uma fala enfática, isto é, a articulação vigorosa do aparelho fonador, com acentos específicos que marcam o reforço do que se diz e de padrões melódicos ecoativos:

**Seguiir** mudando o país...: Esse é o compromisso de **Dilma com o povo brasileiro**.

O alongamento de sílaba em “**seguiir**”, assim como a propagação da sílaba tônica, chamam atenção para o verbo e criam, assim, um efeito de ênfase sobre o que se diz que parece funcionar iconicamente: quer-se deixar claro, portanto, que “mudar o país” consiste em uma ação de *continuidade* (presente na pronúncia da sílaba e desejada na história política do país) em relação àquilo que seu próprio trabalho já garantiu, com as funções que desempenhou na vida pública, por um lado, e às conquistas do então Presidente Lula, por outro, reforçando seu comprometimento com os ideais de seu aliado. O nível mais baixo de tessitura empregada por Dilma no depoimento anterior estabelece, por meio de seu potencial coesivo, uma relação parafrástica com a retomada de “**compromisso**”, aqui, pelo locutor: é, portanto, também através da modulação prosódica

---

<sup>147</sup> Cf. Madureira (2016).

que se possibilita a constituição e a organização da relação entre enunciados para além do nível sintático.

Um pronunciamento de Dilma, então, sucede a voz do locutor, no qual a candidata fala em volume consideravelmente alto, em uma frequência alta, a partir de um nível de tessitura claramente acima daquele que lhe é fundamental, com longas pausas, como que tomada por uma forte emoção que excita seu corpo e nele, compreendido igualmente, seu aparelho fonador. Essa mudança brusca de modulações vocais reflete a mudança das condições de produção de cada uma das falas: no programa do HGPE, reproduz-se um pronunciamento feito em palanque. Ali, ainda que se faça uso de um microfone, a presença de uma multidão torna aceitável e até mesmo desejável uma performance mais expansiva, enquanto que a fala desempenhada restritamente às câmeras exige um maior grau de controle das expressões corporal e vocal.

**É em nome de todas as mulheres do Brasil,:: em especial:: da  
minha mãe: e da minha filha,:: que recebo essa homenagem:: e  
essa indicação:: para: concorrer à Presidência da República.**

E o locutor prossegue com a fala enfática:

**Está nas nossas mãos:: eleger: a primeira mulher:: presidente  
do país.**

É em meio a este efeito de emotividade que o relato da biografia de Dilma se inicia. A voz do locutor que a enuncia segue o mesmo padrão daquela analisada, a saber, padrões melódicos ecoativos, acentos de insistência que alongam sílabas tônicas e tornam as variantes segmentais mais salientes, frequência estável e ritmo cadenciado. Esta fala enfática, acompanhada de volume baixo, é tida como capaz de emprestar maior valor ao argumento que se constrói e, ainda, como uma tentativa de impressionar o interlocutor, mediante a construção de uma imagem de controle de si e autoridade. O elemento de maior força, aqui, é a expressão da razão contida na consistência dos padrões melódicos e de frequência, assim como os acentos de insistência que, ao que tudo deve indicar, são manifestações voluntárias e em certa medida estratégicas da experiência que o locutor compartilha com o que diz e com seu interlocutor: ele mostra que sabe o que diz e sabe como dizê-lo para que seu ouvinte o compreenda e o acompanhe. Esse efeito de sentido de razão funciona de maneira complementar às expressões emotivas de Dilma, que

parecem se destacar como expressões incontroláveis de seu estado anímico. Evidentemente, a escuta a partir uma posição antagonista produziria efeitos distintos, compatíveis com a formação discursiva em que se inscreve: as expressões espontâneas de emoção poderiam conduzir à atribuição de “descontrole” e “histeria” a Dilma, enquanto uma expressividade aparentemente mais racional daria margem à possibilidade de retomar os já-ditos que lhe atribuem “dureza”, “frieza” e “autoritarismo”.

Em seguida, figurando em um jardim, sentada em um banco, Dilma nos oferece o que parece ser o pronunciamento mais informal até esse momento de sua campanha. A transmissão de sua imagem é interrompida, diversas vezes, para a exibição de alguma fotografia que confere um estatuto de verdade àquilo que está sendo narrado, afinal, a fotografia é tida no imaginário social como nada senão uma apreensão concreta de um momento específico, uma reprodução fiel da realidade. Assim, quando Dilma diz “**O [Colégio] Estadual Central:: e:ra:: uma:: efervescência**”, imagens de movimentos políticos organizados no que se sugere ser aquele ambiente figuram em preto e branco. “**Me senti: como um peixe dentro d'água.: Achei ali o máximo.: Achei aquela,:: aquele,:: aquele negócio,,: o Brasil tem de mudar**”. Aqui, além do poder de construção de efeito de verdade particular aos registros fotográficos apresentados, Dilma parece demonstrar hesitação na construção de sua fala, no trecho “**aquele,:: aquele,:: aquele negócio**”, sugerindo novamente uma performance espontânea. Em um fenômeno interessante, a ligação entre “**aquele negócio**” e “**o Brasil tem de mudar**”, enunciados que, em aparência, não se associam, é feita pela história, ou seja, pela posição ocupada pelo enunciador: é a elipse em “**aquele negócio,,: o Brasil tem de mudar**”, a pausa, a suspensão da voz, que materializa essa posição em um vácuo prenhe de sonho e de luta. Ainda, reforçando os efeitos de autenticidade da enunciação, os gestos de seus braços e de sua cabeça, que repetem movimentos circulares expansivos, além da velocidade acelerada de sua fala e da entoação ascendente em suas sentenças, reproduzem a tal “**efervescência**” a que se refere, reflexo de todo o sentimento que a memória daquela época suscita em si mesma. Esta emotividade, portanto, que nasce no impulso daquilo que se diz mas que se reforça e se legitima ao atravessar a maneira de dizê-lo, deve revelar a intimidade de Dilma, seus movimentos mais subjetivos, e construir uma imagem de si como alguém que “sente” o fazer político e se entrega a este sentimento, de corpo e alma.

Dilma parece continuar a deixar entrever, em seus pronunciamentos no decurso do programa, por meio dos gestos vocais e corporais, sua natureza mais íntima,

possibilitando que figure como uma mulher sensível, como posto anteriormente, em uma posição que a favoreceria. Em um extremo oposto, ou seja, em uma posição que a antagonizaria, respondendo à memória de sua personalidade tida como “dura”, Dilma poderia figurar como uma manipuladora e sua fala como despropositada. De toda forma, estes pronunciamentos assumem a forma de verdadeiros “depoimentos”, que se assemelham a confissões e são mais afeitos ao espetáculo televisivo, por um lado, e ao feminino, por outro. Vejamos:

**Acho que a gente quando nasce: o filho, sabe qual a sensação?**  
**Que cê é uma pessoa privilegiada.: Essa: doação: sem pedir**  
**nada em troca.: É única, é única na vida.**

Para além da construção frasal pautada na topicalização de “a gente” e “quando nasce o filho”, ambos correlacionados com o termo “a sensação”, movimento que por si só já seria um indício da formulação espontânea da fala de Dilma, observamos também uma oscilação no volume de voz, que aumenta em trechos como “sabe qual a sensação?” e “uma pessoa privilegiada”, possivelmente tida como índice de alguma exaltação proveniente da alegria à qual se refere e que anima seu corpo e sua voz, e diminui em trechos como “sem pedir nada em troca” e “é única na vida”, como se se adequasse à distância estabelecida entre ela e seu interlocutor, simulando uma conversa entre amigos e uma revelação de intimidade.

Estabelecendo um contraponto com essa imagem pautada quase exclusivamente na dimensão emocional da candidata, sua trajetória profissional começa a ser exposta, na condição de uma mulher que, ocupando cargos de grande poder no Brasil, foi uma das grandes pioneiras na história do universo político brasileiro. E aí ela afirma:

**Porque também tem o estereótipo, né?:: Frágil e meiga.: A**  
**gente é frágil e meiga: mas não é só frágil e meiga.: Somos capazes**  
**de decidir.: temos: posição.: somos: assertivas.**

Neste depoimento, a postura de Dilma sofre modificações interessantes. Aqui, em contraposição com os últimos trechos analisados, observamos movimentos vigorosos de seu corpo e de seu aparelho fonador. Onde antes se via abrir espaço para deixar aflorar justamente seu caráter “meigo”, aqui temos firmeza, com movimentos incisivos dos punhos cerrados e olhar fixo no interlocutor que a entrevista. Em relação a esta firmeza, também observamos, no que toca à sua voz, a ausência dos expedientes frequentemente

tomados como índices de hesitação por discursos que assim os concebem, além de um aumento do volume, uma desaceleração no tempo de fala, para a qual contribuem um alongamento das pausas e das sílabas tônicas e uma diminuição do nível da tessitura. A mobilização destes recursos expõe, conforme os sentidos possíveis atribuídos aos sons por dizeres que formaram a escuta, uma atitude de autoridade, de racionalidade, de insistência no valor e na força de seus argumentos. Temos que Dilma demonstra e reproduz, na prática, com seu corpo e sua voz, as características de que trata em sua fala: capacidade de tomar decisões, assumir posições, ser assertiva. A forma de dizer, novamente, deve funcionar como uma prova concreta da veracidade daquilo que diz, e reflete, supostamente, aquilo que a candidata vive e em que acredita. Novamente, é preciso reiterar que a escuta inscrita em uma formação discursiva conservadora, que se opõe aos ideais partilhados por Dilma, poderia remeter essas inflexões aos já-ditos segundo os quais “Dilma não é meiga” e “Dilma não é frágil”, de modo que sua gestualidade corporal e vocal, aliadas ao que diz, reforçaria a construção desse efeito de evidência. Ainda, em outro trecho, essa mesma postura “resoluta” assumida por Dilma estabelece uma contraposição com a expressão emotiva verificada em depoimentos anteriores, como se pode observar igualmente em todo o programa. Mobilizando recursos e inflexões similares, alongando o uso das pausas ainda mais, Dilma reforça uma sua imagem determinada, por um lado, e arrisca a chaga da hesitação e da incompetência oratória e cognitiva, por outro.

**Pra você achar:** que **tem** de mudar **oo::** o **seu país,::** **cê tem** de **ter** uma relação afetiva com seu povo: **tamém,::** E **cê tem** de **se::** ou **seja tem** de se: **te incomodar::** afetivamente,:: **num é só:** racionalmente,:: **afetivamente a pobreza,::** **afetivamente::** **criança sem::** **sem** recurso.

**O Lula::** **deu:** a certeza **pra** eles [povo],:: **que era obrigação do Estado** fazer,:: **que não era esmola nenhuma** :: **Como é que é** que esse país **não ia** fazer aquilo?:: **Né?::** Então **eu** acho **que** isso:: **é** uma **forma** de respeito.

Ao tratar de temas afeitos à sensibilidade e à emoção, como “**pobreza**” e “**criança sem recurso**”, a então candidata parece estabelecer uma relação de convicção com aquilo que diz ao lançar mão do valor dramático das pausas, garantindo a atenção do interlocutor e ao mesmo tempo produzindo o efeito de sentido de espontaneidade, reforçado pela

articulação distensa que dá origem a “cê”, “tamém” e “num”. À variação da tessitura para um nível mais alto é frequentemente atribuído o sentido de contestação de um argumento; assim, “num é só:: racionalmente” e “que era obrigação do Estado fazer,::: que não era esmolanenhuma” resgatam e respondem aos já-ditos que pregam seus contrários, ou seja, que a pobreza deve ser tratada com distanciamento emocional e que o assistencialismo é uma forma de caridade. A resposta adquire sentidos de indignação com o aumento do volume de voz e aceleração do tempo de fala empregados para enunciar “**Como é que é que esse país não ia fazer aquilo?**”. Assim, aliando as inflexões que Madureira (1996) classifica como *fala distensa* e *fala dramática*, a fala de Dilma dá conta de produzir simultaneamente efeitos de sensibilidade e de razão, o que possibilita que desempenhe os papéis de mediadora (em relação ao povo) e de comunicadora (em relação ao discurso da oposição), à medida que se respeita a constituição histórica dos sentidos atribuídos à voz. Isso equivale a dizer que, aqui, já-ditos são retomados, refutados/reformulados e materializados não apenas em formulações linguísticas específicas, mas também em precisas modulações vocais.

Vemos se estruturar neste programa, portanto, uma relação de complementaridade entre os extremos da emoção e da razão, da subjetividade e da objetividade, do ego e do ofício, aqui, revestidos dos caracteres da espontaneidade e da franqueza da enunciação, um simulacro de uma entrevista cordial sem roteiro a ser seguido, no qual a candidata põe-se vulnerável às instabilidades do quadro enunciativo e dos movimentos de seus estados anímicos. As modulações vocais adquirem sinuosidades interessantes em cada um desses casos particulares, o que nos permite aventar a possibilidade de classificar as vozes de Dilma conforme as expressões da emoção e da razão: no primeiro caso, observa-se o relaxamento do aparelho fonador, que se reflete em uma pronúncia frouxa, além do emprego de volume baixo, tempo desacelerado, pausas fora do esperado e alongamento de sílabas; no segundo, a fala enfática impõe ao aparelho fonador movimentos vigorosos, expressos na forma de volume constantemente mais alto, tempo acelerado e acentos de insistência (como o uso coordenado de pausas e a multiplicação de sílabas tônicas). Os efeitos que daí podem emergir idealmente, quais sejam, o da autenticidade, da sinceridade, da acessibilidade de suas emoções e das resoluções de sua crença, devem dar origem a uma imagem de moralidade e competência da qual ela logo se apossa. O maior apego à expressão das emoções, aqui, não se deve apenas à forte tendência à psicologização da política e às “tirantias da intimidade” impostas mais expressivamente pelo recrudescimento do uso das tecnologias de transmissão utilizadas pela comunicação

de massa, mas também aos imperativos que estes impõem à desconstrução de sua imagem como uma mulher dura, fria e demasiadamente tecnicista – ou seja, a construção de sua imagem pela campanha eleitoral responde necessariamente aos estigmas que lhe são impostos pela opinião pública que tece descrições, comentários e avaliações generalizantes sobre sua fala e sobre sua conduta públicas. Esses imperativos recorrem à sua identidade maternal, carinhosa, sensível e acolhedora e a mesclam à sua capacidade profissional, de modo a representar sua feminilidade como um benefício para o governo. Isso não significa, no entanto, que esses estigmas não possam incidir sobre a escuta, atribuindo ao seu desempenho, a partir de um posicionamento mais conservador, a pecha de “falso” e “mentiroso” ou “forçado” e “manipulador”.

De maneira análoga, já no segundo turno da campanha presidencial de 2014, o HGPE reservado aos petistas em 11 de outubro articula temas de sensibilidade pública à competência pessoal de Dilma.

**Garantir um atendimento mais digno à população:: é uma questão de honra para mim.:: Por isso: vou criar o programa Mais Especialidades.:: Com ele:: o paciente vai poder fazer exames, consultas e tratamento:: sem burocracia e sem demora::, ou seja::, ninguém vai precisar: ficar penano dias e dias e às vezes meses:: para marcar um exame.:: Isso é uma indignidade.**<sup>148</sup>

Neste trecho, pode-se observar uma redução significativa no uso de pausas, que passam a recair principalmente sobre o âmbito da pontuação, o que equivale a dizer que desempenham uma função aeróbica. No entanto, sua própria ausência não passa ao largo do processo de produção de sentidos: a fluidez que imprime à fala, associada a um tempo mais acelerado do que aquele que lhe é habitual, dá origem a um efeito de segurança do que se diz, muito afeito à enunciação de uma promessa. Além disso, na posição antagonista, esse caráter de promessa poderia levar a escuta a dizer que “Dilma só fala bem quando mente”, de modo análogo ao que fazem alguns textos da imprensa que afirmam que ela apresenta um desempenho melhor em situações de embate e de agressividade. No entanto, sua sensibilidade deve se deixar entrever pela tomada parafrástica de enunciados que as camadas mais pobres da população brasileira conhecem

---

<sup>148</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cCEI06KZDkM>>. Acesso em 02 jan. 2022.

bem: “penamos dias e dias para marcar um exame pelo SUS” ou “o SUS é muito burocrático e demora muito para nos atender”, por exemplo. No trecho em que responde a esses já-ditos, Dilma lança mão dos recursos que caracterizam uma fala distensa: movimentos vocais sutis e uma voz relaxada que produz a elisão do -d em “penano” e que a permitem desempenhar o papel de mediadora em face do povo ou, mais do que isso, de porta-voz do povo. Ao retomar já-ditos do interdiscurso, Dilma parece colocar em sua própria boca e emitir com sua própria voz o que as pessoas do povo dizem, reproduzindo, inclusive, seu modo de dizer. Novamente, vemos constituir-se uma relação de complementaridade entre os valores morais e pessoais da Presidenta, como se pode compreender em trechos como “**uma questão de honra para mim**” e “**Isso é uma indignidade**”, e sua competência profissional, mediante as modulações prosódicas que podem imprimir, por um lado matizes de segurança e autoridade ao que diz, por um lado, e nuances de exagero e manipulação, por outro.

A expressão dessa sensibilidade, tão frequentemente atribuída à condição feminina, não figurará como uma vantagem quando Dilma deixa de falar mais diretamente ao povo, sobre o povo e como o povo e passa a falar para e sobre seus adversários de campanha. Observamos que, em contextos de debates públicos transmitidos pela televisão, a emoção cede espaço para a expressão de uma agressividade<sup>149</sup> que incide sobre os efeitos de feminino que outrora se lhe podia atribuir como uma representação eufórica. Em debate transmitido pelo SBT, em 16 de outubro de 2014, podemos observar um trecho de sua fala em que parece haver um maior cuidado em relação aos deslizamentos entre a expressão de emoção e de razão.

Candidato,:: **não: não coloque Minas Gerais como sendo o senhor.:: O senhor não é Minas Gerais, candidato.:: Eu nasci em Minas.::** Aliás, antes do senhor,:: **Se é por isso, nasci bem antes do senhor.:: E:: quero dizer pro senhor que eu saí de Minas, candidato,:: não foi pra passear no Rio de Janeiro.: Eu saí de Minas, candidato,:: porque fui perseguida.:: E é por isso: que eu passei uma parte da minha juventude: fora de Minas,:: e lamento muito.**<sup>150</sup>

<sup>149</sup> Sobre os efeitos de agressividade no contexto eleitoral brasileiro, cf. Chiari (2017).

<sup>150</sup> Disponível na íntegra em: < <https://youtu.be/4KMD2CcS8zQ>>. Acesso em 13 nov. 2021.

Aqui, o tratamento de um tema de teor fortemente pessoal e potencialmente emotivo se dá através de uma gestualidade vocal controlada e firme. Diferentemente de outrora, quando a firmeza e a segurança parecem reforçar o valor performativo de uma promessa, aqui, os acentos de ênfase – o uso de pausas, que também podem indicar a hesitação proveniente da espontaneidade, o alongamento de sílabas, a repetição de palavras como “Minas”, “senhor” e “candidato” e a oscilação de volume) – dão margem para a reiteração do efeito de agressividade que se produz à medida que, ao se representar euforicamente como mais experiente que Aécio e como sobrevivente da ditadura militar, desqualifica a imagem do adversário. Trata-se, portanto, de uma agressividade, em certa medida, velada. No mesmo debate, a construção de um efeito similar pode ser observada através do ato de falar de si para desclassificar o outro<sup>151</sup>.

**Candidato, eu tenho oorgulho: de ter: uma vida:: sem:: nenhum  
parente empregado,:: sem::: nenhum uso: indevido do dinheiro  
público: em propriedade miiinha ou da minha família”**

**Eu,:: candidato,,: não dirijo sob álcool e droga,,: E isso: é uma  
questão: que não é:: afeta só a mim.: Eu acho que deve ser afeta  
a todos os brasileiros.**

Nestes trechos, novamente, os efeitos de convicção e firmeza produzidos pelas inflexões vocais para tratar da construção de uma imagem positiva de si atenuam, na verdade, a composição de uma imagem negativa do outro, o que poderia ser tomado como demasiadamente agressivo mesmo em condições de produção em que alguma agressividade é aceita e, além disso, desejada. Essas formulações e suas formas de circulação através da voz redundam o enfrentamento típico das formas de debate político, mas as maneiras pelas quais conseguem mascará-lo concorrem para evitar a suspensão dos efeitos estereotipicamente femininos, apesar de não poder evitá-los completamente. Ao ser abertamente agressiva, Dilma não estaria se comportando de uma maneira social e historicamente apropriada para seu gênero<sup>152</sup>, mas se adequaria perfeitamente ao ritual do enfrentamento político e pessoal que representa o debate. Abre-se margem, assim, para que a escuta inscrita em determinadas posições nem mesmo concebam sua postura como

---

<sup>151</sup> Chiari (2017).

<sup>152</sup> “Sex stereotypes about female leaders both advantage and disadvantage them. When a male attacks his male opponent, he is behaving in a culturally accepted way. But should a woman do likewise, she risks the perception that she is unfeminine, shrill, and nagging.” (JAMIESON, 1988, p. 86)

agressiva. É interessante observar, aqui, estabelecendo uma relação entre os últimos trechos analisados, que o ato de falar de si para desclassificar o outro há de ser, ainda, classificado em, pelo menos, dois tipos distintos: falar de si afirmando-se (como em “tenho orgulho” e “nasci em Minas”) e falar de si negando-se (em “não dirijo sob álcool e droga”). Entre ambos os casos, há semelhanças nas modulações vocais, como uma alta recorrência de pausas, mas há também, sem dúvidas, dissonâncias. Ao afirmar seus atributos pessoais, Dilma vale-se de alongamentos e multiplicações de sílabas tônicas, padrão melódico ecoativo e de características de uma fala enfática, ao passo que, ao falar sobre si em construções negativas, o tempo é mais acelerado e o volume, ligeiramente mais alto, assemelhando-se aos padrões das falas dramáticas. Observam-se, assim, contrastes entre a afirmação e a negação de si, que correspondem a contrastes nas modulações vocais que concorrem com os elementos linguísticos para produzi-los: há, com efeito, vozes distintas de Dilma para falar de si e, simultaneamente, se promover e desclassificar o adversário.

Não desatento a essa potencial dissonância, seu adversário responde a uma de suas provocações com uma advertência:

[Dilma]: Candidato,:: **eu queria saber:: o que o senhor aacha::: e como o senhor vê:: essa questão:: da lei seca:: e:: se todo cidadão:: que for:: acionaado: que for solicitaado:: deeve:: se dispor a fazer:: exame: de álcool e droga.**

[Aécio]: Candidata,:: **tenha coragem de fazer a pergunta direta.**

O questionamento que Dilma dirige a Aécio remonta à polêmica em que o PSDBista se envolveu ao driblar a ‘Lei Seca’ e se recusar a se submeter ao exame do etilômetro em 2011. Em face da convicção de que a mera alusão à tal lei mobilizaria a memória do incidente durante o qual o candidato se furtou de fazer o exame, acionando já-ditos que tratam do abuso de autoridade de cidadãos que se creem acima das leis, Dilma diz, sem que precise de fato dizê-lo, que seu adversário comete crimes e fere a lei. Esse efeito se faz superficialmente mais brando, mas de nenhuma maneira inexistente, mediante a mobilização de um tipo de fala distensa, com movimentos sutis do aparelho fonador, baixo volume, alongamento de sílabas e uso expressivo de pausas. Assim, aqueles cujos posicionamentos se conformam em alguma medida à formação ideológica a que Dilma se associa poderiam reagir a essa maneira de dizer classificando-a, ao invés de como agressiva, como apropriada ou, até mesmo, elegante. No entanto, a possibilidade de que

a agressividade de Dilma não se dissipe pelo aparente papel de mediadora que sua fala a faz desempenhar pode ser observado pela própria réplica de seu oponente, cuja escuta se inscreve em uma posição evidentemente antagonista à sua. Segundo Aécio, a falta de coragem de Dilma para o enfrentamento direto a que uma sua acusação mais aberta a exporia representa sua inaptidão ou seu pouco preparo para o debate.

Efeito de sentido similar é produzido em distinto trecho de debate veiculado pela Rede Bandeirantes.

Candidato ::: leviaano : neeste caso o último que nós távamos discutindo  
foi o senhor :: Queria lhe perguntar agora :: sobre :: como o  
senhor vê : a questão :: da violência contra a mulher : Para  
mim : é um compromisso fundamental :: Acredito :: que a  
violência que afeta a mulher :: Atinge :: os lares : destrói os  
laços familiares :: e inclusive prejudica jovens e crianças ::  
Ela deve ser combatida : em Todas as suas dimensões :: A lei  
Maria da Penha :: foi um GRAANde avanço nesse sentido ::  
aproVada no governo do presidente Lula :: e REEaprovada  
no meu governo porque ganhamos no Supremo :: Se o senhor  
::: se o senhor :: olhar a questão :: daa : violência contra a  
mulher o senhor seria capaz de extinguir :: a secretaria :: que  
protege os direitos da mulher :: dentro do Governo Federal? :::  
O senhor faria O QUÊ :: para :: garantir que essa luta : contra  
a violência continue?<sup>153</sup>

Para mais bem apreendermos os efeitos de sentido postos em circulação pela fala de Dilma, é importante retomar as condições de sua produção para apontar que tal discurso se constitui com base na evocação da memória de um já-dito, segundo o qual Aécio teria sido acusado de agredir uma ex-namorada. Deste modo, a própria constituição do discurso de Dilma já tem como nascedouro um lugar de agressividade, ainda que sutilmente velada mediante aquilo que não se diz efetivamente.

No que diz respeito às suas modulações vocais, Dilma mobiliza pausas fora do esperado, alongadas, assim como alongamento de vogais, o que pode produzir efeitos de

---

<sup>153</sup> Disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=2IWpsUZnndE>. Acesso em 13 nov. 2021.

sentido de hesitação e dificuldade para a performance, quando associadas à repetição corretiva em “**Se o senhor** ::: **se o senhor**”, ou de dramatização assertiva, quando associadas à oscilação estratégica de volume. Em relação a esta repetição corretiva, vale notar que a primeira enunciação de “se o senhor” é feita com entonação ascendente, enquanto a segunda, após longa pausa, é feita com entonação descendente e volume mais baixo, enquanto Dilma leva a mão aberta ao peito, cuja conjugação nos permite apontar para a possibilidade de produção de efeitos de hesitação espontânea ou de recomposição comedida.

Mesmo ao falar mais abertamente sobre o oponente diretamente a ele, os efeitos de agressividade se verão atenuados pela maneira de dizer, como se pode observar em:

**Eu me pergunto,::: e me pergunto mesmo ,:: como é que o senhor acha::**  
**que o senhor pode sentar aqui:: e numa questão tão delicada**  
**como a saúde e a educação:: no Brasil:: o senhor se furtar:: a**  
**explicar porque:: que o senhor teve de assinar: um termo de**  
**ajustamento de gestão.**<sup>154</sup>

Aqui, os ataques a seu adversário, traduzidos com efeitos de indignação em trechos como “como é que o senhor acha que o senhor pode sentar aqui” e “o senhor se furtar a explicar”, estabelecem um contraponto com a produção de sentidos de sensibilidade: o enunciado “**numa questão tão delicada como a saúde e a educação:: no Brasil**”, modulado com um tempo de fala desacelerado e imprimindo índices de ênfase às palavras “tão”, “saúde” e “educação”, bem como a variação de tessitura para um nível mais agudo em “**e me pergunto mesmo**”, o que é frequentemente considerado como um signo de exaltação, dão margem para a interpretação de sua fala como fruto de uma ofensa pessoal que atinge os valores que compartilha com o povo brasileiro. O efeito de sensibilidade ou, pelo menos, de atenuação da agressividade, torna-se mais fácil de ser depreendido se pensarmos em paráfrases que, possivelmente, tornariam mais claro o caráter de ataque de sua fala: produzindo efeitos progressivamente agressivos, poderíamos elencar “se furtar a explicar”, efetivamente utilizado por Dilma, “ter a coragem de esconder”, que incutiria ao termo eufórico “coragem” nuances disfóricas, e “ter a cara de pau de mentir”, muito mais abertamente provocador. Entre os riscos que as diferentes escutas lhe oferecem, no sentido de poder interpretar a escolha do léxico e das modulações vocais como coragem

---

<sup>154</sup> Idem.

e pertinência, de um lado, e hostilidade excessiva e petulância, de outro, os movimentos de seu corpo concorrem para a produção desses efeitos à medida em que se observa a Presidenta posicionar a mão direita aberta sobre o centro de seu peito e erguer as sobrancelhas, redundando a expressão emotiva que é representada pela sua fala tensa. Vale, aqui, dedicar algum esforço para o estabelecimento de outro atributo de uma tipologia das vozes de Dilma: enquanto na agressividade velada, ao falar de si, ouvimos suas modulações vocais oscilarem entre as classificações de uma fala enfática e uma fala dramática, aqui, em um contexto de enfrentamento mais direto, atravessado, porém, por uma temática que apela à sensibilidade, o volume baixo, o tempo desacelerado, o alongamento de sílabas, as oscilações de tessitura e os padrões melódicos indicam a oscilação entre a fala enfática e a fala tensa.

Nota-se, também, o uso das mesmas prerrogativas que as experiências do feminino conferem a Dilma, outrora utilizadas para apresentá-la como diferencialmente qualificada para o governo, agora para desqualificar o outro. Ao falar para o povo, sob a égide da figura de uma mãe, “governar” transfigurou-se em “cuidar”. Ao falar com seus adversários, também em condições de produção que impõem a primazia do pessoal sobre o profissional, ou seja, que privilegiam a construção de uma imagem pessoal em detrimento da exposição de planos efetivos de governo, mas aqui através do embate, a postura de uma mãe torna-se signo de contestação e enfrentamento, como se pode observar em falas tais quais:

**É erraado sim,:: colocar: e pegar: um aeroporto:: privado,:::  
feito com dinheiro público, na fazenda de um tio.: O senhor  
querendo ou não tergiversar: sobre esse assunto:: é: errado:::  
Não se faz isso, candidato.:: Isso é feio.**

**Não dá:: pro senhor:: não: assumir a responsabilidade também  
pelos seus atos.**

**Candidato, pensa beem no que o senhor tá fazend: falando** 155

Nesses trechos, constrói-se sua imagem com base na autoridade de quem pode ensinar aquilo que é certo e errado, que pode indicar os caminhos para que se distinga o que se deve fazer e o que não se pode fazer, o que se pode apontar através do dito, mas que se reitera sobremaneira por meio da maneira de dizer: as variações de tessitura, que podem

---

<sup>155</sup> Idem.

indicar, em um nível mais alto, contestação e exaltação e, em um nível mais baixo, autoridade; os índices de ênfase, representados pelo alongamento de sílabas, pela proliferação de sílabas tônicas e pela desaceleração do tempo de fala, bem como o posicionamento das pausas antes da introdução de um argumento ao qual se quer incutir um maior valor concorrem para a produção dos efeitos de sentido de uma fala de tom professoral e maternal, que oscila entre a fala tensa e a fala enfática, conforme observamos na distinção que estabelecemos entre as formas de enfrentamento direto e indireto ao adversário.

A possibilidade de observação desses aparentes desencontros entre dito e maneira de dizer, que contribuem para atenuar potenciais efeitos de agressividade com expressões de sensibilidade e emoção não implica completa inexistência de uma fala mais afeita ao confronto. Dentre as falas mais expressamente agressivas da Presidenta, destacamos:

**O senhor tá mal informado, candidato.**

Candidato,: **eu acho que o senhor está usando números incorretos.**

**Eu:: acredito que você: de fato: não tenha muito conhecimento**

Candidato,,: **não planejar no Estado mais rico do país:: é uma vergonha,,: é uma vergonha,:** candidato.

**O senhor precisa estudar mais.: Sabe,:** candidato? <sup>156</sup>

Não deve ser tratado com casualidade o fato de que tais agressividades, menos dissimuladas, se fazem mais facilmente observáveis a partir do tratamento de temas que são geralmente afeitos às características mais tradicionalmente tidas como masculinas, como a segurança pública, o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, e a economia, enquanto a agressividade velada, sob a forma de um enaltecimento próprio, ocorre quando do tratamento de temas frequentemente associados à competência feminina<sup>157</sup>. Nesses casos, em que o enfrentamento se vê atravessado por temas menos afeitos à sensibilidade, a modulação vocal adquire os contornos que caracterizam muito mais predominantemente um tipo de fala enfática, em oposição à oscilação entre esta e a tensa quando do tratamento de tópicos que apelam para a dimensão emocional. Aqui,

---

<sup>156</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kYMujdpFw98>>. Acesso em 13 dez. 2021.

<sup>157</sup> Cf. Stratch *et al.* (2015)

diferentemente, os movimentos vocais são mais vigorosos, imprimindo acentos de insistência ao que se diz através de oscilações no volume e no tempo de fala, e a frequência é mais baixa. De qualquer forma, em ambos os casos, ao ter seu desempenho representado euforicamente, como bem-sucedido, reforça-se o estigma de que Dilma é demasiadamente agressiva, que “baixa o nível do debate” e que sua performance não condiz com o estereótipo da feminilidade.

Podemos observar o movimento errático da construção de uma feminilidade numa intersecção entre o falar de si com leveza e o atacar o outro com agressividade ao tratar de tema a que a população geralmente atribui maior credibilidade quando percebidos a partir de uma voz feminina<sup>158</sup>:

Candidato,: **eu acho que o senhor tá muito mal informado.:: O meu governo:: tem:: um: tem feito imenso esforço:: para:: leaar:: atendimento: de saúde,: de educação: e acessibilidade às pessoas com deficiência.:: Temos também f:: tido todo um cuidaado:: de: na assistência social:: criar: através dos:: CRAS dos Centros: de Referência de Assistência Social:: criar tooda uma política de assistência social.**<sup>159</sup>

Neste trecho, Dilma lança mão das inflexões que caracterizam a fala distensa tanto para atacar o candidato adversário quanto para se defender através do enaltecimento de um *eu* e de um *nós*: padrão melódico ecoativo, alongamento de sílabas, alta incidência de pausas. Os índices de ênfase que recaem sobre os termos “**imenso**”, “**cuidado**” e **toda**”, através do alongamento das sílabas e do aumento do volume, aliam-se ao papel de mediadora que desempenha e impõem à sua fala um tom professoral que remonta à sensibilidade estereotipicamente feminina. Aqui, o único elemento que permite diferenciar as maneiras pelas quais se ataca o outro e se defende a si mesmo é a ausência de pausas no primeiro, que podem produzir um efeito justamente contrário à hesitação e possivelmente apontar para um maior conforto da Presidenta na expressão da agressividade do que aquele que se deixa entrever pela modulação truncada que se ouve na construção verbal de sua própria imagem, o que reforça o estigma que diz respeito à sua rigidez e dureza.

---

<sup>158</sup> Idem, ibidem.

<sup>159</sup> Disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=2IWpsUZnndE>. Acesso em 13 nov. 2021.

As diferenças entre os pronunciamentos ouvidos a partir do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e dos debates eleitorais transmitidos pela televisão apontam para importantes deslizamentos nos efeitos de sentido produzidos pela fala e pela voz de Dilma. Podemos, aliás, aventar a possibilidade de estabelecer uma diferenciação entre a voz preparada do HGPE e a voz improvisada dos debates, cujas caracterizações podem se pautar, principalmente, na observação da alta ocorrência de oscilações de volume, tempo, frequência e tessitura no último e em sua relativa manutenção e constância no primeiro. No primeiro tipo de desempenho oratório, observam-se as formas de um diálogo amistoso, já que Dilma fala ao povo. Esse diálogo é chamado à existência material a partir de um *espaço calculado* que permite a *expressão cuidadosa da pessoa, das emoções e das propostas*; os efeitos de espontaneidade, aqui, coincidem com os efeitos de verdade que seu discurso produz e que o legitimam. Poderíamos presumir que quanto maior fosse o efeito de coincidência entre a fonte do dizer e a performance, simulado ou simplesmente refletido pela coincidência entre o dito e a maneira do dizer, maior seria seu alcance positivo. Os efeitos de espontaneidade, no entanto, produzidos em grande medida por recursos tomados por discursos como índices de hesitação, concorrem, também, para compor o conjunto de dizeres que atribuem a Dilma a pecha da incompetência oratória. Por outro lado, nos debates televisionados, justamente por se dirigir aos adversários ao invés de para o povo, tem-se um *espaço relativamente imprevisível* que permite, por sua vez, a *expressão de agressividade e o confronto*. Se o cálculo inerente ao HGPE convoca a espontaneidade, o paradoxo aqui é outro: a imprevisibilidade deve ser compensada pelo preparo, e ao mínimo sinal de sua ausência, os efeitos de desleixo (uma debilidade de ordem conjuntural) ou inépcia (de ordem absoluta) lhe serão atribuídos. No contexto do debate, em que a virilidade é tão desejada quanto necessária, Dilma sofre duplamente: primeiro, ao enfrentar, à medida que reforça os estigmas ao seu respeito e se apresenta aos olhos e à escuta pública como pouco feminina; depois, ao ser enfrentada, já que assim está sujeita às representações que dialogam com temas como a fragilidade feminina e a descaracterização do universo político. A natureza dos debates se relaciona com a tradição masculina; vencer, ali, é uma tarefa mais árdua para a candidata.

#### **4.4. A voz de Marina Silva**

Em programa transmitido pelo HGPE em 21 de agosto de 2010, ano eleitoral em que o Partido Verde contava com pouco menos de um minuto para a propaganda televisiva, Marina rapidamente toma a palavra nos primeiros segundos do vídeo, a dizer:

Reunimos **as melhores cabeças do país** : **para criar uma noova forma de fazer política** : **política limpa desenvolvimento sustentável progresso seguro para todos:**  
veenha fazer parte dessa equipe :: **seeja mais uum pelo Brasil que queremos.**<sup>160</sup>

Nesta performance, chama atenção a velocidade acelerada de fala, o restrito uso de pausas e o volume estável de sua voz. De maneira consoante aos primeiros programas de Heloísa Helena, pode-se atribuir tal conjunto de modulações vocais às condições de sua produção, que impunham restrições de tempo para a performance da candidata e exigiam cortes no processo da edição audiovisual, mas, ao mesmo tempo que tais condições podem justificar tal desempenho, criam a possibilidade de emergência de efeitos de sentido de despreparo para o contexto enunciativo da política midiaticizada e de consequente deslocamento da presença feminina no espaço público contemporâneo.

Também se destaca o tom descendente após a lista “**política limpa desenvolvimento sustentável progresso seguro para todos**”, que produz o efeito de esgotamento dos itens do conjunto, como se substituísse o uso da conjunção “e”. Um tom ascendente equivaleria ao registro gráfico de reticências, ou seja, implicaria um efeito de incompletude que poderia beneficiar mais seu empreendimento oratório, constatação que empresta ênfase aos efeitos de sentido pejorativos acima mencionados.

Nota-se, além disso, uma mudança no nível de tessitura para uma frequência fundamental mais alta para introduzir os imperativos “veenha” e “seeja”, que figuram com alongamento de vogais. A voz mais aguda, aliada à pausa mais alongada e à desaceleração do tempo de fala no último período pode produzir efeito de um convite, ao invés de uma ordem, efeito reforçado pelo movimento das mãos que se estendem ao tele-eleitor e pelo sorriso estampado no rosto ao longo de toda sua performance.

---

<sup>160</sup> Disponível na íntegra em: < [https://www.youtube.com/watch?v=1GG\\_WHLxZxM](https://www.youtube.com/watch?v=1GG_WHLxZxM)>. Acesso em 07 out. 2021.

Esta suavidade se vê replicada no programa veiculado no dia 30 de setembro de 2010, conforme pudemos transcrever abaixo:

**Eu venho do Brasil profundo :: do povo trabalhador : dos bairros e das comunidades :: das muLHEres que sustentam a casa e mantêm a família unida :: do agricultor :: do seringueiro :: mas eu ::: represento também :: o Brasil jovem : que sonha com as oportunidades do século vinte e um :: que navega na tecnologia : e que VENce no mundo : com ciência :: e cultura :: Eu quero unir a tradição com a modernidade :: o idoso : e o jovem :: as conquistas do passado : e os desafios do futuro.**<sup>161</sup>

Aqui, percebe-se uma emissão vocal a partir de volume estável em uma taxa fundamental mais baixa do que o pronunciamento anterior, frequência também estável, tempo desacelerado e uso de pausas dramáticas. Produz-se, assim, um efeito de maior suavidade, quase como se sussurrasse, a despeito da frequência mais grave, efeito que se fortalece pela mobilização de um tipo de fala distensa que se permite apreender pela pronúncia de “mas” como “mais”, e pela incipiente movimentação da boca no geral, que apresenta apenas pontuais marcações de ênfases na articulação. No geral, percebe-se uma mudança na qualidade da voz que pode ser associada aos efeitos da rouquidão, causada pela laringite que foi tão recorrentemente mencionada pela mídia nas representações de sua voz e de sua fala pública naquele ano eleitoral. Assim, resta-nos questionar se os efeitos de suavidade que se imprimem em sua performance são resultado de uma escolha estratégica, motivada pelas injunções de sentidos que emanam da rede prescritiva relativa a seu desempenho oratório, ou de imposição que se estabelece por força da conjuntura. Isto equivale a dizer que a suavidade percebida na voz de Marina pode ser apenas conjuntural, associada à sua condição rouca. As inflamações que a candidata sofreu durante a campanha naquele ano têm a capacidade de promover inchaço das cordas vocais, incidindo portanto sobre a maneira como elas vibram com a passagem de ar, e a voz grave que daí resulta é fruto da menor taxa de vibração das cordas vocais, gerada, por sua vez, pela menor possibilidade de passagem do ar pelo inchaço, o que pode causar um

---

<sup>161</sup> Disponível na íntegra em: < <https://www.youtube.com/watch?v=aE1f8bCNZPQ>>. Acesso em 05 jan. 2022.

efeito de ofegância – ou sussurro... O sussurro, inclusive, pode ser utilizado como técnica de compensação das fendas anteriores do aparato vocal, permitindo o descanso da voz debilitada. De maneira análoga aos resultados de análises de pronunciamentos de Heloísa Helena, mesmo quando produz uma voz menos afeita à “estridência” que lhe é atribuída, retoma-se a memória da agressão às pregas vocais causadas pelo grito e pelo excesso de uso da voz. É apenas na entonação descendente que se percebe algum sinal de vacilação, como, por exemplo, em “do futuro”.

Outro fator interessante é que a harmonia entre tons ascendentes e descendentes em sua fala produz um ritmo cadenciado que reproduz, na maneira de falar, mediante um padrão melódico ecoativo, as conjugações que são manifestas no dito.

Já na campanha de 2014, a heterogeneidade das condições de produção dos pronunciamentos veiculados pelo HGPE é mais notável, contrastando, muitas vezes no mesmo programa, performances oratórias realizadas em palanques com aquelas produzidas especialmente para a tevê. Vejamos um exemplo representativo deste contraste, extraído de programa veiculado em 18 de setembro:

Dos dezessete aos vinte e oito anos de idade: **eu vi ser** assassinado **João** Eduardo : **eu vi ser** assassinado Ivair Higino : **Wilson Pinheiro** :: **nosso** companheiro Elias : **NO**so companheiro Calado: e **nosso** companheiro **Chico Mendes** ::: **Tinha medo** ::: **MAS MEU COMPROMISSO** :: **SEMPRE FOI MAIOR DO QUE O** **ME**<sub>do</sub> ::: e **NUNCA RECU** **EI**<sub>.162</sub>

A despeito do uso do microfone, o alto volume e a alta frequência que se sustentam de maneira bastante estável e intensa até “Calado”. A partir deste ponto, o aparelho fonador parece relaxar e produzir uma entonação descendente, corroborada pela normalização da taxa de frequência e por uma diminuição significativa do volume de voz. A oscilação intensa e abrupta produz um efeito de sentido de dramaticidade: o auge da tragédia, o igualmente abrupto fim da vida de Chico Mendes representada com o fim de uma intensidade que se reproduz na voz; a diminuição da potência da voz ilustrando os efeitos de sentido de derrota que se impuseram sobre a luta do movimento dos seringueiros pelo assassinato de seu companheiro. Na sequência, após uma pausa dramática alongada, a

---

<sup>162</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lsEu4Kn2w7s>>. Acesso em 13 nov. 2021.

adversativa formulada a partir de “MAS” recupera uma inflexão de voz ainda mais potente, produzida por intenso aumento do volume e da frequência para taxas ainda mais altas do que as anteriores, emitindo a voz em uma tessitura superior. A partir desta conjunção de inflexões vocais, o volume e a frequência aumentam progressivamente, como se Marina fosse tomada por uma forte emoção que excita seu corpo e nele, compreendido igualmente, seu aparelho fonador, até atingir seu ápice em “**ME**do” e “**RECU****EI**”, trechos nos quais se identificam traços de vacilação em sua voz, produzindo certa qualidade afeita à rouquidão. Esta qualidade, que bem pode ser capaz de produzir efeitos de vacilação e decorrente fragilidade, também tem um reconhecido potencial de emprestar ênfase ao dito pelo mecanismo redundância: a comprovação de que Marina usou a voz até seu último limite estende-se à afirmação “**NUNCA RECU****EI**”, forjando em sua fala efeitos de sentido de verdade e franqueza.

Já no pronunciamento produzido diretamente para o tele-eleitor, com o objetivo único de ser veiculado na tevê, estabelece-se um significativo contraste na manifestação de sua voz:

O planeta **todo está** sofrendo : os **efeitos** da devastação ambiental :: os **reservatórios** de água **das grandes cidades como São Paulo** :: **estão** em colapso :: a **falta** de **chuvas** no Sudeste :: **NÃO** é por **acaso** :: ela é **consequência** do **desmatamento** **que** acontece :: **LÁ** na Amazônia :: **É** preciso ter fir**ME**za :: **para** implementar **políticas públicas** :: **QUE NÃO DEIXAM** o **desmatamento** **voltar a crescer**.

Ao contrário do primeiro excerto, no qual a voz vacilante se produz em momentos de intensidade e ênfase, ou seja, pelo excesso, aqui, a voz vacilante ocorre em momentos de voz distensa, como em “**ambiental**” e “**acaso**”, e chega ao ponto de falhar totalmente em “**desma[ta]mento**”. Aqui, percebe-se mais intenso uso de pausas, um aumento estratégico do volume e um tempo de fala desacelerado, não apenas em comparação com o pronunciamento de palanque, mas também em relação a outros pronunciamentos produzidos especificamente para o HGPE, o que revela uma tentativa de controle sobre a emissão vocal, que dialoga com os efeitos de firmeza que não se sustentam diante da confissão inevitável de uma debilidade.

Nos debates veiculados pela tevê na campanha eleitoral deste mesmo ano, mais especificamente aquele transmitido pelo SBT em 1º de setembro, na seção reservada às perguntas de jornalistas, Patrick Santos, da Rádio Jovem Pan, dirige questionamento a Eduardo Jorge, oferecendo direito de comentários a Marina Silva, sobre a legalização das drogas e do aborto. Quando filiada ao PV e concorrendo à Presidência, a posição do partido era contrária, assim como o jornalista afirma ser então a maioria da população brasileira, de acordo com pesquisa DataFolha, ao passo que a candidatura de Eduardo Jorge é abertamente favorável a ambas as causas. Indagada sobre as possíveis contradições inerentes a tal mudança de postura, ela comenta:

Bem : em primeiro lugar acho que **oo** candidato Eduardo **Jorge** retratou :: **com** respeito :: o que aconteceu em **dois mil e dez** :: **Quando eu** entrei no PV :: **euu** : pedi que se fizesse **uma cláusula** de consciência :: **eem** relação :: **a** alguns temas :: **que EU** pessoalmente :: **não** defendo :: **como por exemplo** :: a questão do **aboorto** :: e naquela oportunidade :: o **que NÓS** propusemos : e **que eu** acredito :: é que **esse debate** precisa **ser feito** : **com** muito cuidado e **responsabilidade** :: **NÃO É** uma discussão **FÁcil** :: **envolve** questões filosóficas questão **éticas** questões **morais** : e questões **espirituais** :: **O problema** :: é **que há** uma **visão** :: **atrasada** : **que em vez de discutir no MÉRito** :: **vai para** o **RÓtulo** :: **Eu não** satanizo **ninguém** que **defende** a **legalização** : das **drogas** :: e **nem** **aqueles que tão** defendendo o **aborto**.<sup>163</sup>

Marina começa sua intervenção com a voz muito baixa e fraca, sugerindo alguns índices de fragilidade através da mobilização de menos inflexões e poucos acentos de ênfase, talvez respondendo às representações de sua voz como irritante demais para a teve, mas não só: ao não modalizar a voz, afasta de si uma possível imagem de radical conservadora e moralista, e conseqüentemente acaba por modalizar o seu posicionamento contra o aborto. A maior incidência de pausas, com especial prolongamento da suspensão da voz, pode indicar tentativa de controle da emissão vocal e também hesitação ou

---

<sup>163</sup> Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MdJlrH0rN5I>>. Acesso em 02 de nov. 2021.

insegurança, sentidos estes reforçados pela voz falha em “Bem” e pelo desvio de concordância em “questão éticas”, assim como por aquilo que se diz – ou que não diz. Marina não esclarece a posição de sua campanha sobre as questões mencionadas; ao contrário, ela se reserva a comentar o passado e as generalidades ao redor das polêmicas, produzindo a possibilidade de emergência de um efeito de sentido de falta de comprometimento. As únicas oscilações no volume de voz servem para marcar as diferenças entre os pares opostos eu::nós e mérito::rótulo, e a única oscilação na tessitura é um aumento que incide sobre “NÃO É uma discussão FÁcil”.

Em 2018, pelo contrário, vemos um pronunciamento com um dos maiores índices de variabilidade em questão de recursos prosódicos, quando o candidato Ciro Gomes indaga Marina acerca da declaração do candidato Bolsonaro sobre a possibilidade de não reconhecer o resultado das eleições daquele ano. Ela responde:

O Bolsonaro **tem** uma atitude :: **AU**toritária :: **AN**tidemocrática :: desres**PEI**ta as mulheres : desres**PEI**ta os **í**ndios desres**PEI**ta os **negros** : desres**PEI**ta :: a população brasileira :: **Mas** com essa frase :: **ele também** : desres**PEI**ta a **Constituição** :: desres**PEI**ta : o **JO**go democrático :: **Numa** democracia :: se **NÃO** :: **TE**mos : **comprovação** de que **houve** uma **fraude** :: **NÃO SE PO**de entrar no **JO**go :: **se foor** :: **para** você **ganhar** :: de **QUAL**quer **JEI**to :: **Para MIM** essas palavras do Bolsonaro :: **ALÉM** de desres**PEI**to à democracia :: só **pode ser** uma **coisa** :: o Bolsonaro fala **MUU**ito **grosso** **maas** : **tem** momentos que **ele AA**marela :: **E** amarela : **MEES**mo porque **isso é** voto de- **isso são** pa**LA**vras de **quem JÁ** **ESTÁ** **COM** **MEEDO** DA **DERRO**ta :: DA **DERROTA** DO **POVO** **BRASILEIRO** : que será **dada** A **EELE** : **pela** **atitude** **autoritária**”<sup>164</sup>

A repercussão da estrutura sintática “desrespeita x”, diante da ausência de “e”, poderia indicar efeito de infinitude, de incompletude, do mesmo modo que a repetição do verbo

<sup>164</sup> Disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=rWAwTpd7IEc>. Acesso em 12 dez. 2021.

“desrespeitar” produz ênfase sobre a posição discursiva que se atribui a Bolsonaro. No entanto, a aceleração do tempo de fala ao longo das repetições, a ausência de pausas até o uso de uma pausa dramática antes de “população brasileira”, pronunciada em entonação decrescente, impõe tom conclusivo à sequência, ao qual se opõe a adversativa “mas”, neste ponto, sim, indicando uma continuidade do que se pensou estar concluído. A adversativa “**Mas com essa frase :: ele também : desresPEIta a Constituição**” é pronunciada em mais alta frequência, taxa que passa a aumentar progressivamente em conjunto com o volume fundamental de sua fala, que culmina na rouquidão expressa na segunda enunciação de “**DERROTA**”, ponto mais alto de sua fala em intensidade e potência.

## Considerações finais

Como sabemos, são muitos, frequentes e consistentes os discursos que tentam impor o silêncio à voz feminina. O fato de que muitas transformações históricas lhes tenham modificado a quantidade, a frequência e a consistência não significou, em contrapartida, que outros modos e vias não fossem buscados e encontrados, de maneira a fazer perpetuar as discriminações que a calam ou, ao menos, a constroem. Acometidos pela percepção desses preconceitos e estigmas que recaem, de maneira geral, sobre as práticas de fala pública com particulares marcas de classe, raça, gênero e origem, e, de maneira mais específica, sobre a expressão pública feminina, os tomamos como o ponto de partida de nossa empreitada. Ao refletir de modo mais aprofundado sobre as diferentes formas de constroer e deslegitimar a presença feminina na esfera pública e no campo político, pudemos constatar que, para além de impedir o acesso da mulher à pena e ao papel e desprovê-la do direito à educação e, assim, do exercício pleno e efetivo da cidadania, calar sua voz exigiu da história ocidental um tipo de controle que extrapolou

as barreiras do tempo, do espaço, dos saberes e das instituições: discursos e ações sociais que infamavam sua voz e enalteciam seu silêncio se encarregariam, por séculos, de tentar mantê-las na submissão da vida privada e lhes interditar a vida pública. Resistindo ao recrudescimento mais recente das lutas e conquistas feministas, a imprensa, hoje, parece exercer de modo privilegiado o papel outrora desempenhado por religiosos, filósofos, retores e médicos, que, através do poder do mito e/ou da legitimidade do discurso científico, precavam os homens dos perigos da expressão feminina e buscavam condicionar as mulheres ao silêncio. Entre a Retórica Antiga, a ciência moderna e a mídia contemporânea, há evidentemente dissonâncias, mas também claras regularidades: nelas, a mulher e, sobretudo, a voz feminina, não se associam com placidez ao engajamento em atividades políticas e em práticas de fala pública.

A mídia, no entanto, parece adquirir em nossos dias contornos mais acentuados que a fazem despontar como uma ferramenta particularmente poderosa de produção e circulação desses discursos que materializam dizeres relativamente hegemônicos sobre nossa sociedade. A liberdade conferida à expressão jornalística pelos regimes democráticos parece atenuar o funcionamento de antigas e já consolidadas formas de constrangimento ao mesmo tempo em que as reproduz, renovando os esquemas obsoletos do comportamento opressivo. Assim, a perpetuação dos antigos estigmas e a consolidação de outros valores pejorativos em relação à fala feminina parecem encontrar outros meios para deslegitimar a pertença da mulher ao campo político na contemporaneidade.

Efetivamente, os estigmas sobre a fala pública e sobre a expressão feminina se inscrevem em uma lógica histórica de mais longa duração do que aquela ordem líquida da discursividade política contemporânea<sup>165</sup>, mas recebem o influxo dessa última e se modificam em seu interior. Isso significa dizer que eles ecoam sobre a maneira apressada como vivenciamos, através da fala, da escuta e da memória, o espaço público, impondo formas distintas de produzir e interpretar os discursos. Tem-se, dessa forma, uma consequência indelével da dinâmica capitalista de mercado e de consumo, que impõe ao discurso político o funcionamento de uma memória de curta duração através da rapidez, da fragmentação e do sincretismo de suas formulações, e convoca também, ao mesmo tempo, uma memória de longa duração que parece poder se perpetuar quanto mais for capaz de se ocultar sob a liquidez dessas formulações: a desigualdade social.

---

<sup>165</sup> Cf. Courtine (2006, 2008).

A história recente do Brasil nos fornece um poderoso indicativo dos conflitos gerados por estes estigmas e de seu impacto na constituição de discursos e práticas do orador político contemporâneo e sobre ele: as performances de fala pública de Dilma Rousseff tornaram-se objeto de problematizações por diversos setores da sociedade, produzindo representações predominantemente disfóricas e frequentemente eivadas de violência simbólica, em torno das quais frequentemente verificou-se a produção de efeitos de consenso. Propusemos, aqui, questionar consensos da mesma natureza, referentes à fala pública de mulheres que, como Dilma, candidataram-se ao mais alto cargo do Poder Executivo na República brasileira. Mediante o exame tanto dos discursos da mídia a respeito dessas performances quanto dos próprios desempenhos oratórios dessas mulheres, buscamos demonstrar que tais discursos não somente condicionam as performances de fala pública dos sujeitos de uma sociedade, em geral, e dessas mulheres, em particular, mas também produzem as descrições, os comentários e as avaliações dessas performances. Em outros termos, esses discursos exercem um poder agentivo sobre os sentidos da fala e, assim, incidem sobre sua produção, por um lado, e constroem, consolidam e, eventualmente, transformam as disposições da escuta de pronunciamentos públicos, por outro, amparando a emissão de julgamentos e a conferência de estigmas e prestígios ao comportamento oratório.

Ao rastrear os indícios desse funcionamento da mídia, nos deparamos com a difusão de avaliações genéricas ou relativamente especializadas que operam em favor da construção de uma rede de valores mais ou menos prescritiva em relação ao desempenho oratório no interior campo político. Os julgamentos positivos e negativos das performances de fala pública constituem o político ideal, em particular em sua condição de orador, como carismático e eloquente. No caso das representações das performances das mulheres candidatas à Presidência, o primeiro parece ser concebido como substância ou atributo, e o segundo, mais frequentemente, como modo. É possível observar construções segundo as quais um político “é/foi eloquente”, o que nos permite concluir que a eloquência é tida por esses discursos tanto como um dom e uma propriedade inata quanto como uma técnica e uma conquista, ao passo que o carisma tende a se tornar mais refém de naturalizações. Isso equivale a dizer que, em certa medida, se contemplados em uma relação complementar, a eloquência, contingente, pode proceder o carisma, essencial. A partir de um prisma discursivo, o “bom orador”, de modo a constituir-se como tal, não depende unicamente de sua própria prática de fala pública, mas também e

principalmente da relação que sua performance estabelece com os dizeres acerca da fala pública que atuam sobre seu próprio desempenho e sobre a condução da escuta à qual se dirigirá. Tanto a eloquência quanto o carisma, portanto, consistem em construtos discursivos, gerados no seio da sociedade e sob o peso da história, construção desprezada tanto pelos discursos produzidos de maneira genérica quanto por aqueles produzidos de forma mais ou menos especializada.

Quanto ao exame do conjunto de representações consensuais acerca do desempenho oratório de mulheres em condição de candidatas à Presidência, constatamos que esses sentidos de eloquência e carisma são produzidos, pelo menos no caso dos dizeres relativamente especializados, mediante o tratamento dos três componentes da performance oratória. Nesse ponto, nos detivemos com maior particularidade em um desses constituintes da fala pública. Entre verbo, corpo e voz, nosso interesse pela última se deveu a razões que recaem tanto sobre propriedades atribuídas ao objeto que deu origem à pesquisa quanto sobre o quadro teórico e metodológico que subscrevemos, a saber, o da Análise do Discurso de linha francesa. Em nosso segundo capítulo, assim, expusemos as razões pelas quais ela parece ser particularmente importante para a construção das depreciações dos desempenhos oratórios, em geral, e de Dilma, em particular. Componente fundamental da oratória, e presente entre a língua e o corpo, a voz é concebida como característica indelével do feminino e, não por acaso, os discursos que imputam estigmas à expressão feminina não se privam de lhe dispensar atenção.

No que diz respeito a nosso quadro teórico, como dissemos, as apreciações eufóricas e disfóricas, mesmo as mais consistentes e especializadas, e mesmo a despeito de sua inscrição em diferentes posições ideológicas, tendem a passar ao largo da consideração de sua condição histórica: ignora-se, com uma frequência alarmante, os processos discursivos que constroem a eloquência e o carisma. Se, por um lado, os discursos que tratam da fala pública ignoram o funcionamento discursivo que constitui as propriedades dos homens e mulheres considerados eloquentes e carismáticos mediante as representações que produzem do uso da língua, do seu corpo e da sua voz, por outro, as teorias discursivas parecem não ter ainda dispendido seus mais dedicados esforços aos usos e efeitos da voz, de modo a estar suscetível por ações – e, sobretudo, omissões – às reproduções de consensos e evidências a seu respeito. Assim, com base em reflexões de outras áreas de conhecimento no interior da Linguística que trataram da relação entre som e sentido, buscamos, na segunda parte de nossa exposição, apontar caminhos para que a

Análise do Discurso pudesse reinterpretar seus avanços à luz da história e, principalmente, remanejar seus instrumentos de modo a incorporá-los em suas reflexões sobre as materialidades significantes dos discursos e as homologias entre os efeitos de sentido, seus modos de produção e seus meios de circulação.

Nessa direção, procuramos defender que os sons da voz, numa perspectiva discursiva, encontram a possibilidade de produção de sentidos mediante o funcionamento de um quadro dinâmico, pois determinado historicamente, em que circulam dizeres sobre as propriedades e modulações vocais e que constrói uma rede de valores e sentidos com os quais esses sons interagem, de modo determinar seus processos de produção pela fala e de recepção pela escuta. Ou seja, a materialidade do som e da voz só pode interessar ao analista quando tomada a partir de discursos que a dotam de sentido (Souza, 2014a). Afinal, à semelhança da linguagem verbal, se a voz produz sentidos é porque antes nela se projetaram outros através do ato de simbolizar historicamente que é particular aos homens. Nesse sentido, a perspectiva discursiva nos permite avançar na investigação do elo entre som e sentido em relação às teorias fonéticas que a ela se dedicam, assim como às reflexões de outras abordagens funcionalistas: a dimensão histórica desse laço também é desprezada tanto pelos foneticistas contemporâneos quanto pelos sociolinguistas, por exemplo, que constata, mas não esclarecem o funcionamento dessa interdependência. Sujeito à ordem do discurso, o som e, mais particularmente, a voz despontam como uma metáfora e uma metonímia dos sentidos derivados de um funcionamento particular da sociedade que se processa na história e no discurso e se materializa na linguagem, fora do qual eles não poderiam ser invocados à existência. Isso equivale a dizer que os homens atribuem sentidos ao som, mesmo à sua ausência, mas também que mobilizam suas vozes respondendo às próprias injunções dos sentidos.

Assim, ao invés de aderir à fórmula “o som faz sentido”, consagrada tanto pela perspectiva da Fonologia estrutural quanto da Sociolinguística variacionista e da Fonética Contemporânea, a abordagem discursiva exige uma inversão dessa lógica, na medida em que, com efeito, são os sentidos que produzem o som. Trata-se aqui de nossa condição simbólica atravessada pela historicidade que constitui sujeitos, impelindo-os a produzir sentido: “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências” (Henry, 2014, p. 55). Além disso, poderíamos pensar em como a infame desconsideração da voz nos estudos da linguagem ou em um seu determinado enfoque anda *pari passu* com certo

tratamento dado ao estatuto do sujeito do discurso: “quem fala na fala? Esta é uma questão que se diz ter ficado de lado tanto na linguística saussureana quanto na chomskiana. Mas, em verdade, arrisco-me a dizer que também as análises de vocação enunciativa e discursiva têm posto em reserva o problema de como apreender com exatidão o sujeito na fala” (Souza, 2011).

Desta feita, encontramos nessas considerações sobre as relações entre som e sentido um ensejo para conceber a produção da subjetividade no discurso sob outra ótica. Avançando sua proposição sobre as abordagens enunciativa e discursiva sobre o sujeito, Souza (2011) afirma que “para os que enveredam pelo campo discursivo e da enunciação, a solução foi transformá-lo em posição vazia, apenas capturável pelos mecanismos ideológicos passíveis de serem descritos na história”. Assim, os estudos linguísticos frequentemente não consideraram as relações entre voz e linguagem que afetam a constituição do sujeito, visto que os processos de gravação, transcrição e tratamento informático dos elementos vocais focalizam muito frequentemente apenas o que na articulação dos sons apresenta pertinência para a significação linguística, não tocando, por extensão, em pontos da configuração do sujeito. Na história do mundo ocidental, observamos em muitas ocasiões o fato de que as vozes nativas, loucas, populares, femininas e infantis tornaram-se fenômenos que era preciso descrever e fazer significar a partir de nossa razão gráfica (de Certeau, 1980, p. 30).

Aqui, no entanto, nos propusemos a conceber as relações entre sons, sentidos e sujeitos, considerando a subjetividade aí envolvida não como uma instancia individual fundadora, mas como o efeito de uma constituição, cujo estabelecimento surge da correlação “entre campos do saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”, isto é, respectivamente da correlação entre três eixos: “a formação dos saberes, os sistemas de poder e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos” (Foucault [1984] 2001, p. 10). O sujeito então deriva das relações entre os procedimentos do saber, do poder e da ética, que tentam fixar-lhe uma identidade, e os modos de subjetivação, que, a partir daqueles procedimentos, consistem em exercícios mediante os quais o sujeito se relaciona consigo mesmo e se constitui de modo mais ou menos dinâmico (Casanova e Piovezani, 2011).

O elo entre som e sentido, dessa forma concebido, também não deve passar incólume às implicações da polissemia, que se estabiliza e produz sentidos com contornos mais bem definidos a partir de relações de equivalência e de encadeamento entre unidades

e formas da linguagem. Afinal, dentre essas formas, por que não as propriedades vocais? Já em 1983, Pêcheux questionava o provérbio chinês “quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”: “com efeito, por que não?” (Pêcheux, [1983] 1999, p. 54). A intuição de que as materialidades significam, ou seja, que produzem sentidos ou, ao menos, imprimem nestes matizes e nuances é uma das forças motrizes deste trabalho. A iminente produção de sentidos, por sua vez, passa pelo crivo das posições em que se inscrevem os sujeitos que enunciam e que escutam os discursos. Conforme buscamos defender, esses dizeres condicionam as práticas de fala pública ao mesmo tempo em que produzem auto e alheias avaliações dessas performances – isto é, os discursos também agem sobre o gosto e o desgosto na escuta de pronunciamentos públicos, incidindo sobremaneira na aceitação ou rejeição da legitimidade de uma liderança política.

Uma discussão acerca da atribuição ou destituição dessa legitimidade pode ser encetada a partir das exposições dos resultados de análise que compuseram nosso terceiro capítulo. Nessa seção, nos debruçamos sobre os discursos da mídia sobre a fala pública e a voz de Heloísa Helena, de Dilma Rousseff, de Luciana Genro e de Marina Silva, com vistas a apreender os recursos de que lançam mão não apenas para despojá-las do direito à escuta pública mediante o silenciamento que lhes é imposto na forma de um sombrio apagamento – como é o caso das candidatas Lívia Maria Pio, que concorreu em 1989, e Thereza Ruiz, que concorreu em 1998, sobre cujas performances não constam dizeres e representações relevantes nos jornais e revistas pesquisados –, mas também para construir representações pejorativas de seu desempenho oratório e infamá-las com a pecha da eloquência débil como um efeito de evidência. O trabalho com esses discursos fecundou e fortaleceu nossa intuição de que a possibilidade de desconstrução dessa evidência reside na iluminação de sua determinação histórica e social, já que, em suma, “a ideologia não é ‘x’, mas o processo de produzir ‘x’<sup>166</sup>”. Nessa direção, cremos ter amadurecido nossas reflexões acerca dos fenômenos envolvidos na produção do consenso sobre a competência oratória feminina e dos mecanismos que o constroem, consolidam e determinam seu alcance, resultando na concepção de uma noção mais ou menos bem delimitada e estabilizada do carisma político contemporâneo, construída ao redor das competências de *dizer*, *fazer* e *fazer fazer*. Além disso, pudemos constatar que o carisma em relação à fala pública se pretende como uma qualidade essencial, ao invés de uma

---

<sup>166</sup> Pêcheux, 1983, p. 54.

habilidade passível de ser adquirida, por aqueles mesmos que a normatizam e prescrevem sentidos que se estabilizam sobre estigmas de longa duração sobre a língua e o corpo das mulheres, com maior e especial força em relação à voz. Funciona assim, antes como uma ferramenta de destituição de poder do que de exercício, antes como interdição do que como permissão de acesso às massas.

Com efeito, as maneiras de dizer que acompanham as expressões dessas competências associadas ao carisma seguem parâmetros impostos pelo funcionamento histórico, isto é, discursivo, dos sentidos imputados à fala, ao corpo e à voz: o que significa falar como mulher e o que significa falar espontaneamente, por exemplo, e os valores inculcados a essas formas de expressão em relação ao que se diz e quando se diz derivam das descrições, comentários e julgamentos que se fazem a seu respeito. A partir do conjunto de “prescrições” que fomos capazes de levantar através das representações midiáticas, pudemos delinear um quadro mais ou menos esquemático de matizes de sentido possíveis de emergir conforme a posição em que se inscrevem os ouvintes. Para efeitos de síntese, estabelecemos dois pólos opostos de posições ideológicas, cientes de que essa pontuação não seria capaz de abranger o conjunto variado de possibilidades a que as complexas relações sociais dão forma, mas seguros de sua natureza metonímica, para compreender a congruência que a relação entre prática e representação estabelece com a história e com os sujeitos de uma sociedade. Demonstramos, assim, haver um conjunto compósito de recursos e inflexões vocais que são geralmente empregados para imprimir nuances de sentidos à sua fala conforme as injunções das distintas condições de produção e das posições em que se inscreve. Foi possível, por exemplo, apontar diferenciações que se verificam entre uma voz de palanque e uma voz de tevê, a voz da emoção e a voz da razão, a voz de improviso e a voz preparada e, finalmente, a voz dirigida ao eleitor e a voz dirigida ao adversário. Por consequência, a essas vozes embrenham-se regimes de escuta, constituídos historicamente e que, intimados à interpretação, atribuem-lhes sentidos a partir de seu posicionamento em dada formação discursiva e, assim, as celebram com cordialidade, as esquecem com desinteresse ou as escracham com hostilidade. Cremos que esses resultados de análise, ainda que provisórios e esquemáticos, nos ofereceram uma importante prova do potencial heurístico da Análise do Discurso para a investigação das relações entre som e sentido e nos permitiram, assim, apontar metonimicamente as maneiras pelas quais os discursos constituem as práticas e produzem julgamentos a seu respeito, indicando um caminho possível para o

questionamento das afirmações consensuais em torno da fala pública de mulheres: desvelar e vulgarizar as determinações históricas que lhes dão forma.

Em nosso estudo, ao tratarmos de representações e práticas da fala pública feminina no campo político, tratamos, simultânea e fundamentalmente, da fala pública feminina que se inscreve em uma posição progressista, da fala pública feminina em condição específica de disputa pelo poder, da fala pública feminina televisionada... ou seja, o papel desempenhado pelo gênero se faz importante, mas tangencia, ainda, outras particularidades que o circundam: não se trata, apenas, de estigmatizar e tentar silenciar a voz da mulher, mas também, e talvez sobretudo, a voz dos desvalidos de bens materiais e capital simbólico por quem ela fala e ao lado de quem luta, e que há muito não podem se expressar ou fazer ouvir: os corpos pobres, os corpos negros, os corpos nordestinos, os corpos nortistas, os corpos torturados. Restamos confiantes, contudo, na certeza de que ter voz é ter vez, o que com ainda mais forte razão pode se afirmar sobre o espaço público, onde o exercício efetivo da política escancara as relações de poder e de dominação. Afinal,

Se, como sabemos, os discursos não traduzem as lutas, mas consistem justamente naquilo por que e pelo que se luta (Foucault, 2000, p. 8-9), é justamente através das disposições de nossa escuta que exaltamos ou prostramos seus combatentes. E não nos enganemos: no que se refere à livre expressão da mulher e de todos aqueles que foram consistente e frequentemente explorados e oprimidos pela história, toda surdez será castigada<sup>167</sup>.

---

<sup>167</sup> Casanova (2018)

## Referências bibliográficas

- AB'SÁBER, T. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.
- AGAMBEN, G. **A Linguagem e a Morte**: um seminário sobre o lugar da negatividade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- ALBANO, E. **Fazendo sentido do som**. In: Ilha do desterro. n. 18, Florianópolis, 1988, p. 11- 26.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A Invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, p. 143-144, 2011.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARISTÓTELES. **Historia de los animales**. Trad. José Vara Donado. Madrid: Akal Ediciones, 1989.
- AUROUX, S. Pour une histoire des idées linguistiques. **Revue de synthèse**, v. 109, p. 429-441, jul./dez. 1988.

AUROUX, S. (com a colaboração de Jacques Deschamps, Djamel Kouloughli). (1996). **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARGEL, L. et al. **Usages sociologiques et usages sociaux du genre**. Le travail des interprétations. Sociétés & Représentations. 2007/2 (n° 24), p. 59-77.

BEARD, M. **Mulheres e poder**: um manifesto. Trad. Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BOURDIEU, P. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso e Apêndice I**. In: \_\_\_\_\_. A Economia das Trocas Simbólicas. 6ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. p. 27-98.

BOURDIEU, P. **La eficacia simbólica**: religión y política. Tradução de Alicia B. Gutierrez e Ana Teresa Martínez. Buenos Aires: Biblos, 2009.

BREKLE, H.E. “La linguistique populaire”. In: AUROUX, S. (org.). **Histoire des idées linguistiques**, t. 1. Liège: Mardaga, 1989, p. 39-44.

BRITTO, Clovis Carvalho. **Mulheres a ferro e fogo**: reflexões sobre a musealização do cangaço. Estud. hist. (Rio J.) [online]. 2016, vol.29, n.57, pp. 49-66. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862016000100004>>. Acesso em 15 mar. 2021.

CAGLIARI, L. C. **Prosódia**: algumas funções dos supra-segmentos. Cadernos de Estudos Lingüísticos, n. 23, Campinas, 1992, p. 137-151.

CALLOU, D.; MORAES, J. ; LEITE, Y. **Variação e diferenciação dialetal**: a pronúncia do /R/ no português do Brasil. In: Ingedore G. Villaça KOCH. Ed. Gramática do Português Falado. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 463- 489.

CASANOVA, N. **A voz de Dilma**: performances oratórias e discursos sobre a fala pública da Presidenta. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9929>>. Acesso em 28 jan. 2020.

CASANOVA, N.; PIOVEZANI, C. **A voz ante a tragédia**: análise discursiva de um pronunciamento de Dilma Rousseff. In: FERNANDES, C; NAVARRO, P. (Orgs.). Discurso e Sujeito: reflexões teóricas e dispositivos de análise. 1ed. Curitiba: Appris, 2011, p. 47-57.

CHIRIO, M. A “**primeira linha dura**” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

COLEMAN, Simon. **Transgressing the self**: making charismatic saints. *Critical Inquiry: Faith without borders: the curious category of the saint*. v. 35, n. 3, p. 417-439, 2009.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.-M.; PUECH, C. **Uma história das ideias linguísticas**. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

COURTINE, J.-J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Trad. Carlos Piovezani. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Orgs.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 11-19.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

DARWIN, C. **The descent of man, and selection in relation to sex**. London: John Murray, 1871. 2º vol. Disponível em: <[http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1871\\_Descent\\_F939.1.pdf](http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1871_Descent_F939.1.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2020.

DE CERTEAU, M. **Utopias vocales**: glossolalies. In: *Traverses*, n. 20, Paris, 1980, p. 26-37.

DESBORDES, F. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques. In: AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques** (Tome 1). Liège-Bruxelles: Mardaga, 1989, pp. 149-161.

DETIENNE, Marcel. **Mestres da Verdade na Grécia Arcaica**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

FERRAZ, M. C. F. **Tematizações da linguagem**: herança metafísica e retomada sofisticada. Niterói: Revista Contratempo (IACS/UFF), n. 1, jul./dez. 1997.

FOUCAULT, M. (1969) **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, M. (1971) **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

FOUCAULT, M. (1984) **História da sexualidade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HENRY, P. **A história não existe?** In ORLANDI, E. P. Gestos de leitura. Da história no discurso. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

HESÍODO. **Teogonias**. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.

JAMIESON, K. H. The “effeminate” style. In: \_\_\_\_\_. **Eloquence in an electronic age: the transformation of political speechmaking**. Nova Iorque: Oxford, 1988, p. 67-89.

KARPF, A. **La voix: un universe invisible**. Paris: Autrement, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. (1964) **O cru e o cozido**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. (1962) **O pensamento selvagem**. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

LIMA, J. S. B. S. **Análise variacionista de /R/ na coda silábica medial no português falado em Alagoas**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <<https://llibrary.org/title/analise-variacionista-coda-silabica-medial-portugues-falado-alagoas>>. Acesso em 08 out. 2021.

MADUREIRA, S. **Intonation and variation: the multiplicity of forms and senses**. Dialectologia. Special Issue, v. VI, p. 54-74, 2016.

MADUREIRA, S. **A matéria fônica, os efeitos de sentido e os papéis do falante**. Delta, vol. 12, n. 1, São Paulo, 1996, p. 87-93.

MELLO, F. P. **Estrelas de Couro a Estética do Cangaço**. São Paulo: Escrituras, 2010.

ORLANDI, E. (2001) **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. **Interpretação: leitura, autoria e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. (1983) Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. (Orgs.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, M. (1982). **Delimitações, inversões, deslocamentos**. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos nº 19. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, jul.-dez., 1990b. p. 7-24.

PÊCHEUX, M. **Ideology: fortress or paradoxal space?**. Das Argument, Berlin, n. 84, p. 31-35, 1983.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise**

**automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252

PÊCHEUX, M. (1983). Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 311-319.

PÊCHEUX, M. (1983). **O discurso: estrutura ou acontecimento.** 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história.** Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, C. R. J. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil.** In: Revista USP nº 49. São Paulo/SP: USP, mar.-mai., 2001. p. 98-112.

PIOVEZANI, C. Sons e sentidos na análise do Discurso: os signos da voz à luz da Semiologia Histórica. In: CURCINO, L.; PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Discurso, Semiologia e História.** São Carlos: Claraluz, 2011. p. 127-141.

PIOVEZANI, C.; SALAZAR, P.-J. **A voz humana na era das redes sociais.** Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP), v. 58, p. 167, 2016.

PIOVEZANI, C. **Verbo, Corpo e Voz:** dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PIOVEZANI, C. **Vozes do discurso político:** sujeitos, sons e sentidos. Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 11, n. 1, p. 15-31, jan./jun. 2008.

PLATÃO. **O Sofista.** Tradução de Henrique Murachco, Juvino Maia Jr. e José Trindade Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: Estética e política.** São Paulo: EXO Experimental org.; Ed. 34, 2005. Tradução de Mônica Costa Netto.

RANCIÈRE, Jacques. **The method of equality.** Interviews with Laurent Jeanpierre and Dork Zabunyan. Cambridge: Polity Press, 2016.

ROBBINS, Joel. **Pentecostal networks and the spirit of globalization:** on the social productivity of ritual forms. Social Analysis. v. 53, n. 1, p. 55-66, 2009.

SALAZAR, P.-J. **Darwin à Padoue:** anthropologie de la voix au XVII<sup>e</sup> et au XIX<sup>e</sup> siècles. In: CASSIN, B.; LEVINAS, D. (Orgs.) Vocabulaires de la voix. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 39-52.

SALGADO, A. P.; PIOVEZANI, C. **A importância da voz nos compêndios retóricos oitocentistas e nos manuais de fala pública da modernidade.** Revista do Programa de

Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 16, n. 1, p. 127-144, jan. abr. 2020.

SOUZA, P. **Sobre o discurso e o sujeito na voz.** Língua e Instrumentos Linguísticos, v. 34, p. 197-209, 2014a.

SOUZA, P.; PEREIRA, F. **Entre o corpo e a enunciação:** o retorno à voz em Marina Lima. Rua (UNICAMP), v. 1, p. 143-153, 2014b.

SOUZA, P. **Elementos para a escuta e análise do jogo da voz no simbólico.** Revista Reflexão e Ação (UNISC. Impr.), v. 23, p. 221-237, 2015.

SOUZA, P. **O corpo outro da voz na dublagem de Tropa de Elite I.** REDISCO - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. 2, p. 94-103, 2013.

SOUZA, P. **Desafios para análise do sujeito constituído na voz midiaticizada** (Manuscrito da Comunicação oral apresentada na mesa-redonda A História da produção científica em diferentes materialidades significantes no VII Congresso Internacional da ABRALIN, Curitiba, 2011).

TORRANO, J. **Musas e ser.** In: Teogonia: a origem dos deuses. São Paulo: Iluminuras, 1995.

União Interparlamentar; ONU Mulheres (2020). **Mapa Mujeres en la política** (2020). Disponível em: <<https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2020/03/women-in-politics-map-2020>>. Acesso em 02 jun. 2021.

WEBER, M. **Os tipos de dominação e Sociologia da Religião (tipos de relações comunitárias religiosas).** In: \_\_\_\_\_. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensível. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da UnB, vol. I, 2000. p. 139-198, 279-418.

WISNIK, J. M. **O som e o sentido:** uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZOPPI-FONTANA, M. **Domesticar o acontecimento, produzir incômodo.** Jornada Mulheres em Discurso. Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 02 jun. 2017. Conferência.

ZOPPI FONTANA, M. **Objetos paradoxais e ideologia.** Estudos da Língua(gem) (Impresso), Vitória da Conquista-BA, v. 1, n.1, p. 15-37, 2005.